

LUÍS FORJAZ TRIGUEIROS

O PRÉLIO SOLITÁRIO

Temas e Tópicos de Literatura Portuguesa



IDENTIDADE

CULTURA PORTUGUESA

INSTITUTO DE CULTURA E LÍNGUA PORTUGUESA

Reúnem-se neste volume conferências, intervenções académicas, crónicas ensaísticas e artigos de Luís Forjaz Trigueiros abrangendo um período que vai de 1967 a 1988. É longa e diversificada a actividade do autor. *Ficção*: «Ainda há Estrelas no Céu» (1.^a ed. 1943, 2.^a ed. 1972), «O Carro do Feno» (1974), «As Horas Extraordinárias» (Rio de Janeiro, 1988) *Crítica*: «Sombrado Tempo» (1950), «Perspectivas» (1961), «Novas Perspectivas» (1969), «Génese de «Casa Grande e Senzala» (1984), *Crónica* «Capital do Espírito» (1939), «Páteo das Comédias» (1947), «Campos Elísios». Páginas Minhotas» (1.^a ed. 1956, 2.^a ed. 1979), «Ventos e Marés» (1967) «Monólogo em Éfeso» (1972) «Paisagens Portuguesas, Uma Viagem Literária» (1985, Rio de Janeiro), «Um Jardim em Londres» (1985), «É fácil Amar Lisboa» (1989), entre outras, além de Antologias das quais as mais recentes são «O Natal na Poesia Portuguesa» (1987) e «Terras do Norte na Literatura Portuguesa» (1991). Organizou também o volume sobre «Mudança Cultural no Brasil», 1.^a vol. (1990), reunindo trabalhos de alunos do Mestrado da mesma cadeira no I.S.C.S.P. de Lisboa, entre 1985 e 1990.

«À sua actividade primacial é quanto a mim a do ensaísta e crítico literário. Ensaísta e crítico literário radicado numa vocação inelutável de humanista que o leva a reparar muito mais nos significados que nos significantes e a vincular a criação literária a uma tábua de valores humanos (...) Forjaz Trigueiros é hoje um dos prosadores que melhor dominam e ilustram a língua portuguesa», *Jacinto do Prado Coelho*; «Num Mundo extremamente radicalizante Luís Forjaz Trigueiros optou pela mais difícil das posições: a da independência pessoal. Mas isso lhe permitiu acima das controvérsias mais acirradas o sereno juízo de valor da obra de arte literária. Assim se explica o seu ensaio crítico, coerentemente alicerçado na vigilante compreensão de ordem estética», *Josué Montello*; «Não vejo entre os escritores da sua geração nenhum

IDENTIDADE

SÉRIE CULTURA PORTUGUESA

O PRÉLIO SOLITÁRIO

Temas e Tópicos de Literatura Portuguesa

LUÍS FORJAZ TRIGUEIROS

O PRÉLIO SOLITÁRIO

Temas e Tópicos de Literatura Portuguesa

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

1992

O PRÉLIO SOLITÁRIO

Temas e Tópicos de Literatura Portuguesa

INSTITUTO DE CULTURA E LÍNGUA PORTUGUESA

TRIGUEIROS, Luís Forjaz

O prélio solitário: temas e tópicos de literatura portuguesa / Luís Forjaz Trigueiros. — Lisboa: Ministério da Educação. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992. — 180 p., 17 x 24 cm. — (Identidade: cultura portuguesa).

Crítica literária — Literatura — Portugal.

Título

O Prélio Solitário

Temas e Tópicos de Literatura Portuguesa

1.^a edição — 1992

Instituto de Cultura e Língua Portuguesa
Ministério da Educação

Instituto de Cultura e Língua Portuguesa

Divisão de Publicações

Praça do Príncipe Real, 14-1.º — 1200 Lisboa

Direitos de tradução, reprodução e adaptação reservados para todos os países

Capa

Guimarães — Largo da Igreja de N.ª Senhora da Oliveira

Óleo sobre madeira de Dordio Gomes, 1961. Dim.: 26 cm x 34 cm. Colecção Particular

Tiragem

3000 exemplares

Composição e impressão

Minerva do Comércio

Travessa da Oliveira à Estrela, 10 — 1200 LISBOA

Depósito Legal N.º 257193/92

ISSN 0871-4428

...«L'homme peut en effet créer un monde sans littérature. Mais la question est: l'homme peut-il se passer de littérature en restant un homme? Ce monde là, en tout cas, ne serait-il le mien et je me réjouirais de disparaître avant sa venue que je pressens.»

Roger Gouze

FIALHO DE ALMEIDA OU O PRÉLIO SOLITÁRIO

Em rigor, dever-se-ia concentrar a obra polémica de Fialho de Almeida no volume *Pasquinadas* e na série de *Os Gatos*, pois é nestas obras que o escritor dá largas ao seu pendor combativo, de natureza mais planfletária que reflexiva. Ocorre, porém, perguntar se a ficção não terá sido, igualmente, para Fialho uma forma de combate, se a problemática social (que o impeliu a avergoar indiscriminadamente, ao calor de reacções tantas vezes elementares, mesmo quando fundamentadas, os homens e os costumes de que era testemunha) não estará subjacente a algumas das páginas mais aparentemente impressionistas que nos deixou sob a roupagem da recriação imaginada. Efectivamente, a sua ficção não pode incluir-se no âmbito polémico da sua obra, mas a intenção lá está, v. g. em *A Cidade do Vício*, *Lisboa Galante* ou *O País das Uvas*. A miséria individual ou colectiva, os desniveis sociais, a ignorância boçal — são o fundo, implícito ou explícito, da maioria dos seus contos, e decerto se engana quem neles detectar apenas exercícios de estilo, mais ou menos conseguidos, fogachos, aqui e além, de penetração psicológica, através, na maioria dos casos, de elementos externos, ou pretextos brilhantes para enquadramento de figuras peculiares em paisagens típicas.

Daqui se pode, desde logo, inferir que a polémica era em Fialho um modo normal de expressão e que a sua natural combatividade não poderia conformar-se com as íntimas recompensas artísticas da criação gratuita. Como, por outro lado, nunca deixou de ser um homem em situação, como tal perfeitamente cónscio dos seus deveres de cidadania e como escritor quase sempre em contradição com o meio ambiente no qual desenvolvia a

sua actividade, mas de nenhum modo desligado dele (e para mais encontrando, neste, bastos pretextos para uma atitude inconformista), afigura-se indispensável, para a justa compreensão do que representou o factor polémico na obra de Fialho, o conhecimento, mesmo sumário, do papel etiológico que nela desempenharam os factores sociais. E estes muito explicam também as reacções psicopatológicas do escritor, até hoje ainda não estudadas amplamente, como julgo merecerem, à luz da caracterologia psicanalítica. E não apenas desta. Um ensaísta-cientista como, por exemplo, Miller Guerra, que estudou a patografia de Antero de Quental, pode dar-nos um dia o trabalho análogo que contribua para o diagnóstico da personalidade total de Fialho de Almeida, iluminando ângulos que ainda hoje permanecem obscuros para os que, naturalmente, se têm interessado por aspectos parciais — estéticos, doutrinários, literários — da sua obra. Até lá, temos de nos contentar com o que conhecemos dele através das páginas que nos deixou, das suas confissões ou simples desabafos, dos depoimentos de contemporâneos, que nos chegaram. Falta-nos, porém, ou é muito incompleto, o conhecimento do homem em suas motivações inconscientes e também do homem fisiológico que tão decisivamente explicaria o escritor.

Mais ou menos, todos os estudiosos de Fialho de Almeida têm referido o sentido humoral que comanda a sua obra com fatalidade implacável. «Humoral» é a palavra que mais se lhe adapta e quem a empregou com plena propriedade foi José Régio: «Não há dúvida que estamos perante um dos mais completos humorais da nossa literatura. Mas como na maior parte dos casos o humor deste nevropata é ácido, rangente, verde e sinistro; como há na inexplorada psicologia deste homem uma pisadura profundíssima de que inesgotavelmente procura ele desforrar-se, nisso pondo todos os seus recursos de extraordinário artista da palavra — acontece que na sua maioria sofrem os seus juízos duma irresistível e desenfreada malevolência»¹. E mais adiante, com a pertinente lucidez habitual nos juízos críticos que emite, José Régio salienta ainda que «não há melhor mestre para os que se encarniçam em rebaixar, envilecer, enlamear, todo o carácter, obra, personalidade ou tendências nacionais». A acusação é dura, mas decerto justa, e essa «empresa difamatória», como lhe chama José Régio, terá tido, é ainda ele que o diz, grande influência na divulgação de «injuriosos lugares-comuns que por aí correm contra nós próprios». Sabe-se, também, que era um ciclotímico, embora as suas páginas panfletárias não reflectissem as alternâncias de espírito próprias dessa condição, antes sejam, de um modo geral, coerentemente negativas. E aqui ocorre ainda lembrar aos possíveis estudiosos da personalidade de Fialho a importância ética de que se reveste

¹ José Régio, «Fialho, Crítico de Teatros», *Estrada Larga*.

a distinção entre temperamento e carácter num tipo humano como o seu. Convenhamos que não é fácil, mas aceitemos ser fundamental, pois é também à luz de uma dada teoria moral que o comportamento do escritor e do homem, até, ou sobretudo, nas suas contradições, tem de ser examinado.

A «pisadura profundíssima», de que fala Régio, encontra assim um campo psicossomático extremamente propício para alastrar. Qual tenha ela sido, eis o que tem interessado os críticos de Fialho, com vista à explicação remota das suas reacções e suas atitudes. Seria um ressentido, a carregar pela vida fora o peso de uma juventude infeliz? Raul Brandão atribui aos recalques que lhe vieram dessa fase da existência o «ácido» da sua obra e lembra «aquela boca enorme, aquela figura de gabinardo e chapéu mole que nas noites de tristeza e de abandono me dizia: «O que eu sofri! O que eu sofri!». E comenta: «Fialho tem de tudo na alma: a casa de hóspedes, a existência reles de estudante, a pobreza, as mil saburras, os pequenos nada que gastam e transformam e uma alma vibrátil, um feixe de nervos (capaz de tempestades que se domam com uma palavra) ligada a uma enchente de sonho e a um orgulho doentio, como os que têm dentro de si e o suportam, um mundo desconhecido e nunca dantes navegado». Ou então: «Silva Teles, por exemplo, conheceu um estudantinho aplicado e medíocre que se chamava José Valentim Fialho de Almeida; há ainda, talvez, quem se recorde dum moço de botica reservado e triste; e, o que é mais extraordinário, de outro Fialho respeitoso, que não podia suportar o exagero alheio, e de outro, noctâmbulo e feroz, com risadas estrídulas de sarcasmo — e de outro, de outro maior, de outro espectro que vem sentar-se a meu lado na sua trágica mudez. No fundo, talvez tudo aquilo fosse dor»². Raul Brandão vai, porém, mais longe e filia o ressentimento de Fialho não só nos recalques da juventude transportados para a idade adulta — «o que eu sofri! o que eu sofri!» — mas ainda (e tudo, afinal, se interliga) à falta de uma evidência social, ao facto de não ter uma posição pública, mesmo que só de destaque mais ainda que de função, a emoldurá-lo. E conta o que a propósito de Fialho dizia um seu antigo companheiro, que oculta sob a inicial «G»: «As suas irreverências de páginas rubras eram fundamentalmente apenas o ódio do plebeu que inveja o fidalgo. Sim, porque ele invejava a sociedade na sua fase demolidora, só porque não tinha nela um lugar. Uma infantilidade de homem de génio»³. A mesma ferida é aberta no ensaio que o Prof. Costa Pimpão consagrou a Fialho de Almeida. Decerto, também, a juventude difícil o terá marcado duradouramente, mas um apontamento inédito

² Raul Brandão, *Memórias*, vol. I.

³ Raul Brandão, ob. cit.

reproduzido nesse livro demonstra que essas dificuldades se prolongaram do ajudante de boticário do Largo do Mitelo — então, dificuldades não só de ordem material mas também de ordem interior e psicológica — até, quando já médico, ao jornalista que procurava a glória literária em Lisboa: *Há cerca de catorze anos vivia eu de escrever pelos jornais, uma vida que reputarei de desesperos se este critério de agora afinasse pelo que então determinava a minha rude linha de conduta* ⁴...

E também a falta de uma posição prestigiosa. Escreve Costa Pimpão, páginas volvidas: «O aparecimento de *O Repórter*, em 1 de Janeiro de 1888, deu a Fialho novas possibilidades de vida na capital. Possibilidades mesquinhas, deve acrescentar-se: não era o destino de jornalista que o escritor almejava. Este jornal, de que foi primeiro redactor-chefe Pinheiro Chagas, passou, a partir de 21 de Janeiro, para Oliveira Martins. Durante o período em que este o dirigiu, Fialho foi secretário de Redacção. Sucedeu-lhe neste lugar Alberto Braga em 11 de Outubro. Além de *Crônicas e Contos*, incorporados em *Lisboa Galante e Pasquinadas*, Fialho manteve aí duas secções: «O Parlamento — Os Deputados» e «Primeiras Representações». Creio que eram da sua autoria os «Ditos do Fim». Até aqui ninguém se lembrara de o interessar na vida pública do seu país (como ele lembrará mais tarde para o *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro) nem de lhe oferecer habilmente uma sinecura que o lisonjeasse e o retivesse. Fialho chegava aos trinta anos com um nome literário (não de todo incontestado) — mas sem emprego. Nas redacções improvisava e sofria. Uma vez, no *Repórter*, Oliveira Martins mandou-lhe escrever um artigo sobre uma quermesse de fidalgos. Vai ele e em vez da crónica escreve uma troça. Oliveira Martins rasgou-lhe o artigo na cara».

A verdade é que, toda a sua vida, Fialho foi um inadaptado. «As pequenas sociedades que Fialho foi atravessando — a aldeia (a família), o colégio, a farmácia, a escola — escreve ainda Costa Pimpão —, foram outros tantos obstáculos à livre expansão do seu temperamento da sua personalidade» ⁵.

Mas o documento mais elucidativo acerca da influência dos traumatismos da adolescência e da juventude na sua vida de homem está, sem dúvida, na confissão da «Autobiografia» que abre o volume *À Esquina*. Aí, depois de lembrar a sua infância em Vila de Frades, os primeiros estudos no Colégio Europeu, ao Conde Barão, em Lisboa, estudante aplicado, decerto, mas sofrendo já duma dura carga de complexos, mal-estar e desconfiança que haveriam de acompanhá-lo até ao fim, escreve; *Fui bom estudante sempre*,

⁴ Costa Pimpão, *Fialho — Introdução ao Estudo da sua Estética*.

⁵ Costa Pimpão, ob. cit.

e uma criaturinha triste e sossegada — duas razões que acumuladas com a de meu pai nunca vir da província visitar-me e de por sua pobreza não poder mandar presentes bons ao director, me valeram cinco anos de privações e maus tratos e uma resistência aparentemente submissa e tímida de orgulho que pela vida fora tem sido a minha bela independência e a minha força. Em 72 deixei o colégio porque a nossa situação pecuniária em vez de melhorar tendia a decair e aí vou eu apodrecer numa botica sete anos, uma botica que era a projecção agravada da existência do colégio, com uma enclausura mais rude, uma fadiga física mais forte e peorias consideráveis de tratamento e convívio de que ainda hoje não me posso lembrar sem ranger os dentes de despeito. Destes e de outros factores paralelos que evoca (uma das facetas salientes em Fialho era a do egocentrismo e daí poder examinar-se a si próprio com maior esforço de clarividência do que aos outros) resulta, diz ele por outras palavras, o sentido da sua obra: Está vendo já donde procedem algumas das sensibilidades especiais que melhor ou pior contém a minha prosa: o sentimento da paisagem nascido de minha origem de aldeão contemplador; as predilecções por assuntos humildes, inspirados numa longa e quase exclusiva convivência entre as classes chamadas ínfimas; e enfim todas as minhas sedes ásperas de justiça, reacção natural da minha índole singela contra os despotismos duma sociedade que durante anos a trouxe enrodilhada aos pés continuamente. Pesa-lhe também, e muito, a perfeita consciência do carácter fragmentário da sua obra, que até os amigos lhe notam, ou a acusação de «intrometer fezes humanas na tinta duma paleta onde só deveriam esmair suavemente as cores do espectro» e atribui à necessidade do ganha-pão diário, que o leva a produzir minuscularias literárias, obrinhas de fácil curso, pagas aos quinze tostões, Deus sabe quando e escritas Deus sabe em que disposições de cabeça e de barriga. E aos que frequentemente lhe perguntavam porque não escreve «um livro inteiro», «um grande romance», «um quadro crítico», replica exigirem esses trabalhos «longos meses de estudo, anos de concentração, paciências beneditinas de factura...» Acentua Costa Pimpão, na obra citada, ser esta «a significação trágica» da «Autobiografia»; de facto, uma crescente ideia da sua frustração como criador vai acumulando em Fialho de Almeida ressentimentos, invejas mal disfarçadas sob a capa de um exercício crítico objectivo (que só muito raramente o era) ajustes de contas... A conhecida tendência do psicopata para a ampliação dos problemas ou para a atribuição aos outros de culpas que muito lhe pertencem, leva-o a falar na «pobreza que não está suficientemente demonstrada, tanto assim que, morto seu pai, pôde ainda acudir ao pagamento das propinas do curso de Medicina; e fazer recair sobre essa pobreza as privações e os maus tratos sofridos no colégio, o «apodrecimento» sete anos numa botica de Lisboa...

E, no entanto, Fortunato da Fonseca terá tido razão quando escreveu: «O meio, as condições de luta da existência foram os grandes colaboradores do seu talento»⁶.

Afigura-se-me que a obra de Fialho é feita dessa correlação entre uma infância sem eco — e que se prolonga numa juventude sem adolescência — e uma propensão congénita para a agressividade, que encontrou nas condições de vida excelente terreno para desenvolver-se. Mais do que as dificuldades materiais o terão marcado, em períodos assim fundamentais para a formação do carácter, a falta de uma euforia circundante (os psicanalistas diagnosticam na angústia o resultado dessa ausência de euforia, de aceitação calorosa); essa carência leva a criança a «procurar impor-se às pessoas importantes que lhe interessam»⁷. O processo psíquico de Fialho na sua truculência sem medida parece assim uma espécie de regressão à infância, comum nas nevroses, e, também, uma forma de *transfert* (para alvos que em muitos casos os mereciam, diga-se a verdade) de velhos recalcamientos obscuros.

Se é evidentemente simplista reduzir a um puro caso de ressentimento a explosão polémica de Fialho em quase tudo que nos deixou escrito, se o ressentimento implica apenas uma atitude negativa de desvalorização ou desconfiança perante os outros, pode objectar-se que em Fialho houve uma contrapartida positiva: não apresentava soluções nem era esse o seu papel ou desígnio, mas muitas vezes mostrava no que, a seu ver, estava errado, a possibilidade de rectificação. Não raro para os males apontava remédios, e que estes fossem — isso, sim — demasiado elementares ou apressados, aí o que intervinha era a sua referida falta de sentido crítico. Em primeiro lugar um emocional, não sabia encontrar soluções realistas, pois lhe faltava uma vocação crítica de especulativo. Falando de Fialho, comentador de teatro, escreve ainda José Régio: «Tendo penetrantes intuições de sensibilidade crítica, não chegou Fialho a ser um crítico»⁸. E José Osório de Oliveira, citando os estudos do escritor sobre Camilo, Eça de Queiroz ou Malheiro Dias: «Difícilmente se encontraria prova mais cabal da incapacidade crítica de Fialho de Almeida do que aqueles escritos, de bem diverso valor literário, mas todos três despropositados quer no louvor quer na censura»⁹. Por sua vez, António José Saraiva e Óscar Lopes, depois de recordarem que «Sousa Martins, seu mestre e amigo, deve ter nele reforçado as convicções sobre o determinismo da hereditariedade, meio natural e social de vida», são

⁶ Fortunato da Fonseca, citado por Costa Pimpão em *Fialho — Introdução ao Estudo da sua Estética*.

⁷ A. Farau-H. Schaffer, *La psychologie des profondeurs*.

⁸ José Régio, ob. cit.

⁹ José Osório de Oliveira, *Panorama da Literatura Portuguesa*.

concludentes na síntese que fazem da obra de Fialho de Almeida: «(...) a sua obra de comentarista é bem mais restrita em interesses que a de Ramalho Ortigão: limita-se a reacções muito humorais, geralmente azedas, de preferência sobre assuntos de literatura, teatro ou arte, ou sobre outros, mas geralmente encarados por um prisma estético e impressionista, às vezes tendendo para a *blague* ou para a anedota»¹⁰. E seja-me lícito citar um trecho próprio, na mesma linha de pensamento: «Fialho foi acima de tudo um jornalista, um cronista à maneira da época, atrabiliário e apaixonado, cujo gosto polémico era mais o fruto de recalques inseparáveis da sua vida e da sua pena do que, propriamente, uma conclusão de crítico ou de moralista»¹¹.

Não é difícil, por isso, notar em Fialho de Almeida algumas constantes como preocupações fundamentais da sua acção doutrinária de panfletário e até, como se viu, de ficcionista. Em primeiro lugar, o povo, através de uma noção a que faltavam sólidas estruturas sociológicas, a despeito da sua tendência para explicações ecológicas: Fialho nunca dissociou o povo do meio ambiente, dando embora maior predomínio a este sobre aquele, o que se justifica, pois bem se sabe que quanto mais baixo é o nível de evolução dos grupos sociais maior é a influência do factor ambiental sobre estes. A sua desencantada exclamação *Povo? Não há povo! A turba acéfala, alternadamente feroz e sentimental, tarada em todo o caso (...) é o ponto de partida de uma invectiva demolidora, a que falta, em rigor, uma perspectiva histórica ou científica, mas cujo apriorismo categórico polemicamente se aceita.* (Disse Castelo Branco Chaves que «um dos primeiros atributos do panfletário é a intolerância»¹².) Ao povo, tal como o vê no seu pessimista diagnóstico, faltaria, segundo Fialho aquilo a que se chama «viricultura»; a multidão carece de «uma iniciativa, um critério, uma autonomia mental com que se conta e que uma elite de sábios, artistas e homens de Estado guia, afina, educa...». Depois, a burguesia, a classe média, *aglutinado social com escassas luzes de civismo, subalternizado à procura do pão e sem mais virtudes que não sejam uma sórdida defesa de interesses pessoais.* Outra constante: a situação dos intelectuais, escravos da *servidão do memorial, da servidão do chefe político, do banqueiro, do preguiستا, da casa de hóspedes, do proprietário do jornal e do editor, de todas as peias de conveniência, aquiescência e subserviência que em Portugal prendem os braços.* E não apenas a situação material de quase indigência e de dependência, restos «do tempo em que poetas e cronistas

¹⁰ António José Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*.

¹¹ Luís Forjaz Trigueiros, *Perspectivas*..

¹² Castelo Branco Chaves, *Estudos Críticos*.

eram aves domésticas da ucharia dos fidalgos», mas também a falta de originalidade criadora, segundo ele, o *pelintrismo literário*, o que o leva a denunciar os galicismos e neologismos de Eça, quando a sua prosa está igualmente enriquecida por apropriações alheias. E, ainda, a educação cívica, melhor, a falta de uma educação cívica séria, que a seu ver gera não patriotas mas «patriotasnos» e que verbera em quase todas as páginas de *Os Gatos*. Destas, serão das mais cruéis as que consagra ao enterro do rei D. Luís: *não houve em Portugal ninguém, graças a Deus, que não violasse o respeito da majestade morta, falhando-o em tabuleta de loja de fazenda, em episódio de galhofa, ou em turíbulo infame para abjectos Te-Deuns à majestade viva*. E acrescenta: *No capítulo das manifestações de dor individual chega a ser clônico o sardonismo que a canalha pública fez chispar do luto decretado pelo Sr. José Luciano no Diário do Governo*. Mas as suas explosões de justificada indignação não impedem que ele próprio caia nos mesmos erros que critica e aproveite a fúnebre emergência para, a seu modo, desfeitear o herdeiro do Trono. Verdade seja que as páginas que consagrou, anos mais tarde, à memória de D. Carlos resgatam muitas injustiças que durante o seu reinado não lhe poupou.

Foi sempre, e através de tudo, um emocional e é esta condição que explica as suas contradições e, até, a torrencialidade verbal da sua prosa desmedida, que a paixão, afinal, só enriquecia. Viveu numa época de desagregação, de confusas valorizações insólitas, de artifício moral e social que a rjeza da sua ténpera directa não podia aceitar. António Sardinha, que se interessou sobretudo pelo sentido correctivo da sua doutrinação (cujo lado negativista, no entanto, predominava sobre qualquer eventual esforço construtivo), escreveu: «A Fialho não escapara a causa primacial da ruína pátria. Diagnosticara-a com lucidez na plebe faminta dos partidos políticos, nos desperdícios sem conta dos bodos burocráticos e das sarabandas eleitorais. Tocava com um dedo amestrado de cirurgião na raiz aguda do mal. O que lhe faltou foi uma visão clínica exacta, para apreciar nos menores detalhes a curva histórica da doença». O constante desequilíbrio da sua emoção era, diz Sardinha no mesmo estudo, produto do seu «nihilismo intelectual»¹³. No entanto, Costa Pimpão parece-nos mais próximo da verdade psicológica de Fialho, quando explica que «ele se interessa muito mais pelo antagonismo social do que pelo problema político»¹⁴. Esse antagonismo social é que está na raiz polémica da sua obra e lhe assegura ainda hoje uma actualidade tão aguda que podemos considerá-la, quanto aos quadros de crítica de costumes, tão viva e candente como a de Eça de

¹³ António Sardinha, *Ao Princípio Era o Verbo*.

¹⁴ Costa Pimpão, ob. cit.

Queiroz na recriação de tipos humanos perenes. Se uma certa transformação se deu neste meio século nas condições materiais de vida das classes trabalhadoras, se se verificou uma promoção social, lenta, embora, mas impensável à ilharga do fim do século passado, terão evoluído paralelamente as chamadas classes burguesas — a burocracia, o comércio, a indústria — para lá, é claro, do desenvolvimento exterior ou da figuração aparente desse desenvolvimento? Não falando já da aristocracia, cuja influência social foi diminuindo a ponto de ser hoje, como tal, quase nula, senão inexistente, tendo mesmo desaparecido a «guerra de classes», que Fialho referiu, entre dois estratos sociais opostos e inimigos no mesmo meio — a «autêntica» e a «recém-chegada» — ter-se-á verificado uma verdadeira transformação na mentalidade e comportamento das classes que deveriam ser mais evoluídas? Decerto vai longe o tempo em que Fialho podia escrever amarguradamente: *«A iniciativa particular escandaliza a nossa energia», ou que «aguardamos toda a vida, por um fundo sebastiânico da raça, esse protector misterioso que numa manhã de névoa há-de vir pôr-nos a mesa, arranjar-nos o emprego, casar-nos rico e que, não vindo nunca, constantemente nos impede de ganhar a vida por um trabalho sólido e higiênico»*. Mas nem tudo mudou — e, se fosse possível no nosso tempo o sarcasmo irreverente de um Fialho de Almeida, não deixaria ele, decerto, de flagelar, por exemplo, a permanência na vida nacional daquilo a que, nas páginas reabilitadoras que consagrou ao rei D. Carlos após a sua morte, expressivamente chamou «as intrigas do prato»... Como se impõe também à nossa reflexão a grave síntese das causas do isolamento do monarca e dos seus duros efeitos: *«Se o rei tem tido alguém de mirada dúctil que aconselhando lhe fosse o carinho por certos indivíduos ou grupos capazes de mais cedo ou mais tarde interferir na opinião; se mercê dos conselhos pérfidos dos janotas não tivesse feito um frio nos homens de letras, preferindo guitarristas e contadores de escândalos domésticos; se tem atraído a si, com a sedução dos seus dias de bom humor, os poucos sábios e professores ilustres que houvesse, se tem procurado aproximar-se de certas camadas operárias, dos próceres das classes produtoras e dirigentes, de tudo quanto enfim pôde sentir por um credo; talvez que essa atmosfera de êxito, que os políticos lhe iam tornando mefítica, viesse a oxigenar-se outra vez, possibilitando a floração irasolar do princípio monárquico, tanchando no solo português com oitocentos anos de raízes, e perfeitamente apto à prática da mais larga democracia, e à evolução de quantas remodelagens necessitem os povos para atingir a meta da liberdade política e da fortuna.»*

De *Pasquinadas* à última página do último volume de *Os Gatos Fialho* é sempre mais panfletário do que polemista. Se o foi, terá sido um polemista

sem polémicas. Uma ou outra carta — a Eça de Queiroz, por exemplo — uma ou outra réplica, não podem ser consideradas propriamente como «polémica» e sobretudo polémica no sentido de debate com larga projecção no pensamento ou nos costumes nacionais. A sua obra é feita de espadeiradas na água. Esbracejava, escrevendo. Investivava, não discutia. Empenhou-se toda a vida num duro prélio, mas um prélio solitário. Algumas das suas páginas mais contundentes, como as que consagrou à obra e à figura de Eça de Queiroz, são trechos de necrologia crítica. Será ousado dizer (e nenhum documento conheço que me permita fazê-lo) que Fialho de Almeida evitava a controvérsia directa e procurava os alvos das suas objecções quando estes já não podiam defender-se. O tom panfletário era um modo de expressão natural que as circunstâncias ambientes impunham — mas (salvo no caso das figuras reais) contra ideias, instituições, costumes, mais do que contra pessoas que pudessem replicar-lhe. Aliás, respondendo às acusações, que lhe faziam, de servir-se de um estilo destemperado, Fialho escreveu: (...) *como é que os meus censores exigem que eu escreva em estilo nobre, se muitos dos meus assuntos de «Os Gatos» são trazidos a público numa intenção de sátira candente, se da própria torpeza deles brotam a deletéria tessitura e o estilo malcriado e por vezes obsceno das objurgatórias com que os trato? Não querem entender esse asnos que a linguagem de panfleto não se fez para pessoas sexuais e que a única fórmula jornalística capaz de, à hora presente, ferir fundo, deve ser aquela que esbofeteia a hipocrisia infame da sociedade egoísta e sifilítica que nos cerca.*

Estas, sem dúvida, as razões éticas da sua atitude formal. Antes delas e para além delas, estavam, porém, muitas outras motivações de ordem congénita e funcional. Com isto, uma vocação literária que o levava a servir-se da palavra — nota Jacinto do Prado Coelho — «numa espécie de embriaguez pessoal»: «Escreveu por íntima necessidade, não só — o que também acontece — pelo gosto de mostrar em atitudes fictícias, alardeando virtuosismo, mas para exprimir sensações, obsessões íntimas e quimeras, manejando a palavra numa espécie de embriaguez ritual ¹⁵.

Mas este exibicionismo não excluía sinceridade autenticidade: «No entanto subsiste nele uma visceral autenticidade» ¹⁶. Essa autenticidade credencia a sua voz, legítima até certo ponto os desmandos de uma cólera incontinente. Sensações e emoções, rebeldia e libelo, irreverência e penitência, fazem parte do mesmo todo individual e as suas fundas raízes pertencem a uma vis muito portuguesa: a da ironia, contundente pelo ridículo mas pedagógica pelo panfleto, coerente, apesar de desigual, que vem de longe,

¹⁵ Jacinto do Prado Coelho, *Problemática da História Literária*.

¹⁶ Jacinto do Prado Coelho, ob. cit.

das cantigas de escárnio e mal-dizer medievais. A família é a mesma, só os processos diferem. Como seria outro hoje, decerto, o tom em que se exprimiria um novo Fialho, que nos falta, como ele ardendo de um saudável inconformismo e como ele preservando, com a profunda autenticidade da sua paixão, os erros ou injustiças a que essa paixão o levasse ¹⁷.

1967

¹⁷ *As Grandes Polémicas Portuguesas.*

TOMAZ DE FIGUEIREDO: A POSSE DE UM ESTILO

Durante muito tempo tenho convivido com as figuras retabulares dos contos de Tomaz de Figueiredo em *Vida de Cão*, retabulares, insisto, não por qualquer alusão religiosa de altar ou voto, nada disso, mas pelo forte quociente animico que carregam na representação pictórica e literária tal como nas imagens em que a alma tem de ser a primeira resposta do tema á tecnica do artista. Afinal, a sua sobrevivência como arte. É sempre assim com as figuras de Tomaz de Figueiredo, elas saltam das quatro paredes do «trompe-l'oeil» regional em que propositadamente o escritor parece querer fecha-las e logo se dilatam e, rápido, se universalizam como que a demonstrar que a comunicação humana em literatura pode surgir de uma sala de jantar de pensão de provincia ou irromper, como se esperasse por nós, leitor, para nos agarrar, no topo de musgosas escaleiras graníticas onde não a suspeitavamos, distraídos como iamos com o resto. Com a sua variada tipologia, com o deserto visível de recordações já secas que Tomaz de Figueiredo nos oferece num dos estilos mais pessoais de escritor português deste tempo, vamos acordando para as nossas próprias recordações delidas e então nos isolamos com essa tipologia tão particularizada em sua aparência rural ou suburbana, essa burguesia de provincia que até parece já nem haver mais, mas sabemos que ainda há; com Tomaz de Figueiredo percorremos uma Coimbra de memória muito pouco imaginária e desde logo atmosfera, costumes, tipos, nos envolvem e nos agarram; assistimos com ele ao julgamento daquele marido pacífico que assassinara a mulher, virtuosíssima e esmoler, e no julgamento conta porque em criança matara uma gata, que adorava, mas lhe arreganhava os dentes e as unhas este porventura um dos contos melhor urdidos e mais pungentes de toda a nossa literatura, e sempre

o escritor, neste como em todos os outros seus livros de ficção, mesmo aqueles em que a sagacidade do real apreendido se oculta — se é que se oculta — na sátira ou no pícaro, sempre Tomaz de Figueiredo nos lembra que a vida mais insípida em seus visíveis passos pode transpirar de secretas existências múltiplas tanto mais que outras cheias de aventura ou aventuras.

Não menos importante ainda é que ao ler a última história do seu livro nos tome uma sensação de quase física fartura, de satisfação a essa fome que hoje tantas vezes nos inquieta, fome de um estilo assim, rico em proteínas, estilo ao mesmo tempo substancial e essencial que parece reservado a cada vez menos escritores, sobretudo neste país em que os vários compartimentos literários encerram diferentes gamas decorativas, adrede adaptadas, desde a secura do sómente ideológico á prolixidade virtuosística, desde o impressionismo visual a uma espécie de realismo ardiloso.

Em *Vida de Cão*, livro integrado numa série de *Obras Completas* que permitem já um juízo de conjunto indispensável ao conhecimento quanto possível exacto de um autor da qualidade deste após aquelas provas de continuidade e de unidade que são credencial de uma vocação, depuram-se características de estilo e de tom que lhe deram já indisputavel lugar na nossa literatura contemporânea. Creio que é a esta luz critica que deverá um dia ser amplamente examinada a obra de Tomaz de Figueiredo: como totalidade. A associação do lírico e do pícaro, do psicológico e do social (ambas as vertentes se intervalorisando), da plena associação ontológica entre «escrever e ser» como, aliás, ele próprio defendeu e exemplifica, uma arte de escrever em que criar é qualquer coisa de radical e que por aí reverte do mistério genésico. Por isso tenho defendido pertencer a obra de Tomaz de Figueiredo a uma dada linha portuguesa, na qual a criação literária surge como um produto simultâneo do intelectual, do visual, do sensorial, recusando-se naturalmente aos panejamentos ornamentais verbalistas porque obedece a designios que sendo virados para a realidade das figuras e do seu comportamento são, afinal, o contrário do figurativo literário: a imaginação e a observação visuais são corrigidas, ordenadas, pela consciente gravidade de quem sabe que não escreve por acaso, jogo ou atitude.

Sem se recusar a um pessimismo idealista que mergulha em fundas raízes da nossa tradição literária, mais de épicos desencantados do que de psicologistas, Tomaz de Figueiredo usa o seu estilo pessoal de escritor como um instrumento (sempre dominado pela inteligência) de aprofundamento humano. De *A Toca do Lobo* e *Nó Cego* a «*Vida de Cão*» vai um percurso muito coerente, sem solução de continuidade no aproveitamento de uma variada experiência vital transposta para a ficção em figuras de que a cabeça, tronco e membros supuram por todos os lados, intacta, a essencialidade das almas. E quando aqui e além — caso do conto «*Umas horas agradáveis*»,

tão mordaz e agudo, no entanto! — espreita a tentação do anedótico, cemitério de tanto escritor bem dotado, a que falta, no entanto, o dom vigilante de uma severa contenção eis que o respeito pelo estilo sobreleva a tudo o mais e logo a história se liberta, hierática na dignidade inerente a este outro gênero de realismo que perscruta sem a voluntariedade introspectiva, antes é como que o espelho de um longo caminhar por estradas, veredas e carreiros, em solo liso ou a corta-mato (ou não fosse Tomaz de Figueredo caçador!), assim conciliando diversos prismas de visão e de realização, repito: o poético, o social, até o fantástico. E que tudo, afinal, se resume nesta virtude primeira que explica o mais: a posse de um estilo e como se sabe é o estilo que, diferenciando o escritor, o torna simultaneamente mais pessoal e mais relacionável, mais aderente ao mundo alheio. Nem só a linguagem, nem só o tema. Também uma dada atmosfera literária. Por isso o chamado «estilo pessoal» é insusceptível de rápidas autópsias críticas, mais fáceis em obra de prosador típico mas a que se recusa um corpo *vivo e quente* como é a prosa de Tomaz de Figueiredo. E é esta condição vital que respira em cada página dos livros de tão autêntico escritor, mais: de tão autêntico ficcionista que serve a sua vocação com a melhor consciência da arte e do ofício. «...*somente a arte eterniza; ela, só, autônoma, astro de luz própria, sol que alumia, e não lua ou beco, invisíveis sem essa luz consequências da Luz primeira*», escreve ele no conto «Futura ossada burguesa».

1969

CARLOS MALHEIRO DIAS, IMPRESSIONISTA SOCIAL

Não se trata de um «mistério» crítico-biográfico, mas não é a primeira vez que relendo Malheiro Dias, recordando o seu longo e árduo trânsito literário, sinto a tentação de um trabalho fascinante que procurarei apenas enunciar e que é o do perfil do escritor Malheiro Dias e do homem Malheiro Dias, tão paralelos que não podem encontrar-se ambos, tão complexos que, no entanto, ambos se completam e identificam. Isto é, Malheiro Dias personagem de si-próprio, protagonista do romance interior que não escreveu.

Não se trata de um mistério: cada um carrega em seus subterrâneos a matéria da mais verdadeira ficção, aquela que todos os dias flui do seu real. E no caso de Carlos Malheiro Dias de tal forma avultam para quem se detenha sobre a vida e sua obra, as analogias e antinomias, próprias da natureza humana, que nada poderá surpreender-nos. As asperezas de uma dura vida têm o seu contraponto na serenidade de um estilo trabalhado e sereno; a imediatidade da intervenção política, sempre, aliás, servida pelo esmero da prosa, não exclui, sequer nas páginas de maior e mais apaixonado frémito polemístico, o equilíbrio do aplicado estudioso da história pátria; o desencanto dos homens não lhe tolheu jamais, pelo contrário, a generosidade e o idealismo que nimba não só muitas das personagens do que há de melhor na sua ficção, mas, para além delas, a intenção superior da obra, a sua “moralidade”, implícita ou não.

Monárquico, devem-se-lhe algumas das mais comovedoras páginas que a figura e o drama do Rei D. Carlos sugeriram, e um retrato exemplar da Rainha D. Amélia — mas as convicções do escritor-historiador não impediram que fizesse, não só na crónica mas também em páginas de

romance, por isso mesmo de maior durabilidade, o honesto e imparcial processo do sistema. De escola realista, influenciado por Eça de Queiroz, teve o raro mérito não só de não ocultar essa influência mas de ajustá-la ao seu talento próprio, contrariamente ao que viria a suceder, tempos fora, com tantos romancistas que procurando segui-lo, sempre o negaram e algumas vezes, tentaram até minimisá-lo. Mas, realista, o seu realismo era afinal uma forma de realismo-romântico, se assim se pode dizer. Era sobretudo na forma, no estilo narrativo, que o escritor temperava a sua visão romântica do Mundo, dos homens e dos factos. Demasiado escritor para fazer investigação histórica, deixou centenas de páginas sem o conhecimento das quais não se pode julgar já hoje não só episódios do passado mas sobretudo acontecimentos de seus contemporâneos. Não lembrando (nem seria preciso) as que promoveu e à frente de todas a monumental *História da Colonização Portuguesa no Brasil* que não poudé completar e de que não me cabe falar nestes apontamentos de leitura ou releitura da obra do ficcionista e do jornalista. Tal como deixarei para outra oportunidade as páginas, históricas e polémicas, de obras de consulta muito aconselhavel como *Do desafio à debandada*, *Zona de Tufões*, *Entre Precipícios*, ou, ainda, *Em Redor de um Grande Drama/Subsidios para a História da Sociedade Portuguesa*, 1908 a 1913. Três livros de ficção, fundamentais — *Os Teles de Albergaria*, *O Filho das Hervas e Paixão de Maria do Céu* — cada um deles suscitaria, pela carga de sugestões e alusões, mais demorada análise, e cada um também, na diversidade dos temas, o mereceria. Na área social em *O Filho das Hervas*, pelo vigor da denúncia e pela firmeza no desenho dos caractéres; em *Os Teles de Albergaria*, romance de uma família mas ainda, ou sobretudo, de uma sociedade; *Paixão de Maria do Céu*, sem dúvida a sua obra mais conseguida, a mais “redonda” na construção técnica em qualquer parte, e em qualquer tempo, na qual as limitações do que se chama usualmente Romance Histórico são largamente superadas pelo vigor estilístico da reconstituição e da recriação, pela dramaticidade das situações, pela credibilidade humana das figuras em seu comportamento subjectivo. Não me ocuparei de *A Mulata*, obra que nunca li, como nunca li *Cenários*, primeiro livro de Malheiro Dias, publicado aos 19 anos, no Rio de Janeiro, mas no qual, segundo seus críticos mais informados, se revelava já o pendor narrativo para os grandes quadros históricos. Mas a ambos, o escritor enjeitou e no caso de *A Mulata* talvez nem tanto pela controvérsia e reparos que decerto justificadamente provocou quanto pelas carências de estilo e de estrutura, bem desculpáveis num escritor extremamente jovem.

Convidado a dizer aqui * algumas palavras no centenário de Malheiro

* Academia Brasileira de Letras

Dias optei pelo cronista, confinado às obras que pude ler na vossa Biblioteca, longe como estou da minha própria, na qual figura toda a obra de Malheiro Dias menos os dois livros referidos e o volume de crónicas *A Verdade Nua*, que só agora, aqui no Rio de Janeiro, viria a ler, tenho a honra de possuir em Lisboa, muitos deles autografados pelo autor, em oferta a meu Pai de quem foi amigo. A meu Pai, devo aliás, a iniciação na obra de Malheiro Dias e a frequente evocação do amigo ausente e ele despertou em mim, criança ainda, o interesse e o apreço que viria a confirmar mais tarde, quando melhor pude julgar, aferir e situar o autor. E recorro, também, ao ensaio que Joaquim Paço d'Arcos leu no Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros, em 1958, em Salvador e posteriormente publicado em volume.

Volto ao tema: eis Carlos Malheiro Dias evocado agora e de novo, como disse, a complexidade da sua vocação avulta, ao conviver mais uma vez com o painel variado em que ela se cumpriu e representa. E então outra faceta se nos depara e talvez mais rica, e se intersecciona com as outras e sem dominá-las se lhes ajusta e as completa; a do cronista que ele também foi, a do jornalista de rasgo e de vasta respiração literária, escritor quando jornalista e de certo modo jornalista quando se faz testemunha, nas suas evocações históricas, de episódios ou acontecimentos que não viveu. Jornalista, tal como vejo a função e tal como procurei, anos seguidos, exercê-la: não fugaz anotador de factos, mas homem que tem a exacta consciência de que não basta viver o seu tempo, tem de reflecti-lo e comentá-lo. Assim, a sua obra de cronista político é a de alguém que se sabe chamado à consciência de uma responsabilidade moral e cívica, mas reflectindo a concepção do Mundo em que o seu espírito se formou, este havia de evoluir com ela. Daí a quebra, o corte incisivo que separa a sua curta obra romanesca inicial, da sua obra doutrinária e das suas exortações nacionais. E também nisto não há qualquer mistério apenas o fluir das emoções e das experiências a acordarem o homem de acção que de início procurava realizar-se através da recriação dos outros. A partir de um dado momento, Malheiro Dias assume o seu tempo e é aí que passa a ser, repito, personagem de si próprio. E repare-se, também, nesta contradição só aparente: a maior parte da obra de imaginação de Carlos Malheiro Dias é contemporânea da sua fase de mais intensa actividade jornalística: comentador esclarecido, mesmo se apaixonado, dos acontecimentos, era na elaboração romanesca que, de princípio, Malheiro Dias se refugiava.

As suas *Cartas de Lisboa*, três volumes que tantas vezes li e reli, datam dos primeiros dez anos deste século; o romance *Os Teles de Albergaria* foi escrito entre 1900 e 1901. Sucessivamente, o homem de acção, que ele era, encontra no jornalismo, a sua forma de verdadeira

militância, e sempre as suas crónicas reflectem o crítico de costumes que foi em seus romances. Por isso estes assimilam tendências diversas, mas não opostas, da sua arte. Eles revertem da história, da crónica, da reportagem e de certo também por isso, pelo entrosamento entre a literatura e a vida, de que a sua personagem humana foi exemplo, o romancista faz o leitor aderir rapidamente à história contada, desenvolve uma intriga, define caracteres, apaga-se perante seus bonecos — condição do romancista verdadeiro. E sem custo imaginamos até onde poderia ter chegado, liberto das primeiras influências formais da mocidade, se nos pudesse ter transmitido, nas obras de ficção que não escreveu, o animado friso psicológico da vida e da sociedade lisboetas do seu tempo. Tudo está, porém, em termos de crónica, na sua obra de jornalista. E, que eu saiba, ninguém melhor do que Josué Montello disse até hoje, num artigo há pouco mais de um mês publicado no *Jornal do Brasil*, da sua garra de jornalista insigne: um grande cronista, afinal, visto por outro. Ao recordar as páginas consagradas por Malheiro Dias, à descrição do ambiente lisboeta nos dias que se seguiram ao regicídio de 1908, lembra Josué Montello ter sido ele o “cronista primoroso desse período sangrento da História de Portugal”. E escreve: “Em vez de encadear acontecimentos militares e políticos, encadeou cenas da vida urbana. E o certo é que conduzidos por sua pena de escritor, temos a sensação nítida de rever a cidade, com o povo nas ruas”. Os trechos que então Josué Montello transcreveu são o exemplo de quanto o conhecimento da obra de cronista, do escritor que estamos evocando, é indispensável a qualquer estudo sociológico de um período que era até há pouco considerado o mais conturbado da vida portuguesa desde há século e meio, de um longo ciclo dramático, de divisão e de fissuras, afinal reaberto agora. Mas sempre, em Carlos Malheiro Dias, a sua pena de romancista foi a de um puro artista, artista na visão pictórica, sobretudo dos largos horizontes:

Em frente à janela, escreve em Os Telles de Albergaria, contemplava a paisagem abundante, os campos onde fumegavam as moreiras fermentando ao sol: mantos verdes de pinhais cobrindo lombas da serra: uma calíça da capela faiscando ao longe entre sobreiros. E no vale fecundo onde os restolhos punham imensas nódoas de oiro, a álea dos choupos que sacudiam sobre a terra as derradeiras folhas outoniças. Longe a longe, havia uma leira já lavrada, pronta para a sementeira e até ao lardo o ténue fundo azulado das moreias subia, como se montes pesados de ervas ardessem. “Tradicionalista à maneira barresiana (e a presença de Barrès há-de sentir-se em muitas páginas da sua última fase) Malheiro Dias, homem da cidade pois nascera no Porto, entendia os apelos vitais da terra. A sua fidelidade aos valores tradicionais também não sacrificou a verdade

histórica de suas evocações, mesmo se em termos de ficção: *As velhas fachadas falavam do amoroso e estremecido vulto do passado; as rudes quelhas da existência sóbria daquele povo dócil e humilde — e era de espantar pensando bem, como um sopro de vida arrimava ainda a ventusta cidade, desapossada de privilégios, evacuada das suas célebres indústrias, com os fidalgos reduzidos a parcimonia, o povo à miséria, os castelos reduzidos a ruínas...* Sempre o rigor da verdade histórica a sobrepor-se honestamente à sua firme tendência ideológica, e através de tudo, a sua fidelidade aos princípios que comandaram a sua vida pessoal.

“Cronista admirável que repartiu a sua vida entre o Brasil e Portugal”, escreveu também Josué Montello. Bem o sabemos todos, nesta casa para a qual Malheiro Dias entrou como Sócio Correspondente em 1907, apenas com 32 anos. Aqui, vossos antecessores o elegeram para a cadeira de Eça de Queiroz, por proposta de Euclides da Cunha, Salvador de Mendonça e Olavo Bilac. Alta responsabilidade para um escritor tão moço soube corresponder-lhe, penso, na obra de “luso-brasilismo”, como diria Nuno Simões, á qual, no Brasil ou em Portugal, haveria de consagrar a sua vida. Da sua estreia literária em 1883, aos 18 anos, na revista *A Semana*, da sua carreira literária em Lisboa, Director da *Ilustração Portuguesa*, que renovou a “revista ilustrada”, como então se dizia, e mais tarde, já fixado no Brasil, a direcção de *A Revista da Semana*, cerca de 1914 e posteriormente, a fundação, e ao lado de Assis Chateaubriand, de *O Cruzeiro*; e na chefia da colónia portuguesa no Brasil á qual deu a estrutura e o sentido de grande instituição moral e política, que sempre foi e continua a ser, vai um extenso e acidentado percurso que só termina no seu derradeiro regresso a Lisboa, poucos anos antes da sua morte. Percurso decerto literariamente rico, mas de experiências diversas, tributo dos que usam espremer à vida todo o sumo.

Ao Rio de Janeiro conheceu-o e amou-o como se tivesse sido aqui o seu berço, e de certo modo o foi, pois afinal o embalou na idade adulta embora, com o vosso desvêlo e carinho naturais. Foi, em jornais de aqui e de Portugal, o cronista que escondia — mesmo quando não estava escrevendo ideias ou de factos políticos — sob uma aparência de observador desprendido, a mais funda atenção aos costumes e ao pormenor para através deles fixar o traço essencial do tempo. E ainda agora, ao ler crónicas recolhidas em *A Verdade Nua* foi um outro Rio de Janeiro, que já não cheguei a conhecer, que se me deparou, certamente tão real e exacto, quanto a outra Lisboa, a de seus artigos e correspondências jornalísticas e de que ainda pude recolher algo da paisagem humana por ele testemunhada. Um certo Rio de Janeiro do “Café Assyrio”, como ele o descreve: *Nesse cenário (...) representa-se a leve comédia humana de todas as*

noites. Há uma orquestra feminina. A violinista M. L. (com discrição que deve ter sido somente relativa, Malheiro Dias refere-se pelas iniciais) recém oxigenada, “*quel dommage, Madame*” — e partidária da Liga contra o espartilho, guiando um quinteto vestido branco, toca com o arco nervoso trechos melódiosos que espiritualizam a tarefa prosaica da nutrição, porque, de facto e com todas aquelas complicações de arquitectura oriental, luzes de tom de nacar, fontes silenciosas e violinos que suspiram e gemem em francês acordes de valsas vienenses — está-se num templo ao deus — estômago. Entre as colunas caneladas vagueiam “boys” vestidos de encarnado. Os criados, vagamente escanhoados, dançam a monótona quadrilha de “*jongleurs*”, conduzindo e recolhendo infundavelmente pratos, copos, garrafas e talheres. A clientela é de todos os géneros, desde o escarpimao sapato de lona, desde a “*Claque*” ao chapéu de palha: heterogênea de aspectos e cosmopolita de proveniência. Os americanos, concidadãos de Mr. e Mrs. Wilson, são frequentadores assíduos. Há banqueiros, “*brasseurs d'affaires*”, “moços”, dentistas, risonhos e satisfeitos, que jantam com champagne e com “girls” loiras e, em ebulição, como o “champagne”, alguns diplomatas, em tirocinio ou em expectativa, alguns estroinas, alguns políticos e, às vezes, alguns poucos, casais elegantes. Tudo polvilhado de “*petites-femmes...*” Um quadro de Toulouse Lautrec ou uma página de Maupassant? O próprio vocabulário estrangeiro aqui entra com insistência para que o leitor adira melhor à ambiência da chamada “*belle époque*”, em suas conotações sociais, à ilharga do Municipal... Mas neste caso como em muitos outros da sua obra de cronista, o tom displicente ou irónico não apaga o observador atento sob a frivolidade aparente do virtuosismo verbal: um estilo, o seu, cuidadosamente vigiado e trabalhado.

E talvez que esta palavra “estilo” possa conter mais uma chave, porventura se afigure menos acessível, do tal “mistério” na complexa personalidade do escritor. Sabe-se hoje, decerto, que romancista não tem de ser forçosamente, um lavrante da palavra e que a preocupação plástica da sua busca, pode tolher o fluxo criador, na sua própria fonte. Mas se é função do romancista aprender as formas do universo interior de cada um e do Mundo exterior em que o homem se move, focalizando segundo a sua óptica os dados reais que captou, só um estilo literário pessoal poderá legitimar esse desígnio. Se o realismo naturalista não fixa todas as faces do objecto na mesma superfície, mas separadamente cada uma delas, Carlos Malheiro Dias, procura *vestir*, com o seu estilo flexível a realidade objectiva, enquanto a sua propensão de psicólogo e crítico detecta nas personagens vivências bem mais profundas e subtis. A sua inserção num contexto social faz o resto e daí resulta, sobretudo nos romances *Paixão de*

Maria do Céu e Os Telles de Albergaria como que uma aglutinação cénica, melhor: uma antecipação cinematográfica (estávamos então nos dois primeiros anos do século...) uma antecipação cinematográfica, até pelo ritmo diversificado e amplo da acção.

Mas se alguns anos mais tarde, se soube ser possível — e hoje já não é tanto assim — dispensar ao romancista, confrontado com novos problemas e novas técnicas, a inventiva estilística ou o impulso idiomático (que na literatura portuguesa tem em Aquilino, Nemésio, Tomaz de Figueiredo ou Agustina Bessa Luís, alguns dos seus exemplos contemporâneos), o que um romancista de qualquer escola ou simpatia estética não pode dispensar-se é a intimidade da palavra e não tanto na convivência da sua genealogia ou percurso quanto nos matizes que fazem a autonomia subjectiva da escrita.

Por isso, autores há que, escrevendo numa linguagem escoreita, outros que procuram exprimir-se em termos originais e outros que desdenham propositadamente a dignidade da palavra como tal — e não conseguem dar um estilo à sua obra — como pessoas há, mesmo se inteligentes e eficazes, que não conseguem dar um *estilo* à sua vida.

Quando em 1934, último ano da sua carreira de escritor, pois Carlos Malheiro Dias seria tolhido pela doença em 1935, o escritor pronuncia em São Paulo a sua conferência sobre *Camões e a Raça*, eis que deparando-se-lhe no seu próprio texto um passo de mais tribúncia eloquência, logo procura travar o ímpeto em que a sua oração se ia despenhando. E proclama: *Não façamos literatura!* Explica a seguir: *Não façamos literatura. Foi a literatura que blandiciosamente, com seus entorpecentes, seus requintes, seus artificios, seu estilo pretensioso, nos ofereceu uma visão corrigida e falsificada da raça.* A apostila a um trecho que porventura achou ser mais “literário”, no sentido que a seguir definiria pejorativamente, ficou no entanto lá — e está publicado em volume, pois fazia parte de um dado contexto e até serviu para justificar a reflexão, polémica. Foi-lhe pretexto para uma tomada de posição.

Aí o escritor insurge-se contra a Literatura — no sentido de excesso verbal, desfiguração, roupagem inútil — e por isso não se tratava de um tardio arrependimento pois não foi essa a “literatura” que ele fez. Foi sempre, porém, mesmo quando não escrevia “literatura”, “homem de letras”, isso sim, homem de letras senhor do seu ofício e seguro do seu destino, até quando este o atraía. E talvez neste derradeiro grito “não façamos literatura!” se contenha a explicação do seu silêncio de romancista que entendeu num dado momento e face à realidade histórica do seu tempo que para ser mais interveniente e objectiva a sua acção pública, teria de ser outro e não o que escolhera e amava, o estilo literário como instrumento

operacional. Transposto para a crónica, para o ensaio, para a grande reportagem, e para o moralismo implícito, ficou mais directo esse estilo, mais limpo das tentações da imaginação. Optou por ficar vivo entre gente viva, escrevendo de História ou de gente viva e real. E sem dúvida que a conferência *Exortação á Mocidade* que escreveu em 1924 para ler em Coimbra, na Universidade, a convite de Eugénio de Castro em nome do Conselho da Faculdade de Letras e que acabaria por ser proibida e posteriormente publicada pelo autor (foi célebre na época a sua polémica com António Sérgio) correspondeu a essa imposição de espírito.

E no entanto com razão João Gaspar Simões, ponde escrever: *Carlos Malheiro Dias deveria ter sido o nosso maior romancista depois de Eça de Queiroz. É mesmo justo dizer que ele tinha as virtudes sem ter os defeitos... Infelizmente Carlos Malheiro Dias abandonou o seu posto.* “Não façamos literatura?”. Decerto. Não façamos da literatura um meio, porque uma máscara, um artifício ou um analgésico. Sobretudo não deixemos, como ele não deixou, mesmo sacrificando uma vocação inegável, que a literatura sirva para esquecer ou ocultar o dever de qualquer homem para consigo próprio e para com os outros. Mas *façamos literatura*, isso sim, se tal for do nosso destino e vocação, amando-a servindo-a e vivendo-a. E não lhe renunciemos nem abdicuemos: somos já muitos hoje, vamos sendo cada vez mais, os que temos a triste oportunidade de aprender ou confirmar que uma Nação alheia ou hostil aos valores culturais da pura criação individual, da arte, e portanto da arte literária, carrega já nessa recusa todos os trágicos sinais do seu colapso.

Creio, afinal, não ter havido qualquer mistério, fissuras ou ambiguidade no complexo trânsito humano e intelectual de Carlos Malheiro Dias. Prosador, romancista, historiador, jornalista, cronista, orador, ele foi sobretudo, digamos assim, um impressionista social. E se há aparente contradição nessa legenda, penso que até por isso ela ser-lhe-ia grata.

1975

VITORINO NEMÉSIO E A FESTA DE ESCREVER

Foi ainda adolescente que descobri o ficcionista Vitorino Nemésio e embora, nesse ano de 1931 ele, tivesse já publicado duas obras de ficção — *Paço do Milhafre* e *Varanda de Pilatos* — nenhuma delas eu lera, interessado como estava, pelos autores clássicos portugueses ou solicitado pelos escritores dessa primeira metade do século que iam marcando a minha juventude: Afonso Lopes Vieira, Raul Brandão, Carlos Malheiro Dias, António Patrício e pelos doutrinários do Integralismo, à frente o ensaio polémico ou de correcção histórica, e também a poesia, de António Sardinha. Por esse tempo começaria a ser atraído pelas vertentes estéticas da recentíssima *Presença* que de Coimbra vinha pondo em termos portugueses na crítica e no romance a contemporaneidade da *Nouvelle Revue Française*. Reconheço sem esforço a heterogeneidade destas opções pessoais, surpreendentes e talvez mesmo escandalosas, na época, para o rigor exigente de alguns dos meus mestres, parentes, e amigos mais chegados. Na verdade, nunca tive qualquer motivo para afastar-me dessa diversificação na preferência e nos gostos, tantas vezes contraditórios. Penso, pelo contrário, que ela me terá salvo dos perigos da rigidez sectária, dos extremismos alienantes, sem prejuízo — e tenho nisso muita satisfação — da firmeza das opções fundamentais que já então fizera, em matéria extra literária.

Não lera, pois, o primeiro livro de contos e o primeiro romance de Vitorino Nemésio. Estava então, este, no início da sua carreira literária (embora tivesse publicado em 1916 e em 1922 as suas primeiras obras de poesia) e preparava, exactamente para esse ano, o seu doutoramento em Lisboa.

Foi por isso uma revelação para mim, a descoberta do ficcionista e «descobri-lo» numa pequena obra de ficção que em rigor não era ficção, nem

se apresentava como tal, pois se tratava tecnicamente de uma breve crónica, publicada no *Diário de Lisboa*... E no entanto, nessa página de jornalismo, de 1931, condensavam-se já, reveladoramente, todas as componentes da sua grande ficção, da que fora publicada anteriormente (apesar de Nemésio ter omitido em reedições alguns dos seus primeiros contos) e daquela que durante dezoito anos — pois o seu último livro de contos, *O Mistério do Paço do Milhafre* é de 1949 — viria a publicar, à frente de todas o romance *Mau Tempo no Canal*, considerado desde logo pela crítica mais responsável como uma das obras-primas da ficção portuguesa deste século.

Se tivessémos idade, experiência e preparação para tanto ter-nos-ia fornecido, então, essa crónica de jornal algumas pistas fundamentais para a intelecção da obra nemesiana já publicada. É evidente que tal não me ocorreu, mas desde logo julgo ter entendido para lá da força e da originalidade de uma escrita que não se parecia com nenhuma outra, o sentido das nuances psicológicas das personagens, a capacidade de reduzir, por assim dizer, uma linguagem mais rica, como a sua, a certa sobriedade óssea na descrição dos ambientes e, sobretudo, a atmosfera impressiva, mas não impressionista, do interior de uma farmácia de cidade açoriana do princípio do século, cidade ou vila, que mais tarde poderia ser identificada com a Horta ou seus arredores, pois em *Mau Tempo no Canal* a vamos de certo modo reencontrar na botica de Jacinto Garcia.

Essa página de Nemésio, então apenas com 30 anos de idade (e há razões para supor que ela é anterior à sua publicação) não vim a encontrá-la reproduzida em qualquer das suas colectâneas de crónicas, embora uma ou outra das figuras intervenientes na acção — bem extática acção, passe o paradoxo! — figurem, de passagem noutros livros seus. Creio que poucos a conhecem. Muitos anos mais tarde, cerca de 1960, se não erro, consegui encontrar o velho caderno de capa de oleado em que o estudante, literato-amador, colava os artigos de jornal que o iam interessando, e mostrei-o, uma noite, em minha casa, a Vitorino Nemésio. Não se lembrava da crónica. Pediu-me que fizesse uma fotocópia. Fiz. Tempos depois confessou-me que a perdera. Episódio que nos dá um traço da sua personalidade tão complexa: exigente, no apuro do estilo tão pessoal, na precisão da palavra certa, fosse encontrá-la mesmo em esquecidos arcaísmos, na mais actualizada terminologia científica ou, como neste caso, nos manuais de farmacopeia, rudimentar ou não. Ou inventando-a, de pleno direito e fundamentação, quando não lhe bastasse o vocabulário corrente, mas, por outro lado, displicente e descuidado com o destino «material» da sua obra, como se depois de a ter criado ela já não lhe pertencesse... Não resisto a reproduzir alguns trechos dessa velha página de Vitorino Nemésio,

como significativa que é, de um certo tipo de realismo regionalista, que também era comum na sua ficção. O título, tropologicamente irónico, era *Desportos de Inverno*, ironia que não excluía uma implícita carga de amargura:

«Na botica da vila à luz Wisard dança a pequenina farandola. Está tudo verde, cor de mar e de bicho-frade. Lá fora ouvem-se os primeiros tamancos da noitinha, enrolados em lodaçal. Cai um chuvisco peguinhento.

«A esta hora, pergunto eu, tão discreta e silente, tão insignificante nesta Vila da hábitos seculares, imutáveis, pingados do eterno conta-gotas de Chronos, como coisa letal e indiferente, que se passa no mundo civilizado e sem boticas? Sim, porque as farmácias de montra orgulhosa e caixas cubistas cheias de esponjas, de cartazes mecânicos com tenazes que figuram a dor, (Anticefaleina) não têm nada que ver com estas discretas casa de má língua e de emunctório.

«Lá fora chove. O frio adelgaçou. Na botica entre um capote rodado, que remata num capindó. Fecha-se um guarda-chuva de varetas rebeldes à anilha.

— Boa noite, Luisinho.

— Boa noite, João Mendes.

Todas as noites, desde que os dias são curtos, estes dois homens se juntam a um terceiro, que chega um pouco mais tarde, que também tem um capote rodado, de cabeça e sobraça uma pasta cheia de papéis com cifrões. É o Sr. Jozéinho do passeio, recebedor do éario.

— Boa noite, Luisinho.

— Boa noite, meu irmão.

— Como está, Sr. João Mendes.

O Sr. João Mendes está muito bem, muito obrigado. No entanto, jantou sem apetite. Queixa-se do preço do peixe, diz como gosta de batata e relata o processo de desinvolução da sua azia com resignação e comedimento. Distraído, vagando entre o mesão e os garrafões de xarope (é tempo de gripe epidémica) o Sr. Luizinho receita bicarbonato ao Sr. João Mendes. Há uma pausa desértica. O relógio de pêndulo dá horas (*Vulnerant omnes última necat*). E lá fora chove com ímpeto ao sopro do vento carpinteiro.

— Tem feito um tempo! — diz o dono da casa.

— Esta tarde quando cheguei da recebedoria tive de mudar a farpela acrescenta o Sr. Jozéinho.

Hum, o vento está do cume, a lua é nova: têmola para semanas, conclui o Sr. João Mendes, cujo olhar percuciente vara as vidraças escorridas.

O diálogo decorre depois no desfastio morno da falta de assunto, na ingenuidade da pilhéria fácil.

«Passos ao longe, na lama. Um garoto entrou na botica e pediu «pez de Borgonha»; e o estropear do nome à droga deu tema para os três vultos no desenrolar daquela noite:

— *Pés de Vergonha, pés de vergonha...*

O riso, a princípio, é um tintinabulo; vai afrouxando e arrasta recordações... O Sr. Luisinho entrou de praticante para a botica, a 12 de Janeiro de 1881, onze anos depois da perda da Alsácia e Lorena. Há cinquenta anos que manipula, doseia, mistura, pisa e pesa. Há meio século que maneja a espátula do mesmo quadradinho de mármore, de veios polidos butiroso do atrito das pomadas»...

Dáí para diante, o Sr. Luisinho recorda — e quanta recordação, lembrança, simples reminiscência, faz parte, mais ou menos sempre (e adiante voltarei a este ponto) da obra de Nemésio! Recorda esse meio século igual sem horizontes, e sobretudo sem que disso ele se aperceba e portanto o lamente. «Outrora amolou-se com o gral do almofariz. Eram os tempos duros para a farmácia galénica. Ainda não havia rótulos impressos nos frascos e um dia, para fazer surpresa ao velho boticário Norberto (cujo retrato conserva encaixilhado na parede, de óculos quadrados e suíças) os armários amanheceram ovantes de letreiros em folha, floreados com letra de imprensa, saída da pena do Luisinho...». Depois, escreve a um sobrinho, faz-se tarde, os visitantes começam a retirar, prognosticam o tempo, o Sr. Jozéinho do passeio «*em rápida operação remissiva*, conta Nemésio, *soma a coluna da contribuição sumptuária com a da predial urbana*» pois terá de passar amanhã vinte certidões de relaxe... Depois, o criado Salema pergunta se pode trancar as portas e «ao lado de um frasco com rizófito há hastes acres de digitális e folhas decicentes de dormideira...» A farmácia, a venda, a pequena loja onde se ilude o tempo, tão importante ainda, anos atrás, nos limitados meios sociais de província. Em «*Very well, thank you*», um conto de Nemésio de que se fala pouco, mas um dos mais importantes, a meu ver, pela intersecção ilha-emigrante (outro dos toques nemesiamente típicos) mesmo quando não imediatamente expresso, lá vemos a alusão repetida, à «venda» do Adrião, a venda também, a seu modo personagem, e a metereologia psicológica do meio social dada através da outra metereologia paralela, a influência do estado do tempo na ilha: «Hoje é um desses dias

tristes, embaçado, maciço. (E João Cachalote faz pinchar a bengalinha de jacarandá no soalho). Fez aquela cara feia que parece trazer na algibeira como uma máscara suplente, aquele enfado de bigode pendido, amarelado nas guias pelo queimar do cachimbo, com que fala às vezes à gente; mas no fundo sente-se bem disposto e está gostando». E logo após: «Mas da venda do Adrião vem um bafor de ajuntamento humano, uma insinuação de jogatina e de cachaça. É agora esta velha que deita o xale pela cabeça e sai de lá com meia barra de sabão embrulhada e o cantil de vidro enforcado no dedo mendinho com a pinga para homem. E depois o Adrião perna-de-pau que chega à porta, cuspihla para o meio do caminho e se mete logo para dentro...» Será que uma vaga nostalgia do tempo morto, sem civilização nem ilusão, se esconde sob a recriação, assim, de tipos vulgares em termos que jamais o são, por serem dele? Com isto, modelos e figuras ficcionais inteiramente novas na literatura portuguesa, e que no entanto, o que é de notar, nunca se afastam dos moldes narrativos tradicionais, sendo afinal, e muito conscientemente, renovadores.

Com razão um dos mais recentes nemesiólogos (palavra que tem toda a legitimidade, pois vamos, felizmente, assistindo ao desenvolvimento de uma nemesiologia mais que justificada pelo acervo de sugestões, inovações, alusões e temas de reflexão crítica que Nemésio nos oferece e que teve em David Mourão Ferreira o autorizadíssimo pioneiro), com razão, dizia, esse estudioso da obra de Vitorino Nemésio, o professor José Martins Garcia, açoreano, do Pico — que de perto (pois foi seu aluno e recebeu o seu impacto didático e pessoal), escreve que o *«tratamento dado por Vitorino Nemésio ao conflito das classes sociais surge-nos (...) caracterizado pela atenção ao real»*¹, isto a propósito do romance *Mau Tempo no Canal*. Mas faz, porém, uma distinção subtil, quando diz que o escritor *«não é um ideólogo, não é um doutrinador, não é um apologeta. Nem sequer um realista na medida em que o sufixo pré-determina a recolha dos elementos romanceáveis. Mas é um romancista "do real", para quem as classes sociais desempenham um papel importante mas não total»*. Não é este o local para examinarmos até que ponto o realismo e verosimilhança se confundem na medida em que é através da coerência de uma realidade interna dada como neste caso em termos de atenção ao real visível, que se obtém a participação, a aderência do leitor. E aí temos a demonstrá-lo a realidade coloquial de certos contos de Nemésio (*Quatro Prisões debaixo de água*, por exemplo) em que Nemésio — e José Martins Garcia nota-o também no ensaio — *Vitorino Nemésio, a obra e o homem*. Sustenta o autor que o «arcaísmo de Nemésio é regionalismo vivo, recolhido dos actos da fala da gente dos

¹ Vitorino Nemésio — *A obra e o homem* (ed, Arcádia, 1978).

Açores. E não só, poderíamos acrescentar, usando uma locução assim, por demais corriqueira e já insignificativa hoje — não os encontramos igualmente em textos seus cuja «consciência» estilística não é local? Detendo-nos ainda, com ele nos dois planos «palpáveis» da obra nemesiana, o léxico e o coloquial, temos de concordar com a importância de que na sua obra se reveste o aproveitamento da fixação lexical daquele conto atrás citado, e de outros contos seus, como o elemento de verosimilhança imediatamente apreensível da narrativa. Por isso é com razão que o ensaísta escreve: *«Do ponto de vista lexical e de subjacente semântica, Vitorino Nemésio legou-nos uma obra de enorme dimensão, sem paralelo no âmbito das letras açorianas. Ele fez em relação à linguagem falada nos Açores, algo que recorda Dante, esse a quem chamaram "padre della lingua", por ser a Itália um mosaico de dialectos. Nemésio escreveu em português, já tinha ao seu dispor uma língua. Arcaica? Regionalista? Mais do que isso: uma língua (um léxico) cuja semântica (divergindo também ela da língua padrão) devidamente apreendida, artisticamente elaborada, lhe permitiu escrever em português por ter mergulhado na mundividência açoreana»*. Poder-se-ia acrescentar: por ter fundamentalmente participado nela e com ela e isso na fase da vida, a infância, em que mais somos marcados pelo meio e pelos modos de expressão, pelas palavras e pelo «lugar onde» primeiro as ouvimos. Por isso o uso das variantes fonéticas completa a ficção de Nemésio, ou em quase toda ela, a sua desenvolta capacidade de inventiva e recuperação verbal, sua vivência e vidência, da palavra.

Sem esquecermos, porém, que essa «tentação foneticista» deve corresponder também pelo menos em alguns casos, a uma espécie de desenvoltura muito à maneira nemesiana, em que há mais de *exercício* do que de *jogo*: no escritor de *Paço de Milhafre*, nada há de jogo lúdico, mesmo quando recorre a pseudo-artifícios dialectais, talvez chocantes para o leitor em geral, mas que por um lado carregam o colóquio da tal verosimilhança que referi, e por outro lhe emprestam o tom local indispensável, mesmo em situações elementares, como em *Quatro prisões debaixo de água*: — *«Apalpe, apalpe Vossioria aqui e veja este godilhão, este caroiço... — meteu a camisa para dentro; deu um puxão às calças: — Penar... O qu'ê penei por esse mundo, minado à minha má cabeça... Tãmem, posso-me gavar! — e, espalmando a mão direita na tábua do peito, como um herói que ajeita os seus crachás: — Quatro prisões debaixo de armas, que estão aqui!*

Mas vossemecê só contou três...

A oitira nã tem que cuntar. Foi im Évora-Cidade, po via tamém do mulherio...»

Mereceria o romance *Mau Tempo no Canal* larga exegese. Trata-se efectivamente de uma obra-prima, e sobre ela todas as opiniões são coincidentes. Lembro-me da surpresa de Gabriel Marcel, o pensador francês, que dirigia a Colecção *Feux-Croisés*, da Plon e que viria a ser depois grande amigo pessoal de Nemésio, quando leu o livro e logo decidiu publicá-lo, além do mais escritor e pensador habituado ao convívio dos maiores autores do seu tempo e que aspiravam a essa legítima consagração. Pela primeira vez, penso eu, se demonstrava redondamente quanto o tema *luso-insular*, pela sua própria especificidade, tanto quanto pela evidente tipificação social, é susceptível de autêntica universalidade. E nem as implicações estilísticas da obra, nem mesmo a existência na estrutura ambiental do romance de vários níveis da linguagem (embora muito doseados em relação a outras obras de ficção de Nemésio) conseguiram esconder aquilo mesmo que a crítica responsável logo viu: a sua imediata classicidade.

Pela seriedade da análise e vigor dos traços que gradualmente, medidamente, vão definindo a personagem; pela essencialidade dos seus problemas, vividos em choque com os condicionalismos das suas hesitações e dúvidas, Margarida constitui a meu ver uma das mais importantes e «completas» figuras femininas da nossa literatura de ficção. Raramente o vi afirmado — por um destes absurdos mistérios, frequentes num público muito mais distraído do que avisado, e sobretudo numa crítica literária, na maior parte dos casos muito mais engajada do que isenta. Certo, viria sempre a explicação, que por falsa nem chegava a sê-lo, a desculpa, inevitável ainda há poucos anos, de que Nemésio «escrevia difícil», confundindo o desafio (que a verdadeira obra de arte literária põe sempre ao leitor), com dificuldade. Esta consistia sobretudo na surpresa, para muitos, do seu deslumbrante aparelhamento verbal.

E, no entanto, se há livro seu que desminta essa «falsa dificuldade» é *Mau Tempo no Canal* pois agarra quem o lê, da primeira à última página. Poderão os cientistas da literatura (neste caso com toda a razão) demonstrar que a reformulação das relações entre linguagem e realidade tem neste livro, pelo exercício semântico que apresenta, como em toda a obra de Vitorino Nemésio, um exemplo entre nós talvez precursor. Isso, anos atrás, assustaria o leitor superficial. A obra romanesca é, ou pode ser, uma obra de poesia, não fosse esta a essência da linguagem, e o poeta Nemésio sabia-o muito bem, aprendera-o com Holderlin, Baudelaire ou Novalis. Transpô-la para a ficção tal como o fez, mesmo quando a acção é exposta em termos aparentemente comuns, eis uma boa proposta para os estudiosos. Aliás, ele o sugere, Nemésio, num poema que, em ensaio publicado na *Brotéria*, Maria de Lourdes Belchior considera «um dos mais belos e densos da língua portuguesa»: «*Língua, casa do ser que lá não mora*». Porque é também

através da linguagem que «o ser do homem», existência e apetência, se apresenta, define e alteia na figura de Margarida Clark Dulmo. «Extraordinária saga proustiana», como lhe chamou o professor brasileiro Massaud Moises, *Mau Tempo no Canal* reúne — e para mais «sans en avoir l'air» — existência e essência, recriação do real observado do real imaginário, contrastes sociais, perplexidades e contradições íntimas. É um grande afresco em suas sucessivas camadas de composição, painel humano de «solidões povoadas», para recorrermos ao título de um dos capítulos do livro. Obra rica de símbolos, não foi por acaso que na edição francesa se lhe chamou *A Serpente Cega* («*Le Serpent aveugle*») — «a serpente do anel que nenhum peixe levaria à sua mesa».

Como toda a sua poesia, a sua crónica, o seu ensaio histórico e crítico a ficção de Nemésio parte da linguística (ciência para uns e para ele ciência e arte) para a psicologia, a filosofia, a sociologia, a antropologia, a etnografia, até a mitologia... Ela, a sua obra de ficção, demonstra a ilegitimidade das receitas em literatura: é o contrário da liberdade em arte literária pretender reduzir os diferentes tipos de discurso a uma dada fórmula. O génio de Vitorino Nemésio soube adaptar à sua criatividade própria os instrumentos científicos e culturais que, como raros, possuía. Estes ajustavam-se naturalmente à sua exigência de rigor. Já dizia Sócrates que: «não se pode não saber o que se sabe». Mas talvez que um dos segredos da universalidade e da permanência intemporal da sua obra, resida também noutro factor muito menos simples do que parece: Vitorino Nemésio vivia intensamente a alegria da palavra. E assim ele pode legar-nos, sobretudo aos que durante tantos anos o acompanhámos, o saudável, o tónico exemplo, da *festa* que sempre foi para ele o acto genésico de escrever.

1979

AFONSO LOPES VIEIRA, ARISTOCRATA POPULISTA

Uma obra extensa — o que evidentemente não teria qualquer significado só por si, se ela não fosse, na sua diversidade, representativa de uma idêntica «qualidade» literária que já se adivinha na primeira tentativa poética, aos 19 anos, o seu livro de estreia intitulado *Para quê?* Se a temática era a da tristeza e do amor, se nos alexandrinos da primeira poesia se notam ainda influências de António Nobre e se o nome de João de Deus é invocado num dos sonetos do livro, na verdade, como diz Agostinho de Campos, na sua antologia vieiriana, seria com este livro que Lopes Vieira entraria no movimento literário do novo romantismo iniciado em Coimbra com a geração de 90. «Mas já em seu segundo título, *Náufrago*, publicado aos 20 anos, o poeta faz a opção que há-de acompanhá-lo pela vida fora: sua voz tem de ser, ao mesmo tempo, um eco das grandes linhas tradicionais do Romanceiro, de Bernardim Ribeiro, de Camões, linhas que entende, ou então apenas intuí, serem de renovar e nunca de esquecer. Estamos em 1898 e a partir daí o poeta obedece ao que será o seu desígnio: exortar, estimular, vivificar. Dedica-o à juventude: *A vós o livro que nasceu dos desenganos/de quem sonhou o mar e quis ser português./É para vós este naufrágio dos vinte anos./Rapazes de hoje este poema é para vocês.*

Refiro estas duas obras iniciais, sobretudo *Náufrago*, por elas conterem já o essencial de uma conduta «magistral» que estava na índole do escritor. É conhecida aliás, e tem sido citada muitas vezes a definição de António Sardinha — «Afonso Lopes Vieira, preceptor da sensibilidade portuguesa». Desde a extrema juventude ele foi como disse Vitorino Nemésio, um poeta militante — mas «militante de Portugal», seu único partido, sua meta, seu amor e seus cuidados. E outros temas da lírica vieiriana já confluem nesse

livro da juventude, por exemplo, o mar — no seu poema à Senhora do Mar ou das Ondas — *sobre as águas do mar aparecidas/na praia as verdes ondas vos puzeram...*, o Mondego, da sua Coimbra: *Com brando sossego/cantando seu chorolleva areias de ouro/o rio Mondego....*

Ao reeditar *Náufrago*, vinte anos mais tarde, Lopes Vieira sentindo talvez a necessidade de justificá-lo, escreveu para epígrafe uma quadra: *Nestas canções vive/o meu/coração cujo amor louvo/não longe sente-se o povo/mas nelas quem está sou eu...*

Esta assunção do povo como matriz da sua vocação afigura-se-me de notar, pois ela se repetiria, mas então já na substância de toda a sua obra futura, ou ainda implícita ou já expressa, mas se obra escrita ou obra realizada, se exercício ou acção, sempre uma viva presença ou uma ardente devoção. Lembremos em *A Campanha Vicentina* o prefácio ao *Monólogo do Vaqueiro*: *É o povo, e só pode ser ele quem ao Príncipe, futuro Senhor do Mundo, oferta com tão nobre franqueza os seus pobres e rústicos presentes cuja alta beleza não sonha; e quem lhe traz — com as desculpas indispensáveis ainda hoje nas nossas províncias — os queijos e os ovos, o leite e o mel. Nenhuma página de Gil Vicente se me afigura portanto mais viva, mais espontânea do que esta, que nos recorda um episódio de presépio, pintado em fundo azul por um Giotto um pouco tardio, estranho aos esplendores mais deslumbrantes mas menos sentidos da Renascença e que pode guardar do íntimo contacto com a natureza e com seus irmãos, uma frescura de menino entre doutores.*

Na sua conferência *O Carácter de Camões*, em 1940, na Sociedade de Geografia, ele reivindicaria o sentimento do povo, em «*Os Lusíadas*», do povo, como herói colectivo, *a gente anónima — donde saiu a marinagem dos Descobrimentos vive e permanece palpitante*, contrariando uma opinião atribuída a Eça de Queiroz, mas não assinada, num Almanaque, por ele redigido, de que o povo estaria ausente da obra camonianiana, pois o poeta cantara pouco os heróis obscuros. *A Campanha Vicentina*, imaginada, erguida e posta em prática numa época tão pouco virada para os valores artísticos e muito especialmente para a reintegração dos nossos clássicos, é também uma apologia da autenticidade popular: *É a voz do bom senso popular que depois fizeram para sempre emudecer*; na apresentação, no Teatro da República, em 1911, do *Auto da Barca do Inferno*; *a voz que ora escutareis foi a última que falou alto e claro em Portugal*. No mesmo ano de 1911, falando aos alunos do Conservatório, Afonso Lopes Vieira lembra: *Na obra de Gil Vicente vive com efeito esta figura imensa — o povo. Gil Vicente e o seu sonho padroeiro, a gargalhada formidável que o vinga, o canto de glória que o exalta. E esse povo agita-se na sua obra como ele foi sempre, como ele é hoje — com a sua dor e a sua revolta, com a sua alegria*

e a sua sátira, com a sua resignação e as suas lágrimas. Quando pública, em 1922, essa obra de tão lídimo e desassombrado portuguesismo que é *Em Demanda do Graal* dedica-a aos portugueses que não saibam ler e sejam a última gente primitiva e cristã da nossa terra e ao escol de espíritos dos que leram tudo e sintam o exílio na pátria amada. À Senhora Maria Laranjo, da praia da Nazaré, sentava-a consigo, normalmente, naturalmente, à sua mesa em S. Pedro de Moel, tratada como visita amiga que era, essa modesta mãe de pescador. Nem paternalismo, aliás natural ao tempo, nem classismo ao contrário, nem uma nem outra atitude seriam condenáveis, antes lhe eram legítimas, porém, apenas um sentimento natural, ainda a escolha pela qualidade, neste caso a qualidade humana, onde quer que ela estivesse. E no seu livro *Onde a Terra se acaba e o Mar começa*, dedica-lhe um poema, agradecendo um almoço que ela lhe oferecera: *Minha boa amiga/Senhora Maria/Laranjo, da praia da Nazaré/em quem tanto admiro essa fidalguia/de um povo que na Europa o mais fino é...* E remata: *Saiba que em si louvo e admiro Portugal/no que tem de belo — alma e coração./E saibam as altas senhoras princesas/que há uma fidalguia aí em Nazaré/com quem elas podem aprender finezas/e a dar um almoço que tão fino é....*

Extraio de algumas das suas páginas, quase ao acaso, estes exemplos não só para ilustrar o vínculo popular da sua obra, mas sobretudo (e porque é a partir dele que a sua vocação de letrado se vai completar em acção de cultura) quanto esse sentimento era exactamente o contrário de concessão ou demagogia: vinha do cerne cultural e sensível da sua formação. As firmes constantes da sua obra — tradição, mar, linguagem, folclore — radicam num sentimento matricial do povo, não como entidade abstracta, não como massa, bandeira ou cartaz, o que repugnaria á independência da sua intervenção cívica e estética, mas antes como significativa de uma identidade, que por ser individual é, no seu conjunto, original e criadora. Por isso este tradicionalista estreme pôde ser um renovador — por ter exumado de uma profunda consciência popular o que na tradição e no carácter de um povo é mais perene.

A essa tradição escrita, desbastou-a de aquisições alheias, como faria com *O Romance de Amadis* ou com a *Diana*, de Jorge de Montemor, restituindo-os à limpidez de uma linguagem para toda gente. *O meu desejo — escreveu Lopes Vieira, no prefácio a A Diana — o meu desejo e o meu sonho seria escrever uma língua que fosse ao mesmo tempo a das velhas amas rezadeiras de histórias e a dos altos letrados que fizeram a jornada das literaturas, das catedrais e dos museus. Portanto, uma língua sobranceira ao caprichar de todas as modas porque a construção em que se urde é a da própria fala que usamos e as palavras de que se serve são as que já viviam viçosas na boca de Portugal medievo, modernas ainda hoje como populares e eruditas, velhas e sempre novas. Língua tão natural como estética,*

cuidadosa do mínimo pormenor, em cujos nervos se não apalpe o flácido ou o rígido dos pontos mortos e em cuja trama se não denuncie a baixa infiltração das gafas envolventes (...) Isenta da miséria galicista, sem proclamar todavia o purismo da sua limpeza.

Destra para encobrir esforço e labor, de modo que jamais se entreveja camarinha na testa do que a escreve; corrente mas não vulgar porque nunca será desprovida da graça oculta do estilo. Em suma: um verbo aristocrático e comum.

Este desígnio (que nada tem de contraditório) de escrever ao mesmo tempo um verbo *aristocrático e comum*, eis a sua imagem que guardo e defendo: a de um «aristocrata-populista» que exactamente por sê-lo procurava ser «comum», porém mantendo sempre ilesa de todas as excrescências do tempo e das modas a sua personalidade, a sua linguagem e em primeiro lugar — ele o escreveu — a sua alma.

Por ser um «aristocrata-populista», sempre fugiu de uma falsa popularidade precária, a maior inimiga do respeito devido ao artista. Falou uma vez, (numa homenagem aos integralistas que então despontavam) da *gloriosa impopularidade* destes, e de outra vez teve a coragem de escrever: *Os versos não suportam certa popularidade. Foram ridículos os «Ai, adeus!», o Vai alta a noite; o Melro, de Junqueiro, é ridículo.* Porém, logo acrescenta: *E A Dança do Vento também.* Ele sabia, Lopes Vieira, quanto o seu poema que começa «o vento é bom bailador», vulgarizado demais ao tempo, trejeitado, representado, — por melhor fosse o declamador ou o actor, se transformaria, com a banalização do êxito, naquilo que nunca poderia ter sido: um lugar comum da declamação figurativa.

E sempre, em primeiro lugar, batendo-se pela língua portuguesa, preceptor mas também Quixote de belas causas, espadeirando, pela doutrina e pelo exemplo saudável da sua prosa, os que, já então, a enxovalhavam. E em época menos propícia do que a nossa ao sujo flagelo da corrupção verbal! Por isso é bem oportuno recordar estes passos seus: *Das maiores emoções da minha vida, foi ouvir os primeiros autos de Gil Vicente que levei ao teatro. Aquelas sempre novas redondilhas entravam nos ouvidos do mais expatriado dos públicos, com o frescor do linho em chagas assanhadas... Portugal vive de uma íntima força prodigiosa que explica só por si a resistência da sua selva: em todo o Portugal fala-se a mesma língua. Desentendemo-nos na mesma linguagem; e na evidente decadência em que tombamos, este elo de coesão espiritual é tão forte que basta para fazer-nos discernir por que ainda vivemos. Vivemos por obra e graça da linguagem. — Quando no que escrevo descubro um erro contra a linguagem punge-me um remorso que sinto nascido do meu sangue: é um remorso étnico que me desola, não já como mau artista, mas como matador da Pátria.* E em sua firme independência

moral, ele que foi um dos mais nacionalistas dos nossos escritores de sempre, não teve qualquer hesitação em denunciar: *É sestro de toda a retórica desacreditar quanto celebra. Desacreditaram os jacobinos a liberdade. Virão os novos retóricos a desacreditar o nacionalismo?* E ainda este grito: *A língua acanalhada, a língua afrancesada, a língua bem falante... Falas do povo rude, acudi-me!*

E por tanto a amar e servir, Afonso Lopes Vieira não a queria, à língua portuguesa, morta ou sequer adormecida. Fiel às regras, decerto, revitalisada e sempre renovada. *Virá a língua portuguesa a ser um dia — previa ele em 1942 — a fala de muito mais de duzentos milhões de criaturas, tão ditosamente semeadas no globo, que sob a rosa do sol se debruçam em todos os mares? Então a linguagem perpetuamente remoçaria na boca de povos jovens, estenderia o harmonioso tentáculo dos sons à volta do Mundo». E termina: «Para tal glória da linguagem é mister que a leguemos, pura e forte, latina na raiz e nacarada nos trópicos, com a sintaxe plantada em chão natal, mas liberal no acolher dos vocábulos, língua sempre dona e perpétua donzela, nobre de passado senhorial e crioula em todas as latitudes, capaz de aparelhar «com gesto airoso» para os rumos prodigiosos do porvir.*

Bastaria, essa premonição, que implica também uma advertência, para que a memória de Afonso Lopes Vieira, se tantas outras razões não houvesse, merecesse ser lembrada no ano centenário do seu nascimento. Depositários mas não donos da língua, temos todos, a consciência desse legado «puro e forte» que nos cumpre preservar ao lado dos que a estão continuando e rejuvenescendo.

Se tantas outras razões não houvesse... Como enumerá-las no espaço forçosamente exíguo em que tenho de espalhar esta evocação? A sua acção cultural segue ao longo da vida três linhas mestras: a obra lírica e a do prosador; a recriação, para a língua-mãe, de obras perdidas, e a realização no livro, na conferência, na intervenção de toda a ordem, isto é, na prática, de um meditado programa de reeducação do povo português. Seria impossível resumir essa actividade magistral, melhor do que David Mourão Ferreira o fez numa conferência em Leiria, em Janeiro deste ano: «A partir de 1910, se por um lado começam a rarear ou a espaçar-se as edições originais de livros do poeta, por outro se sucedem e avolumam as espécies consagradas à divulgação e reabilitação do património literário português, ao enriquecimento desse património com textos traduzidos para a nossa língua, a edições e adaptações dos nossos clássicos, as campanhas de recuperação do nosso teatro e da nossa pintura, da valorização dos nossos monumentos e da nossa paisagem, de ressurgimento do canto coral e das artes menores, de constituição de um repertório nacional no domínio da música e da literatura infantis.

Mas note-se que estas espécies bibliográficas, em muitos casos, representam apenas o refluxo ou o registo, em letra de forma, de acções que foram empreendidas sobre o tablado dos teatros, no interior dos museus, à sombra de mosteiros, na intimidade de oficinas e de bibliotecas, nas páginas mais ou menos efémeras desta ou daquela publicação periódica...»

Teremos de recuar no tempo o bastante para podermos avaliar com a possível exactidão a importância desta acção cultural sobretudo na época (ou nas épocas) em que ela se exerceu. Relembrarmos que defender então, como Lopes Vieira gostava de repetir, «o reaportuguesamento de Portugal tornando-o europeu», nos termos polémicos, combativos, em que o fazia e tendo como armas a arte e a linguagem, seria — como terá sido — para uns, motivo de pasmo incrédulo, para outros, à maneira habitual neste país, de troças e chufas reles. Por outro lado, a visão nacional de Afonso Lopes Vieira inseria-se na melhor tradição portuguesa e era por isso ampla, e aberta. A um inquérito feito por João Ameal, no «Diário de Notícias», em 1929, o poeta respondia: *Quanto ao nacionalismo português, não o entendo confinado nas normas estreitas do regionalismo ou de qualquer limite que tente isolá-lo do Mundo. O verdadeiro nacionalismo português tem de ser universalista como lusíada e europeu. Pelo seu influxo na vida dos povos, Portugal possui a mais universalista das tradições.*

A sua *Campanha Vicentina* cai no meio lisboeta da primeira década deste século como um audacioso acto de recuperação, e também como uma oferta maravilhosa, surpreendente mesmo. A epígrafe vicentina que viria mais tarde a dar o volume, reunindo as conferências, prólogos e textos principais da Campanha, resume o verdadeiro sentido da iniciativa: *É a guerra de devação/por honra de vossa terra...* Seria realmente uma batalha, ganha, porém, com plena justiça. Entre 1910 e 1913 *alheio à efervescência política que consumia os espíritos e ensanguentava as ruas* — como escreveu no *In-memoriám*, o professor Dr. João Pereira Dias — *alicia para a sua cruzada os maiores comediantes do tempo e ampara com palavras fervorosas (...) uma série de espectáculos de palco e de câmara que de Lisboa irradia para o Porto, Coimbra e Rio de Janeiro.* Prepara então a versão literal do *Monólogo do Vaqueiro*, que se estreia em 17 de Fevereiro de 1910, com Augusto de Melo no protagonista, e logo incluída nas provas finais do Conservatório nesse mesmo ano. No ano seguinte juntar-lhe-á cenas, devidamente preparadas, do *Auto da Feira* que serão exibidas numa demonstração, também promovida pelo Conservatório, de teatro clássico português, no Teatro Nacional. Ao apresentá-las, Lopes Vieira dirá aos estudantes: *Na obra de Gil Vicente vive Portugal tão largamente como nos «Lusíadas». E se este poema é a mais bela razão da nossa existência de portugueses, o teatro do grande Gil é o seu complemento natural e humano.*

Aos hinos profundos daquele órgão onde reboam as imensidões do mar, respondem os guizos e os tambores deste arraial... Consegue depois a colaboração da companhia do Teatro da República — uma constelação de nomes em que refulgem os de Augusto Rosa, Ângela Pinto, Eduardo Brásão, Chaby Pinheiro. Estreia-se ali a adaptação — palavra que Lopes Vieira detestava mas o empresário (Visconde São Luís Braga) exigiria — do *Auto da Barca do Inferno* e, antes de subir o pano, o batalhador, seguro da sua razão, anuncia ao público que enchia a sala: *Após 394 anos de repouso e de olvido de onde só os letrados o tiravam, ides ver como a obra está moça e o poeta está vivo!* E viu-se. Dezoito récitas seguidas foi decerto muito para experiência tão ousada na época! Mais tarde, Afonso Lopes Vieira preenchen- do uma ficha da sua actividade, na linha dedicada à profissão escreverá: «Ensaaiador-amador». Daí para diante, a «ressurreição» vicentina continuaria, nos meios sociais mais diversos e para os públicos mais ecléticos. Novos autos, «recuperados», estreiam-se no Teatro da República. A Companhia vai ao Porto e a Coimbra, parte dela irá mesmo mais longe: ao Rio de Janeiro. Em casa do escultor Teixeira Lopes, em Vila Nova de Gaia, representam-se em 1912 vários autos de Gil Vicente — e conforme as exigências da acção, no jardim, na sala, no próprio quarto de cama do artista. Em Lisboa, na residência de José Lino (espírito de invulgar cultura e que ainda conheci), irmão de Raúl Lino, a sociedade elegante ou a nova-rica da época, mais habituada à opereta, à zarzuela, ou nas «bal-de-tête», então em voga, aprende finalmente o que é o *Auto da Mofina Mendes*... Em casa de Raúl Lino fará representar, para as crianças da família e para as amigas destas, o *Auto da Barca do Inferno* em teatro de fantoches. Estávamos, porém em 1913 e pouco depois a primeira Grande Guerra viria pôr termo à série de serões vicentinos, apenas com uma interrupção, em 1916, um serão da Federação Académica de Lisboa, no Teatro de S. Carlos, e ainda com apresentação de Lopes Vieira, com a farsa *Quem tem farelos?*. Somente em 1930 quando o Teatro Nacional foi adjudicado à companhia Amélia Rey Colaço-Robles Monteiro, a cuja acção tanto ficou devendo o teatro português em geral e o teatro vicentino em particular, somente então, se retomaria em Lisboa, e de novo com a colaboração de Lopes Vieira, a série de reposições dos Autos. E quando em Maio e Junho de 1937, por iniciativa do Governo, foi comemorado o centenário de Gil Vicente, Afonso Lopes Vieira, apesar da sua conhecida animosidade contra o regime de então, aceitou sem reservas o convite de Pereira Dias para orientá-las, sobretudo por saber que os Autos seriam representados na sua versão (e ao ar livre, para que todos pudessem apreciá-los) em Lisboa, Guimarães, Coimbra e Évora. E plenamente recompensado, então, dos velhos e ásperos trabalhos, em plena glória, o poeta pôde exclamar. *Milagre do génio nacional! Pegar num autor dos começos do*

século XVI e, numa bela noite, atirá-lo a um público de dez mil pessoas, entre as quais haveria um cento de letrados; E ver o povo sentir-se encantado!... Isto aconteceu em Guimarães, em frente do Castelo!

O mesmo desígnio de recuperação ou «re-naturalização» de autores clássicos tornando-os acessíveis ao entendimento de todos, na língua materna depurada e escorreita, o levará ao empreendimento da restituição a Portugal dos textos de Vasco de Lobeira ou Jorge de Montemor, deixando apagar voluntariamente o mérito próprio na reabilitação pública do mérito alheio. Nas palavras que proferiu junto do seu túmulo, Hipólito Raposo diria com autoridade e justiça, que Afonso Lopes Vieira escrevia *«prosa que ninguém mais sabe escrever e será lida por todos os séculos em que a nossa língua haja de soar em bocas humanas»*. Reler agora, como fiz há pouco, tantos anos volvidos, *A Paixão de Pedro o Cru*, que pertence já à última fase da sua criação pessoal, pois é de 1930, é respirar o oxigénio da prosa lavada, o ar mais puro, mais límpido, num estilo de altitude, saudável, tónico em sua disciplina. Um exemplo. *...Porém Inês não tinha gosto pela poesia; fingia que gostava para o não desconsolar, tão melindroso ele era. Enquanto Pedro ia lendo, seguia com os olhos os rebanhos descidos da Serra, que pastavam nas ínsuas e notava o nevoento emaranhado da luz que tocava no dorso dos carneiros....* Mas à doce imagem lírica do poeta sucede, quando se faz mister, a firmeza viril do prosador, intercalando a apóstrofe mais dura no contexto aparentemente mais brando: *Uma manhã, tempos depois, e estando El-rei em Montemor-o-Velho, corria o Inverno, tão doce naquelas horas de sol, que Dom Pedro e D. Inês vieram folgar à beira de água. Estava tão lindo o dia! Inês descalçara-se e levantando as saias gozava de sentir nos pés a cócega da areia dourada e o beijo da água límpida. De longe, duas lavadeiras iam vendo tais graciosos meneios da nova arvéola; quando uma delas diz para a outra: — ‘Lá anda a brincar a cabra que quer dar Portugal aos Castelhanos!’.*

A Paixão de Pedro, o Cru, foi sempre tema de predilecção de Afonso Lopes Vieira. A presença permanente, sobre a sua mesa de trabalho, do escrínio onde guardava um fio do cabelo de Inês de Castro, recolhido quando da abertura do túmulo em Alcobaça, tinha um valor não apenas histórico — era a memória, amorosamente conservada, de aquela vida «que só depois do fim é começada». Mais ainda: talvez que ao fitá-la, todos os dias, Afonso Lopes Vieira meditasse também no extenso percurso dessa outra reintegração que se lhe ficou devendo e ao seu tenaz apostolado, do Mosteiro de Alcobaça, na sua traça original. Dura batalha a cujo termo ainda pude assistir, quando no Verão de 1929, os meus catorze anos tiveram o privilégio de visitar o Mosteiro, pela primeira vez, levado por esse incomparável guia! Recordo-me como se fosse ontem, do seu horror desdenhoso, apontando-me as pompas

inúteis acrescentadas à capela-mor, a decoração com o mau gosto habitual a todo o novo-riquismo, mesmo o da talha doirada, ali fora do estilo e da época da construção do Mosteiro, o gigantesco órgão desfigurador, uma espécie de tumor imenso; do pavimento, que o poeta lembrara pouco antes, num discurso em Lisboa, ter sido posto sobre o primitivo, roubando-lhe setenta e cinco centímetros de altura, indispensáveis ao equilíbrio arquitectónico da nave. Protestara então: «Esta Igreja acha-se com efeito mascarada na sua severidade magnífica de templo cisterciense, inspirado no severo canon que proscrevia ornatos e imagens...»

Talvez ainda mais expressiva do que a tão justa classificação de «igreja mascarada» tenha sido a explicação sumária da sua indignação, mais inteligível decerto para o jovem ignorante que o acompanhava, e ao qual diria: — «Nesta Igreja, tal como está, procura-se a Deus e não se encontra». Tinha sido restaurada pouco antes apenas a sala do Refeitório onde funcionara muitos anos o teatro da vila e agora, em sua primitiva severidade, sem adornos, sem plateia, sem palco, iria ser aproveitada, segundo a sua imaginação para que ali se realizassem, como escreveu «festas espirituais e de gosto impecável». No ano seguinte, ou em 1931, o poeta haveria de promover uma apresentação, por amadores, do «Auto da Alma», mas dela não encontro notícia em nenhuma obra do autor ou em suas biografias. Era ainda o mesmo intuito de levar a toda a parte, a toda a gente, a voz vicentina.

Sobre a origem dos túmulos de D. Pedro e D. Inês e, marginalmente mas sem descurar a importância histórico-sentimental do pormenor, defendendo a recolocação no devido lugar no templo, Afonso Lopes Vieira juntou, com o vigor que o caracterizava, o seu depoimento ao de José de Figueiredo, reivindicando ser de nacionalidade portuguesa o mestre escultor que os trabalhara. Como acontecera já na dura questão dos painéis, em cuja origem estivera José de Figueiredo, como todos sabemos, teve Lopes Vieira de insurgir-se contra o facto de terem sido, afinal, compatriotas nossos, muitos dos especialistas que negaram a nacionalidade portuguesa do autor dos túmulos, até que (lembra em *Nova Demanda do Graal*) uma autoridade em assuntos de iconografia medieval, o Professor francês Edouard Mâle, levantou — e documentou — as suas dúvidas sobre a condição francesa do escultor. Afonso Lopes Vieira viu confirmada então a tese de José de Figueiredo e atribuindo a inspiração da obra de arte, em todos os pormenores, ao próprio D. Pedro I, escreveu: *É preciso lembrar sempre que o que torna singulares no mundo estes monumentos religiosos destinados a ficar numa Igreja, é que neles se abriu a única excepção conhecida em toda a vastíssima iconografia medieval, isto é, que neles se esculpiram temas históricos de amor humano e não apenas assuntos religiosos, de amor divino.* Mais tarde, já restituída a fisionomia da nave e das capelas à sua dignidade medieval

(Afonso Lopes Vieira lembrava sempre, com orgulho tanto de português quanto de homem daquela província, que de aí em diante o Mosteiro de Alcobaça ficaria sendo a exemplar mais «autêntico» da arquitectura de Cister), os túmulos seriam repostos na sua devida posição, para que os dois amantes se vissem frente a frente no dia de Juízo Final — como ele cantara em *Ilhas de Bruma*: *Guarda a saudade que jamais acaba/ que o dia há-de vir, de amor contente/ os que dormem aqui vão esperando/ E no fragor do mundo que desaba hão-de acordar sorrindo eternamente./ Os olhos um no outro enfim pousando/.*

Logo no primeiro livro de poemas de Lopes Vieira, em sua dedicatória «aos moços de Portugal» e, como lembrei, moço era também ele, a vocação pedagógica se lhe denuncia; vocação pedagógica que havia de exercer, como se sabe, toda a sua vida, mas que a partir de um dado momento entendeu (e bem) ser mais necessária aos adultos do que às crianças... No entanto, durante largos anos fora eminentemente preocupado com a literatura infantil. *Animais nossos amigos* leva aos «piquenos portugueses» como ele escrevia — piquenos com «i» — a intimidade do cão, «bom amigo como os que o são», do boi, na música lenta dos decassílabos; do burro, em verso onomatopaico, das abelhas. A forma, o ritmo escolhido, adequavam-se, mais sugestivos para as crianças, à figuração externa peculiar a cada animal; depois, musicado por Tomás Borba, revive em *Canto Infantil* velhos temas pastorais que lhe eram gratos — *o canto da rola geme / parece o vento passando* e em *Bartolomeu Marinheiro* retoma o ritmo popular da Nau Catrineta: *E Bartolomeu caminha/pelas águas do mar / um dia enfim já não tinha / nem almoço nem jantar*. E quando publicou *O Conto de Amadis* — adaptação juvenil do *Romance de Amadis* — João de Deus Ramos, fundador dos Jardins Escolas João de Deus, pôde escrever: *Expurgando-a de erros e acréscimos postiços, o talento artístico e requintado de Afonso Lopes Vieira fez da remota novela lusitana a melhor peça da literatura que actualmente se pode oferecer a estudantes liceais, se se tiver em vista despertar-lhes o gosto pelas belas letras*. O que, sem dúvida, estava na ideia do poeta, grande estimulador de vocações, juiz rigoroso embora.

Sendo um espírito imbuído de uma aturada cultura clássica e solicitado por tábuas de valores históricos cuja intemporalidade preservou, como vimos, de tudo que lhe era estranho, reintegrando e corrigindo, Afonso Lopes Vieira procurava acompanhar (é certo que talvez mais com curiosidade do que com convicção), tudo quanto sendo novo, científica ou tecnicamente, pudesse contribuir para a divulgação de temas que lhe eram caros, actualizando-se, estudando novos processos de comunicação, procurando até aderir áqueles que iam surgindo ou crescendo. Conta Aquilino Ribeiro uma conversa com o poeta e na qual mais uma vez se desmente a imagem de puro esteticista,

escravo da forma, que tantas vezes se lhe atribui, quando *por uma tarde mansíssima de Setembro*», como diz Aquilino, *uma tarde de luz inverosímil, cinza e âmbar*», desciam ambos a vertente do Trocadero, em Paris. No desencanto da visita que haviam feito à casa de Balzac, que *não passava de uma merífica invenção para anjos de transatlântico*, iam conversando de literatura e das limitações da forma. O romancista disse-lhe: *A forma e a inteligência vista no finito, está certo. Todo o ideal porém, tende para aí* Afonso respondeu-lhe: *Amigo, não dividamos o mundo da arte à maneira de Tordesilhas. Além da beleza ilusa, a beleza que brilha, é preciso criar a beleza espacial, inerente ao próprio curso da vida. Francamente não faço nenhuma ideia quanto às qualidades de resistência que possui a dúzia de trabalhos que correm com o seu nome. Mas nunca a minha intenção se cingiu exclusivamente à forma. A índole de cada povo está latente no que tem de diferencial e activo, como o vôo da borboleta o está na crisálida....* Decerto — e o prosseguimento do diálogo, reproduzido por Aquilino Ribeiro no *In-Memoriam*, e em *Camões, Camilo, Eça*, e *Alguns Mais* o demonstra — era sobretudo do mistério poético que se tratava, ou na expressão de Aquilino: *o mistério poético e quem diz poético, diz espiritual, deste núcleo de gente que num dado momento se segregou no tronco dailharga de Castela e de Leão e de explicar a aventura, a bela aventura, que vai vivendo entre os mais povos*. Esse o fulcro da conversa. Mas quando Lopes Vieira se recusa a dividir a arte à maneira de Tordesilhas, quando aponta para *a beleza espacial inerente ao próprio curso da vida*, revela aí, mais uma vez, a grandeza de seus horizontes, do seu projecto de escritor, de mestre humanista, tradicionalista mas receptivo em princípio a todos os ventos de renovação.

O seu espírito era assim tanto mais «moderno», quanto se mostrava disponível à intelecção de outros meios de expressão que não apenas os da poesia ou da prosa, de comunicação, e não apenas os do papel impresso ou da conferência. Sentia-se igualmente à vontade folheando os neo-platónicos ou os neo-aristotélicos, em velhas bibliotecas de Itália que frequentava com intimidade de escolar aplicado, como se sentiria, se o destino lho tivesse permitido, no mais sofisticado estúdio de Hollywood, esse mito dos anos 20 ou 30, apaixonado do cinema, que era. Na verdade, só o medíocre lhe repugnava, *grande letrado que achou sempre pouco espiritual sê-lo só*, como dele escreveu Vitorino Nemésio. Assim, e sempre na linha das suas constantes preocupações sobre a educação do gosto infantil, visionou e produziu, em 1928, um pequeno filme, interpretado apenas por crianças e vivido num ambiente de fábula.

De outras vezes Afonso Lopes Vieira mostrou o seu interesse pelo cinema. Devem-se-lhe os diálogos do filme *Camões*, de Leitão de Barros, e creio que também os do filme *Inês de Castro*, do mesmo artista; colaborou

nos diálogos do *Amor de Perdição*, de António Lopes Ribeiro, a quem confiou a planificação de um filme sobre o Pinhal do Rei, filme que, suponho, não chegou a ser realizado. É fácil sonhar o empenhamento que ambos, poeta e realizador, teriam posto nesse cântico verde em imagens! O Pinhal de Leiria foi sempre como que o pano de fundo das férias de Lopes Vieira, laboriosas férias, pois ali trabalhava durante largas temporadas, com a sua camisa de pescador, que um retrato conhecido, de Eduardo Malta, celebrizou — num tempo em que nem na praia era comum andar alguém em mangas de camisa, e quando esse tipo de camisa não era usada senão pelos homens do mar, ao contrário do que anos mais tarde viria a suceder. Mas Lopes Vieira comungava das duras fainas dos seus amigos pescadores, fraternizava naturalmente com eles, que o tratavam com o respeito devido a um irmão de armas, a um irmão no mar. Essa *Casa, que está rezando ao mar / e tem Camões coroados / não de loiros celebrado / mas de espinhos a sangrar*, como se lê na legenda do azulejo em que o épico, também ele — e com que direito! — estava *rezando ao mar*, viria a ser legada por Afonso Lopes Vieira aos filhos dos operários vidreiros da Marinha Grande, para que viesse à ser — e é — sua colónia de férias. E não resisto a socorrer-me de uma página de Raúl Lino, que foi dos seus amigos mais próximos, e que resume em breves parágrafos, muito melhor do que eu o faria, por todas as razões e até porque a memória poderia faltar-me, o íntimo mistério que provinha do encontro entre a paisagem natural e a fisionomia espiritual do poeta, daquelas paredes ao mesmo tempo secretas e transparentes: *E depois do sono hibernar dos meses de ausência, retirados os taipais do alpendre, e colocados ao vento as cortinas alaranjadas, a Casa de S. Pedro como que renascia e se renovava de todas as vezes no seu florescimento anual. Em torno desta casa branca e azul ouve-se constantemente o canto dos búzios que sai das ondas do mar para se fundir no sussurro da ramaria do pinhal. É sempre o mesmo cantar de saudade, harmonizando nos tons da natureza, e que embalou o poeta quando elaborava as suas obras mais belas. A casa, transformada, aumentada e aformoseada por Afonso Lopes Vieira, com seus terraços, anexos e pátios, formava como que uma acrópole no meio daquela paisagem. Tinha qualquer coisa de altaneiro apesar do carácter regional da sua arquitectura simples, concebida nos moldes tradicionais. Seria a grande muralha avançada e sobranceira à praia, para suporte do eirado que lhe imprimia este aspecto de inacessibilidade, esta feição de fortaleza. À maioria dos burgueses que frequentavam o sítio, a casa impunha-se um tanto proibitivamente; mas a gente do povo, homens do mar e do trabalho, afoitavam-se a entrar no pátio onde sabiam que seriam acolhidos no alpendre da portada pelo olhar franco e o gesto afável do poeta que sempre tão bem se entendeu como as gentes simples.*

E depois de lembrar o órgão marinho tão grato ao poeta, com séries de búzios que se aplicavam sucessivamente ao ouvido — de tão longe me chegam agora os murmúrios da infância —, búzios que (diz Raúl Lino), *nos segredavam o tom velado e distante, diferente em cada um, do que resultava sempre um conjunto coral, cheio de nostalgia, impressionante pela serena, inalterada, continuidade da sua plangência...* S. Pedro de Moel, entre o mar e o pinhal dos versos de Afonso: *Catedral verde e sussurrante, aonde a luz se ameiga e se esconde/ e aonde ecoando a cantar/se alonga e prolonga a longa voz do mar...*

Também à casa do Largo da Rosa, onde Afonso Lopes Vieira viveu a maior parte da sua vida e onde viria a morrer, consagra Raúl Lino, com o seu saber e sua vivência pessoal dela, uma página descritiva, mas tenho de renunciar ao «gosto amargo» de reproduzi-las. E tantos episódios ali vividos poderia lembrar agora, desde os domingos de reunião de muitos dos nossos escritores e artistas em torno do Mestre e às quais algumas vezes ainda a partir dos anos 30 compareci como uma espécie de menino tolerado entre os doutores — até à arde, para mim inolvidável, de 1943, em que a insistente pedido do grande escritor, académico e diplomata brasileiro também já desaparecido, Gilberto Amado, nome infelizmente pouco divulgado em Portugal, ali o levei e pude assistir ao encontro singular entre o poeta português e o poeta brasileiro (que foi aliás um memorialista admirável e um truculento orador político), a timidez quase humilde deste, frente a Lopes Vieira, grande admiração de toda a sua vida — até uma tarde triste de Janeiro de 1946, quando descí a escada de pedra da casa do Largo da Rosa, chorando pelo amigo morto. E recordo ter sido essa casa do Largo da Rosa, durante muitos anos, por iniciativa do poeta e de sua mulher (que enquanto viveu a prolongou), escola gratuita para as crianças do bairro — sempre a ideia motriz da formação da juventude! Tendo passado depois da morte do poeta às m#os, que tanto a afeioaram, do Dr. João Cid dos Santos, dói-me pensar que o Estado a não adquiriu para Escola ou Museu e é hoje escritório — amarga ironia — de uma Empresa espanhola!

E agora o lembramos aqui, a Afonso Lopes Vieira, poeta que tendo herdado o rescaldo do naturalismo e do simbolismo, viria a inserir no melhor veio do nosso lirismo tradicional formas tão pessoais, no ritmo, na métrica, na música da palavra; não deu continuidade, infelizmente, à sua experiência ficcionista de juventude, o conto intitulado *Marques*, desde há alguns anos «redescoberto» — ou descoberto? — pela crítica, descarnação dos subterrâneos de uma alma atormentada; foi um pedagogo iluminado e «iluminante», como lembramos atrás... Aos mais novos deixou o exemplo da coerência mais digna, da coragem mais firme, inesperada em homem que parecia ter a reserva dos tímidos; a fragilidade física e a discrição do bom gosto,

ocultavam nele, a uma visão superficial, a fibra da sua rijeza interior e um comentário seu, se desdenhoso no tom, podia ser implacável. Suas cóleras, porém, eram vestidas pela polidez de um estilo hierático, embora não distante. Não media os sentimentos, capaz como era de grandes paixões; media, porém, com rigor, como se fossem versos, a forma em que os exprimia.

Sua vida foi uma batalha por generosas ideias e claros ideais. Era um guerreiro «sem medo e sem mácula», o contrário dos guerrilheiros de caverna, de salão ou de botequim. E da sua obra ficou a maior das lições: ela nos lembra que temos o dever de lutar, cada um a seu modo, mas teimosamente, confiantemente mesmo nas horas mais sombrias, pela permanência do génio nacional.

1979

CAMÕES E O BRASIL

Na elegia dedicada a D. Leonis Pereira sobre o livro de Pero Magalhães Gandavo, *História da Província de Santa Cruz* ¹, a única alusão a esta, é negativa: «A Terra Santa Cruz pouco sabida» ². A obra considerada a primeira História do Brasil foi publicada em 1576 e insere a elegia citada, embora não haja nela nenhuma outra alusão ao seu tema. Pero Magalhães, humanista bracarense, amigo e companheiro de Camões, estivera alguns anos no Brasil para onde voltaria nesse mesmo ano como Provedor da Fazenda da Capitania. O poeta chegara a Portugal em 1569 e publicaria *Os Lusíadas* em 1572. Certamente que os desencontros entre ambos terão impedido maior informação verbal. Camões não deixaria, no entanto, de referir Martim Afonso de Sousa: *Este será Martinho que de Marte/O nome tem co'as obras derivado* ³ e as lutas contra os franceses: *Das mãos do teu Estevão vem tomar/As rédeas um que já será ilustrado/No Brasil com vencer e castigar/O Pirata francês ao mar usado* ⁴. São, assim, muito escassas as alusões á «quarta parte nova», esta porventura a mais citada, até pela premonição (ou também já conhecimento) da importância agrícola do Brasil: *De África tem marítimos assentos/E na Ásia mais que todas soberana;/Na quarta parte nova os campos ara;/E se mais mundo houvera*

¹ «História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil», Lisboa 1576, reed. Rio de Janeiro, 1924, S. Paulo, 1974;

² Elegia V, «Luís de Camões, Obras Completas», prof. Hernani Cidade, vol. II, Lisboa. Ed. Sá da Costa. Em «Obras de Luís de Camões», reunidas e comentadas pelo visconde de Suromenha, figura como Elegia IV;

³ «Os Lusíadas», X, 67;

⁴ «Os Lusíadas», X, 63;

lá chegara ⁵. E ainda: *Mas cá onde mais se alarga, ali tereis/Parte também co' o pau vermelho nota;/De Santa Cruz o nome lhe poreis;/Descobri-la-á a primeira vossa frota/Ao longo desta costa que tereis/Irá buscando a parte mais remota...* ⁶. E duas referências ao Cruzeiro do Sul, uma em *Os Lusíadas*: *Já descoberto tínhamos diante/Lá no novo hemisfério nova estrela/Não vista de outra gente, que ignorante,/Algum tempo esteve incerta dela...* ⁷, e outra na Elegia III: *Debaixo estando já da estrela nova/Que no novo hemisfério resplandece...* E' pouco, a terra de Santa Cruz era então ainda pouco «sabida» mas não seria preciso esperar por este quarto centenário da morte do poeta para que o Brasil «soubesse» Camões e se apercebesse de quanto ele pertence também ao seu património cultural, na essência do idioma e dos valores comuns. Lembra Afrânio Peixoto, nome tão indelével em seu pioneirismo, dos recentes estudos camonianos no Brasil, que já em 1601, apenas vinte anos depois de morte do épico, o seu primeiro imitador conhecido no Brasil, Bento Teixeira, dirigia ao governador de Pernambuco, um canto em noventa e quatro estancias — decerto pouco originais mas nada minimisáveis em suas descrições, conceitos e metáforas, a discutida *Prosopopeia* ⁸. No final do século dezassete, Diogo Grasson Tinoco faz uma tentativa de epopeia brasileira, *Descobrimento das Esmeraldas*, também de inspiração camomiana. O próprio Gregório de Matos glosaria endecassílabos camonianos. E ainda o famoso *Caramuru*, de Frei José de Santa Rita Durão. Exemplifica o mestre camonista brasileiro: *De um verão em mil casos agitado/que as praias percorrendo do Ocidente/Descobriu o recôncavo afamado/Da capital brasílica potente...* Já do nosso tempo é muito conhecido (ainda não há muitos anos foi reeditado) o longo poema épico *Brasileis*, de Augusto Meira, que saiu em 1922 com o subtítulo *Epopeia Nacional Brasileira*, e que está muito para além, no seu valor intrínseco, do mero «pastiche» camoniano de que procura, aliás, desligar-se, sem, no entanto, consegui-lo.

Tudo isto se sabe, não é novidade, sobretudo para os estudiosos de Camões (ou de literatura) mas talvez haja algum interesse em lembrá-lo num resumo da «presença» de Camões no Brasil. Na impossibilidade de registar as dezenas de poetas que demonstram influência de Camões ou lhe consagraram poemas, apresentam evidentes analogias ou, até inconscientes afinidades, remetemos o leitor para a obra certamente a mais completa e melhor sistematizada de quantas até hoje versaram esta matéria, o ensaio do

⁵ «Os Lusíadas», VII 14;

⁶ «Os Lusíadas», X, 140;

⁷ «Os Lusíadas», V, 14;

⁸ 1.^a Ed. 1601; «Camões e a poesia brasileira»;

Prof. Gilberto Mendonça Teles, investigador, poeta e crítico brasileiro, exercendo funções docentes em duas Universidades do Rio de Janeiro, *Camões e a poesia brasileira*, na qual se estuda exaustivamente a incorporação do discurso poético brasileiro⁹. As mais recentes ciências da literatura e da linguística têm aberto, á obra de Luis de Camões., lírico ou épico, espaços de interpretação, até há poucos anos insuspeitados. Bem se compreende que o código semiótico proposto pelo poeta seja aliciante para os seus hermenêutas!

Depois do deslumbramento inicial dos imitadores (e quem não imitou quem, nos séculos XVI e XVII? — e mesmo depois como se viu) o Brasil assume a glória de Camões e já no século XIX, Castro Alves exclamaria: *Génio e mendigo, vêde, o abismo de irrisões/Caminha roto o Dante/e pede pão Camões*¹⁰. Ficaria célebre o soneto de Machado de Assis, que termina: *Assim um homem só naquele dia/Naquele escasso ponto do universo/ Língua, história/nação, armas, poesia/salva das frias mãos do tempo adverso/E tudo aquilo agora o desafia/E tão sublime preço cabe em verso...* Lembra ainda Gilberto Mendonça Teles que, contrariamente ao que muitos podem pensar, no movimento modernista, de 1922, *em todas as suas negações e nas mais ousadas experimentações (...) entre os adeptos das correntes ou dos grupos mais diferentes e radicais, encontramos sempre a referência carinhosa ao nome e á obra de Camões*¹¹ Não menos conhecida pelo contrário, a algumas décadas de distancia, temporal e sobretudo estética, a mesma exortação épica e alentadora de Machado de Assis vamos encontrar, em Manuel Bandeira: *Quando na alma pesar da tua raça/a névoa da apagada e vil tristeza/busque ela sempre a glória que não passal em teu poema de heroísmo e beleza...*¹².

Faz agora um século o Brasil partilhava com Portugal as comemorações do terceiro centenário da morte do poeta. Oito anos antes, lembrando igual efemeride para a publicação de *Os Lusíadas*, publicara Joaquim Nabuco, o livro *Camões e Os Lusíadas*, que Teófilo Braga havia de criticar com severidade. No entanto, em 1880, não sem dificuldades e obstruções, por parte de membros categorizados da colónia portuguesa do Rio de Janeiro, seria escolhido como orador oficial na sessão solene do Gabinete Português de Leitura. E já então em pleno prestígio intelectual e político, Nabuco resumiria na presença do Imperador D. Pedro II a identificação entre Camões e o Brasil: *Se hoje é o dia de Portugal, não é melhor para ele que*

⁹ 2.^a Ed. S. Paulo, Ed. Quiron, 1976;

¹⁰ Castro Alves, *Poesias Completas*, S. Paulo, 1949;

¹¹ Obra cit.;

¹² Manuel Bandeira, *Poesia e Prosa*, Aguilar, Rio de Janeiro, 1958;

a sua festa nacional seja considerada entre nós uma festa de família? Se é o da língua portuguesa, não é esta também a que falam dez milhões de brasileiros? Se é a festa do espírito humano não paira a glória do poeta acima das fronteiras dos Estados ou estará o espírito humano também dividido em feudos inimigos? E acrescenta: Em toda a parte a ciência prepara a unidade enquanto a arte opera a união. Bons tempos... Teófilo haveria de rever a sua opinião anterior e lembra o Prof. Costa Ramalho num dos seus sempre fundamentais estudos camonianos ¹³, que então se referiria ao discurso de Nabuco louvando a sua eloquência alevantada e afirmações gloriosíssimas para o futuro de Portugal. O entendimento da tese de Nabuco haveria, felizmente de generalizar-se, cá e lá. Só que hoje não são dez milhões de brasileiros que falam a língua portuguesa mas sim mais de cento e vinte milhões... E' nesse mesmo ano e no quadro do centenário, que Miguel Lemos, um dos chefes do movimento positivista que tanta influência teria no Brasil, publica em Paris o seu estudo *Luís de Camões*, notando que o poema épico *transpõe uma fase da evolução da humanidade inaugura a era industrial vai precariamente sucedendo á era militar, a empresa de Portugal que leva os lusíadas ás Indias descobre um caminho novo á intercomunicação humana, o que é a própria definição de civilização...* E é ainda Afranio Peixoto ¹⁴ que lembra a definição de Edgar Quinet: *A epopeia moderna da industria e do comércio, Os Lusíadas*.

Parece, no entanto, não terem sido muitas as obras então publicadas. Além da peça de Machado de Assis, representada no Teatro D. Pedro II, publicada no ano seguinte e que fora encomendada pelo Gabinete Português de Leitura, e do livro de Miguel Lemos, terá havido, isso sim, numerosos artigos na imprensa, entre eles um, considerado cientificamente muito importante, de Capristano de Abreu, na *Gazeta de Notícias*. No entanto, o indianista Baptista Caetano traduziu para «abaneenga», a língua dos tupis, uma estância do canto X de *Os Lusíadas* e a Biblioteca Nacional, do Rio de Janeiro promoveu uma grande exposição de gravuras, medalhas e manuscritos sendo de notar terem estado expostos três exemplares da edição «princeps» do poema, o primeiro que foi propriedade de D. Pedro II, com a célebre e hoje controversa inscrição manuscrita, *Luís de Camões seu dono* 576, e doado mais tarde à Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico. Os outros dois exemplares encontram-se na biblioteca do Gabinete Português de Leitura e na Biblioteca Nacional, reliquias preciosas que são. Registe-se ainda a publicação, nesse ano de 1880, de um número especial da *Revista Brasileira*, abrindo com palavras de D. Pedro II e colaboração entre muitos

¹³ Américo da Costa Ramalho, Estudos Camonianos, Coimbra, 1975;

¹⁴ Afrânio Peixoto, Ensaios Camonianos, Coimbra, 1932;

outros nomes, de Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Silvio Romero e Bernardo Guimarães.

A partir de uma tese de Teófilo Braga sobre a data do nascimento de Luís de Camões (tese retomada e desenvolvida por Mário Sa em *Memórias Astrologicas de Camões*) e que estabelece o ano de 1524 — e é de notar que, interrogado Teófilo Braga sobre o assunto, meses antes, seria no *Diário de Notícias* que renovaria e ampliaria os seus argumentos — resolveu o Brasil oficialmente celebrar naquele ano a efeméride, duvidosa embora. Era presidente da Academia Brasileira de Letras precisamente Afrânio Peixoto, e é por isso de admitir a sua intervenção actuante na iniciativa. A formação no Brasil de uma Sociedade de Estudos Camonianos, que publicaria o *Dicionário dos Lusíadas* e durante muitos anos outras obras de investigação, além de uma edição do poema, marca o início das comemorações. Sem dúvida, porém, o acto de maior significação terá sido a sessão solene no Gabinete Português de Leitura, na qual Afrânio Peixoto revelou que, por iniciativa sua, um benemérito português do Brasil, Zeferino de Oliveira¹⁵ instituirá uma doação que seria o primeiro passo, através da criação de uma cadeira de Estudos Camonianos da Faculdade de Letras de Lisboa, para o desenvolvimento da camonologia *essa ciência nova comparável a dantologia, que, apenas meio século depois da morte de Dante, Boccaccio inaugurava em Florença; Camões, assunto de humanismo, de civismo de patriotismo, ensinado numa Universidade lusitana, para glória e honra da nossa lingua, da nossa raça...* E também no mesmo jornal, em 10 de Junho desse ano o prof. Queiroz Veloso, decano da Faculdade, saudava a iniciativa e agradecia-a anunciando a inauguração da cadeira de Estudos Camonianos para Outubro seguinte. Viria a inaugurar-se a 4 de Novembro, sob a presidência do reitor da Universidade, o prof. Pedro José da Cunha e a lição inaugural coube ao prof. José Maria Rodrigues: *Importância e Dificuldades dos Estudos Camonianos*. Foi regida por mestres como Rebelo Gonçalves, Hernani Cidade, Vitorino Nemésio, Maria Vitalina Leal de Matos, e previa-se a criação a partir do espírito que a informou, de um Centro de Literatura de Expressão Portuguesa, que teria a orientação de outro mestre de camonologia, o prof. Jacinto do Prado Coelho. A semente lançada em terra portuguesa pelo acordo de ideais camonianos de brasileiros e portugueses, fecundou, cresceu, encontrou nas duas pátrias, terra pronta a recebê-la, sobretudo nas horas mais carentes de estímulo espiritual, alento de ânimo. Esse ano de 1924 terá sido fasto para a glória de Camões e, portanto, de Portugal. Vivia ainda o Brasil na emoção do feito de Gago Coutinho e Sacadura Cabral, dois anos antes. Não deixou, por isso, de ser lembrado,

¹⁵ Afrânio Peixoto, obra cit., e também em «Camões» e o Brasil, Lisboa, s/data;

nessa sessão do Gabinete Português de Leitura, que os dois heróis haviam sacrificado mantimentos para poderem levar nos frágeis aparelhos em que voavam um exemplar de *Os Lusíadas*, cujo canto undécimo — diria pouco depois Afonso Lopes Vieira — bem podia considerar-se a extraordinária proeza! E em 24 de Dezembro a Academia Brasileira de Letras rematou as comemorações com uma sessão solene.

Lembrando o Padre António Vieira — «primeiro grande luso-brasileiro» — disse o prof. Lopes de Almeida, na secção inaugural, no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, na inauguração das comemorações do IV centenário da publicação de *Os Lusíadas* em 1972: *Quando dois irmãos se dão as mãos ninguém há que se atreva. E com a sua especial autoridade, então presidente da comissão executiva portuguesa das comemorações, acrescentou aquele mestre camonologista: Festejamos o que nos deu no Mundo nome de honra, um acto de criação moral e política inigualável. (...) uma voz eloquente, alta e sonora, desferida nos dias de ontem, de hoje e de sempre...* Nesse ano tão próximo ainda celebrou o Brasil a efeméride da edição «princeps» e não ficou atrás do irmão mais velho o resultado cultural, altamente positivo no plano da eficácia, da exegese e da divulgação camoniana, a contribuição do Brasil às comemorações: a realização em quase todas as cidades do Brasil, ao longo desse ano, de exposições bibliográficas e iconográficas, um ciclo de conferências no Ministério da Educação e Cultura; sessões especiais de estudo no Instituto Histórico e Geográfico, um «Mês Camoniano» na Academia Brasileira de Letras; espectáculos teatrais; concursos literários em todas as Universidades brasileiras e em numerosas escolas superiores e já no ano seguinte, a rematar as comemorações, a II Reunião Internacional de Camonistas na Universidade Federal Fluminense, de Niterói, prolongamento da que se efectuara meses antes em Portugal. Um programa extensíssimo, sistematicamente planeado e cumprido e ao qual se associaram como sempre o Liceu Literário Português e o Gabinete Português de Leitura e quase todos os núcleos culturais ou associativos das comunidades portuguesas de todo o Brasil. Fora ele organizado, pelos professores Maximino de Carvalho e Silva e Gladstone Chaves de Melo.

Como esquecer, porém, quanto às instituições, os Centros ou Institutos portugueses que funcionam junto às Universidades brasileiras com tão devotada acção camoniana e pesquisas sucessivamente actualizadas? E os nomes, entre tantos outros, além dos já citados mestres, de Soares Amora, Hélio Simões, Elvo Clemente, Massaud Moisés, Leodegario de Azevedo Filho, Casado Gomes, Nelly Novais Coelho, Lelia Parreira Duarte? Como esquecer a *Revista Camoniana*, que o prof. Sigismundo Pina fundou na Universidade de São Paulo? E os estudos, tão diversificados entre si, do

saudoso Alvaro Lins; ou os de Pedro Calmon, Josué Montello, Cleonice Berardinelli, Nilo Pereira, Celso Cunha ou Hamilton Elia? Ou os trabalhos de mestres portugueses que trabalharam em Universidades brasileiras, como Fidelino de Figueiredo e Jorge de Sena, este abrindo tantas e tão reveladoras pistas? E os ensaios, da maior importância, do falecido investigador Emmanuel Pereira Filho, que o já citado professor Leodegário de Azevedo Filho considera «o maior especialista brasileiro no que se refere á problemática textual da lírica camoniana», ou, já em 1980, o estudo *Do antigo e do moderno na épica camoniana*, do professor da Universidade de Brasília, Luiz Piva? E a acção divulgadora do «Jornal de Letras», do Rio de Janeiro?

Se a forma mais digna e mais eficaz por que o saber se transmite, de glorificar um artista, é estudar e interpretar a sua obra, esclarecendo-a sucessivamente e assim ampliando as suas áreas de interesse, é hoje mais do que nunca relevante o papel do Brasil nos estudos camonianos. Ali, o épico e o lírico também são estudados por especialistas altamente preparados, e oferecidos á curiosidade das gerações universitárias como um todo.

E seja-nos lícito terminar estas notas com uma alusão bem circunstancial: na sua obra atrás citada o prof. Mendonça Teles defende, e documenta-o, que, sendo a linguagem de Camões a mobilização de todos os conhecimentos científicos e culturais do Renascimento, «a diferença a mais de 25 por cento de vocábulos eruditos representa um índice de evolução bastante elevado mas num processo em que não se deu nenhuma ruptura violenta com o passado, pois isto seria estranho ao sentido mais íntimo do poema camoniano». E acrescenta: *O poeta não pode livrar-se dos termos arcaicos, muitos dos quais ainda bastantes vivos na fala popular; outros não passavam de formas antigas, tomadas às fontes escritas do poema.*» E ainda «...foi dessa língua de transição que saiu a base oral da língua que veio para o Brasil a partir de 1500, mais precisamente depois da expedição de Martim Afonso de Sousa em 1530. Dada a diferença de funções que a língua passou a executar na nova terra, o ritmo do desenvolvimento foi aqui freado, resultando que o português lusitano pôde desenvolver algumas tendências fonéticas, morfológicas, sintácticas e semânticas, de maneira diferente do português brasileiro, razão por que hoje o português brasileiro está estruturalmente muito mais próximo da língua de Camões do que o próprio português metropolitano... Tese, aliás, defendida, também com singular acuidade por Gladstone Chaves de Melo e outros especialistas brasileiros.

Pudessem reflectir sobre este tema muitos que se afligem — ou se irritam — com o risco de empobrecimento que certas abreviações coloquiais comportam ou com as locuções que uma inevitável gíria popular ou pequeno-burguesa introduz nos diálogos das novelas brasileiras da televisão

e que não fazem parte da linguagem falada ou escrita «normalmente» no Brasil, antes são indispensáveis apoios ambientais ou psicológicos justificados num povo inflacionário de jovens, descontraído, e em que não há a preocupação de limitar receosamente a terminologia usada, antes da ampliá-la ou refrescá-la! São essas expressões, em geral, efémeras, duram alguns anos, poucos; passam de moda como tudo que não tem consistência. E o que fica é o puro português (decerto enriquecido com variações regionais e até estrangeirismos legitimamente apropriados, mas que só valorizam o idioma), o puro «português de Camões», actualizado embora, que continua a ser, através de todas as inovações e inventivas, o da maioria dos grandes autores brasileiros, por mais desenvolta e pessoal, seja a sua escrita.

1980

OS ESTUDOS QUEIROZIANOS DE ERNESTO GUERRA DA CAL

Creio ser legítimo pensar que não há em Portugal ninguém de cultura um pouco acima da média (e na verdade que é isso de cultura média, em termos comuns?) que desconheça o nome do Professor Ernesto Guerra Da Cal. E, decerto, muitos que não atingiram esses níveis igualmente o conhecem, pois o ligam aos trabalhos de investigação, análise, interpretação e crítica que com rigorosa metodologia científica vem dedicando desde há dezenas de anos à obra de Eça de Queiróz. Criou-se mesmo uma situação ligeiramente absurda — se é que o absurdo pode ser ligeiro — e que consiste em ser Eça de Queiróz o nome que imediatamente se liga ao de Guerra Da Cal quando se fala neste. De facto talvez não tão absurda quanto parece, pois bem se pode dizer, mal comparado na relatividade dos temas, como Toynbee disse a propósito da História das Civilizações, haver um mundo pré-gâmico (anterior a Vasco da Gama) e outro posterior, que há uma análise da obra queiroziana anterior a Guerra da Cal e outra posterior.

O que equivale a dizer que uma leitura, crítica (ou não) do nosso romancista, nunca mais pode ser a mesma depois dos primeiros ensaios do mestre galego. É de 1954 o seu estudo «*Lengua y Estilo de Eça de Queiróz*», publicado pela Universidade de Coimbra na língua original e pouco depois traduzido e editado no Rio de Janeiro, pois, como se sabe, nestas matérias, como em muitas outras, os brasileiros não andam a dormir. Foi, porém, na edição portuguesa, da Editorial Aster, em tradução de Helena Cidade, que li esse estudo pela primeira vez. Ele só não pode ser considerado uma obra pioneira porque julgo ser impossível a partir dele descobrir algo de novo na área da análise estilística da obra queiroziana. Guerra Da

Cal esgota-o com sabedoria do cientista literário, a devoção beneditina do místico e o amor ardente do apaixonado. Como até há pouco era mau hábito em edições nossas, não trazia esta os da ficha técnica indispensável.

No entanto, a edição é posterior a 1960, pois na respectiva badana se esclarece — e tem interesse reproduzi-lo — que a sua primeira publicação em castelhano na edição «forçosamente restrita» das *«Acta Universitatis Conim-brigensis»* teve entre 1940 e 1960, nada menos de 31 artigos críticos em 11 países, desde Portugal e o Brasil, até à Alemanha Oriental e à Checoslováquia. Pois apesar disso, foi esta a primeira versão em língua portuguesa, publicada em Portugal. E terá saído outra?

Guerra da Cal — e a opinião não é minha, mas de muitos outros — desmontou nesse livro-chave todo o mecanismo da prosa queiroziana e no que ela tem de «revolucionário» *forma, conteúdo, técnica, mistério criacional e ao mesmo tempo obra-prima laboratorial* pôde encontrar ocultos — e revelá-los — muitos dos cânones da mais clássica poesia. As duas partes iniciais dessa obra abordam a situação dos estudos queirozianos ao tempo da sua publicação e logo o problema do estilo, que terá sido a atracção primeira do eminente professor — durante perto de 40 anos — da Universidade de Nova Iorque. E talvez não seja despidiendo recordar que a tese de doutoramento de Guerra Da Cal na Faculdade de Filosofia da Columbia University, no início da sua carreira, fora já a obra de Eça de Queirós, possivelmente o ponto de partida do investigador para tudo quanto nesse campo analítico viria depois. Por quê? Guerra Da Cal o diz *«Ele talvez melhor que nenhum outro escritor do período contemporâneo exemplificaria a continuidade da inter-influência das duas grandes literaturas peninsulares ajudaria a esclarecer certos aspectos do ritmo histórico que rege as osmose mútuas de ambas as culturas, as suas afinidades e diferenças, o seu curioso sistema de «paralelidades e assincronias», as atrações e repulsões das suas respectivas modalidades espirituais — tão próximas e, porém, tão distantes»*.

Para examinar a «situação» dos estudos queirozianos Guerra Da Cal como que mergulha no passado relativamente próximo, a prosa portuguesa no tempo de Herculano Garret, Camilo e Castilho e demonstra a *necessidade* da reforma estilística queiroziana, a sua novidade e necessidade: *«A renovação estilística de Eça não foi resultante de uma atitude programática, mas uma consequência natural dos seus conceitos estéticos fundamentais...»*.

E depois: *«Eça, em luta com uma língua arcaizante e verbosamente rica, conseguiu dominá-la, dela extraindo esquemas expressivos, de uma qualidade completamente inédita...»*. (...) *«Ele sabia que o idioma não é criação, mas recriação»*. Mas o livro trata exaustivamente o seu tema, num estilo literário muito pessoal — Guerra Da Cal é, na verdade, um grande

prosador, qualidade, como se sabe, que os cientistas literários, agora muito em voga, raríssimamente possuem. Pelo contrário: têm, em geral, a arte (e o gosto) do ininteligível. O estilo de Guerra Da Cal é claro e sóbrio e, ao mesmo tempo musical e rijo.

Os pontos desenvolvidos nesse seu livro já antigo são fundamentalmente, e a partir do tema «A palavra» o léxico e a sintaxe em geral na obra queiroziana e, ainda, o adjectivo, o adverbio de modo, o verbo. E depois, num extenso capítulo sobre «A frase» os caracteres gerais, a ordem das palavras, o ritmo binário e o ritmo ternário, as combinações e os cruzamentos rítmicos. Final-mente: a poetização da prosa: harmonia imitativa aliteração, a repetição como agente lírico, a assonância e a consonância, a combinação de ritmos métricos e tónicos, etc.

Resumo, apenas, o livro, e ao mesmo tempo advirto os muitíssimos interessados, para a existência desta obra, invulgar no seu género, que fracamente duvido faça parte dos programas oficiais, liceais ou universitários, ao contrário de algumas outras que não é por quaisquer possíveis méritos em primeiro lugar, que ali figuram agora, antes por motivos inteiramente alheios, senão contrários, à arte literária ou aos estudos de literatura.

Recordo esta obra por uma razão que lhe anda muito próxima, a publicação, há meses, (onde o artigo crítico onde a simples recensão jornalística? onde o ensaio substancial que seria justo?) de mais um volume, o 4.^o embora seja o 3.^o. Tomo «pois o Tomo 2.^o tem dois volumes, A e B» da gigantesca — e não encontro realmente outra palavra — *Bibliografia Queiroziana*, a que Guerra Da Cal chama, modestamente mas quasi parece ironicamente, «Apêndice» a «*Lengua y Estilo de Eça de Queiroz*». Acontece que este notabilíssimo trabalho tem, na edição portuguesa que citei, 350 páginas de texto e na brasileira 279, enquanto este *Apêndice*, nos 4 volumes publicados atinge a linda soma de 3033 páginas... É o mestre queiroziano quem nos explica na Introdução ao 1.^o volume, qual o programa da obra no seu conjunto, obra que chega agora ao seu termo: a apresentação sistemática da bibliografia activa de Eça, e pela primeira vez se regista a cronologia ordenada de todas elas, com dados completos sobre cada uma: a compilação anotada das fontes de informação sobre a vida e a obra do escritor, uma Bibliografia passiva rigorosamente classificada, na qual figuram todas as «fontes» necessárias, genealógicas e biográficas, biocríticas gerais, obra póstuma inédita ou perdida, epistolografia particular, poesia, Eça tradutor, etc. No Tomo 3.^o — *Iconografia artística del Hombre y La Obra* vem a relação pormenorizada das adaptações da sua ficção ao teatro, cinema, televisão e rádio. E ainda uma abundantíssima iconografia artística, repositório único de reproduções de quadros, pinturas, retratos, desenhos, esculturas e

também caricaturas e tantas obras de arte, de valor diferente embora, que as suas personagens e o próprio Eça de Queiróz tem sugerido. Na parte final desse volume entram elementos informativos e fichas bibliográficas que não teriam cabimento sob rúbricas específicas: dados relativos a monumentos e lápidas à memória do escritor, estudos sobre as diferentes localizações dos seus cenários narrativos, Sociedades constituídas em diferentes países sob o signo queiroziano e — vai até esse ponto obra tão meticulosa em seus registos! — litígios ocorridos em torno dos direitos de autor de Eça de Queiróz, páginas vividas que, em alguns casos parecem, pelos seus lados mais pitorescos, passos de uma qualquer obra do grande escritor! Triste sestro o nosso, não o dele que nos soube ver como eramos e, parece, continuamos sendo, este, de volta-e-meia, na vida social, na política, na literatura, nos encontrarmos frente a frente com situações tipicamente queirozianas! A que não escapou, sequer, a polémica em torno das recentes edições de *A Tragédia da Rua das Flores*, como todos nos lembramos ainda. É que a sua funda análise do carácter português foi tão longe que, como está dito, redito e em cada dia se prova, os seus tipos humanos não estavam, afinal, tão datados como pareciam. Mas voltamos à obra de Guerra Da Cal: o 1.^o tomo apresenta um utilíssimo índice didascalico das obras de Eça de Queiróz». No último, dois índices, o das matérias contidas em todos eles e o onomástico geral deste empreendimento, único no seu género e em qualquer parte do mundo: se não estou em erro nenhum outro autor, por mais afamado e por mais relevante seja a sua importância histórica e didáctica, como é o caso de Eça de Queiróz, terá merecido assim obra de informação, que implicitamente é obra de História, tão completa e tão sistematicamente organizada.

É uma vida inteira de trabalho árido por vezes — «o trabalho de investigação bibliográfica é por sua natureza lento, tedioso e exigente», escreve Guerra Da Cal na referida Introdução.

Sem dúvida, mas a lentidão e a exigência posta na elaboração deste só para o autor terão sido — se é que foram — «tediosas».

Não é de tédio, pelo contrário, o sentimento que o leitor experimenta ao percorrer ou ao consultar estas páginas, que são evidentemente para consulta e elucidação mas que, afinal, se folheiam, primeiro com curiosidade, continuamos depois a ler com interesse crescente, interrompemos, para logo na primeira oportunidade as retomar e que, ao cabo nos transmitem pela soma de pormenores, de notas, até em muitos casos de breves referências remissivas, que são pequenos ensaios, a propósito de uma ficha mais curiosa, de um verbete mais sugestivo, de um pormenor que nos havia escapado por mais assíduos leitores de Eça sejamos. Guerra Da Cal fez um

trabalho efectivamente monumental. À altura do tema imenso e também do seu próprio talento e da sua competência.

Que 1.º volume tenha aparecido nos idos de 1975 pode justificar que ele não tenha tido a audiência pública e até oficial que logo de início mereceria em tempo normal. Acontece, porém, que os dois tomos do 2.º volume saíram em 1976. Bom. Ainda, enfim... O 3.º tomo, porém, já é de 1980 e também não vi celebrado como merece, acolhido como se impunha, pelo menos em Portugal. É muito possível que neste momento já no Brasil, sempre tão atento a tudo quanto diz respeito a Eça de Queiroz, ele tenha tido repercussão, pelo menos — ou pelo mais... — nos meios universitários onde o Professor Guerra Da Cal tem também muito prestígio. E evidentemente nos Estados Unidos. E na América Latina.

E aqui? De que estamos à espera em Portugal para testemunhar a Guerra Da Cal, a nível nacional, a nossa gratidão pelo seu trabalho científico de investigador, crítico e historiador queiroziano e de doutíssimo estudioso de tantos temas culturais portugueses? Será que já nem Eça de Queiróz motiva as entidades oficiais, culturais ou não, mas sobretudo aquelas, imersos todos no imediatismo proviciano da picuinha pessoal?

Há bastantes queirozianistas felizmente, por esse mundo fora. A obra de Guerra Da Cal, porém é única no seu género e sobreleva a qualquer outra, não só pelo mérito intrínseco mas também pelas novas e até há pouco imprevisíveis pistas que sugere. É a obra de um professor que, por ser, além de puro «scholar», escritor e poeta, realiza nos seus trabalhos a síntese da sua personalidade humana. Que a sua discrição natural que vem de uma consciência monástica do trabalho e de uma natural indiferença desportiva por certo tipo de glórias, que o seu alheamento deliberado das tertúlias, capelinhas e sacristias culturais, me perdoem ter cumprido agora, tão pobremente embora, o que entendo ser o meu dever.

1981

TOMAZ RIBEIRO
E A «MALA DA EUROPA»

Não me recordo de ter lido nas celebrações recentes do sesquicentenário do nascimento de Tomaz Ribeiro e do octogésimo aniversário da sua morte (o poeta nasceu em 1831 e faleceu em 1901, como se sabe) qualquer referência à sua intervenção na revista *Mala da Europa* que se publicou em Lisboa a partir de 1894 e terá durado pelo menos até 1897. A *Mala da Europa* publicava-se quinzenalmente e como o seu nome indica destinava-se — e assim vinha expressamente declarado no primeiro editorial — «aos portugueses do Brasil e de além-mar». Não era na época, como se sabe, o único periódico com idêntica intenção e ele próprio vinha substituir, em consequência de qualquer cisão administrativa, outro que o precedera, intitulado *Correio da Europa*. Entre 1866 e 1871, refere Augusto Xavier da Silva Pereira no seu *Dicionário Jornalístico Português*, cujo manuscrito se encontra inédito na Biblioteca da Academia e igualmente no livro de sua autoria *Os Jornais Portugueses, Sua Filiação e Metamorfoses* existiria já uma outra *Mala da Europa*, editada em Lisboa entre 1866 e 1871, redigida, porém em castelhano, pois era destinada a «dar relação ao Rio da Prata de todos os mais importantes problemas económicos e comerciais, ocorridos de paquete a paquete».

Esta nova *Mala da Europa*, que inicia a sua publicação 23 anos depois, apenas tem da primeira, o título legalmente livre por estar a sua propriedade já no domínio público. Eram outros, como veremos e bem diversos, os seus objectivos, era outro, muito diferente, o espírito que a inspirava. Em síntese levar Portugal — e a Europa — aos portugueses trabalhando no Brasil e em África, sobretudo Brasil.

Tomaz Ribeiro com mais de 60 anos tinha havia já muito tempo o seu nome conhecido e celebrado, como poeta e político. Desde a juventude: aos 39 anos, fôra Secretário-Geral da Índia, logo depois Par do Reino; entre 1878 e 1881 fôra Ministro da Marinha, da Justiça, das Obras Públicas, e do Reino. Aos 31 anos em 1862 fôra eleito para a Academia das Ciências que nesse tempo menos rigorosa do que hoje permitia-se fazer futurologia, prevendo no êxito que conseguira ainda estudante em Coimbra o jovem Tomaz Ribeiro, a sua glória futura. E não se enganaria. Apostar no futuro dos outros é quase sempre uma forma de manter a mocidade própria.

Quando assume a direcção da *Mala da Europa*, ia a revista no seu 8.º número, Tomaz Ribeiro também tinha seus velhos diplomas jornalísticos, pois fôra fundador em 1885, com Luciano Cordeiro, do semanário político *Repúblicas*, e em 1889 dos diários *O Imparcial* e *Opinião*. Aceitando encabeçar um quinzenário, certamente de grande expansão fora das nossas fronteiras, mas dentro destas de menor influência, Tomaz Ribeiro terá sido motivado por duas razões muito válidas: 1.º a sua amizade pelo principal proprietário, Delfim José Monteiro Guimarães, pai do poeta Delfim Guimarães que após a morte daquele, em 1897, lhe sucederia. E foi precisamente a leitura da colecção de *Mala da Europa* facultada pelo neto de Delfim Guimarães, Dr. Francisco Guimarães da Cunha Leão, e de algumas cartas inéditas de Tomaz Ribeiro, que me sugeriu algumas reflexões sobre a intervenção de Tomaz Ribeiro no jornal de Delfim Monteiro Guimarães e também sobre a sua concepção de deontologia jornalística, a sua posição nacional face aos problemas do tempo e a sua análise, em que sentimento e razão se interassimilavam, das relações luso-brasileiras.

Curiosamente, o nome de Tomaz Ribeiro aparece a dirigir *Mala da Europa* quando, em 15 de Novembro de 1894, o quinzenário publica um número especial em homenagem ao Brasil, comemorando o 5.º aniversário da proclamação da República naquele país. Até aí, o jornal apresentara-se, um tanto imodestamente diga-se de passagem, tendo no cabeçalho a legenda: «*Redactores e colaboradores os principais escritores portugueses*». Não era inteiramente falso, pois contava, além de Tomaz Ribeiro, entre os seus colaboradores regulares, João de Deus, Teófilo Braga, Ramalho Ortigão, Teixeira Bastos, Abel Botelho, António Cândido, Eugénio de Castro, Sousa Viterbo e outros. No entanto, Tomaz Ribeiro fôra convidado por (decerto pelo seu prestígio político que não só literário) e pelo facto de se saber já que seria nomeado Ministro de Portugal no Brasil logo se reatassem as relações entre os dois países, suspensas desde Maio de 1894 em consequência do incidente conhecido com as corvetas portuguesas *Mindelo* e *Afonso de Alburquerque* que estando fundeadas na baía da Guanabara tiveram de recolher centenas de revoltosos vencidos pelas tropas fiéis ao governo de

Florianio Peixoto. Repare-se: *Mala da Europa* aparece em Agosto desse mesmo ano, destina-se à colónia portuguesa no Brasil e em editorial no seu primeiro número saúda «os nossos conterrâneos que vivem, trabalham e lutam além-mar, honrando e enriquecendo a sua pátria». E não deixa, talvez, de ser indicado lembrar um trecho significativo, para lá da linguagem conjuntural adequada, de outro artigo em destaque nesse primeiro número e assinado pela Redacção: «Não é sem grande dor que nos vemos forçados confessar o nosso merecido descrédito. Resta-nos a tristíssima consolação de que não somos os mais degenerados nem os de piores costumes nesta velha e fidalga Europa. Somos dos mais apontados porque não temos nem soldados, nem navios, nem gente, nem dinheiro, nem digamos... tudo! Nem o necessário pudor. Em meio das nossas afrontas não se encontram as nossas amarguras. Festas, batalhas de flores, teatros, circos, procissões, avenidas, touros! Um país de capinhas, aspirantes a matadores. Um país de belizários aspirantes às roletas de Monte Carlo. Um funcionalismo e uma nobreza que aspiram só a ir de carruagem pela Avenida à Casa de Penhores, da Casa de Penhores à Sopa Económica, da Sopa Económica ao Campo Pequeno, de Verão, ou a S. Carlos, no Inverno.» E depois deste quadro triste mas propício a alguma meditação, o apelo, já então, aos nossos emigrantes: «Vós que trabalhaes, que andais na luta pela vida em países longínquos, vós que honraes as nossas tradições, cruzados do trabalho, navegadores e conquistadores do século XIX, tendes direito e obrigação de intervir no desvairamento deste filhos pródigos da casa de vossos Páís!»

A esses emigrantes dedica sempre o jornal a sua primeira coluna com o título cujo impacto em sua simplicidade só quem alguma vez esteve emigrado, pode sentimentalmente avaliar — «Notícias da vossa terra» — e aí se resume, com poder de síntese de notar em época romântica, a vida política, cultural e social do país e tudo o que em Portugal ocorrera podendo interessar aos portugueses do Brasil, desde o óbito mais humilde da província a simples acontecimentos de rua.

No número em que Tomaz Ribeiro assume a direcção a primeira página apresenta ainda um luxo caro: três fotografuras a sépia, dos marechais Deodoro da Fonseca e Florianio Peixoto e do Dr. Prudente de Moraes e pelo artigo da estreia de Tomaz Ribeiro como director da revista: «A Mala da Europa é um jornal português de lei, destinado a advogar e a promover os justos interesses da gente portuguesa, dispera por terras d'além mar, quer nossas, quer estranhas.

...Propõe-se dizer em tudo a verdade a quem em tudo é devida... entrando aqui salutaros conselhos, severos mesmo, áqueles que fraternalmente amamos; que não é com lisonjas e indulgência que se ensina o caminho da justiça... Contra a injúria, o desacato, a iniquidade ou mesmo

a indelicadeza não provocada, oporá a reclamação e o protesto mais digno e nobre que lhe for possível, honrando as nobres tradições do povo que representa ou a cujo serviço se oferece; ... A sua linguagem será digna sempre. De outro modo iríamos desonrar a língua em que o jornal se escreve, a língua que falaram o padre António Vieira e José Estevão Coelho de Magalhães, em que escreveram romances Júlio Dinis e Camilo Castelo Branco, em que cantaram primores Bernardim, Castilho e Garrett, em que Herculano escreveu a nossa História e Camões a nossa epopeia...»

Sobre o Brasil refere os grandes escritores brasileiros que enaltecem a nossa língua; em política nacional, a revista não pertence a qualquer agrupamento partidário ou literário e, interessando-se sempre pela nossa política externa não interferirá na dos outros países, poderá analisar em tese, diz o novo director, qualquer teoria política ou apreciar os acontecimentos que noticia com o desassombro que para mim quero, mas, acrescenta Tomaz Ribeiro, respeitará a política interna, principalmente a dos povos onde tivermos filhos nossos incuntindo-lhes e aconselhando-lhes igual respeito.

Nesse número em que o novo director é anunciado pela Redacção como o nome mais honrado, a consciência mais limpa de político português, Ramalho Ortigão, numa nota que não me lembro de ter sido recolhida em volume, diz-se como sendo «dos mais indiferentes às formas políticas assim como às formas religioss», embora — cito — «nas religiões prefiro talvez as que têm por base o Evangelho porque é nesse livro de um tão profundo mistério de um tão perturbador encanto que se encontra a bondade absoluta, a longaminidade incondicional para todos os que extraviam, a simpatia ilimitada para todos os que sofrem, o perdão enternecido para todos os que erram...» Dos governos, a despeito das reservas que põe ao sufrágio e à oratória, Ramalho diz-se por aqueles em que «a honestidade, a clemência e a arte, herdeira das religiões que se extinguem, mestra e reguladora de todos os sentimentos humanos, possam mais livremente e eficazmente exercer a sua acção no equilíbrio da moral, do qual dependem todos os equilíbrios sociais». E é isto que o escritor, a rematar, deseja ao Brasil, «a esse povo que pelas hereditariedades de educação e de cultura, pela facilidade do engenho e pela doçura do carácter e pela poesia dos sentimentos, eu considero entre todos os povos da América como o mais receptivo e o mais adaptável a todos os desenvolvimentos do progresso humano».

Temos, pois, Tomaz Ribeiro director da *Mala da Europa* a partir de 19 de Novembro de 1894. O jornal amplia a sua expansão, anuncia correspondentes no Porto, na África Ocidental e Oriental, logo em Paris e em Londres e Porto e, por outro lado, refere já as suas delegações no Brasil, no Rio de

Janeiro, S. Paulo, Santos, Campos, Campinas, Pelotas, Porto Alegre, Bahia, Pernambuco, Pará, Manaus, Ceará e Maranhão... Praticamente cobre o Brasil inteiro e isto, note-se, quando as comunicações internas se praticam por navio e entre as duas pátrias as comunicações eram raras e morosas e as relações diplomáticas tinham cessado. Com hábil sentido diplomático, conjugam-se a vontade de Delfim Monteiro Guimarães o principal proprietário, com o director, colaborando com um tacto que não exclui dignidade no aplinar das dificuldades que se mantém nesse mês de Novembro de 1894 perante a ameaça do aparecimento de um partido anti-português que se desenhava no horizonte: «... o Brasil — cito — não tem motivos de nos odiar nem de ter ciúmes do nosso concurso nos seus trabalhos. A sua absoluta independência é segura, a sua vontade é lei, o seu engrandecimento é múltiplo, a sua riqueza espontânea, a sua ventura assegurada enquanto a paz for o que é hoje, perene e permanente, o que do coração lhe desejamos... Não pode haver, não há no Brasil, partido que proclame a expulsão dos estrangeiros, fora uma anomalia política; nem ódio aos portugueses, seria um crime contra a natureza, agravado com uma aleivosa ingratidão...» E terminava: *As paixões são, pela força mesma da sua incandescência, destinadas á efemeride. O fogo levanta chamas, sim, mas acaba em cinzas. Nós aguardamos, confiados na vitória do bom senso...*

De par com muita boa colaboração literária e um noticiário profuso dos acontecimentos nacionais, *Mala da Europa* é cada vez mais, de aí para diante, um «cruzado português» em defesa dos «cruzados do trabalho» que no seu primeiro número exaltara, mas partindo da legítima posição para, digamos assim, responder, pela cortesia e pela boa-vontade à corrente que no Brasil nos hostilizava... Enviando ao Brasil com larga demora em Dezembro de 1894, Ludgero Viana — um dos proprietários — este manda de lá durante meses numerosos artigos e logo no primeiro dá notícia de que mais de 200 agentes já asseguram ali a expansão do jornal. Publica ao mesmo tempo, em fidelidade ao seu título, vasto noticário do resto da Europa: nenhum acontecimento importante da quinzena deixa de ser registado e comentado nas suas páginas, em «*correspondência particular*», e dir-se-ia hoje «*especial para...*». O novo ministério, de Rodrigues Alves, recém-empossado no Brasil, merece uma página inteira com fotografuras dos principais ministros e as respectivas biografias.

Em 14 de Março de 1895 restabelecem-se finalmente as relações diplomáticas entre o Brasil e Portugal, interrompidas desde 13 de Maio do ano anterior. A briga de família terminava — Augusto de Castilho, aliás, fora julgado em Conselho de Guerra em Lisboa, no Quartel dos Marinheiros e absolvido, em Março anterior. O incidente estava liquidado com honra para ambas as partes, como se costuma dizer. E logo no número que consagra

quase inteiramente ao feliz acontecimento, para o qual decerto muito contribuiu, a *Mala da Europa* publica fotografuras dos dois Ministros, Conselheiro Carlos Lobo da Ávila, dos Negócios Estrangeiros de Portugal e Dr. Carlos Carvalho, das Relações Exteriores do Brasil. E na página seguinte o retrato de Tomaz Ribeiro surge já com a legenda de Ministro Plenipotenciário de Portugal no Brasil, ao lado de Assis Brasil, Ministro do Brasil em Portugal. A revista evita, com elegância, louvar a nomeação do seu director — mas no número seguinte, a 8 de Abril de 1895, substitui a natural congratulação (tanto mais que noutro local noticia ter Tomaz Ribeiro partido para a sua terra, na Beira Alta a despedir-se dos seus conterrâneos) pela transcrição de um extenso artigo do *Primeiro de Janeiro*, no qual se analisa a personalidade de Tomaz Ribeiro e o significado da sua nomeação, em hora festiva mas ainda naturalmente delicada, para representar Portugal no país irmão. Artigo laudatório, evidentemente, nem lhe falta a marca do preconceito que, atenuado embora, subsiste ainda hoje, sobre a capacidade de acção política e prática, do homem de letras: «Agora, terminado o conflito luso-brasileiro, parece ter compreendido o Governo português e triste é que tão tarde o compreendesse, que a nossa representação no Brasil necessita de um homem de especial envergadura, não para impor-se com arrogância do diplomata que tenha atrás de si os supremos argumentos da força, mas para insinuar-se pelo prestígio do seu nome, pelo respeito do seu carácter, pela força do seu talento, pela autoridade enfim, que deriva da sua entidade moral e intelectual.» Mas, adverte então, e o jornalista teria as suas razões de conhecimento público: «Descansem porém, os meticulosos: a pecha de poeta não pagará no ânimo do governo brasileiro para que menos á altura das suas funções diplomáticas julge o nosso enviado extraordinário e ministro plenipotenciário. Já um grande poeta legislou que as musas não fazem mal aos doutores e a própria república brasileira lá tem para o caso um exemplo instructivo no seu saudoso e ilustre Octaviano Rosa que ninguém sabe se mais alto subiu como o poeta primoroso se como habilíssimo diplomata...» De notar, que isto se escreve em 1895, depois do poeta ter exercido os mais altos cargos públicos e da governação... Mas o mesmo articulista do *Janeiro* lembra: «O nome do Conselheiro Tomaz Ribeiro tem no Brasil entre portugueses e brasileiros um culto e simpatia de que só talvez mais meia dúzia dos nossos homens podem se gabar... O «D. Jayme», que depois dos «Lusiadas» é sem dúvida o poema português mais lido e popular em terras brasileiras «A Judia» que ali fez larga época como o recitativo predilecto das salas, encarregaram-se de ali agenciar para o ilustre poeta a extraordinária popularidade com que lá vai defrontar-se agora...» ... «Sic transit». Embora a popularidade nesse tempo ainda pudesse, às vezes, significar prestígio.

Em Maio, Tomaz Ribeiro parte para o Brasil e a *Mala da Europa* consagra-lhe um número *extraordinário*, bem expressamente definido assim, mais portanto do que o número *especial*, e no qual o artigo principal coube a Alberto Pimentel. Se noutros artigos a empresa e a redacção, como adiante referirei, exaltam o amigo e companheiro, neste é sobretudo o político, o deputado, o orador forense, que se louva. E Alberto Pimentel num trecho das cinco colunas compactas que lhe dedica, lembra a famosa replica de Tomaz Ribeiro, quando ministro da Marinha e do Ultramar, respondeu no Parlamento a um discurso do Conselheiro Jaime Moniz: *Creio que pode haver espiritos muito esclarecidos e muito patriotas que entendam diversamente do que eu entendo que a solução do problema dos nossos negócios coloniais consiste em nós podermos prescindir de uma parte do grande património que nos foi legado para acudir-mos á outra parte. Antes de tudo, sem querer ofender nenhum dos cavalheiros, deputados ou não deputados, que tenham este pensamento, eu unicamente declaro a V. Exa. que no dia em que como questão previa se apresentasse no parlamento este alvitre de alinear-mos uma parte das nossas provincias de além-mar e em que houvesse uma deliberação favorável a qualquer desmembramento, eu ia resignar nas mãos de Sua Magestade a pasta de que me encarregou, declarando solenemente que não podia ser Ministro das Colonias porque não tinha mãos que assinassem um contracto de cedência de uma parte do território português.*

Curiosamente, o nome de Tomaz Ribeiro já estando o poeta no Brasil continua a figurar no cabeçalho do jornal apenas com uma alteração: passa a ser Director Conselheiro.

Num artigo de Marques Guimarães, que era o secretário de redacção, apenas se alude ao poeta *que foi nosso director efectivo*. Não era preciso acrescentar coisa alguma — mesmo a tão grande distância os seus conselhos seriam sempre indispensáveis, no entender dos proprietários, ao jornal que ele tanto prestigiara e que, em contra-partida tão bem servira os designios que a partir de aí ele teria de interpretar, a nível nacional, nas relações diplomáticas com o Brasil.

Não seria fácil compatibilizar as duas funções como se compreende, mesmo se a de Director Conselheiro fosse como não podia deixar de ser bastante teórica, e em 2 de Dezembro de 1895, seis meses depois da partida de Tomaz Ribeiro, o seu nome desaparece sob o titulo do jornal. Depreende-se facilmente porquê, da clara explicação que *Mala da Europa* publica: «*É a ordem que ele nos dá para arrancar o último pretexto á cabala que se formou para lhe atribuir a inspiração do que temos escrito desde a sua nomeação para o alto cargo diplomático que com tanta honra para si e para o país desempenha...*» Pelo texto integral do artigo entende-se que um jornal de opposição republicana portuguesa no Rio de Janeiro atribuíra a Tomaz

Ribeiro responsabilidades nas críticas que *Mala da Europa* fazia, aqui, ao Governo que ele representava, cito — «*críticas aos actos ditatoriais do nosso Governo*». (n.º 37, 2 de Dezembro de 1885).

E o jornal acentúa: «*Continuaremos na senda honrada e patriótica que ele nos traçou, até ao seu regresso, certos de que só em pontos secundários de doutrina podemos divergir, pois somos como ele patriotas e liberais e á Pátria e á Liberdade votámos a nossa vida*».

A Direcção política passa a ser exercida pelo Dr. Francisco Ferraz de Macedo, homem de ciência e homem de letras de prestígio, como tal apresentado aos leitores do jornal por Delfim Monteiro Guimarães, em 13 de Julho de 1896.

Tomaz Ribeiro regressa do Brasil, em Janeiro de 1897, em férias, mas a sua missão termina em Agosto desse e não conseguiu obter elementos que lhe permitam pensar que retomou logo a direcção efectiva da *Mala da Europa*. No entanto, assumira o lugar na primeira fase, na sequência de uma colaboração constante, e sobretudo de um apoio moral que várias vezes, antes e depois da sua directoria, os proprietários do jornal muitas vezes referem. Creio mesmo ele ter sido desde o início senão uma *éminence grise* da *Mala*, decerto que um verdadeiro Director-conselheiro, sem usar o título. Eram muito profundas as relações de amizade que o uniam a Delfim José Monteiro Guimarães. Este, teve uma vida curiosa de homem de negócios que praticava o amor das letras com entusiasmo. Não precisaria de ser dono de um jornal para viver essa sua discreta vocação mas, tendo sido comerciante primeiro, depois administrador do concelho de Ponte de Lima, tendo-se fixado em Lisboa mais tarde seria um dos fundadores da Companhia de Papel do Prado, o que facilitaria, com outros amigos, fundar o *Correio da Europa* e logo depois a *Mala da Europa*. Amigo de Tomaz Ribeiro natural seria, por todos os motivos, que o poeta e o político concedessem, sobretudo na fase da *Mala da Europa*, que me foi possível compulsar, o apoio desinteressado e fiel que se justificava. E natural seria também que tendo sido Tomaz Ribeiro indigitado publicamente Ministro de Portugal no Rio de Janeiro, ainda no ponto alto da crise que suspendera as relações entre os dois países, se conjugassem entusiasticamente, de um lado o proprietário de uma publicação periódica que muito especialmente aos portugueses do Brasil se destinava e do outro o homem de Estado que poderia ter na revista quinzenal, não propriamente uma tribuna sua, pessoal, que não usou mas um instrumento regular, criterioso e — insistia-se — muito bem colaborado, que, sob a sua batuta, fosse abrindo caminho ao reencontro inevitável e simultaneamente prestigiando o nome de Portugal junto de brasileiros e portugueses. Assim se atingiam objectivos, cada um a seu modo importantes: o esclarecimento periódico da colónia portuguesa no Brasil sobre a vida nacional tão agitada

e a conservação de uma «normalidade afectiva», digamos, que superasse, como superou, as contingências políticas, a demonstração prática, em letra redonda, de que não havia animosidade do lado português contra os que, no Brasil aproveitavam as circunstâncias para nos atacar e menos ainda, claro, contra a grande nação de língua portuguesa e o seu governo. O futuro Ministro de Portugal e que já o era virtualmente, teria assim, muito aplainado o seu caminho, se necessário fosse, para a acção de reajustamento político que iria desempenhar.

Que eram muito sólidos os vínculos que prendiam Tomaz Ribeiro ao principal proprietário da *Mala da Europa* ficou mais uma vez demonstrado quando morreu Delfim Monteiro Guimarães em 1898. Suceder-lhe-ia seu filho, o poeta Delfim Guimarães que, apesar de ter apenas 25 anos, já então publicara quatro livros de poemas e um de prosa. Sómente dez anos depois, em 1908, Delfim Guimarães publicaria o seu estudo sobre Bernardim Ribeiro, defendendo a tese de que Bernardim Ribeiro e Crisfal eram a mesma pessoa, tese que muitos como Braancamp Freire, Pereira de Sampaio (Bruno) José Caldas, Silvio Romero e outros louvaram e que teve apenas uma severa crítica de Teófilo Braga. Porém, Delfim Guimarães seria, acima de tudo, um poeta de limpida inspiração, reconhecida pelos mais altos espíritos da época, e Tomaz Ribeiro que acompanhava a sua juventude, não tinha dúvidas sobre o valor da obra que viria a credenciar mais tarde o seu nome. Lembra Júlio de Lemos na página evocativa que lhe consagrou que tendo-o convidado em 1917 para membro do Instituto Histórico do Minho o poeta recusou, tendo-lhe explicado, então que já havia recusado um convite de Teixeira Bastos para aceitar ser proposto para a Academia das Ciências de Lisboa e outro de Bernardino Machado para membro do Instituto de Coimbra. E também como seu Pai, foi homem de acção, empreendedor e eficaz. Delfim Guimarães esteve ao lado de Silva Graça na fundação do *Século*, de que seria administrador, lançou a revista de cultura e história *Arquivo Literário* e com a fundação em 1903 da Editora Guimarães que se lhe ficou devendo, abriu as portas a novos autores, lançou colecções, expandiu no Brasil a literatura portuguesa. (De certo modo havia-se treinado com seu Pai na *Mala da Europa*). Assim, quando Delfim Monteiro Guimarães desaparece, Tomaz Ribeiro que possivelmente vinha discordando de determinados aspectos da linha orientadora da revista — Delfim de Brito Guimarães era positivista, republicano e democrata, não ocultava o seu ideário e não poupava críticas aos governos mas que não tivera coragem de se afastar, por amizade pelo seu proprietário —, escreve a Delfim Guimarães, filho, carta que até agora o neto deste conservou inédita e que amavelmente me facultou: «Sr. Delfim de Brito Guimarães, meu confrade, colega e amigo. Há tempos já escrevi a seu Exm.^o Pai, meu saudoso amigo, ponderando-lhe a necessidade de uma remodela-

ção na «Mala», de onde era necessária a minha saída. Foi por essa ocasião que seu saudoso Pai adoeceu em Valle Maior, salvo erro e eu combinei com o Arantes que durante a sua doença lhe não mostrasse a carta e eu continuaria a prestar o meu trabalho como antes. Hoje que o meu honrado e nobre amigo desapareceu de entre nós, venho renovar o meu pedido a V. Exa. sob cujo influxo, creio, vai continuar o jornal; e se assim for creio que ele em nada desmerecerá, antes poderá curar-se de pequenos achaques consentidos pela extrema benevolência do seu antigo administrador e dono. E não me leve a mal aconselhar-lhe que inicie e acentue a reforma. Bem sabe que tenho, amor a este jornal. Segure bem a sua orientação e não modifique a disciplina. Em tudo isto veja V. Exa. os ditames da minha amizade.

A «Mala da Europa» ia-se desafinando e eu nunca poudes (embora não saiba música) ouvir desafinações. É preciso sempre que reja a orchestra. Tocar um o hino da Maria da Fonte, outro o «Rei-chegou», outro a «Marselheza», outro a Maria Cachucha, é de fugir, embora cada um toque muito bem a sua parte.

Se alguma vez V.Exa precisar de uma coadjuvação e lhe parecer que posso prestar-lha, encontra-me com a melhor vontade. De V.Exa. am.^o, admirador, obg.^o, Tomás Ribeiro. Lisboa 28 de Fevereiro de 1898.

O inicial tom cerimonioso de Tomaz Ribeiro, homem público, várias vezes Ministro, deputado, orador e poeta mais do que consagrado, dirigindo-se, aos 67 anos, a um jovem de 25, fazia parte decerto das regras do jogo social da época, mas não conseguia ocultar a estima e o apreço que Delfim Guimarães já então lhe merecera. E tanto assim é que no final da carta a solenidade do *Conselheiro* — em todos os sentidos da palavra — de subito se quebra e o moralista, o politico coerente, assomam num estilo descontraído, bem diferente. E até afirma o seu «amor» à *Mala da Europa*, deixando no último parágrafo a porta aberta para continuar a prestar-lhe, como era seu desejo evidente, a mesma colaboração que até aí...

Ignoro qual foi a resposta de Delfim Guimarães que muito bem o entendeu e deve ter ido ao encontro dos desejos mais profundos de Tomaz Ribeiro. O que não ignoro é a rapidez de ambas as cartas, a da sua resposta e do poeta de D. Jaime, a 1.^a carta de Tomaz Ribeiro é de 28 de Fevereiro a 2.^a carta sua é de 1 de Março. Se o ano de 1898 não foi bissexto, tudo se passou de um dia para o outro. E mesmo que tenha sido bissexto, tudo foi extraordinariamente rápido e certamente «em mão própria» Nessa 2.^a carta, Tomaz Ribeiro não escondeu o seu entusiasmo: «Recebi com muito prazer, com muita gratidão e até com muitas esperanças pela «Mala», a carta que V. Exa. escreveu com data de 1 de Março. Vamos harmonizar tudo. Para isso logo que V. Exa. possa (findo o seu luto mais rigoroso, vamos arranjar a casa de ... (palavra ilegível) onde me emprazo de ser mais assíduo e onde os

seus colaboradores e V. Exa. conversarão comigo a respeito da afinação do nosso órgão. Quanto á Administração é lá com V. Exa. e em tudo que quizer o ajudarei se couber nas minhas faculdades e talvez em alguma coisa eu possa ajudar. Praza a Deus possa. Alguma vez V. Exa. terá de me ajudar a mim, suprimindo as minhas faltas que eu farei sejam as menos possível. Dá-se o caso de eu querer concluir um poema que trago entre mãos e que desejava estivesse publicado por ocasião do Centenário. V. Exa. que é poeta e excelente poeta sabe que somos como o bicho de seda: se o fio se nos quebra fica estragado o casulo. Isto não quer dizer que faltarei com frequência. Quer dizer que preciso das suas indulgências para o pouco ou nada que algumas vezes terá de sair da minha coadjuvação, se tiver.

Eu tenho um grande prazer em que V. Exa. mantenha o jornal. Até o espirito de seu Pai, meu saudoso amigo há-de agradecer-lhe.

Pense no Brasil. Quer-se ali uma rigorosa admistração. Com isso tudo vai bem. Sem isso, pode recear-se uma ruína.

Desculpe-me estas observações e creia na consideração que lhe consagra o de V. Exa. confrade, amigo e obg.^o — Tomaz Ribeiro — Lisboa, 1 de Março de 1898.

Creio que estas duas cartas, tão diferentes uma da outra mas ambas significativas da personalidade de Tomaz Ribeiro ilustram bem a importância o poeta atribuía á revista *Mala da Europa* que ajudou a fazer, a lançar e que dirigiu; completando outros trechos lidos atrás, ela bem ilustra a sua concepção ética de jornalismo e de doutrinação pública; a humildade com que, literato famoso e figura nacional, quase se propõe colaborar com um jovem de 25 anos, embora já poeta de mérito; o seu sentido prático quanto á projecção da revista no Brasil; a sua honestidade não prometendo uma assiduidade que receava não poder dar.

1982

HIPÓLITO RAPOSO, PROSADOR

Na aceitação imediata do convite que me dirigido ¹ pesaram dois factores que algo têm a haver com o tema em geral: em primeiro lugar uma espécie de complexo de culpa por em tantos anos de trabalho na área da literatura só eventualmente, em estudos ou artigos de ordem geral, me ter ocupado de Hipólito Raposo e nunca isoladamente da sua obra; e depois porque a verificação desse facto me levou a considerações que talvez seja oportuno resumir antes de entrar na matéria que me pareceu a mais adequada para esta data.

De prosador, como tal, não se pode dizer, em rigor, andar ele esquecido do leitor culto; muito menos ainda se pode dizer do prosador-doutrinário ou do pensador político. Um e outro são indesligáveis, como todos sabeis, dos estudos sobre o Integralismo Lusitano e muito mais amplamente ainda, da História do nacionalismo português neste século. É sabido também, que nos mais diversos sectores, sempre se prestou homenagem á rijeza moral de Hipólito Raposo á sua força intelectual, ao vigor e espirito de sacrificio pessoal com que se devotou não só ás suas ideias mas á plena assunção delas. Ocorre perguntar porém se a verticalidade e a aprumo do seu perfil intelectual, uma certa distância hierática em relação ao homem comum, tudo o que fazia não a *moldura* mas a propria essência desse perfil, não terão apagado, num país e sobretudo num meio como o nosso, em que todos são rapidamente catalogados e nem o curso dos anos, nem as aptidões sucessivamente reveladas ou confirmadas, modificam ou corrigem a sua imagem global mais acessível? De Hipólito Raposo pode dizer-se, ainda, que uma extrema

¹ Conferência no Grémio Literário, Lisboa.

coerência no comportamento pessoal se por um lado tornava mais respeitável e longínqua da maioria a sua personalidade, por outro contribuiu para que os outros traços dessa mesma personalidade não tivessem nos «media», e portanto no público, a existência que mereciam e que ele aliás, não procurava.

E como na vida e na obra a mesma formação moral (e não sómente doutrinal) se identificavam, tudo contribuiria, em anos de mudança, como já eram por tudo o lado — embora em Portugal muito mais morosa — para que o escritor, como tal, o prosador, fossem como que, não direi “apagados”, que seria impossível, mas um tanto esquecidos pelo prestígio do doutrinário e para muitos pelo exemplo, da sua figura exemplar. Insisto: da sua personalidade. Aliás, isto terá sucedido com alguns, senão com todos, os escritores do Integralismo Lusitano, talvez com excepção de Sardinha que não conheci e á distância relativa dos méritos de cada um deles, é claro. Em Sardinha coexistiam, com o escritor e o poeta, o pensador político, o líder, — mas se a imagem de grupo pode transformar-se, passe o trocadilho, numa «imagem de marca», os ensaístas do Integralismo, quer na sua prática formativa, quer na sua acção jornalística (em primeiro lugar formativa também) tinham a característica, singular em doutrinários ou na acção política, de serem artistas da palavra tão claros na ideia quanto no estilo. Para não me desviar do tema da palestra, abreviarei os exemplos que podia dar — Hipólito e a robustez marmórea a mas acessível do seu estilo; Almeida Braga em seu ensaísmo trabalhado e, afinal, tão limpo; Monsaraz, associando o rasgo polémico a uma forma literária *directa* que na poesia, porventura, atingiu seus melhores cumes; João do Amaral, geralmente lembrado pela famosa *Carta de Um Velho e um Novo*, de Ramalho Ortigão e a sua resposta, mas escritor-jornalista de respiração *literária* inconfundível em suas páginas, infelizmente dispersas, e extraordinário orador político; José Pequito Rebelo, que para muitos de nós era sobretudo o autor altamente especializado, na teoria e na prática, em estudos económicos, sobretudo de economia agrária, era também em sua tímida discrição pessoal que nele escondia o verdadeiro herói de antigas gestas vividas em guerras do nosso tempo) um verdadeiro e original escritor de ideias, um filósofo da economia. Com outros, como Xavier Cordeiro e também Afonso Lopes Vieira, Rui Ulrich, Afonso Lucas ou Alfredo Pimenta, foi uma geração intelectual privilegiada — mas foi — e isto não tem sido, talvez bastante acentuado — uma geração que através dos seus nomes cimeiros foi privilegiada também *literariamente*. Não nos deixou, é certo, grandes ficcionistas embora Hipólito Raposo tenha escrito contos notáveis, mas o pragmatismo das ideias em movimento opunha-se á fruição imaginativa. Talvez por isso a sua óptica de ficcionista detinha-se preferentemente sobre temas ou figuras relacionadas com a História ou com a realidade ultramarina que por vivência e conclusão de inteligência tão

profundamente sentiu, mas o pós-romantismo e o pós-realismo a que cronologicamente pertenciam parecia ter esgotado a análise psicológica que mais tarde, ressuscitaria com a psicanálise, e na literatura o psicologismo. Além disso sendo filosoficamente personalistas eram politicamente anti-individualistas: mais do que o Homem individual era a Nação como um todo orgânico que os preocupava.

Em tudo isto ia pensando durante a leitura — e em alguns casos mesmo primeira leitura — que fiz ultimamente da obra de Hipólito Raposo. Por uma destas carências (mais de informação até — estou em crer — do que de ética crítica) carência cada vez mais corrente na vida cultural portuguesa, não se lhes atribui, ao escritor ou à obra, o lugar devido à suas histórias de literatura, nas antologias, nos panoramas literários epocais. Talvez que a sua posição no conjunto dos mestres do Integralismo Lusitano tenha, por sua vez, contribuído para ocultar tudo quanto, como escritor, o individualizava. E que era imenso e invulgar.

No entanto numa conferência, há semanas, no Circulo Eça de Queiroz, integrada nas comemorações do centenário do nascimento de Hipólito Raposo, Domingos Mascarenhas referiu um depoimento de Aquilino Ribeiro, tornando público há tempos pelo ensaísta António Garcia. Referindo-se a Hipólito Raposo, Aquilino comentara: «*Só os dois escrevemos em bom português*». Com razão, Domingos Mascarenhas ressaltou que a sentença será discutível; embora se escreva e fale cada vez pior a nossa língua, acrescentarei eu, por esse tempo a corrupção e a impropriedade da linguagem ainda não haviam atingido os extremos de hoje e não poderemos esquecer por exemplo, ao lado de alguns grandes prosadores deste século, os nomes de Torga, Brandão ou Nemésio. No entanto essa opinião de Aquilino Ribeiro, pela conhecida posição política do escritor, directamente oposta á de Hipólito Raposo, mas também pela pureza e riqueza da sua escrita e por não ser muito dado, que eu saiba, a este género de louvores, tem um especial significado crítico e merecia ser lembrado, como foi.

Creio que uma conferência proferida por Hipólito Raposo nesta mesma Casa há 52 anos, como que ilumina muitas das matrizes éticas e estéticas do escritor e é, na verdade, como que um guia do seu percurso literário para quem, como espero suceda, se detenha a estudar-lhe a obra a nível da História e da Ciência da Literatura. Aqui o lembro aos especialistas de uma e doutra, porque a Literatura, mesmo a que se queira mais renovadora, não pode ser mistificação, ou apenas exercício ou jogo lúdico. Decerto essa conferência, resumindo no seu título *Força e Beleza* duas das características principais do estilo de Hipólito Raposo, é sobre temas relacionados com a escultura que especialmente se detém. Mas poder-se-ia perguntar se por exemplo, um certo

conceito de *arquitectura* verbal não é bem visível na prosa do mestre e se um trecho como este não poderia ser transportado para o equivalente no seu estilo literário: «*Mais do que pelos primores da execução temos de admirar e louvar os gregos por terem incorporado as formas da beleza no ritmo geral da criação, obedecendo aos módulos naturais: a respiração para a medida do verso e do diálogo, a anatomia humana para a estátua e a coluna, a coluna para o desenvolvimento total da construção na arquitectura*». E noutro trecho, ainda, porventura mais fácil de ser interpretado, Hipólito Raposo dizia: «...«*sempre estiveram condenados de antemão as «belezas em série» — e a imitação seja qual for o período a que ela se refira não pode deixar de ser a mais inferior actividade artística. Por terem observado as proporções anatómicas, esquecendo o mistério que existe entre elas e a satisfação do nosso instinto; por não procurarem a correlação das formas com a alma, naufragaram os amaneirados, os gongóricos e os académicos de todos os tempos e foi perdida a maior parte do esforço dos revolucionários do principio deste século. A posse, maior ou menor, desse mistério, constitui a virtude da arte. O artista tem de ser o mediador da realidade para o sonho. Se a ciência revela as relações dos fenómenos com os seres, a arte traslada-nos para além desse plano que não sabemos onde fica, que talvez não exista mas que jamais cessamos de procurar*».

Esta procura marca, até na sua expressão formal, a trajetória literária de Hipólito Raposo, ao longo de uma obra muito vasta — mais de 30 títulos — e é tão facilmente referenciável no seu ensaísmo doutrinário quanto nas suas crônicas de jornal, quase todas, julgo, recolhidas em volume, e que, ao contrário do que por vezes sucede nesses casos, nada perdem com a distância temporal que separa a sua publicação na imprensa (*Nação Portuguesa, Integralismo Lusitano, Novidades, Aleo e Cidade Nova*, entre outras). Pelo contrário, ganham em unidade na lógica sequência de um pensamento claro. Essa «*correlação das formas com a alma*», de que fala Hipólito Raposo nos seus escritos tem o equivalente, julgo poder dizer assim, na correlação da forma com o espírito. O natural aticismo da sua prosa fortalecia-se no convívio, muito evidentemente assíduo, com os nossos clássicos, aliás ainda na conferência citada, o escritor diria ter sido «*o helenismo o ciclo mais fecundo da perfeição estética*» e lembra-nos como a *aspiração nos gregos, na arte dos gregos, de harmonia do mundo*, de que foram interpretes, se transmitiu aos romanos e se encontrará mais tarde nos filósofos medievais. Recorda S. Tomás estabelecendo as três condições fundamentais da beleza — a integridade, a proporção, (ou harmonia) e a clareza — «*id quod placet, aquilo que agrada*». Afinal, no século XVII, Boileau lembrava-nos também, na sua conhecida definição em *L'Art poétique*: «*Ce que l'on conçoit bien s'énonce clairement. Et les mots pour le dire arrivent aisément*». Por isso no

estilo de Hipólito Raposo, o vigor vocabular se adoça quase sempre pela natural espontaneidade com que se insere num contexto de qualquer ordem — seja no estudo histórico ou na crónica impressionista e até polémica — e a expressão erudita, de que jamais abusa, é empregada sempre com tal rigor e propriedade que o leitor menos preparado pode entendê-la naturalmente. Assim, de pronto ele se familiariza com o autor, condição primeira, que julgo continua a ser, para o proveito da leitura, seja ela didáctica ou recreativa.

Dos muitos pontos que me impressionaram mais nesta releitura da obra de Hipólito Raposo, três se me impuzeram ao gosto pessoal — e creio que não pode haver um comentário deste género longe de responsabilidades pedagógicas, sem um mínimo de subjectivismo... Em primeiro lugar, no livro *Aula Régia*, de 1936 que insere a conferência *Força e Beleza*, em sua correspondência (indirecta mas não menos evidente por isso), com as ideias e o estilo do escritor. Depois, a sua insistente preocupação com a pureza da linguagem, presente no mesmo livro intitulado *Modos de Ver*, de 1947, finalmente em *Oferenda*, que é de 1950. Preocupação — e é oportuno talvez, nota-lo — que não surge apenas (pelo menos nos seus livros que conheço) como um tema específico, antes se integra em muitos que nada tem a ver com ela. Isto é: a sua noção de responsabilidade de ensaísta, de crítico de ideias e decerto em primeiro lugar, de prosador, leva-o a aproveitar todas as oportunidades, como se lhe fosse um dever de consciência fazer seus juízos sobre a crise da língua falada ou escrita, em Portugal. E assim já em 1923, a publicação em volume da sua peça *O Berço* lhe tinha sido pretexto para na Introdução, abordar esse ponto. É possível, admito-o facilmente, que na sua obra doutrinária anterior, o problema tenha sido igualmente tratado. Hipólito Raposo foi, como se sabe, professor eminente e a sua vocação didáctica era-lhe natural, irreprimível — e disso todos os seus livros, até a sua ficção, nos dão testemunho.

Foi este o primeiro ponto, a defesa e preservação da linguagem, que destaquei, pois todos precisamos de ter presentes os ensinamentos, também nesta matéria, de Hipólito Raposo; o segundo, terá sido o do cromatismo tão, sabiamente contido e por isso não pictórico, dos seus estudos sobre a paisagem portuguesa, sobretudo das Beiras, do Alentejo e também de África e dos Açores. Finalmente, o seu amor devotado a Lisboa, que não era a sua terra — «*Português de Portugal e município de Lisboa*», como dizia de si próprio. Qualquer destes temas mereceria ser examinado e comentado. Procurarei, a seguir, resumi-los.

Hipólito Raposo não amava, apenas, a língua portuguesa com a autoridade de quem, que lhe estudara a raiz, a evolução e os segredos; pois que a praticava com idêntico amor; com que a vivia e afeiçãoava tal como o químico no seu laboratório se extasia, por maior seja a sua prática, com o colorido ou

até a surpresa das suas experiências; porque a trabalhava ao mesmo tempo como escultor dominando a pedra; era de certo modo também um lavrador da palavra que na sua pena se enriquecia e produzia — *lavrador do verbo mas não seu lavrante*; sendo um estilista, não via na palavra um objecto ou um ornamento antes nela lhe prevalecia sempre, como nas suas ideias, o essencial sobre o acessório. O seu estilo era seco, sendo rico de imagística e de metáforas — e no entanto nenhuma espécie de barroquismo ou de artifício. Podemos hoje achar desactualizadas algumas das suas posições perante problemas concretos da linguagem falada ou escrita que o tempo alterou ou que as suas diatribes contra o abuso do calão, por exemplo, não carecem de razoabilidade em relação á pureza coloquial; todavia muito mais grave é hoje, a meu ver, a corrupção pelos estrangeirismos inúteis, pelos erros de sintaxe, até pelas deformações fonéticas que todos os dias nos entram pela casa dentro nos noticiários ou com os erros das traduções da nossa infeliz televisão. Que pensaria disto Hipólito Raposo se vivo fosse, que falta nos faz o seu látego implacável! E ele próprio nos lembra que o calão é efémero e que, fenómeno filológico — eu diria também: sociológico — sobre ele se debruçaram desde D. Francisco Manuel de Melo, muitos estudiosos e que o Padre Bluteau não hesitou em incluir muitas palavras de giria corrente ao tempo no seu *Vocabulário Português e Latino* que D. João V mandou publicar. Por outro lado seria difícil de perfilhar hoje, mesmo por muitos de formação idêntica á sua, a critica feroz que faz ao fado ligando-o ao abuso do calão — «por isso o fado e o calão se irmanam com alvoroço em Portugal há perto de um século», dizia Hipólito Raposo aos estudantes da Universidade de Coimbra em 1928, lembrando que o calão seria corrente na linguagem da Corte nos últimos anos da Monarquia e dando como exemplo a frase que «uma senhora nova dirigiu a D. Carlos numa partida de «tennis» — «*Pire-se daí Vossa Majestade senão racho-lhe a pinha com esta bola*». Mais do que o calão, permito-me pensar, tratava-se, neste caso, de giria á moda no tempo e o exemplo prestar-se-ia a considerações de vária ordem; a familiaridade, por exemplo, que os nossos reis sempre permitiram aos da sua privança, a peculiar forma de democracia que sempre vigorou na Corte portuguesa ou no relacionamento dos reis com seus súbditos. O que importa, para entendimento hoje, da posição de Hipólito Raposo, em relação ao Fado e ao uso do calão na linguagem ou nos textos é que nas suas considerações predominavam razões de ordem moral, como em tudo que escrevia, e também de natureza social e politica. Demais sabemos hoje quanto pela palavra se pode contribuir para a decadência duma sociedade, não tanto por ser grosseiro o vocabulo usado (e por vezes até se impõe que o seja!) mas pela acção desfiguradora, anuladora, enganosamente niveladora e apenas intencional no conjunto do discurso, que ele comporta.

Mas o tema está fora do âmbito destas notas e, por aí fora, teria de falar de semiologia e outras ciências em voga. Trabalho para especialistas e confesso que nesta época de especializações (mais ou menos sólidas) tenho um certo gosto em não ser especialista de coisa nenhuma.

Hipólito Raposo foi grande defensor da linguagem popular dialectal, condicionada por influências do meio geográfico e social e distingue-a radicalmente do calão, que critica. Não ignora nem combate a assimilação e selecção de vocabulos importados mas nota muito justamente referindo-se a estratos sociais não alfabetizados: *os portugueses que apenas sabem falar nem sempre entendem os que bem falam e escrevem, sem que estes compreendam melhor a linguagem corrente do povo dos campos, embora todos se sirvam, para a sua expressão, de palavras da mesma origem, uns na forma espontânea em que as modelou na Idade Média, outros na reintegração artificial do Renascimento. O português escrito ganhava em carácter e feição universal o que perdia em prosódia e em plástica nacional. Reconheço bem que era impossível a Portugal defender-se da acção de um movimento que tendo vindo a ser, durante séculos, uma actividade de assimilação e selecção, se tornara na Europa uma torrente diluvial e avassaladora: um fenómeno de perturbação, de crise, que pela sua impetuosidade, a partir de certo momento, afogou as florações que poderia e deveria ter fecundado em lenta infiltração.* E acentua mais: *Também é sabido que em todas as nações de linguas cultas não é identica à lingua oficial das escolas e academias com a fala corrente do povo...* E adiante: *Mas na curta distância desse afastamento, no menor grau de tal distinção, reside a primeira condição de unidade nacional, pois que falar a mesma lingua embora seja para opor a razão a razão a razões, para ralhar com o nosso vizinho, é ainda uma forma de estar de acordo.* Obviamente muito mais admirador de Garrett do que de Eça de Queiroz, para cujo estilo tem palavras de grande severidade — (aliás severidade é vocábulo que se ajusta a muitos dos textos de Hipólito Raposo, o que decerto explica-e muito — a falta de divulgação da sua obra num país de mútuas concessões e transigências, de gente que condena e absolve com a mesma facilidade superficial) escreve: *«Admite-se correntemente que Eça de Queiroz viera desarticular a língua, dando-lhe mais plasticidade e brilho novo. Almeida Garrett no começo e Eça de Queiroz no fim do século, são em verdade os escritores que mais movimentaram e aligeiraram o andamento da composição verbal e da estrutura sintática. Mas vai maior distância da prosa monacal, solene e hirta, às «Viagens na Minha Terra» do que deste admirável livro para a «A Cidade e as Serras».* Mas este mesmo capítulo do seu livro, *Modos de Ver*, termina com a evocação de Fradique Mendes e preconizando quanto seria desejavel, na época, uma última carta de Fradique Mendes. Aliás, Eça de Queiroz foi sempre considerado, globalmente, pelos

redactores da revista *Nação Portuguesa* como um dos autores que deveriam construir a «*biblioteca essencial*», da ordem que preconizavam na sociedade portuguesa, e as críticas que o seu estilo renovador mereceu há 50 anos a Hipólito Raposo, são mais uma demonstração da sua independência de opiniões, não receando ir *contra a maré* e mesmo contra a maré dos seus mais próximos amigos, e elas terão de ser situadas á luz de um conjuntura histórica e estética. E decerto se compreenderá que eu destaque dos muitos trechos que Hipólito Raposo dedica ao estudo da língua portuguesa, aqueles de uma carta sua publicada em 1947, quando morreu o escritor e académico brasileiro Afrânio Peixoto, depois de acentuar que *nenhum país do mundo como Portugal por estes dias oferece maior exemplo de vandalismo idiomático, conspurcando sacrilegamente o magnífico tesouro que o génio do povo português criou e engrandeceu* afirma: *Em verdade deve dizer-se que no Brasil os cuidados da língua são hoje maiores do que os observados na antiga Mãe-Pátria. Bom êxito foi alcançado pelo persistente esforço de uma falange de filólogos e gramáticos de categoria que há mais de 30 anos vêm lutando pela integridade, pureza e correcção do idioma comum.* Isto era rigorosamente verdade há mais de trinta anos, em 1947 — e continua a ser verdade, ampliada, nos nossos dias. Já mais de uma vez tenho escrito que muitos dos maiores filólogos, linguistas, lexicógrafos e estudiosos em geral da nossa língua, são brasileiros, por vezes mesmo de origem não portuguesa, de tal forma foram assimilados e atraídos para o estudo do nosso idioma.

Algumas vezes vou lendo ultimamente que as telenovelas brasileiras de que alguns intelectuais desdenham (mas que todos nós e até eles, não nos dispensamos de ver) nos trazem uma gíria muito peculiar, gíria aliás predominantemente carioca, certamente valorizada pelo doce calor tropical do sotaque e que na linguagem coloquial a sintaxe não se identifica completamente com a nossa... Por mim, defendendo sempre que o enriquecimento vocabular que nos trouxe esse divertimento diário compensa largamente o uso de formas de expressão que fazem parte há muito da individualização fatal em qualquer língua, como, aliás, Hipólito Raposo por outras palavras o disse. E não deixaria de ser curioso notar — e muitos o têm notado — a presença, nas telenovelas, de arcaísmos ou vocábulos portugueses genuínos, aqui caídos em desuso, sobretudo na linguagem sempre muito limitada, da capital e que os brasileiros agora nos devolvem.

O culto da linguagem, erudito e ao mesmo tempo humano, didáctico e ao mesmo tempo pragmático pois dela se sabia servir com economia de efeitos, faz da obra de Hipólito Raposo — e este é o segundo ponto dos três que enunciei — um extraordinário paisagista literário. Conheço poucos prosadores portugueses que saibam como ele, enquadrar na narrativa, onde é tão difícil reunir acção e diálogo, descrição e ambiente, uma situação dada.

Nas suas «estórias» de África, o leitor fica de imediato dentro de uma atmosfera sem a menor transigência ao pitoresco, sequer a um legítimo impressionismo, como no conto *Sangue e Alma*, do livro *Areias de Portugal* e que decorre no interior de Angola: *A região em que iam residir alguns meses era uma espessura densa, uniforme, cortada de rios de luz nas clareiras, por onde voavam e acasalavam borboletas, paramentadas de cores sumptuosas, e grandes, grandes como morcegos. Na passagem, bandos de macacos a saltar e a guinchar apupavam ruidosamente aqueles inesperados caminhantes. Receosos da caravana com bestas, armas e bagagens, os negros sumiam-se a rastejar no capim, de onde às vezes subia, indiscretamente, a denúncia de fumo dos cachimbos, compridos como chaminés. Á frente das palhotas, espantavam-se as galinhas, grunhiam os porcos a fossar á volta de arbustos sem folhas em que suspendiam os silos, esses preciosos envoltórios esféricos de verga e palha para guardar o milho de reserva. Com o calor, a água dos cantis e cabaças aquecia, os mochileiros que levavam ria pediam sucessivos altos para descansar e ali ficavam todos á sombra, aspirando o bafo gordo da terra, quase sufocados na respiração de um ar atmosférico que já não lhes parecia gasoso... Então o pássaro de mel piava de um lado para o outro, a anunciar, favos ocultos, a pedir auxilio, a propor parceria...* Desde a aludida economia textual até ao ritmo da frase — o pássaro de mel a anunciar, a anunciar (— e a repetição reforça o discurso) desde a analogia original: *o fumo dos cachimbos compridos como chaminés*, até à discreta mas rigorosa alusão, bem própria da maneira de Hipólito Raposo *do pássaro a propor parceria*. Há na obra de Hipólito Raposo páginas que nunca mais se esquecem — esta narrativa dramática, por exemplo; e também figuras paradigmáticas, como aquela mulher que protagoniza outro conto a que deu o nome *Antoninha* e no qual a par de um doloroso percurso humano de família de colonos que se degrada aos poucos entre dificuldades materiais, se levanta um problema social de todos os tempos, agravado na circunstância pelas ambições e lutas consequentes e pela natural ardência dos desejos em liberdade. Um conto de antologia, sem dúvida dos melhores contos de língua portuguesa. Mas se Hipólito Raposo nos dá imagens muito nitidas de Angola do tempo — ali começou a sua carreira de advogado que, julgo, não continuaria, trocando-a pela docência — mais belas serão as páginas dos Açores, sobretudo da ilha Graciosa, onde esteve como se sabe, desterrado, e daí o sub-título do seu livro *Descobrimo ilhas descobertas, Ócios do Desterro*. Se é possível no exílio em terra alheia, como foi, não há muito no meu caso, terra embora de família e entre amigos, tirar dos poucos ócios uma rentabilidade moral ou psicológica, como deve ter sido compensação, pequena embora, para o escritor, estar, ainda, em Portugal e dispor de arcabouço espiritual e de força íntima, para resistir á dura saudade

da família e da casa, transformando em obra de arte com ele poud e soube fazer, a sua legitima amargura! Talvez que nas horas mais amargas do exilio ele recordasse os costumes da sua Beira Alta, ali os vendo mais adaptados que transformados e até porventura a sua paisagem, tão diferente: *«Nestes domingos das oitavas da Páscoa, até á Trindade, enquanto o sino dobra para a missa conventual, as ruas da vila animam-se de repetidas procissões, abertas em longas filas de gente com seus bordões de romeiros. E todos a cantar atrás de guiões vermelhos, seguem lentamente acompanhando vistas coroa e centros de prata que vão ser levados ao altar do Espirito Santo.»* E ainda na Graciosa, por ocasião das comemorações centenárias de 1940, promovidas pelo Governo que o afastara do continente, Hipólito Raposo, modelo de patriota, homem coerente e em muitos aspectos intransigente, pagando ali, afinal, essa intransigência, faz um discurso que lhe pedem sobre o Duplo Centenário que então se celebrava (e que transcendia, de longe, regimes, governos, politicos, pois eram festas jubilares da Pátria) e termina-o com a leitura de um hino á terra, ao mar, á água, ao ar e ao vento, ao sol, á lua e ao fogo, e tambem ao povo, á lingua portuguesa, aos reis, rainhas e principes, ao clero, cavaleiros, nobres e soldados, aos poetas e músicos, aos navegadores e mareantes, aos santos e a Deus Criador — hino á glória de Portugal e de esperança no nosso destino — escrito na prisão em Lisboa meses antes. Sem uma palavra de queixa, sem uma nota subjectiva de amargura, poema de amor em prosa, edificante lição de amor da Pátria em festa de anos, e amor da História que a fizera: *«Por amor da nossa vida, louvemos todos a terra que na partilha do mundo por Deus foi dada ás primeiras gentes do nosso sangue, para abrigo dos lares, para fé nas aras e esperança nas sepulturas»*. E tambem estas páginas, aliás breves, deveriam ser levadas até á gente nova como ensinamento e estímulo aos que sobem agora para a vida. Este livro *Descobrimdo Ilhas Descobertas*, além de nos revelar, apesar da extensa bibliografia açoreana existente, ângulos paisagísticos e pormenores de comportamento humanos até aí inéditos, tem um preâmbulo extremamente erudito, como tudo quanto Hipólito Raposo escrevia, como já acentuei, em que comparecem elementos sábios sobre agricultura, flora e fauna, arqueologia, e etnógrafia. E mais uma vez aí, não faltam alusões á linguagem falada e ao seu carácter distintivo, ás suas variedades dialectais: *«Por quase todas as ilhas a fala é entoada como se nelas dominasse um vivo instinto de canto do longe ou na linguagem se traduzisse o eterno alvoroço do mar.»*

Angola, os Açores, a sua Beira. Hipólito Raposo nasceu em S. Vicente da Beira, distrito de Castelo Branco — mas não faz a distinção entre as três Beiras, nesse tempo duas, pois em 1917, no seu volume *Outro Mundo*, na capa e sob o nome do autor lê-se *Natural da Provincia da Beira*.

E já nesse livro, a mesma unidade de estilo na variedade dos temas, se oferece ao leitor mais atento. A paisagem é-nos transmitida simultâneamente com veracidade e sobriedade, o pormenor á primeira vista secundário ajuda a entendê-la melhor: *«Nossa Senhora da Orada vive há séculos na sua ermida branca, entre castanheiros e águas claras, onde sobem procissões e cantigas de louvor, quando o sol da Páscoa vem lavar nas almas as sombras do luto da Paixão. Muito ao longe, sobre a dobra da serra, castelos de núvens andam esperando pelas alturas quimeras que os habitem, enquanto a paz continua a dormir o sono do esquecimento no veludo verdejante do terreno... Por tudo o ano as flores vêm descendo a colina, até á fonte na rocha viva, de onde os milagres brotam ao subir da esperança; e do mesmo encanto saudosas, quando os pífaros ao céu levantam a súplica das Trindades, rugidos de pinheiros, vozes de reses, se dissolvem em silêncio na melancolia dos poentes...»*

Familiar também lhe era a simbiose, que muitas vezes prática, entre o descritivo e o histórico, o factual como que inserindo-se na paisagem para explicar melhor uma e outro, como nestes três parágrafos de *Homens e Gados*, do livro *Modos de Ver*, quando estuda o interesse histórico-económico da Beira Meridional: *«Para uns, á vista dos olhos, desdobram-se apenas boas terras caçadias nos meses livres, quando é licito alcançar a tiro lebre, faizões ou abutres, por exercicio de pontaria. Outros nem reparam nos tristonhos tapetes de grandes retalhos verdes e louros por muitas léguas estendidas, por onde agora grana o trigo e o centeio apendoa, a acenar com boas promessas aos seareiros pobres que o semearam a quinhão. Contudo destes ermos e cerros fala a Tradição, com lembranças de dores e sangue e neles grande préstimo de pastoreio souberam encontrar os nossos avós lusitanos e seus ascendentes das eras pré-históricas. Para esta zona, nas bacias dos rios Erges, Aravil e Ponsul, vinham fixar-se as pastorias para os invernadouros, aqui coutho, além um arraial, acolá uma quebrada ao abrigo do vento estrelão, onde os gados afortunadamente pediam amalhoar mais a coberto das uivantes lobadas das cercanias...»*

O terceiro ponto que retive na leitura da obra de Hipólito Raposo talvez fosse aquele que eu gostaria preferentemente de desenvolver: o seu, digamos assim, *lisboetismo*, essa cidadania honorária — tão honrosa também para nós, lisboetas, que o escritor beirão, quase reivindicava. Cidadânia honorária, não porque qualquer vereação lha outorgasse mas porque a sua obra, no que á capital respeita, implicitamente lha atribuí. Encontramo-la, por exemplo no capítulo do seu livro *Pátria Morena*, intitulado *Esta He Lixboa Prezada*, designação que foi buscar á conhecida cantiga que as moças de Lisboa ironisavam dos castelhanos durante o cerco de Maio de 1384 e que a Crónica de D. João I nos conta — quando as tropas inimigas chegavam á outra

margem, olhavam Lisboa cercada e desistiam de invadir a capital:

Esta é Lisboa prezada

Mira-la e deixa-la

Se quizerdes carneiro

Qual deram ao Andeiro

Se quizerdes cabrito

Qual deram ao Bispo — alusão esta ao Bispo de Lisboa, castelhano, morto pelo povo em seguida á morte de Andeiro.

Hoje, Lisboa não é prezada — nem sequer desprezada; estou mesmo em crer que seria preferível vê-la *desprezada* e não falsamente cuidada, como está, pela incultura e pelo mau gosto de vereações ignorantes, que semeiam de blocos de cimento ou vidro a velha Baixa Pombalina, procuram glorificar-se em fachadas monotonamente idênticas sem qualquer representatividade artística ou divertem-se erguendo monumentais apoteoses de revista do Parque Mayer em monstruosos edifícios deslocados em bairros tradicionais e que melhor ficariam nas zonas novas da Encosta das Olaias, como documento, que infelizmente são, de uma época portuguesa de novo riquismo pseudo-decorativo em país pobre. E que falta nos fazem, também aqui, a voz e a pena de Hipólito Raposo, as mesmas que verberaram a concepção artística da estátua ao Marquês Pombal, numa carta a Tomás Ribeiro Colaço publicada no semanário *Fradique* em 1934: «*um conjunto sem proporção a que falta homogeneidade nos componentes e no estilo, uma redundância sem valor sintético que eleva-lo pudesse á categoria de simbolo glorificador, sucessivas oposições de fragmentos como se de várias proviniências se acumulassem figuras e grupos, conseguindo-se apenas um aglomerado pela incapacidade de compor e formar um organismo com a necessária unidade.*» E num discurso no Castelo de S. Jorge em 25 de Novembro de 1934, celebrando, como assim foi durante muitos anos, a tomada de Lisboa, Hipólito Raposo olhando o Tejo ensinava: «*Foi este Rio Tejo que tornou possível a aglutinação do Norte e Sul, dominando e promovendo desde agora a circulação dos produtos da terra e do mar (...) verdadeira aorta no peito da Nação, oferecendo o seu curso á navegação até aos abrigos da fronteira remota. Larga e longa estrada de gente e de comércio, por onde as galés e falúas, baldeando-se para bateis nas quietas angras dos afluentes, levariam o trigo, o sal, os panos, as espécies, o peixe seco, á fome, ás necessidades e ao gosto da população interior das vilas e dos castelos.*»

E penso não poder terminar este resumo de alguns aspectos da obra de Hipólito Raposo melhor do que com a citação de um último trecho seu, também uma imagem de certa Lisboa — que em alguns aspectos já desapareceu, não se houve, por exemplo, a música pregoeira das varinas que o escritor refere, não estão á vista «as chagas da miséria», de que fala embora

as chagas sejam muitas e a pobreza seja apenas mais envergonhada: *Neste Outono aveludado de Lisboa em que o sol engasta de oiro as chagas da miséria, deslumbra e contenta a própria tristeza, enxuga os olhos úmidos das mulheres — a rogativa flutua no ar tépido, desdobra-se em frases melódicas, em repetidas ascensões de promessas na tremulina azul que vai ondeado ao bafo fresco da maresia. Elásticas e rituais como canéforas, as varinas andam erguendo por alamedas e ruelas o ofertório das vitualhas marinhas, a reluzir na fartura do pescado, todas as manhãs trazido em tributo do Mar Oceano á Cidade-Rainha que o dominou. A fruta, cintilando entre andrajos, difunde um perfume de errante suavidade, enquanto as velas das fragatas no Tejo vão insinuando no tumulto urbano a doçura calma do vôo. Mas sabe-se e sente-se que a vida portuguesa é áspera e triste, bem pesada de cuidados que desmentem todas as aparências de paraíso e que sem restos de esperança verdadeira, ela não rima por certo com a luz, a terra e as águas que Deus nos deu em sorte.»*

1982

FERNÃO LOPES,
CRONISTA DA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA

Terá sido, Fernão Lopes, *apenas* o cronista da luta pela independência? Reflectindo sobre o tema, sucessivamente fui, por assim dizer, desdobrando-o noutros, afins. Nenhuma dúvida que ele tenha sido o cronista da luta pela independência, todos o sabemos, mas sabemos também que ele terá sido ainda mais do que isso: que através da narrativa factual, da «Crónica», reflectiu, demonstrou, desenvolveu, *a própria independência*, suas matrizes, sua legitimidade, decerto as lutas para atingi-la e consolidá-la e que não foram apenas batalhas, por mais heróicas, nem sacrifícios, por mais nobres, nem riscos imensos, por mais ousados: foram, também, razão e sabedoria, paixão e vivência, uma obra de determinação colectiva. E tudo isto tendo como pano de fundo o carácter de um povo, é-nos transmitido como que num realismo «avant-la-lettre», sempre, porém, no tom objectivo da simples narrativa. Por isto também e por muito mais Fernão Lopes foi, além de cronista da luta pela independência, o seu primeiro intérprete, um indirecto analista, dir-se-ia hoje. Mais: cronista, foi exemplo da independência do escritor (exemplo pioneiro, sem dúvida) e da independência do historiador. Independência que nada tem a ver com a fidelidade a um ideário ou a uma doutrina, pertence a outro plano que é o do respeito pelos factos, não os iludindo mesmo quando são porventura contrários ao seu gosto, expondo-os com directa clareza: o leitor pode edificar-se neles e com eles, mas pode também criticá-los e, sobretudo, julgá-los. Nem sempre a crítica implica um juízo, como se sabe. Se Fernão Lopes foi também, como por vezes leio, o primeiro jornalista português, também aí nos deixou exemplo: o jornalista como tal, o cronista (não me refiro ao editorialista ou ao comentador de

ideias), deve ajudar o leitor a formar a sua opinião sobre os factos que descreve, que lhe *reporta*, e para os quais terá de carrear o maior número de informações e elementos. O que ele fez. Mas tanto quanto cronista e narrador ele foi também pesquisador e não é difícil imaginar o esforço que terá despendido para calcorrear o País no século XV: «*Ó com quanto cuidado e diligência (escreve no prólogo à «Crónica de D. João I») vimos grandes volumes de livros, de desvairadas linguagens e terras, e isso mesmo públicas escrituras de muitos cartórios e outros lugares nas quais depois de longas vigílias e grandes trabalhos, mais certidão haver não podemos da contida em esta obra*».

E no mesmo prólogo, este elucidativo trecho final, ainda uma lição de independência narrativa, sobretudo tratando-se de obra, digamos assim, «encomendada»: «*Se outros porventura em esta Crónica buscam formosura e novidades de palavras e não a certidão das histórias, desprazer lhes ha de nosso arrazoado, muito ligeiro a eles de ouvir e não sem gram trabalho, a nós, de ordenar. Mas nós, não curando de seu juízo, leixados os compostos e afeitados razoamentos, antes pomos a simples verdade que a aformosentada falsidade. Nem entendaís que certificamos cousa, salvo de muitos aprovada e por escrituras vestida de fé. De outra guisa, antes nos calariamos que escrever cousas falsas...*» E remata perguntando: «*Que lugar nos ficaria para a fmosura e afeitemento das palavras, pois todo nosso cuidado, em isto despeso, não basta para ordenar a nua verdade?...*»

No entanto é lícito comentar — e a seguir o veremos, fundamentando-nos em doutos mestres — que a *formosura e o afeitemento das palavras* não estão ausentes do estilo de Fernão Lopes e que essa formosura de escrita e seu «afeitamento» não ocultaram, pelo contrário, a «nua verdade». E pode ainda perguntar-se: o cronista da luta pela independência não terá sido um dos primeiros a contribuir para a sucessiva conquista da independência da língua portuguesa escrita? Damião de Góis chamou-lhe *copioso e discreto escritor* e em tal tempo e em tal pena os adjectivos não estavam em saldo; Francisco Dias Gomes, o poeta e filólogo do século XVIII, considerou-o «*o pai da prosa portuguesa e o primeiro talvez, que na Europa escreveu a História dignamente*» mas é ainda mais expressivo quando, depois de enumerar os feitos do reinado de D. João I, «*novos estímulos de gloria que eleva o espirito, novas empresas, novos pensamentos, nova energia ás suas enunciações, novos objectos do discurso e nova linguagem*» diz categoricamente: «*As poesias dos reis D. Denis, D. Pedro I e vários fragmentos de escritos daqueles tempos estão consignados em uma linguagem tão confusa e bárbara, que quasi se não entendem.*» Mas logo acentua: «*Daí a pouco mais de meio século apareceram as crónicas dos reis portugueses compostas por Fernão Lopes, o mais antigo e venerando historiador português, escritas*

*em língua clara e tão diversa da que se observa naqueles anteriores escritos que se pode reputar outro idioma.»*¹

Poderíamos, assim, chamar ao cronista da luta pela independência *cronista das lutas pela independência de Portugal* e talvez não fosse errado: as suas Crónicas significam muito da independência do escritor face às pressões dos Príncipes e também daquilo a que séculos mais tarde se viria a chamar «os ventos da História». E ainda dos primórdios da independência da língua portuguesa na conquista gradual e a partir dele tomando forma, da sua autonomia. É que o seu estilo, naturalmente arcaizante, por assim dizer como que se equilibra «com o amor das formas e a plenitude da vida», como escreveu Rodrigues Lapa.

Seria perfeitamente despropositado relembrar nesta oportunidade os passos da vida, que se sabe ter sido longa, de Fernão Lopes, até porque muitas informações em tal matéria foram recicladas, em 1980, com a profusão de estudos publicados a propósito da data provável do seu nascimento e, sobretudo, em 1983, da denominada «revolução de Lisboa» e neste ano que decorre, da batalha de Aljubarrota. Se Fernão Lopes não tivesse existido, decerto outro cronista seu contemporâneo ou posterior teria feito a história dos reinados que lhe coube narrar, mas as *Crónicas* de D. Pedro e D. Fernando e a I e II partes da *Crónica de D. João I*, não querendo eu lançar-me no já antigo debate sobre a paternidade das Crónicas dos reinados anteriores, só poderia tê-las escrito um prosador da sua garra, que associasse à natural vocação do criador de estilo o jeito pesquisador: este como que completando aquele. O cronista não tem que louvar apenas como ele escreveu, «*grandes senhores e seus bons costumes*». Há também — e praticou-o — que «*escrever suas feias condições e desvairados feitos*». A sua função inicial, os cargos que desempenhou, abriram-lhe decerto possibilidades que lhe permitiram mesmo criar como que um nova metodologia narrativa; em 1418, segundo uns, em 1949 segundo outros, aparece o seu nome como «escrivão dos livros» secretário de D. João I e depois de D. Duarte e também, por 1422, do Infante D. Fernando, cujo testamento redigiu antes da partida para Tanger. Seria, então, «tabelião geral do reino». No entanto, parece que já em 1418 e acumulando estas actividades, a reforma do Arquivo Real, quando a Torre do Tombo «passa a ter verdadeira autonomia com funcionários»². Quando em 1434, D. Duarte, já Rei, encarrega Fernão Lopes de «*por em crónica as estórias dos reis que antigamente em Portugal foram*» e lhe concede uma tença de 14000 reais por ano, «*pois que em tal*

¹ Francisco Dias Gomes — *Obras Poéticas*, Lisboa, 1979.

² Prof. Doutor Torquato Sousa Soares — *Introd. à Crónica de D. Pedro I*, Liv. Clásica Editora, 2.ª Ed., 1963.

obra ele ha assás trabalho e ha muito de trabalhar» (já então o cronista teria perto de 50 anos, ou mais) havia muito lhe eram familiares os velhos arquivos e documentos, como lembrei. Todos os que lhe estudaram a obra no decorrer dos séculos o foram sucessivamente demonstrado. O próprio Gomes de Zurara o confirmou: *«Fernão Lopes despendeu muito tempo em andar per os moesteiros e igrejas buscando os cartórios e os letreiros delas para aver sua enformaçom»*. Gomes Eanes de Zurara, recordêmo-lo, era contemporâneo mais novo de Fernão Lopes, foi seu continuador à frente da Torre do Tombo e também encarregado de completar a Crónica de D. João I. E tão diferente de Fernão Lopes no método narrativo — é, no estilo, um pré-renascentista — nem por isso, ou talvez por isso mesmo, deixou de referir a minúcia e o esforço do seu método de trabalho. Em nossos dias este mesmo ponto é desenvolvido pelo sábio medievalista Prof. Torquato de Sousa Soares, citando os estudos de Gonçalves Cerejeira, Damião Peres e P. E. Russell sobre as crónicas de Fernão Lopes diz ter este compulsado largamente *«não só as fontes narrativas, anais, estórias, crónicas, sermões, cartas particulares, mas também as fontes diplomáticas — «publicas escripturas», isto é, diplomas régios, bulas, cartas, procurações dos representantes às Cortes, preitesias de castelos, tratados e até as arqueológicas — monumentos, inscrições...»*. Atento ao pormenor concreto — e de novo caberia empregar aqui a palavra «realismo» — Fernão Lopes ter-se-á antecipado de muitos séculos à metodologia hoje considerada indispensável nos estudos científicos da História. *«O erudito pode não ser um historiador mas este tem necessariamente que ser um erudito»*, defende o Prof. Veríssimo Serrão, que acrescenta: *«Impõe-se-lhe conhecer os processos técnicos, deve possuir uma boa formação mental e uma sólida informação, compete-lhe averiguar a existência das fontes e obter o seu conhecimento. Tem havido uma certa tendência nos historiadores que reduzem a história à construção de «síntese» para lançar o descrédito, quando não o ridículo, sobre o labor erudito dos que exigem para a história um amplo suporte documental (...). As grandes sínteses apenas resultam porque houve grandes mestres da erudição que souberam escavar o mundo documental dos factos.* ³ Esse mundo documental dos factos foi o campo sobre o qual trabalhou Fernão Lopes, não como erudito que talvez fosse (pois admite-se que tenha frequentado o Estudo Geral e citava amiúde latinos e gregos) mas como o cronista que sabe estar fazendo história através da narrativa objectiva dos factos. Ou melhor ainda: contribuindo para que outros mais tarde a fizessem, à base dos documentos que compulsou e interpretou e da sua coordenação com o social, o individual

³ Prof. Doutor J. Veríssimo Serrão — *Historiografia Portuguesa*, Ed, Verbo, Lisboa, 1962.

e o colectivo. Profissionalmente tabelião, esta condição terá influído na sua obra: sabia que um processo deve ser instruído documentalmente. Não será ousado arriscar, sobretudo tendo em conta as circunstâncias da época, as dificuldades de comunicação e de pesquisa, até a relativa proximidade dos factos narrados (com a sempre inevitável deformação deles que essa proximidade ameaça, ainda vivas as paixões e divisões, os amores e os ódios) que Fernão Lopes poderá ter sido, a tanta distância, um intuitivo precursor do pluralismo metodológico e que, sem poder então recorrer às ciências vizinhas das história utilizadas pelos modernos historiógrafos foi na leitura das suas Crónicas que os pósteros encontraram o mais vivo material, o mais impressivo e também o mais minuciosamente recolhido, para poderem estudar os costumes, o meio social e económico e nesse quadro geral o carácter de reis, dos nobres, do povo em geral. Não surpreende, por isso, que depois de Azurara (que louvando-o não fez mais que a sua obrigação...) e de Damião de Góis, que demonstrou a paternidade das *Crónicas* de D. Pedro e de D. Fernando «*que por esse tempo andavam anónimas*» e falou «*da obrigação que todos lhe temos...*» (a Fernão Lopes), não surpreende, repito, que à parte aqueles hiatos, inevitáveis ciclicamente, ensombrando figuras e temas por motivos que nada têm a ver com o mérito ou demérito da personagem e consequência, em geral, de situações conjunturais a que muitas vezes a política imediata não é alheia) o perfil de Fernão Lopes como cronista, historiador, escritor, investigador, tenha sucessivamente, e até hoje, avultado na proporção que merece. O levantamento que Agostinho de Campos fez, no início da década de 20, nos 3 volumes da sua *Antologia Portuguesa*⁴, consagrados a Fernão Lopes, é elemento de informação indispensável ao conhecimento da figura e da obra. Esse mestre do pensamento e da língua portuguesa (diga-se de passagem tão esquecido hoje, lamentavelmente, da crítica encartada e do público distraído), recorda nessa obra tudo o que de mais importante fora publicado, até então, sobre Fernão Lopes; lamenta que João de Barros tenha escrito que «se alguma coisa ha bem escrita das crónicas deste reino é da sua mão» referindo-se a Gomes Eanes de Zurara, admitindo Agostinho de Campos que por esse tempo havia uma «*conspiração de silêncio*» em torno da obra de Fernão Lopes e que as suas crónicas ainda eram julgadas anónimas ou atribuídas a outros (afinal, as «conspirações de silêncio» não são uma arma ideológica do nosso tempo, como se vê têm antecedentes bem mais remotos!...). Mas logo cita a licença do Santo Ofício, de 1642, para a publicação da 1.^a parte da Crónica de D. João I, «*com esta história se mostra singelo e não affectado estilo o zelo da honra de Deus e*

⁴ Prof. Dr. Agostinho de Campos — *Antologia Portuguesa*, «Fernão Lopes», Livraria Aillaud & Bertrand, Lisboa, 1921.

amor da Pátria que nos portugueses daquele tempo ardia, paa louvor dos quais tão merecido por seus excelentes feitos, quando não tivermos deste livro outros proveitos era bem que se imprimisse quanto mais que os exemplos que nos deram são poderosos para eficazmente nos obrigar a os imitar.» No *Dicionário da Língua Portuguesa*, precedido de um catálogo dos autores, publicado pela Academia Real das Ciências de Lisboa, em 1793, diz-se da linguagem de Fernão Lopes ser ela *«atendível pela propriedade e nativa força dos vocábulos e Pedro de Mariz lhe atribui grande cópia de palavras a que às vezes acresce a energia, calor e elegância que permita a frase daquela idade»*. — Repare-se como estas citações põem a tónica no estilo literário de Fernão Lopes. É também o caso do já referido Francisco Dias Gomes que, sem deixar de notar que no tempo de Fernão Lopes *«a sintaxe portuguesa era (ainda) assaz confusa e desfigurada de construções errôneas»*, que *«a disposição harmónica do período, totalmente ignorada, dava uma insuportável secura à prosa portuguesa que oprimida de cláusulas impuras e de vozes obsoletas, de sons ásperos e rudes, nada oferecia à curiosidade dos leitores mais do que um insofrível tédio que extinguiu o desejo de o ler...»*⁵. E também outro trecho da análise do douto filólogo setecencista nos ajuda a situar devidamente Fernão Lopes na sua época, o que é indispensável para melhor entendermos o valor da sua prática crítica, já não somente na área histórica mas, neste caso, no comércio predominantemente literário. Diz Dias Gomes que — *«A obscuridade daqueles tempos, a raridade de livros, que o prelo então de novo inventado inda não fazia comuns, a ignorância, enfim, retardavam o progresso das luzes e não deixavam aperfeiçoar o idioma...»* E é ainda o mesmo mestre quem, acentuando o esforço renovador, modernizador, que foi o de Fernão Lopes, diz: *«Na pintura que faz este historiador das misérias que passava o povo de Lisboa no grande assédio que lhe pôz El-rei de Castela em pessoa, mostra quanto a língua portuguesa era já capaz para o patético.»* Considera-o mesmo um precursor dos grandes rasgos futuros: *«A frase com que descreve a batalha de Aljubarrota e outas, indica a propriedade que a língua havia de ter para o terrível, nos rasgos imortais de um Camões»*. A Dias Gomes chamaria um século mais tarde Alexandre Herculano *«o homem talvez de mais apurado engenho que Portugal tem tido para avaliar os méritos dos escritores»* e exemplifica-o, precisamente, com a sua alusão a Fernão Lopes. Exemplifica-o, ampliando-a. E assim, no tomo II dos *Opúsculos*, Herculano escreve: *«poucos homens teem nascido historiadores como Fernão Lopes. Se em tempos mais modernos e civilizados houvera vivido e escrito não*

⁵ Francisco Dias Gomes — *Análise sobre a elocução e o estilo de Sá de Miranda*, Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, 1973.

teríamos por certo que invejar às outras nações nenhum dos seus historiadores. Além do primor com que trabalhou sempre por apurar os sucessos políticos, Lopes adivinhou os princípios da moderna história: a vida dos tempos que escreveu transmitiu-a à posteridade e não, como os outros fizeram, sómente um esqueleto de sucessos políticos e de nomes célebres. Nas crónicas de Fernão Lopes não há só história: há poesia e drama. Há a Idade Média com sua fé, seu entusiasmo, seu amor de glória...». Em 1853, o escritor francês Ferdinand Denis referia que *«alors que la poésie commençait à peindre en Portugal ce caractère, des hommes habiles écrivaient l'histoire d'une manière vraiment remarquable pour le temps. A leur tête on doit mettre Fernão Lopes que donna la chronique des rois et qui commença dès lors à imprimer un nouveau caractère à la langue imparfaite dont il devait faire usage...»*⁶. E outro historiador literário francês, A. Loiseau, escrevia em 1886: *«...» le premier en Europe, Fernão Lopes, eut les véritables de l'écrivain: l'indépendance du caractère, l'autorité du jugement, l'impartialité et la franchise.»* E adiante: *«l'auteur écrit la langue la plus pure, la plus expressive que l'on connaisse encore, sillonnée d'éclairs poétiques...»*⁷. Teófilo Braga alude a Fernão Lopes na *«Recapitulação da História da Literatura Portuguesa»*, comparando-o a Heródoto *«pelo realismo das suas narrativas, destacando-se pelo bom senso das tradições poéticas mas conservando-lhes o sentido do ethos nacional...»*. Teófilo põe-no a par de Froissart e de Joinville, como aliás é comum noutros trabalhos sobre Fernão Lopes, mas Herculano no referido *Opúsculo* pusera-o acima de Froissart quando depois de enumerar as qualidades que reproduzi, acrescenta: *«Nisto se parece com o quase contemporâneo cronista francês Froissart mas em todos esses dotes lhe leva conhecida vantagem...»*.

Tenho, evidentemente, de omitir outras das numerosas abonações que Agostinho de Campos enumera — mas algumas há que merecem também referência, pois são verdadeiros *diplomas* outorgados ao longo do tempo a Fernão Lopes, á sua vocação de escritor. É Luciano Cordeiro, por exemplo, referindo a sua *«prosa simples, ampla e forte»* (...) *aquele contar ingénuo, vivo e ao mesmo tempo tão magestoso pela sincera e nobre lealdade do cronista que não era um adulator real nem um fingidor literário...*⁸. Prosa *«simples, ampla e forte»*. Por muito desdenhemos do abuso do adjectivo em obras de crítica ensaística, bem podemos apreciar a propriedade

⁶ Ferdinand Denis — *Nouvelle Biographie Universelle*, Paris, 1853.

⁷ A. Loiseau — *Histoire de la Littérature Portugaise depuis ses origines jusqu'à nos jours* — Paris, 1853.

⁸ Luciano Cordeiro — *«Duas Palavras»*, Introd. à *«Crónica de D. Pedro I»*, Lisboa, 1984.

destes. «*Linguagem vigorosa e saborosa*» chamou Carolina Michaelis de Vasconcelos à prosa de Fernão Lopes e em 1909 Edgar Prestage escrevia que os seus retratos históricos são «*admiravelmente vivos*» e acrescentava: «*não é demais dizer que com Fernão Lopes uma época inteira fica iluminada*»⁹. Para o Prof. Mendes dos Remédios, na sua *História da Literatura Portuguesa*, de 1914: «A História digna deste nome e elevada a um género independente e próprio só aparece entre nós com Fernão Lopes. Nos trabalhos sobre o nosso cronista é citada com frequência uma conhecida definição do escritor e poeta inglês Robert Southey, estudioso de temas da história peninsular e do Brasil, e que no princípio deste século escrevia de Fernão Lopes ter ele sido «o melhor cronista de qualquer época ou nação» «*the best chronicler of any age or nation*» — e deve-se a um dos primeiros comentadores globais da obra de Fernão Lopes, Anselmo Braamcamp Freire, prefaciador da 1.^a parte da Crónica de D. João I, esta síntese que, por assim dizer, sumariza as características principais da obra do cronista-historiador: «... pela elevação do pensamento e da linguagem que se nota nos seus escritos, pela escrupulosa investigação dos sucessos a que procedeu antes de os narrar...» e ainda: «Primor literário sóbrio e adequado, verdade, clareza na exposição; coordenação e dedução natural na narrativa, crítica imparcial e perspicaz dos acontecimentos...»¹⁰.

Muita água correu debaixo das pontes da história e da crítica literária de cariz universitário ou científico, desde que Agostinho de Campos publicou os três volumes da sua antologia das *Crónicas* de Fernão Lopes. A água tudo lava e tudo leva — e com os novos recursos de que podem dispor os investigadores e acesso facilitado a novas fontes, a grandeza de Fernão Lopes, não se tornando, decerto, indiscutível, pois possuiu o frémto inerente às coisas vivas, consolidou-se de tal modo que dos vários passos recolhidos alguns podem considerar-se hoje ultrapassados. Não decerto ultrapassados no conteúdo ou nas conclusões de cada um — poder-se-á até dizer que, pelo contrário, foram apenas ampliados. O tempo é que reduziu às suas devidas dimensões reparos e dúvidas, ora anulando-os, ora esclarecendo-as, como e geral acontece. Foram os imensos lados positivos do conjunto da obra (mesmo deixando em aberto as dúvidas quanto à autoria das *Crónicas* dos primeiros reinados, que uns lhe atribuem, a Fernão Lopes, e outros lhe recusam) sucessivamente referenciados pelos seus estudiosos, nas *Crónicas* de D. Pedro, D. Fernando e D. João I, desde o ano já distante de 1921 a que as situaram

⁹ Edgar Prestage — *Portuguese Literature to the end of the 18 th century*, Londres, 1909.

¹⁰ Anselmo Braamcamp Freire — *Introd. à 1.^a parte da «Crónica de D. João I»*, — Arquivo Histórico Português, 1915.

quando já examinada à luz de uma organização crítica sistematizada e fonte de conhecimento de um período histórico de graves crises e mutações.

Se algumas das observações restritivas à obra de Fernão Lopes, por exemplo a de certa ingenuidade (*«narrador ingénuo como Froissart ou Vilani»*, chamou-lhe Teófilo Braga)¹¹, que teria empregado «linguagem livre, palavras torpes, narrou factos obscenos», como disse em comparação com Gomes Eanes de Azurara o Prof. Esteves Pereira na Introdução à *Cronica da Tomada de Ceuta*, o que lendo hoje os textos de Fernão Lopes nos faria sorrir... Ou, ainda, em 1842, Francisco José Freire (Cândido Lusitano) condenando nas suas *«Reflexões Sobre a Língua Portuguesa»* os cronistas *«de estilo sêco, cansado e confuso»*; se algumas dessas críticas — e apenas a algumas me refiro — se situavam, quanto aos seus mais antigos comentadores numa área, digamos assim, de ordem geral, foi em 1929 que um historiador, militar e académico, antigo Par do Reino, o General José Estêvão de Moraes Sarmento, publicou um volume intitulado *«D. Pedro I e a sua Época»*, que constituiu então um inesperado libelo contra a *Crónica* desse reinado e que terá sido o desenvolvimento da comunicação que, anos antes, apresentara à Academia das Ciências de Lisboa, com o título *«O Valor Histórico das Crónicas Medievais e designadamente de Fernão Lopes»*. Não cabe examinar aqui, nem tenho autoridade para fazê-lo, o fundamento ou a injustiça dos duros reparos que Moraes Sarmento aí fez à *Crónica de D. João I*. Não só que o autor teria recorrido ao cronista castelhano Pero Lopez de Ayala — combatente prisioneiro em Aljubarrota — e é natural que assim fosse pois que este o antecederia e apresenta na sua obra vasta documentação sobre a história dos reinos peninsulares mas que o teria, mesmo, plagiado em alguns passos da referida *Crónica*. O cerne das críticas do General Moraes Sarmento estava, na influência que o clero teria exercido, directa ou indirectamente, na condução e organização dos dados históricos recolhidos, sobretudo quanto à dureza e perversidade, do carácter de D. Pedro I, inclusivamente que o teria confundido com o rei seu homónimo espenhol... Num estilo bem próprio da sua geração e da época, e a despeito dos méritos reconhecidos pelos comentadores da sua obra, Moraes Sarmento diz que *«provavelmente* (advérbio honesto mas perigoso de empregar em História), *provavelmente Fernão Lopes «entrou nos mosteiros e sacristias, armado com o perspicaz e imparcial critério que os melhores historiadores lhe reconhecem; próprio para exercer a conveniente acção no exame das narrativas que lhe houvessem de ser expostas»*. Isto implica ter-se guiado, Fernão Lopes, nesse caso, predominantemente pela tradição oral. Mas o General Moraes Sarmento

¹¹ Teófilo Braga — *Introdução e Teoria da História da Literatura Portuguesa*, Porto, 1896.

acrescenta: «Quando de ali saiu, se aquela prenda espiritual não estava aniquilada, subsistia perfeitamente neutralizada e obscurecida pelos inumeráveis processos sugestivos dos quais a sagacidade monacal eximamente sabia dispor...».

A seguir a esta alusão, não despida dos preconceitos do tempo, o autor ainda faz uma ressalva lisonjeira para o cronista: *luta absolutamente desigual o cronista havia de ser infalivelmente vencido*»¹². E sucessivamente, ao longo das suas 600 páginas o tão interessante como polémico trabalho examina passo a passo episódios, acontecimentos, pormenores, simples factos narrados da vida de D. Pedro I, com a intenção de desmontar a versão de Fernão Lopes, até a inexactidão, segundo ele, de muitas das suas propostas e conclusões.

Tudo isto vai já muito longe e apenas se refere aqui como elemento de estudo para os interessados, pois de modo algum essa e outras obras esgotaram, tão imensa matéria. No entanto, citando essa obra de crítica, devo referir, apenas, que na sua Introdução à edição da *Crónica de D. Pedro I*, publicada na antiga colecção de «Clássicos Portugueses», o eminente mestre já citado, Prof. Torquato de Sousa Soares lembra autorizadas refutações ao livro de Moraes Sarmento: «A tese do malogrado General, escreve, foi exuberantemente refutada pelo Prof. Gonçalves Cerejeira num profundo estudo de crítica histórica em que, sem cometer o grosseiro anacronismo de apresentar o cronista como dotado de todas aquelas exigências críticas que só com o progresso dos estudos históricos se definiram e impuseram chega à conclusão de que «todos os documentos coevos até nós chegados confirmam a exactidão de Fernão Lopes» — o que exemplifica — e que «retomando mais tarde o assunto, o Prof. Damião Peres teve a feliz ideia de estabelecer confronto entre os diferentes passos da obra de Fernão Lopes e vários documentos coevos, especialmente da chancelaria de D. Pedro, chegando à conclusão terem estes mesmos documentos constituído a base do retrato moral do rei, traçado pelo cronista. É certo, segundo Torquato Sousa Soares, Fernão Lopes ter aproveitado muito material de Lopes Ayala «especialmente para os acontecimentos ocorridos em Castela», mas aduz sobre esse «aproveitamento» muitas razões que o justificam e opõe à acusação de querer denegrir a memória do rei a imparcialidade com que o cronista fez «o balanço dos seus defeitos e virtudes sem outra preocupação que não seja a de apresentar a imagem fiel do carácter do soberano». Toda esta argumentação, largamente fundamentada, mais não faz do que confirmar, por muito leigo que se seja no estudo científico da História, a independência do cronista

¹² General José Estêvão de Moraes Sarmento — *D. Pedro I e a sua Época*, Guimarães Editores, Lisboa, 1924

Fernão Lopes, aproveitando factos recolhidos da tradição oral — não esqueçamos que foi em 1434 que D. Duarte, rei desde o ano anterior, encarregou Fernão Lopes de escrever as crónicas dos reinados precedentes; que o cronista terá nascido cerca de 1380, como se admite, e que D. Pedro reinaria até 1367 — isto é, apenas uma geração o separava da geração do rei, estando portanto muito viva a imagem real transmitida de pais a filhos e tendo, assim, senão de basear-se nela, pelo menos de escutá-las as reminiscências de contemporâneos. A lenda, a imaginação, a fantasia dos factos não nasce logo após eles ocorrerem — é antes um longo processo de «transfiguração». Muito mais tarde, séculos por vezes, como neste caso, a investigação mais serena e sucessivamente aperfeiçoada cientificamente, acaba por pôr tudo no seu lugar e a própria controvérsia serve para a formulação de juízos tanto quanto possível definitivos. Se é que nesta matéria algo pode haver de definitivo...

Assim, nas últimas décadas, e muito especialmente nos últimos anos, mesmo se por vezes alguns comentadores — poucos, diga-se a verdade — aproveitaram as Crónicas para, cada um, como usa dizer-se, «puxar a brasa à sua sardinha» a obra de Fernão Lopes — e já não tanto a sua figura histórica — voltou a ser analisada, a novas luzes e com novos materiais de estudo.

A data possível do 6.º centenário do seu nascimento — 1380 — a revolução de Lisboa, que pôs no trono o Mestre de Aviz, e finalmente, a batalha de Aljubarrota, foram pretexto e tema em 1985.

Já antes destas datas, novas abordagens críticas de Fernão Lopes haviam contribuído para fixar claridades e sombras da sua obra. Mais claridades, diga-se de passagem, do que sombras, embora, a distância, as dúvidas e as incertezas que apesar de tudo ainda a envolvem, as justifiquem. O tenente-coronel Costa Veiga, no trabalho intitulado *Fernão Lopes, alguns elementos para o estudo de seus processos de investigação científica*, comunicação apresentada ao II Congresso do Mundo Português, no ano de 1940, trata, sobretudo, de pormenores de natureza militar, apontando, por vezes, contradições ou insuficiências expositivas do cronista quanto a determinadas fases estratégicas, presta justiça às suas «fatigantes pesquisas arquivísticas», acusa-o de preferir a «pintura de episódios emocionantes», sem «a rigorosa fixação dos itinerários estratégicos», etc. Isto não obsta a que classifique a sua obra de «colossal» e que faça justiça ao seu «excepcional talento descritivo». Entretanto, em 1933, saíra o trabalho de Professor Hernani Cidade, de qual sucessivas edições têm sido publicadas, *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas*. Na Introdução ao primeiro volume, consagrado aos séculos XV, XVI e XVII, lembra que «a glória de Fernão Lopes é de data muito recente», e a partir de autores que terão contribuído para erguê-la (e de que referi atrás a maior parte) resume em quatro pontos principais a orientação do longo estudo que se segue sobre a arte e a técnica literária de Fernão Lopes. Em

síntese, são estes: «É um prosador ricamente dotado dominando a língua ao ponto de fazer dela o aparelho transmissor de todo o panorama de uma grande época»: esboça as qualidades essenciais de um historiador como hoje o compreendemos; é um grande poeta, o maior poeta do século, não porque se houvesse expresso em verso mas porque era dotado de uma bela fantasia imagística e sobretudo de uma funda emotividade, humaníssima. E, finalmente, é o escritor que primeiro entre nós exprimiu uma clara e ardente consciência da nacionalidade»...

A diversidade dos temas propostos naquilo que, afinal, é uma obra predominante de História e abrangente, todos os seus estudiosos lhe reconhecem, a despeito de reparos, como se diz agora, pontuais.

Suponho ter sido pouco divulgada uma comunicação apresentada em 1939 à Academia das Ciências de Lisboa pelo Professor Doutor Joaquim Pires de Lima sobre a linguagem anatómica nas *Crônicas* de Fernão Lopes, na qual o autor demonstra a rigorosa precisão científica dos termos empregados, tendo em conta, como diz, que «A nomenclatura académica só em princípio do século XVIII foi fixada em linguagem portuguesa»¹³. O académico atribui a riqueza e a propriedade do vocabulário usado ao convívio de Fernão Lopes com seu filho Martinho, que era médico, e acompanhou o Infante Santo a Marrocos, ali tendo morrido prisioneiro dos mouros. O que só confirmaria a preocupação de rigor na linguagem utilizada pelo cronista.

Igualmente significativa e relevante é a análise que faz de Fernão Lopes como escritor — mais ainda, como estilista — o professor alemão Albin Edouard Beau, que durante muitos anos foi docente na Universidade de Coimbra. O seu livro intitulado «*Estudos*», com data do 1.º volume, de 1959, fora já anteriormente publicado em separata pelo Centro de Estudos Filológicos e em ambos os casos com o mesmo título: «*A Preocupação literária de Fernão Lopes*»¹⁴. É na verdade mais uma demonstração daquilo mesmo que no início acentuei e que tenho procurado demonstrar, com base, sobretudo, em depoimentos de especialistas: que Fernão Lopes foi «*mestre da arte de escrever e senhor dos seus meios e efeitos tradicionais*» e que, assim dotado, abriu o caminho à renovação da prosa portuguesa que haveria seguidamente de desenvolver-se, paralelamente à definitiva criação da «*consciência da nacionalidade*», e que a partir de 1383, com a revolução de Lisboa e de 1385 com a batalha de Aljubarrota teria de ser acompanhado, como foi, pela crescente consciência da língua. Como o Prof. Beau, também Hernani Cidade

¹³ Prof. Doutor J. A. Pires de Lima — *A linguagem anatómica de Fernão Lopes*, «Memórias» da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Letras, Tomo III, Lisboa, 1939.

¹⁴ Prof. Albin Edouard Beau — *A preocupação literária de Fernão Lopes*, *Estudos*, «Acta Universitatis Conimbrigensis», Coimbra, 1959.

documentaria largamente a erudição, discreta mas evidente, de Fernão Lopes, que, *«leitor de moralistas, conhece também a psicologia que a Escolástica ensina»*. Exemplifica-o com a análise moral que Fernão Lopes faz da paixão de D. Fernando por Leonor Teles, *«chaga que causa prazer e desprazer»*, como ele escreveu; repare-se neste trecho, aliás muito conhecido, em que se associam *«além do picante da malícia»*, o *«metaforismo renascente»*: *«Era ainda (D. Leonor) de muita esmola e muito caridosa a todos; mas quanto fazia, todo danava, depois que conheceram nela que era lavrador de Vénus e criada da sua corte; e falando os maldizentes, pasmavam-na, dizendo que todalas criadas daquela senhora se fingem sempre muito amaviosas, por tanto que o manto da caridade que mostram seja cobertura dos seus desonestos feitos»*.

Reler Fernão Lopes hoje, sobretudo para que não tenha um convívio regular com os nossos clássicos, é penetrar num inesgotável mundo de observações. Quando tudo parece estar dito, logo se nos deparam novos motivos de estudo ou apenas de comentário e creio que nenhum dos seus comentadores lhe terá sido insensível. Relendo o breve trecho atrás citado da *«Crónica de D. Fernando»* logo a evocação do perfil de Leonor Teles nos lembra outros passos do mesmo tema, precisamente um dos muitos em que Fernão Lopes-historiador apresenta qualidades próprias do ficcionista, no sentido de dar à narrativa a ampla visualidade de um grande painel vivo e ao mesmo tempo inserindo no desenho, subtil ou não, de personagens reais, a implícita fixação psicológica dos caracteres, tal como nos vastos quadros de situações colectivas em movimento, e os dos costumes. Ocorre-me uma das suas impressivas páginas quando nos descreve a conversa do Rei D. Fernando com dois dos seus privados, antes do casamento daquele, no qual se obstinava apesar dos conselhos em contrário:

«— Senhor, disseram êles, a nós não convém falar nisto, porque vos vemos já ligado com ela em tal maneira, que entendemos que nunca outra mulher haveis de haver, senão ela; e ainda nos certificam alguns que a tendes já recebida por mulher; e quanto é por nosso conselho, nem de outro nenhum que o vosso serviço e honra deseje, não vos aconselhava tal casamento, por muitas razões; mas, se tendes vontade de a todavia receber por mulher, nenhum bom conselho presta nisto...

A cabo de poucos dias, a recebeu El-rei, como dissemos. E depois, logo cêrca, disse um dia a um de seu conselho como se repreendia de ter casado com ela. O outro, respondendo, disse:

— Isto foi por vossa culpa, e por vós haverdes vontade de o fazer, mas não por vós não serdes aconselhado por muitos que o não fizésseis.

— Verdade é, disse êle, que mo desdisseram muitos; mas eu quisera que fizeram êles a mim, ainda que eu vontade houveses, como fizeram os privados de el-rei D. Afonso, meu avô, a êle.

— E como foi isso, senhor?

— Eu vos direi, disse El-rei. Meu avô, quando começou de reinar, tinha mais sentido nas cousas em que havia prazer, como homem novo que era, mais que naquilo que pertencia a regimento do Reino; e estando todos os do conselho em Lisboa juntos, falando nas cousas que pertenciam a regimento do Reino e prol do povo, êle deixou o concelho e foi-se à caça, a têrmo de Sintra, e durou lá bem cêrca de um mês. Os do conselho, quando viram que êle tão pouco sentido tinha, em começo de seu reinado, das cousas que havia de ordenar por seu serviço e bem do povo, houveram-no por mau começo. E quando El-rei veio e foi ao conselho, depois que falaram na caça em que andara, disse-lhes um dêles, por acôrdo dos outros:

— «Senhor, seja vossa mercê não terdes tal jeito como êste que ora tiveste: — «deixardes vosso conselho por tantos dias, onde «tão necessário é de estardes, e irdes-vos à «caça há já um mês, e nós estarmos aqui «sem vós, com pouco vosso proveito e serviço. Por mercê, tende outra maneira nisto «daqui em diante, se não...

«Como, se não?... disse êle.

— «A la fé, (disseram) se não... buscaremos nós outro que reine sôbre nós, que tenha cuidado de manter o povo em direito e em justiça, e não deixe as cousas que tem de fazer, de sua fazenda, para ir ao monte, e à caça andar um mês.

El-rei houve disto grande melancolia, e disse, bradando:

— «E como?... Os meus me hão a mim de dizer se não?...

E êles me hão a mim de fazer isso?...

— «Os vossos! disseram êles, quando vós «fizerdes o que não deveis.

El-rei saíu-se mui queixoso do conselho e foi-se; e depois cuidou nisto, e achou que lho diziam por seu serviço, e perdeu queixume dêles, e houve-os por bons servidores. E eu assim quisera que vós outros do meu conselho fizéreis a mim. Pois que vîeis que não era minha honra tal casamento, não me consentísseis que o fizesse...

O privado, que entendeu que El-rei mais lhe dizia isto para ver que resposta lhe daria, que por ter em vontade o que lhe falava respondeu e disse:

— Senhor: vós o dizeis agora mui bem: mas pudera ser que, se os do vosso conselho vo-lo contradisseram dessa guisa que vós dizeis, que houveram de vós pior resposta, com obra, da que houveram êsses outros del-rei D. Afonso, vosso avô.

E El-rei dizendo que não, mas que o houvera por bem feito, cessaram daquesto e falaram em al.»

Quantas reflexões este trecho nos sugere! Em primeiro lugar, afigura-se-me, a objectividade (contrariamente ao que alguns criticam no cronista) pois recorrendo ao factual ele regista para a posteridade, como em muitos outros passos da Crónica, a rijeza — melhor; a teimosia — de D. Fernando, obstinando-se num casamento do qual tanto os homens da Corte como a «arraia miúda» discordavam e com fundadas razões, como também nos lembra Fernão Lopes e a História registaria; simultaneamente, como que o desafio, embora desafio *a posteriori*, da parte final da narrativa do episódio ocorrido com D. Afonso IV: se não estavam de acordo com o casamento não o consentissem (embora não diga o Rei com que armas o impediriam...) finalmente, a liberdade, na Idade Média, no trato dos homens da Corte com o seu Rei, embora com todos os riscos da época, bem conhecidos. Então se falava aos reis com rude à vontade natural, um claro sentido, respeitoso mas firme, de igualdade.

Num ponto estão de acordo tanto os mais antigos como os mais recentes comentadores da obra de Fernão Lopes, o de ter sido ele o cronista da independência de Portugal. Além dos que já referi, evidenciam-no, qualquer que seja o ângulo da sua análise, entre outros, os Doutores Rodrigues Lapa, no prefácio a *«Quadros da Crónica de D. João I. salientando ter ele sido, como lhe chama, «um escrivão da verdade»;* Marcello Caetano, apoiando-se nos seus textos sobre a reunião das Cortes de Coimbra, no seu estudo *A Crise Nacional de 1383-1385*; António José Saraiva quando defende (em mais do que um dos seus estudos sobre a questão social na obra do cronista, quer na *História da Cultura em Portugal*, quer no pequeno volume intitulado *Fernão Lopes, da «Colecção Saber»*), que na Crónica de D. João I «ele não faz (...) unicamente a apologia do rei; faz também, e principalmente, a apologia da resistência popular ao castelhano».

Adiante explica que havendo «a força de toda uma colectividade que não aceita o lugar que lhe é destinado dentro do direito feudal», essa colectividade, volto a citar, *cria o seu direito novo fundado no sentimento nacional, o amor da terra, e defende-o de armas na mão.*»¹⁵ No seu volume *Historiografia Portuguesa*, Veríssimo Serrão retomando a tese de que a história de Fernão Lopes é mais a história de um povo que a de um só indivíduo, considera que nas suas crónicas *o povo português aparece com uma dimensão histórica que não fora ainda traçada. Com a sua força colectiva e os seus anseios dentro do quadro nacional, cheio de entusiasmo e inundando de fervor patriótico...*».

¹⁵ Prof. Doutor António José Saraiva — *História da Cultura em Portugal*, Ed. do «Jornal do Foro», Vol. I, Lisboa, 1950; Idem, *Fernão Lopes*, Ed. Publicações Europa-América, 2.ª Ed., Lisboa, 1965.

Outro ponto que reúne a unanimidade dos estudiosos de Fernão Lopes, diz respeito ao escritor, propriamente dito, à sua arte de compor, à sua técnica da escrita, a tessitura da linguagem distribuída por diferentes processos narrativos — quer no diálogo, quer nos majestosos quadros colectivos — o levantamento popular de Lisboa em 1383, o cerco de Lisboa pelos castelhanos, quando *«toda a cidade era dada a nojo, cheia de mesquinhas querelas, sem nenhum prazer que hi houvesse; uns com grande mingua do que padeciam; outros dó dos tribulados. E isto non sem razón; ca se é triste e mesquinho o coração cuidadoso nas coisas contrárias que lhe advir podem, vêde que fariam aquelas que continuadamente tão presentes tinham... Pero, com tudo esto, quando repicavam nenhum non mostrava que era faminto, mas forte e rijo contra seus inimigos»*. E a par das grandes descrições colectivas, a sua *«tendência para o visual e o concreto»* atraíam-no para os retratos pessoais, como o que nos deixou de Nun'Álvares, sem dúvida uma das figuras históricas que mais o impressionaram: *«Como a estrela da manhã, foi claro em sua geração, sendo de honesta vida e honrosos feitos, no qual parecia que reluziam os avizados costumes dos antigos e grandes barões.»* E logo a seguir a este trecho é o místico combatente que ele nos apresenta: *«trazer mulheres nem jogo de dados, a nenhum era consentido, E muito se trabalhava quando tal desvairo entre alguns nacia, pero que começavam dese non falar, de os concordar logo e fazer amigos, de guisa que seu arreal non parecia hoste de guerreiros mas honesta religião de defensores. Em todas as coisas muito sagesmente per igual pena e galardão, procedia contra quaiquer que sua virtuosa vontade podia chegar com execuõem. E quando se assanhava contra algumas pessoas, com brando arruido era seu castigo; de guisa que ao seu pesado assossego mais haviam os homens reverença que temor»*.

Vai terminar o ano centenário de Aljubarrota. Do que li, vi e ouvi da maioria das comemorações, oficiais ou não, receio que àquelas, pelo menos na generalidade da prática, tenha faltado uma ideia constante de estímulo, que lhes deveria estar na raiz e que fosse um modo de motivação da juventude para formas de *mística patriota* (não tenhamos medo das palavras) de que o nosso país tanta vezes parece estar carente. Se é absurdo que ainda não se tenha diluído em muitos, e por vezes até nos melhores, um certo complexo ideológico que deverá já estar ultrapassado, não é menos absurdo que tenha sido possível fomentar uma espécie de timorato pudor em defender princípios, afirmar posições, apontar exemplos, em suma: evocar as grandes lições da História e delas tirar conclusões fundamentadas de modo a que a ideia de Pátria seja, efectivamente, e acima das ideologias, e também acima dos erros ou desvios próprios da condição humana, o constante travejamento do futuro.

Negar ou esquecer a Pátria, ou iludi-la, é renunciar ao futuro. E poucas efemérides históricas teriam sido tão propícias como estas, recentes, para

reavivar a *mística da Pátria* como tal, sem ambiguidades nem transigências. Em Fernão Lopes, como nos cronistas que se seguiram, palpita acima de tudo, cada um a seu modo e com seu estilo, um desígnio de continuidade nacional.

Não há nenhuma razão para se pôr em dúvida o patriotismo do povo português, até porque ele tem enfrentado duras provações e recusado influências. Mas seja esse sentimento fruto de instinto, sentimento ou conclusão, por mais profundos, não o vejo hoje fortalecido como suporte de grandes ideais que acompanha a interpenetração dos factos históricos na óptica narrativa de Fernão Lopes: talvez uma forma de contrapartida à crueldade da época. Pelo contrário parece esquecer-se hoje, senão propositadamente ocultar, que há constantes imutáveis na história das nações.

Na Antologia de que é autor Agostinho de Campos e que citei de início, tão criteriosa — um dos melhores guias que conheço para o entendimento da obra de Fernão Lopes e que à distância de sessenta anos sobre a sua 1.^a edição e julgo não ter havido outra, mantém, apesar de tantas investigações posteriores, a mesma importância crítica — um dos passos mais expressivos é aquele em que o autor lamenta o desconhecimento no seu tempo, por parte da juventude escolar, desse alfobre de ideias sobre o destino de Portugal, nação independente, que são as *Crónicas*. Fernão Lopes é já hoje matéria de estudo no ensino secundário e universitário, mas nem por isso é menos oportuno recordar a sugestão de Agostinho Campos para que a leitura e análise dos textos do nosso cronista não se confinem à sua interpretação literária antes sejam comentadas do ponto de vista da motivação patriótica que está na raiz delas. Sê-lo-á? Mudaram os tempos mas não mudaram ambições e ameaças, e hoje, tanto ou mais do que ontem, deve ser prioritário lembrar, como escreveu aquele mestre, que «*um povo pequeno que mora ao pé de um povo grande e de língua diversa tem de escolher, por força, entre ser patriota ou ser escravo*».

1985

O «VENCIDO DA VIDA» CONDE DE SABUGOSA

Não tenho presente quem um dia escreveu (o conceito é muito conhecido) que a partir de uma certa idade já pouco de novo se lê, prefere reler-se. Esse gosto da releitura tem, porém, seus riscos: livros há que, na juventude, nos parecem obras-primas e somente mais tarde são restituíveis às devidas proporções. A experiência, a cultura adquirida, os sucessivos estados de espírito que aos poucos nos vão fazendo, muitas vezes roubam a uma obra esse sabor inicial de «descoberta» que haveria de marcar-nos muito tempo... até à tal releitura que pode ser decepcionante. Em compensação, há livros que nos impressionaram menos na juventude, embora os apreciássemos e até lhes aproveitássemos ensinamentos e que — talvez por isso mesmo — relidos muito mais tarde avultam aos nossos olhos mais exigentes, adquirem o valor definitivo que juízos mais serenos e uma observação mais rigorosa acabam por dar-lhes. Recordo-me de ter lido alguns dos títulos do Conde de Sabugosa, era eu ainda muito novo, e de me ter impressionado, sobretudo, o seu magnífico dom da reconstituição histórica em que o descritivo do meio e por vezes até o escrúpulo do real avultavam a imediata presença, quase física, das personagens ou dos episódios.

Assim foi com *Donas dos Tempos Idos* e então muito me teria impressionado, por exemplo, a figura da infanta D. Beatriz no quadro evocativo das filhas de D. Manuel I; essa infanta D. Beatriz, talvez por ter sido considerada, parece que sem razão, inspiradora de Bernardim Ribeiro; talvez porque Gil Vicente disse dela que era «formosa à maravilha». Talvez até pelo seu lado, antipático de ter sido como lembra Sabugosa, «inclinada à política espanhola», talvez por ter tido dificuldades materiais depois de pertencer à Casa de Sabóia, enfim, por quaisquer razões que o talento do

escritor então deixou gravadas no jovem leitor, a infanta D. Beatriz, entre tantas figuras femininas e de maior relevo que por assim dizer «descobri» nos quadros históricos desse livro (e bem mais importantes algumas), foi a que melhor retive.

Passaram anos, e mais tarde, exactamente em 1943, fazia eu para a Emissora Nacional de então uma série de crónicas subordinadas à rubrica *Ciclo de Cultura Popular*. E como fosse minha intenção relevar ou relembrar escritores de indiscutível mérito que já por esse tempo, andassem mais longe do grande público do que mereciam, escolhi para tema de uma delas precisamente o Conde de Sabugosa. Evidentemente que fui reler, os seus principais títulos. E foi para mim uma boa surpresa. Agora, quarenta e dois anos mais tarde, de novo percorri essa galeria de evocações históricas, em que harmoniosamente se casam, o talento e a erudição, a procura do rigor factual e a imaginação e ainda a sua límpida intenção de reabilitar figuras malsinadas, de repor no seu lugar comportamentos e atitudes, de esclarecer momentos históricos deturpados — tudo com a sua natural elegância de espírito, baseando-se em aturado estudo, indo às fontes, muitas delas até aí inéditas na sua Biblioteca de família... Exactamente o contrário do que se passa hoje, quando, num processo intencional de desmitificação generalizada, por vezes se procura negar o próprio sentido da Pátria, anulando méritos e acções heróicas, negando virtudes, privilegiando hierarquias temáticas que o não são, procurando valorizar prioritariamente os lados porventura negativos de um trânsito histórico. E foi, sobretudo, este aspecto da obra de Sabugosa que mais me impressionou agora — quando na segunda leitura fora, antes, o dom impressivo da narrativa, a sobriedade clássica da escrita. Foi-me dado assim, graças a Deus, fechar o ciclo da minha tão antiga admiração pela obra do Conde de Sabugosa. Talvez que os historiadores mais eminentes, praticantes duma, aliás necessária, ciência de história em suas conotações com a sociologia, com a economia, com a sociedade em geral, não considerem obra de história, propriamente dita, os trabalhos de Sabugosa, onde há, no entanto, muita e sólida matéria para conclusões. Sabugosa era contemporâneo, é talvez justificado lembrá-lo, dum Gabriel Hanotaux, de algumas das primeiras obras de Louis Bertrand, de Louis Madelin. Eram autores muito em voga ao tempo. A metodologia da melhor historiografia da época não desdenhava, porém, a *pequena história*, por vezes mesmo lhe recorria. Seu contemporâneo foi também G. Lenôtre, que tão bem a praticava. Na verdade, todos nós vamos sabendo, cada vez mais, quanto essa *pequena História* pode ser humanamente reveladora, ajudando-nos, através do mais pormenorizado conhecimento da vida e do comportamento, das acções ou emoções de uma personagem, a entender melhor a outra, a grande. Há exemplos recentes.

Longe de mim, porém, emitir juízos de valor sobre a historiografia do conde de Sabugosa. Falta-me um mínimo de autoridade. Creio que será de maior sentido, neste caso, examinar um pouco a sua posição nos Vencidos da Vida, os seus méritos de escritor, a sua amizade com Eça de Queiróz, amizade que terá sido determinante no sentido que daria à sua obra. No entanto, como à parte as incursões poéticas da juventude e o livro *De Braço Dado*, em colaboração com o conde de Arnoso, toda a sua obra é sobre temas históricos, recorrerei para estas notas a opiniões bem mais autorizadas do que a minha e que procurarei reduzir.

O *In Memoriam* do *Conde de Sabugosa*, publicado em 1924, um ano depois da sua morte, é hoje uma obra de consulta indispensável não só para a classificação histórica e crítica dos trabalhos do escritor, mas também do seu perfil humano. Acresce que é colaborado por muitos bons nomes da época e por escritores novos que então começavam a revelar-se e que ali registaram a sua homenagem ao grande recriador de factos históricos. Afonso Lopes Vieira, Agostinho de Campos, Alfredo Pimenta e Antero de Figueiredo a António Correia de Oliveira, Cândido de Figueiredo, Veva de Lima, Virgílio Machado, visconde de Vila Moura — e salto muitos! — até aos mais recentes então, seria difícil encontrar naípe mais representativo e mais homogéneo! Sob este aspecto e sobretudo pelo valor testemunhal ou literário dos depoimentos, é talvez superior às duas edições do *In Memoriam*, de Eça de Queiroz, a 1.^a de 1922 e a 2.^a de 1947. Tinham, porém, passado já 22 anos sobre a morte do romancista quando a 1.^a foi publicada — e dos seus contemporâneos e amigos, apenas ali encontro Jaime Magalhães Lima e Luís de Magalhães.

No *In Memoriam*, de Sabugosa, e entre tantos depoimentos anotei o de Alfredo Pimenta, do qual reproduzo apenas dois breves trechos: *Foi toda a sua vida um escritor-evocador. A sua obra é uma obra de evocação. A erudição é, no Conde de Sabugosa, um instrumento da sua evocação. Ele lê, medita, consulta, ressuscita, crítica, investiga, para evocar. Há uma figura que interessa, que seduz a sua predilecção de animador. Procura apoderar-se de todos os elementos que lhe permitam conhecer, nas mínimas minúcias, essa figura. Não é a verdade em si que o preocupa. É a verdade da evocação que projecta realizar. Eu tenho a impressão, ao ler o conde de Sabugosa, de que ele, se pudesse, tiraria dos túmulos todas as figuras que prenderam a sua atenção e, ressuscitando-lhes o ambiente, as poria a viver como viveram. Era um homem cujos olhos mergulhavam no passado com a ânsia de fazê-lo ter alento e vida... (...) Um evocador sem outra preocupação que não fosse a de não mentir. O conde de Sabugosa o que não queria era mentir. O conde de Sabugosa o que não queria era*

mentir ou enganar-se. Na posse da verdade possível, ele punha a figura de pé, insuflava-lhe o animismo da sua arte e bradava-lhe: «Caminha!» E a figura caminhava.

E sobre a prosa de Sabugosa, ainda: *A prosa do conde de Sabugosa é qualquer coisa de sui generis pelo seu natural desprentimento, aliado a uma severidade de linhas que em nenhum outro escritor contemporâneo encontro. Primeiro, o método; depois, o estilo. O depoimento de Alfredo Pimenta, agudo e como se sabe, contundente espírito crítico, é por isso de registrar. Não menos importante o de Cândido de Figueiredo: Se a beleza literária, segundo a estética de Hegel, consiste na perfeita aliança da forma com a ideia, os trabalhos históricos do Sr. Conde de Sabugosa são realmente belos e credores da glória a que tem direito os escritores primaciais. Repetia Cândido de Figueiredo no In Memoriam palavras que havia dito na sessão da Academia das Ciências consagrada ao conde de Sabugosa, que fora seu sócio emérito. E aí também uma grande voz brasileira se fez ouvir, a do historiador e sociólogo Oliveira Lima, que inaugurara a cadeira de Estudos Brasileiros na Faculdade de Letras de Lisboa, pouco antes criada, e que não deixaria também de lembrar ter sido Sabugosa colaborador regular, durante muitos anos, da imprensa brasileira: O Conde de Sabugosa é um escritor que seduz ao mesmo tempo que ensina. Fazendo ele próprio, pela sua linhagem, parte da História de Portugal, movendo-se dentro desta como dentro do seu palácio de Santo Amaro que lhe era tão querido pelo que encerra e pelo que significa, achava-se em condições de evocar o passado com um sentimento invariavelmente português e com a vibração mesma do presente. As personagens a que o seu talento literário insuflava vida eram-lhe em suma familiares como se com elas houvesse longamente privado porque seu agudo senso histórico derivava sobretudo desse conhecimento por assim dizer directo da coisas de antanho.*

Não chegou a tempo de figurar no *In Memoriam*, mas foi publicado posteriormente no vol. II de *Conferências e mais dizeres*, do Prof. Doutor Fernando Emídio da Silva, um estudo muito significativo, da autoria deste meu eminente confrade na Academia e saudoso amigo, mestre de Direito que foi, como tantos colegas seus, um primoroso humanista, e que muitas vezes recordo com saudade. É desse estudo o imprevisto retrato humano de Sabugosa, de quem Fernando Emídio fora amigo: *A distinção de maneiras, feita de uma superioridade que se sente de longe e que ele se esforça por não fazer sentir; uma elegância natural, desprendida, estrutural, de raça, expressa num figurino sóbrio, correntio, sem um nota discordante que chame um reparo; uma simplicidade inafectada que a um tempo acolhe e mantém a distância; um trato seguido e seguro que simultaneamente exprime delicadeza, complacência, bondade e afago; um largo conhecimento da vida*

e dos homens que se adivinha no sorriso, no gesto, e deixa os homens encantados e presos; certa maneira de agradar, de interessar e, afinal, quando menos o queria, de se impor; um jeito seu de falar a ricos pobres, a poderosos e humildes, a estes sem afectação, àqueles sem servilismo, mantendo uma linha igual, muito sua, em que nada destoa e em que tudo brilha...

Na geração seguinte à sua, não quero deixar de lembrar aqui as páginas que consagrou mais tarde à obra do conde de Sabugosa, o Dr. Rodrigues Cavalheiro, ele próprio estudioso e divulgador de temas históricos, dos Vencidos da Vida e especialmente de Ramalho Ortigão. Ao conde de Sabugosa consagrou Rodrigues Cavalheiro uma conferência-ensaio pronunciada em 1955 em Guimarães e repetida em Lisboa no Museu João de Deus e publicada mais tarde no livro *Homens e Ideias*, de 1960: *O Conde de Sabugosa, na arte, na história e na vida*. Um parágrafo apenas: *Porque falo para um auditório culto que bem conhece e estima a obra de Conde de Sabugosa parece-me inútil insistir no interesse dos seus livros de História, nessa bela teoria de volumes que vão desde «O Paço de Sintra», com ilustrações da Rainha D. Amélia, publicado em 1903, até aos «Bobos na Corte», saído postumamente vinte anos depois. Nessas duas décadas, o escritor atingidos os 50 anos de idade, em plena maturidade da cultura histórica, da experiência psicológica e do talento criador, desdobra-se numa série de ensaios de primorosa factura, que ele vai agrupando em tomos que o grande público (e não apenas um escol tocado pelo snobismo elegante) acolhe com avidez e gulodice: «Embrechados», «Gente d'Algo», «Donas de Tempos Idos», «Neves de Antanho». E por fim, coroando toda sua magnífica actividade literária essa «Rainha D. Leonor» que marca na nossa historiografia contemporânea um alto momento de saber, de justiça e de arte. E respondendo a uma observação, aliás lisonjeira, de João Lúcio de Azevedo, quando lamentou que Sabugosa não tivesse aproveitado a sua experiência pessoal de grande aristocrata, mordomo-mor da Casa Real e amigo pessoal dos reis, para estudar também as figuras do seu tempo, Rodrigues Cavalheiro lembra haver páginas do escritor que são verdadeiros trechos de memórias: *Sobre a Duquesa de Palmela* — diz Cavalheiro — *a aristocrata socialista, como ele — Sabugosa — lhe chamou; Maria Amália Vaz de Carvalho e o seu salão de Salão de Santa Catarina; António Cândido, o Conde de Ficalho, «talento pluriforme», Sousa Martins, «O Poeta da Medicina», o Duque de Loulé, «o mais belo homem do seu tempo», Ramalho Ortigão e a Lisboa das «Farpas» e dos Vencidos da Vida, Júlio de Castilho, «poeta e santo» — quantos retratos a aproveitar, quantas impressões a arquivar. E essa tapeçaria que é «O Beija-Mão do Ano Bom no Paço da Ajuda», flagrante e meticulosa reprodução dos costumes da corte e das suas**

personagens mais representativas ao iniciar-se o reinado de D. Carlos. Por esse tempo, um professor e ensaísta, da geração seguinte à de Rodrigues Cavalheiro, haveria de deixar no Dicionário de Literatura que Jacinto Prado Coelho lançou e dirigiu, uma luminosa síntese da obra de Sabugosa. Refiro-me ao Dr. Carlos Eduardo Soveral, que há dez anos teve, de abandonar o país, uma grave ausência na nossa cultura de hoje. Escreveu ele este trecho no seu extenso artigo sobre Sabugosa no Dicionário: Saboroso, fluente singelo («adoro a simplicidade no dizer e a naturalidade no discurso») e já se vê tenso e sapiente, guardando o poder de comunicação que lhe advém de um profundo sentido da palavra falada, não retrocedendo, por outro lado, ante o vocábulo antigo, e conduzindo-se sempre com a agil sobriedade, a elegância, do homem lididamente culto — o prosador vale deveras na estremecida linfa das suas páginas...

Assim vemos de acordo nos juízes críticos formulados sobre a obra do conde de Sabugosa, três gerações de professores, escritores, historiadores e ensaístas — e estou certo de que, tal como sucedeu comigo, novas leituras dos seus textos, a descoberta de novas pistas que a diversidade das suas aptidões oferece, cada vez mais a engrandecerão. Com o mesmo à-vontade por assim dizer «iluminava» figuras que conheceu, quanto as impunha, pelo seu talento e pelo seu saber, ao leitor médio e não apenas às elites dum tempo, como o seu, tão impermeável ao passado e já supersticiosamente deslumbradas pela corrupção de ideias «estrangeiradas», os grandes frisos ou os meros episódios da nossa História, que poderiam aliciá-lo, como sucedeu, pela acessibilidade do estilo e pela clareza das ideias, severa mas cordialmente defendidas. Há no seu livro póstumo *Bobos na Corte* além de um sério estudo de matéria, de tanto interesse psicológico e sociológico, que consegue (e esse poder de síntese era um dos seus dons como escritor) fixar em poucas linhas a impressiva imagem de costumes ou o percurso histórico de meios sociais até aí confinados à secura didáctica dos compêndios. Como este sobre a Corte, a vida na Corte, em Portugal: *Em Portugal, nesta linda casa lusitana, que dá as costas à Espanha e se debruça airoso sobre o mar, a Corte tomou jeitos vários, conforme a índole dos soberanos e a evolução das ideias. Rude e guerreira com os primeiros reis; trovadoresca de heróica estrutura com Pedro, o Cruel, João de Boa Memória e a Inclita Geração; rimadora com os poetas palacianos do Cancioneiro; faustosa e festiva com os serões manuelinos, sonhadora com a miragem do Oriente; doutora, empertigada, metida nos espartilho nos donaires e nas anquinhas, do seiscentos; alambicada nas medidas, cabeleiras empoadas e lunares, provocantes, do século XVIII, a Corte é o melhor sinaleiro para ajuizarmos das correntes sociais, dos usos, costumes e da forma pitoresca do viver das gerações que passaram...* E Sabugosa aresenta, como prelúdio ao seu

estudo: *E como em qualquer Corte, aqui ou lá, nas diferentes épocas se encontra o histrião, também diversíssimas são as funções deste ente, elemento essencial na ementa da gente palaciana.* É este um livro de erudição e pesquisa, apresentado porém com leveza da exposição e de conceitos que o torna uma obra única no seu género.

Não apenas, assim, um fidalgo letrado, como é de tanta tradição em Portugal, mas um excelente prosador, que encontrou na História viva o pretexto mais adequado para a sua plena realização. Seria, porém, somente um sábio cronista do passado, um «ressuscitador» de figuras esquecidas ou mal conhecidas, o que já seria muito? Não, Sabugosa era um prosador polivalente que mesmo quando se afastava dos seus temas predilectos e se fazia comentador do concreto do seu próprio meio, se confirmava, igualmente, não só um escritor de invulgar talento — diria mais: de invulgares talentos —, mas por vezes um agudo, isento e até cáustico crítico social. Um exemplo apenas. Muitos de nós se lembrarão ainda dessas bem-intencionadas, mas em geral detestáveis, *Festas de Caridade* que nas primeiras décadas deste século animavam a chamada vida de sociedade em Lisboa... Ora no livro *Embrechados*, cuja 1.^a edição é de 1908, e que reúne crónicas sobre temas muito diversificados há um capítulo assim mesmo intitulado, *Festas de Caridade* que é da melhor, da mais bem-humorada e pertinente crítica social:

Festas de caridade! O nome aterra!

É que esta invenção, de origem relativamente recente, pois não conta mais de um século, transformou o prazer humano, e o que os divertimentos tinham de agradável, numa nova espécie de tormento, que consiste ordinariamente em estancar a bolsa do paciente, adormecendo-lhe o cérebro com um espectáculo soporífero.

E, ainda assim, quando as mãos torcionárias emergem, cruéis mas encantadoras, de rendas amareladas, ou operam ensacadas nos compridos canudos de pelica, que são as luvas de hoje, perdoa-se-lhes o mal que fazem, e o tormento é menos atroz porque as dames patronesses, se são inexoráveis no sangrar, têm quase sempre o segredo do bálsamo que consola!

Quando, porém, o festeiro usa bigode, e na botoeira da sobrecasaca ostenta vaidosamente um lacinho da comissão, e se saracoteia acatitado entre os prémios do bazar, no corropio das valsas estonteantes dum baile de subscrição, ou nas orgias líricas dum concerto de amadores, esses algoz é tão odioso, que obrigou muita gente, aliás temente a Deus, a substituir o ingénuo letreiro que as nossas avós, para afastar malefícios, colocavam em todas as portas da habitação: Ó Maria concebida sem pecado, etc., por este outro, menos poético, mas mais enérgico: — Não se aceitam bilhetes para benefícios.

Esta instituição é relativamente moderna, repito, pois que, consultando

a história, não se encontra vestígio de que os jogos olímpicos da Grécia se fizessem a favor dum asilo de cegos de Atenas, nem o produto das Dionísias das Bacanais servisse para resgatar meninos espartanos condenados a morrer por defeituosos.

Não consta que Aristófanes passasse bilhetes para a representação da sua Festa de Ceres no teatro de Atenas, em proveito do cofre das viúvas; nem que Esopo recitasse as suas fábulas junto do templo de Mercúrio, em socorro dos inundados de Farsália.

Evocador de quadros palacianos, palpitantes de vida, comentador de situações sociais só aparentemente fúteis, Sabugosa foi sempre, na sua obra e na sua vida, uma respeitadíssima voz que sabia fazer-se ouvir e se sabia ouvida; continuador de uma linhagem ilustre em várias gerações, essa responsabilidade nele se aprimorava pelo triplo exercício da cultura, da função e do convívio.

Embrechados, é como que a sùmula dos temas predilectos de Sabugosa, pois encontramos nele, ao lado de uma carta a Oliveira Martins em 1899, a propósito do seu livro *Portugal nos Mares*, outros capítulos bem diversificados, como a reconstituição de uma novena em Nossa Senhora da Pena, em 1899, um conjunto de pitorescas *Curiosidades diplomáticas*, as já referidas crónicas sobre figuras contemporâneas do escritor e, logo a abrir o livro, o célebre estudo sobre as toiradas em Portugal ao que mais adiante ainda me referirei. A carta a Oliveira Martins, essa, afigura-me, precisamente, um documento relevante para a intelecção do perfil moral e intelectual do conde de Sabugosa. Nos parágrafos seguintes, como em toda a carta, fica o retrato dum espírito invulgar que sabia criticar, louvando; que procurava enaltecer os méritos sem ocultar as discordâncias; que insinuava com tanta firmeza quanta discrição os seus pontos de vista pessoais. Escreveu Sabugosa ao seu amigo Oliveira Martins: *Obrigado pelo dever profissional a dissecar pacientemente uma a uma as fibras do corpo social português, é tal a sua amargura por o ver sem forças, cansado e exausto o seu organismo pelas estroinices da mocidade, gasta nas aventuras do descobrimento e conquista de todo um mundo, que no fim de muitos capítulos em que dele fala, soa melancolicamente o dobre fúnebre que anuncia as exéquias de uma raça e acode ao espírito desolado a ideia da irreparável desgraça da ruína sem remédio, do naufrágio último da nação. Mas o sopro do génio que atravessa muitas dessas páginas lembra que o povo que as inspirava deve ter ainda em si os elementos essenciais duma individualidade poderosa. Falta-lhe, é certo, ou está latente, a faculdade necessária para caminhar na vida, a rija mola de aço, o saber querer. Assim como, porém, a medicina moderna aplica aos indivíduos a flor do «strophantus» que tem a misteriosa virtude de dar aos doentes a vontade, tão urgente na nossa civilização decadente, a energia*

moral, hão-de porventura achar-se na farmacopeia da sociologia as drogas necessárias para renovar o sangue português. E é, logo a seguir, louvando-se noutros livros de Oliveira Martins, que Sabugosa recorda com palavras de incitamento ao «homem-político» os caminhos possíveis dessa renovação encarada já então com cepticismo pelo «homem literário».

Um escritor assim, de tão rara *qualidade* moral e intelectual, erudito sabedor e escrupuloso, um investigador do calibre de Sabugosa, estaria integrado, por direito da sua obra — poderia pensar-se —, no grupo de escol que era os Vencidos da Vida. Ora o que na realidade aconteceu (e isto só abona em favor do grupo e do escritor) é que fazendo parte do grupo no primeiro jantar do «Tavares» após a reunião anterior, na qual Ficalho, António Cândido, Lobo d'Ávila e Oliveira Martins decidiram — digamos aqui a palavra tão pouco apropriada — «institucionalizar» os Vencidos da Vida, ampliando o grupo com outros amigos, Sabugosa não tinha ainda começado a obra que mais tarde viria a credenciar o seu nome como escritor. Foi lembrado aqui rigorosamente pelo escritor e diplomata Carlos Lemonde de Macedo, que o grupo reuniu pela primeira vez em 1889 e duraria praticamente até 1893. Em 1889, Sabugosa tinha 35 anos e publicara apenas uma comédia *O Minuete*, em 1877, e um livro de versos, *Poemetos*, em 1882, hoje raridade bibliográfica, pois teve uma tiragem de 25 exemplares. Só muito mais tarde, com o estudo até hoje único no género, que é *O Paço de Sintra*, publicado em 1903 e posteriormente a este depois de em 1908 ter recuperado o *Auto da Festa*, de Gil Vicente, até aí praticamente desconhecido, fruto das suas pesquisas e aturado estudo, e o *Auto da Natural Invençam*, de António Ribeiro, «Chiado», é que iniciará com *Embrechados*, que lhes foi uma espécie de prólogo, as suas obras de reconstituição histórica. É a partir de 1912 com *Donas de Tempos Idos* que o narrador, reconstituindo, e o escritor, evocando, se vão singularizar na nossa literatura do tempo. Os fundadores do grupo famoso («Grupo jantante», chamar-lhe-ia Eça de Queiróz numa página célebre) sabiam escolher. Tinham a intuição do gosto e a experiência do convívio. Eram quase todos amigos íntimos de Sabugosa, admiravam-lhe o carácter e a cultura, qualidades morais e de espírito que tão bem completavam as do sangue e que fariam dele, junto de alguns que já eram consagrados ou estavam «em vias de consagração», como se diria hoje, um seu par *avant-la-lettre*. E foi-o.

A experiência, (se assim se pode chamar-lhe, pois foi muito mais do que uma experiência), de *O Paço de Sintra*, publicado tão depois de findos os jantares dos Vencidos, já não pôde ser apreciada por Eça de Queiróz que tanto estimulara Sabugosa a dedicar-se aos estudos históricos, embora numa área de história contada não longe da história romanceada que por esse tempo já tinha seus adeptos. *O Paço de Sintra*, porém, sob a aparência de um

minucioso trabalho de grande erudição já demonstrava a capacidade narrativa de Sabugosa, a sua arte de reconstituir ambientes, quadros, situações. A história do livro é curiosa. Anos atrás, sendo ainda duquesa de Bragança, a futura Rainha D. Amélia, atraída pela carga histórica e pelas sugestões artísticas do Palácio, começou desenhando (era primorosa desenhista, como se sabe) as janelas manuelinas do seu quarto de férias. E Sabugosa conta-nos com extrema simplicidade: *A esse desenhos seguiram-se outros. Agora um pórtico, amanhã a curva de um arco, mais tarde a Sala dos Cisnes, depois o teto da Sala das Pêgas... e acumulando assim materiais artísticos formou, quase sem plano, uma pitoresca colecção de desenhos que é não só mais sugestivo comentário àquele monumento, único na sua arquitectura, inclassificável, feito de séculos de História, de tradições e de arte mas também a mais viva imagem deste edifício sui generis.* Séculos de história que vão ser ao longo do extenso prefácio o pretexto para páginas simultaneamente de rigorosa classificação histórica e de recriação como que vivida. *Passam as figuras dos poetas palacianos e as de Bernardim Ribeiro, de Sá de Miranda, da Sigeia, de Gil Vicente e de sua filha Paula, «a tangedora»... E mais: Vê-se passar, alucinado, sonhando com a jornada de África, o corpo franzino do casto e abstémio D. Sebastião, «Nun'Alvares da perdição» em cujo cérebro tremula a pluma agitada do heroísmo. E lá em cima na estância solitária ouve-se o passo do infeliz Afonso VI gastando os ladrilhos... Ou ainda: Nos pateos e terreiros ha recordações dos jogos de cannas, das corridas de touros, dos torneios e justas dos reis cavaleiros e nas salas acos ainda dos serenins do século XVIII, do concertos de música de câmara da Rainha D. Maria I, interrompidos pela entrada do ventripotente Arcebispo de Thessalonica...*

Não é difícil admitir que foi a partir desta experiência feliz, na qual se faz pela primeira vez — diria mesmo pela única vez, por forma assim amplamente documentada — o levantamento histórico do Palácio Real de Sintra através da sua longa existência, que Sabugosa encontrou o seu caminho de escritor sobre temas históricos. O livro nascera como uma espécie de comentário escrito aos desenhos da rainha D. Amélia. Afinal, ambos, o artista e escritor, se completavam e mesmo sem essas ilustrações, aliás valiosas do ponto de vista artístico e por serem de quem são, a obra seria sempre um documento didactico, divulgador e orientador.

É muito conhecido mas não resisto a reproduzi-lo aqui, pois faz parte da história do século XIX português e da biografia de Sabugosa, o facto, que atrás referi, de ter sido Eça de Queiroz quem abriu o caminho ao seu colega de grupo se não para os estudos históricos, pois havia muito que ele os afeiçoava no convívio com as obras raras da sua livraria. Esta já era copiosa, nos fins do século XVIII segundo escreveu na *Explicação Prévia do Auto da*

*Festa e tomaria mais vulto com a contribuição de seu avô, conde de S. Lourenço, o erudito prisioneiro de Pombal no forte da Junqueira e que ali escreveu em 18 anos de cárcere as Memórias para a Educação de um Príncipe e que na segunda metade do século XVIII a opulentara com novas aquisições. Além disso e estando já na Torre do Tombo muitos dos mais notáveis manuscritos ali existentes, ainda existem hoje — escreve o conde de Sabugosa — na minha livraria valiosos manuscritos e obras encadernadas, e todas devidamente catalogadas que são documentos para a história dos Governos do Brasil e da Índia, para a história das ciências militares e muitas curiosidades literárias, etc... Cabe, a propósito, referir que o conde de Sabugosa, sendo, como era, um bibliófilo sabedor, era também um apaixonado do livro como espécie, veículo de cultura gráfica. Há um artigo seu, reproduzido no volume *Neves de Antanho*, significativamente intitulado «Amor aos livros», no qual faz a sua distinção muito original, entre o bibliófilo, o bibliófobo e os biblioclastas. Sabe-se também — e está documentado num artigo do investigador e académico coronel Henrique de Campos Ferreira Lima — que tendo-se afastado, depois da implantação do novo regime, em 1910, de toda a actividade e comparência pública (um pouco mais tarde estaria preso, durante semanas, numa enxovia do Castelo de S. Jorge como descreve Alberto de Oliveira), tendo vivido exilado no estrangeiro algum tempo, solidarizar-se-ia publicamente em 1920 como consta dos *Anaes das Bibliotecas e Arquivos* desse ano, com a campanha de Jaime Cortesão, director da Biblioteca Nacional de Lisboa «para que se conseguisse um edificio especial onde esta se instalasse condignamente». O que afinal só viria a concretizar-se em 1970.*

Fecho este parêntese, que se me afigurou necessário para o registo de aspectos menos conhecidos da personalidade do conde de Sabugosa, e volto à intervenção de Eça de Queiróz na produção historiográfica do escritor. Como se sabe, em 1988, Eça de Queiróz prepara, de Paris, o 1.º número da sua *Revista de Portugal* e em 31 de Outubro escreve ao seu amigo Sabugosa pedindo-lhe colaboração. Uma carta, bem queiroziana, sem quaisquer barroquismos literários, carta de uma amigo a outro, num tom de conversa displicente na qual depois de explicar resumidamente qual a intenção da revista e quem colaborará, pergunta: *Quer Você, meu caro Conde de Sabugosa, ser desta panelinha de alta literatura? Os deveres que se lhe impõe são ligeiros — um fino e burilado artigo de vez em quando, alguma graciosa estrofe aqui e além, muita amizade pela revista e alguma pelo seu director. Por seu turno, a revista, essa, imprime o artigo e a estrofe no melhor tipo que a Inglaterra funde, sobre o melhor papel que a Alemanha fabrica; e respeitosa e resvala na mão do autor um punhado de ouro! Voilà!* E, ainda, a rematar: *É como a mesa de Tavares ou Bragança — com*

a diferença do champagne extra-dry não ser servido em copos, mas em frases!

O conde de Sabugosa mandará o seu artigo, o estudo *Toiradas em Portugal*, já referido. A revista publica-o no número de Julho e nos dois números seguintes. E Eça escreve a Sabugosa, em 21 desse mês, uma carta encorajante, na qual depois de elogiar o texto, sugere: *...lembro-me que Você me pode dar depois da «Tourada» alguns delicados e íntimos estudos das cortes dos nossos reis, tratados assim, por processos meio de história e meio de romance. A novela histórica é um género abominável; mas a monografia histórica, tratada como a sua «Tourada de Xabregas» — avivada aqui e além por um trecho de diálogo, um traço de paisagem, um detalhe de trajes ou de velhos costumes no jeito de romance, é um género encantador. Eu gostava muito que a Revista desse algumas dessa monografias — e Você podia fazer, nesse género, coisas delicadas e sérias. A história íntima do passado, sobretudo da corte, ganha muito em ser contada por uma plume de gentilhomme. No 1.º volume de Correspondência, de Eça de Queiroz, publicado por Guilherme de Castilho, leio em chamada de pé de página este comentário: A edição onde pela 1.ª vez foi publicada esta carta traz a seguinte nota: «Esta carta alegrou e entusiasmou muito o Conde de Sabugosa, não se nos afigurando exagerado depreender que a Eça de Queiroz se deve em parte a orientação histórica em que veio a fixar-se a sua pena encantadora» (nota da Sr.ª Condessa de Sabugosa).*

Curiosa, mas bem diferente do estudo sobre as toiradas em Portugal é a colaboração dada pelo Conde de Sabugosa a outra revista na qual Eça de Queiroz, não sendo propriamente seu fundador, teve desde o início um papel preponderante — a *Revista Moderna*, de Paris, lançada por um aristocrata e milionário paulista residente na capital francesa, Martinho de Arruda Botelho. O primeiro número saiu em Maio de 1897. O artigo de apresentação era de Eça de Queiroz, que ali publicava o conto *A Perfeição*. Entre outros, o seu amigo Domicio da Gama colaborava com um artigo sobre o *Salon* dos Campos Elísios. E depois de um número de homenagem a Machado de Assis publicava-se outro, esse de homenagem a Eça de Queiroz, *testemunho de gratidão da criatura para com o criador*, como dizia no artigo de fundo Martinho Botelho. Conta-nos o escritor brasileiro Arnaldo Faro no seu livro *Eça e o Brasil*, que escritores portugueses colaboraram: Maria Amália, Batalha Reis, Jaime de Seguíer, Xavier de Carvalho, Amoso, Ficalho, Mariano Pina e Sabugosa — e deste reproduz um alegre soneto alusivo, no tom peculiar ao grupo — o menos dado possível a homenagens desse género — e escreve: *A contribuição deste último (Sabugosa), que tem sido pouco reproduzida, consistiu num alegre soneto. A homenagem da revista era figurada como uma romaria na qual ele atirava a sua girândola de «três*

tiros» — ou de «três respostas».

Era o seguinte o soneto do conde de Sabugosa ao qual apenas me recordo de ter visto referência naquele livro e na obra *Língua e Estilo de Eça de Queiroz*, Bibliografia Queiroziana, do Professor Ernesto Guerra Da Cal:

*Há festa rija. O adro da revista
Empaveza-se alegre em arraial
É orago da festa um romancista
Festeiros — todos nós, em Portugal.*

*Em frente ao nicho do dilecto artista
Arcos de buxo tece cada qual
Queimam alguns no ar fogo de vista
Outros incensos em forma ritual.*

*Fui chamado também à romaria
Concorro a ela com falar discreto
Opa vermelha e trunfa luzidia.*

*E sem a pena besuntar de Himeto
Deito em honra de S. José Maria
Em guisa de foguete, este soneto.*

Da amizade fraternal que unia o romancista ao conde de Sabugosa, a despeito de fazerem quase 10 anos de diferença, pois Eça de Queirós nasceu em Agosto de 1845 e Sabugosa em Fevereiro de 1854, são tantos os testemunhos, relacionados ou não com os Vencidos da Vida, que não cabe, agora evocá-los, e exigiria um longo trabalho de pesquisa sobretudo através da correspondência de ambos ou de um e de outro para amigos comuns. Dessa amizade, porém, haveria de vir a nascer uma das *personagens*, chamemos-lhe assim, mais importantes da vasta ficção queiroziana, não uma personagem humana, sendo, embora, palpitante de vida e de atmosfera — o «Ramalhete» de *Os Maias*, casa que Eça de Queiroz frequentou com a assiduidade do íntimo que era. Desde sempre ouvi dizer ter sido o palácio dos Sabugosas, em Santo Amaro, o verdadeiro inspirador da casa de Afonso da Maia, para lá, evidentemente, da transfiguração necessária à obra de arte romanesca. Foi, porém, na leitura de um trecho de Carlos Malheiro Dias na 2.^a série das suas *Cartas de Lisboa* que fiquei definitivamente convencido — tão concretas são as aproximações que esse outro grande escritor faz na sua crónica.

A figura e a obra de Conde de Sabugosa fazem parte dessa unidade

moral e intelectual que é a meu ver condição primeira dos que por vocação ou escolha, profissão ou gosto, ou por tudo isto, de qualquer forma comunicam com o público para dar no momento próprio o seu recado.

Na diversidade dos géneros literários que praticou e nos quais, como disse, se destacam a evocação histórica e os estudos eruditos, há constantes morais, em quem, por consciência da responsabilidade do seu nome (mas que seria improfícua se Deus não o tivesse dotado com o dom e o talento para exercer-la) procurou sempre, na vida e na obra, ser-lhes fiel. Sem se misturar à confusa política do tempo, serviu a Pátria e o Trono exemplarmente e, pela acção directa, antes de iniciar o ciclo dos seus estudos históricos, sabe-se que, na discrição própria da sua estirpe mental, teve muitas vezes, e desde a juventude, oportunidade de influir, orientar, aconselhar e até de colaborar na obra de fortalecimento do poder do Estado que um novo reinado iria tentar como ele próprio e muitos dos seus amigos mais próximos, desejavam. Não sei se já foi estudada exaustivamente a acção, digamos assim, «de bastidores», do conde de Sabugosa em muitos momentos graves do reinado de D. Carlos I. Sabe-se, no entanto, e está publicado, que a tentativa de levar Oliveira Martins para o Governo logo no primeiro dia do novo reinado, deve ter sido, em muito, fruto da sua influência junto do rei D. Carlos. E tal como há pouco lembrei, a propósito do livro *Portugal nos Mares*, de novo (segundo leio no livro *D. Carlos I e os Vencidos da Vida* do historiador Francisco de Assis Oliveira Martins, sobrinho do escritor e herdeiro do seu espólio) a palavra austera de Sabugosa adverte o seu amigo em carta desse mesmo dia: *Não me compete dar conselhos: mas a nossa amizade permite-me lembrar-lhe que não é só monárquico, é mais: é patriota, todo aquele que concorrer com trabalho, com sacrifícios até para a prosperidade do novo reinado que pode ser, oxalá o seja, uma nova e feliz época para a Nação. A sua missão é enorme. Tenho a certeza, porém que com a mesma superioridade com que escreveu História, há-de fazê-la. Deus queira que as circunstâncias o favoreçam para que os sucessos sejam tão grandes e os seus actos tão fecundos como são belas as páginas de «Os Filhos de D. João I».*

Era acima de tudo o mesmo sentido pátrio que motivava o autor de *Gente d'Algo* — obra onde passam extraordinárias figuras de grandes mulheres — e de tantas outras obras de reabilitação ou revelação histórica. A mesma visão de um destino português, feita de intuição e de sabedoria, que antecipando-se a muitos pensadores e historiadores posteriores e indo contra a maré o faria escrever sobre a figura de D. Sebastião: *Hoje, contudo, se alguém olhar sem juízo preconcebido para a figura do moço monarca, sentirá que ele foi tão grande como Nun'Alvares e mais clarividente que os do seu conselho, somente inspirados nos perigos que a nação ia correr. A batalha de Alcácer não foi mais loucamente empreendida que Valverde*

ou Atoleiros. Foi mais infeliz. O plano do grande rei, quando for estudado a valer, mostrará quanto era de boa política e quanto era parecido com o que modernamente tem sido adoptado pelas nações que se atropelam em África. Era a única salvação para um país que se afundava. Vencer ou morrer.

Seja qual for a opinião dos historiadores actuais sobre um tema que continua a ser apaixonante e que após a morte do conde de Sabugosa foi tantas vezes encarado à luz de novos documentos, ressalta destas palavras uma lição que está para além da circunstância histórica que as motivou. E certamente que elas se apoiavam em muito e aturado estudo. Sabugosa nada escrevia *por escrever* e nele — basta lê-lo — nunca a emoção prevaleceu sobre a razão ou sobre o conhecimento.

Numa época de nivelamentos por baixo, como a nossa, num tempo assim, de massificação, fazem falta à nossa literatura (e mais ainda na vida social e na vida pública), vozes serenas e lúcidas como foi a do conde de Sabugosa, exemplos como o seu, de bom letrado convivente e comunicante que procurava valorizar grandes figuras e feitos sem com isso abdicar do seu direito individual à liberdade de crítica. Era um esforço individual de cada um à sua maneira tão diferente entre si, o dos Vencidos da Vida, no sentido de reeducação do português. *

1985

* Círculo Eça de Queiroz, ciclo sobre os *Vencidos da Vida*

PARA UMA GEOGRAFIA LITERÁRIA DO MINHO

Foi no decorrer de uma conversa com o Dr. João Amândio Ribeiro, intelectual minhoto da melhor água, que me ocorreu a ideia desta «geografia literária» do Minho. Explico melhor: num dos meus livros ¹ há um capítulo intitulado — «*Geografia Literária de Portugal*», pretexto para procurar fixar como diferentes regiões do nosso país foram interpretadas, vistas, estudadas ou apenas «sentidas», ou até, digamos, interpretadas, por escritores, filhos ou não dessas diferentes áreas regionais. Acontece que ao longo das pesquisas feitas, algumas propostas, projectos de trabalho, como sempre acontece, me foram aparecendo e, dessas, a de que a província do Minho é, porventura, a que mais aliciou ou simplesmente sugeriu, pretextos para páginas ou muito belas literariamente ou muito inteligentes do ponto de vista da análise, ou ambas as coisas, a escritores que *não são seus filhos*. Devo esclarecer que não procedi a minuciosas estatísticas e como este género de temas ainda não está informatizado, é bem possível eu estar enganado. No entanto, «*Para uma Geografia literária do Minho*» título que dei a esta conversa de base, deixa as portas abertas para outras «geografias» porventura mais completas, quer sobre o Minho quer sobre outra província. Desse estudo global, ainda não realizado, estou certo de que poderiam resultar conclusões extremamente interessantes e que pedem não o depoimento do velho escritor, impressionista, que sou, crítico literário nas horas vagas, mas de um sociólogo, dum etnógrafo, mesmo de um psicólogo.

¹ *Paisagens Portuguesas* — Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1985; 2.^a ed. 1987.

Quizera eu ocupar-me de *escritores minhotos* e teria farta matéria, para várias lições, quase seria um curso de história literária... Desde Diogo Bernardes que cantou as *«águas do claro Lima, que corria / para mim noutro tempo, claro e puro»* e do irmão, Frei Agostinho da Cruz, que no seu recolhimento da Arrábida recordava Ponte da Barca: *«Junto das bravas águas Oceanas / choro quanto cantei na mocidade / Ó som daquelas mansas limianas...»* etc., até António Feijó e aos contemporâneos — como Pedro Homem de Melo: *«Hei-de ir de Ponte do Lima / Até ao Carregadoiro / De barco hei-de ir rio acima / por entre milheirais de oiro»*, Carlos Lobo de Oliveira, cantando também o *«o meigo e brando Lima de Bernardes / Rio do tempo que em minha alma flúi...»*, ou António Manuel Couto Viana, tão puro lírico e tão minhoto, o levantamento de uma poesia localmente diferenciada (que seria isso?), nem sempre querendo significar uma poesia especificamente «minhota», classificação forçosamente arbitrária. Aliás, o mesmo se pode dizer dos seus prosadores — e todos resumo num só, Luís Almeida Braga, escritor de grande apuro estilístico em cuja obra se associam o aristocratismo hierático, a densidade histórica e descritiva: *«Por Setembro, quando o sol mais docemente doira as folhas e amacia as sombras, o cheiro das uvas incendeia o ar. Abrem-se as adegas: marteladas firmes, ao ajustar os aros das pipas, envolvem o trabalho na argêntea graça dos sinos festivos. Como promessa da abundância, a água toma a cor do vinho na lavagem das baças. Vai morno o tempo: os bagos dos cachos têm a transparência do âmbar...»* E com a mesma elegância formal, Luís Almeida Braga nos fala, em outras obras suas, por exemplo, de Frei Bernardino de Santa Rosa, consultor do Santo Ofício e Lente de Véspera no Real Colégio de Santo Tomás da Universidade de Coimbra vimaranense ilustre que nos seus estudos sobre o Entre Douro e Minho estudou a Braga do ano 66 depois de Cristo, ou também da constituição geológica — *o alto abrigo das serras e a vizinhança do mar tornam o clima do Minho essencialmente húmido e temperado...* E volto ao tema enumerando sugestões que se me impuzeram: 1) Por que motivo a província do Minho é mais propícia ao florescimento de poetas (e grandes poetas) do que de prosadores? 2) a existência nos escritores minhotos (na sua maior parte) de uma pro-pensão não apenas para os estudos históricos, mais que justificada, mas para a investigação científica, nos seus diferentes ramos, a partir da filosofia e das artes até à geologia, à arqueologia, etc. São muitos os estudos parcelares sobre estas diferentes matérias mas não sei de nenhum, sistemático, que abranja as características aparentemente contraditórias, que creio serem muito próprias, do intelectual minhoto e que posso resu-mir assim *lirismo e erudição, saudosismo e acção; contemplativismo e intervenção cívica.*

Não minhotos de origem, muitos escritores e poetas foram atraídos, na

sua vida e na sua obra (a maioria deles apenas nesta) pelos temas paisagísticos e humanos do Minho e que, a meu ver, talvez por essa condição de «estrangeiros», digamos assim, permitindo-lhes um certo distanciamento, puderam guardar em páginas que não morreram com eles, imagens, paisagens, figuras, monumentos minhotos, ou ainda a sua visão, real ou imaginária, da vida no Minho em diferentes épocas. Fixar-me-ei em alguns apenas, não escolhidos ao acaso mas antes por cada um significar, a meu ver, a riqueza de sugestões que uma província assim diversificada pode propiciar. Sem querer hierarquizar as referências escolhidas (o que tratando-se de literatura é sempre muito subjectivo!) irresistivelmente fui levado a começar por aquele que continua a ser o primeiro entre os primeiros, acima de modas e de gostos e que poucos se lembram e talvez muitos nem sabem que nasceu em Lisboa: Camilo Castelo Branco. Curiosamente, são muitos os que consideram as «*Novelas do Minho*» a sua melhor obra, acima mesmo de reputados romances ou novelas, como por exemplo o «*Amor de Perdição*», «*A Brasileira de Prazins*» ou outros.

E é no prefácio a uma das suas novelas minhotas, intitulada «*O Comendador*», que Camilo aborda um ponto no qual implicitamente se oculta parte, boa parte mesmo, da problemática (palavra pomposa mas não encontrei outra!) da problemática latente nessa, digamos assim, «atracção do Minho» em escritores alheios, se é que um escritor português pode ser alheio a qualquer região do seu país; na verdade, nenhuma lhe é estranha e a fidelidade aos vínculos e à raiz local da «pequena pátria» não o afasta duma fácil identificação com a outra pátria, a que não deixa em caso algum de ser «grande».

Essa novela *O Comendador* dedica-a Camilo Castelo Branco ao escritor D. António da Costa, de seu nome completo António da Costa de Sousa Macedo, bacharel em Direito e que foi em 1870 ministro da Instrução Pública do reino. É certo que foi Ministro apenas dois meses e nove dias mas nem por isso deixou de realizar alguma obra, promulgando mesmo reformas no ensino primário, nas Escolas normais, nas Bibliotecas Públicas. D. António da Costa era também escritor, não um prosador de garra nem um homem de escola mas um intelectual dado às letras e às famílias do espírito. Também não um mero «diletante» como era fácil ser-se no seu tempo. Carteceu-se publicamente, em jeito de polémica, com Alexandre Herculano e se este lhe «deu confiança» para tanto, como se costuma dizer, lá tinha as suas razões. Acontece que ainda hoje a obra mais conhecida de D. António da Costa se intitula exactamente *O Minho*. E foi ela que sugeriu a Camilo, implacável, o prefácio a que aludi. Porque esse seu Minho, o de D. António da Costa era, afinal, um Minho visto por olhos de lisboeta: D. António da Costa nascera em Lisboa. E para mais olhos de homem político, alto funcionário do Estado,

combativo e, como se diria hoje, muito «operacional». Seria, fatalmente, um Minho próprio para curas de repouso, o repouso do pequeno guerreiro que se ia gastando em combates oficiais; um Minho de cores muito vivas, alegre e musical, província à beira-mar plantada. Não deixei de incluí-la numa antologia de há 30 anos releio-a agora na descrição, que resumo, de um percurso em carruagem de Braga a Ponte de Lima pelo Vale do Cávado. Logo à saída da cidade o escritor nos diz que, olhando o vale, «*a vista se espraia por esses pomposos quadros de verdura*». O lugar chama-se S. Jerónimo, explica-lhe o cocheiro. Então o bom D. António, esquecendo decerto as rígidas hierarquias da época, mandou parar a carruagem e vai instalar-se ao lado do cocheiro; escreve: «*Subo para a almofada. Quero gozar em cheio esta beleza*». E descreve, então, a paisagem em tintas de aguarela mas que terão dado a quem não a conhecesse na altura (não esqueçamos como eram ainda difíceis as viagens «turísticas» na época) o passeio de D. António da Costa pelo vale do Cávado de Braga a Ponte de Lima, que levou oito horas, por estradas más, como se calcula. Cito o escritor lisboeta: «*Larga vista de planícies, substituindo o vale. Tabuleiros grandes e belos de arvoredos esmeralda. As árvores sem conta, cobertas de folhas, a não poderem mais. Muitas delas, enramadas de videiras. Passamos pelos lugares de S. Brás do Carmo, S. Pedro de Merelim. Raparigas alegres, afáveis, conduzindo carros. Muitas mulheres pelo caminho e nenhuma sem ir a fiar para não perder o tempo. Impressiona deveras este afã e trabalho da minhota...*» O livro de D. António da Costa alterna assim o descritivo paisagístico com as notas de observação pessoal; mais abaixo se lê, por exemplo, numa imagem feliz, que «*a vegetação vai tão aconchegada a nós que parece necessário pedir-lhe licença para deixar passar a carruagem...*» Ignoro se hoje ainda é assim, se a paisagem não está (certamente que está) salpicada de «vivendas» ou manchada por edifícios de fábricas... Mas uma das vantagens destas prosas simples, tecidas de observações pessoais, é a de nos permitir saber a tantos anos de distância *como era* um qualquer lugar e, mais importante ainda, qual a significação que, por ser assim, ele tinha para o forasteiro. Camilo Castelo Branco, não podendo exigir aos outros uma parcela que fosse do seu génio (se todos fossem génios não haveria génios...) tomou de ponta, os descritivos despretensiosos do viajante lisboeta. E no referido prefácio à novela «*O Comendador*», dedicando-a a D. António da Costa, consegue Camilo associar um amável requinte de delicadeza, pouco vulgar no feroz polemista que também era, à sua visão de um Minho ainda atrasado para o seu gosto e ao seu instinto e incomparável sentido de caricatura a sério, se assim se pode dizer. «*Em testemunho da regalada leitura que V. Exa. me deu com o seu «Minho» lhe ofereço uma das novelas de cá. O Minho tem o romanesco da árvore e o romance da família. A paisagem sugeriu-lhe, meu caro poeta*

(abro parêntesis na transcrição: «poeta», neste caso era ironia um tanto depreciativa, uma forma de chamar-lhe ingénuo ou romântico, ver as coisas em poesia, pois D. António da Costa não era poeta...), *a paisagem sugeriu-lhe, meu caro poeta, as prosas floridas do seu ridente livro. O seu estilo tem a macia luz do luar das noites estivas e o cadencioso murmúrio das ribeiras onde o céu estrelado se espelha...*» E logo depois: *«O Minho lucra muito, visto assim de passagem, na imperial de uma diligência, lá muito no galarim do tejadilho onde as moscas não se álem a ferretoar-nos a testa e a sevanjidar-nos os beijos convulsos de lirismo... Viu V. Exa. perfeitamente o Minho por fora: as verduras onduladas nas pradarias, os jorros de água espumando na espalda os outeiros, os fragoedos às cavaleiras dos milharais, a amendoeira a florescer ao lado do pinheiral bravio, as ruínas do paço senhorial com os seus tapetes de ortigas e guadalmecons de musgo ao pé da chaminé escarlate e verde de negreiro a golfar rolos turbinosos de fumo indicativo de panelas grandes e galinhas gordas, lardeadas de chouriço...*»

Não posso estender a transcrição e salto dois ou três parágrafos, para chegar onde Camilo queria, no seu rijo libelo amigo: *«Tudo isto que é a forma objectiva do Minho romântico viu V. Exa. afora o mais — (sempre amável Camilo, para compensar...) — que aformoseia o seu livro, os encarecimentos, as lisonjas, as feitiçarias da arte com que V. Exa. disputa primores à natureza...»* E logo: *«Mas o que D. António da Costa não teve tempo de ver e apalpar, foi o miolo, a medula, as entranhas românticas do Minho; quero dizer: os costumes, o viver que por aqui palpita no povoado destes arvoredos onde assobia o melro e a filomela trila...»* Se estivessemos numa aula de literatura, que magnífico viveiro de sugestões destes trechos de Camilo não saltariam, irresistíveis.... Repare-se como logo nas primeiras linhas o mestre prosador muito descaradamente troça, sem que ninguém lhe possa ir à mão, do estilo de D. António, como que imitando-o e mais ainda, como que adaptando a sua própria prosa àquela outra que o Minho de D. António da Costa, segundo ele, Camilo, exige: *«A paisagem sugeriu-lhe, meu caro poeta, as prosas floridas do ridente livro. O seu estilo tem a macia luz do luar das noites estivas e o cadencioso murmúrio das ribeiras onde o céu estrelado se espelha...»* Como quem diz, e mais abaixo o explicará: *«esse estilo é o do Minho que Você vê, mas não o do Minho autêntico — e logo a seguir, com alguma crueldade quero crer que involuntária, estabelece a comparação com o seu Minho, o de Camilo, pois que acusando-o de ter visto o Minho «por fora» escreve aquela incomparável página na qual refere: «as verduras ondulado nas pradarias, os jorros de água espumando na espalda dos outeiros, os fragoedos às cavaleiras dos milharais... etc. Riqueza do Minho, dirá um século depois o modesto escritor lisboeta, terra e gentes tão rica de sugestões e de cambiantes que a prosadores tão diferentes sugere por*

tão diversos modos, visões, afinal semelhantes. E a tantos outros e todos diversos, nos gostos literários, nas ideias, nas escolas, até nas épocas. Camilo terá cedido mais uma vez ao seu gosto polémico dando espadeiradas na água, gratuitas, num colega das letras que não tinha envergadura para retorquir-lhe, à sua altura — afinal quem a teria na altura, além do Eça, claro, que à data da publicação de *O Minho* tinha apenas 29 anos e que estou em crer, estaria, dessa vez, de acordo com ele?... A queixa de Camilo partia, sobretudo, da sua ideia, de outro Minho que escapara ao viajante em férias, aliciado, afinal como todos, pelo colorido da paisagem, a alegria dos costumes, as feiras e romarias, a festa das vindimas, as próprias festividades religiosas... Tudo isto seria mais tarde assimilado pelos estudiosos da província associando em termos sociológicos as suas diferentes características, cientificamente analisadas. No entanto, para o romancista solicitado mais pelas almas e pelos costumes do que pela paisagem, era bem diferente a sua imagem minhota: «Ah, meu amigo, romances tecidos de casos cândidos e inocentes, apenas os fazem por aqui os pássaros em Abril quando urdem e afoam os seus ninhos...» Ou então, céptico, pessimista: *A peste que infeccionou os costumes destas aldeias não sei decidir se veio das cidades para aqui se foi daqui para lá...*» Deixa a dúvida em aberto... Daí para diante, desanca os caixeiros do Porto, «sadios e sanguíneos» (e isto daria bom material aos nossos freudesinhos locais que quizessem mais uma vez psicanalizar o grande escritor!), as pretensões parisienses, segundo ele, das estalagens de Braga, incompatíveis com a falta de higiene de que as acusa e queixa-se de ter adoecido de nevropatia na cidade dos Arcebispos o que também explica alguma coisa de todas estas diatribes e, implicitamente, dum farmacêutico que lhe levou um preço exagerado pelo remédio — coisa que em tempo de tanta liberdade comercial como era aquele, não creio que fosse exclusivo de Braga! Esse Prefácio, porém, significativo a meu ver da diversidade de conceitos, como disse, que o Minho podia ao tempo sugerir e que, felizmente noutros planos, se mantém, termina com uma confissão simultaneamente complementar e contraditória: «É neste meio que eu me abalanço a esgaratujar novelas. Há treze anos que apeguei por esse Minho em cata do bálsamo dos pinheirais e das fragrâncias das almas inocentes. Diziam-me que a rusticidade era o derradeiro baluarte da pureza e que os lavradores do Minho, nivelados com os saloios da Estremadura, eram os cândidos pastores da Arcádia comparados aos malandrins de Gomorra...» Os grandes espíritos têm o direito de se contradizerem.

E como se vê não era influência da sua origem lisboeta a impressão transmitida por Camilo Castelo Branco de um Minho quase tenebroso e cheio de mistérios sinistros que tornavam artificial ou fruto da imaginação de literato o bucolismo pastoril, o colorido ingénuo das paisagens — pois que

os nossos simpáticos saloios da Estremadura não saiem lá muito bem da comparação com os malandrins de Gomorra... Aliás, outro escritor não-minhoto mas beirão de Sernancelhe, Antero de Figueiredo, haveria muitos anos mais tarde de pintar quadros minhotos em tintas semelhantes às de D. António da Costa, embora sem a força estilística de Camilo mas numa prosa que vejo hoje pouco citada. Ela é exemplo de quanto o lavrador de palavras pode, ao mesmo tempo, e a despeito da preocupação formal, semear ideias e transmitir sensações; o Bom Jesus do Monte, de Antero de Figueiredo, no seu livro *«Recordações e Viagens»*.

«Até à Senhora-a-Branca nem vivalma; mas por São Vítor fora, das portas meio abertas das tascas, saíam sombreireiros de «matar o bicho». Às alminhas de Gualtar, passava por mim, sonolenta, a diligência de Ruivães, e eu voltava para a linda estrada dos Piões, entre campos verdes e chãos a perder de vista.

Ao Lanhoso, a estrada, encostada à mata do Brandão, começa a subir, numa curva suave, sobre o vale de Este, pequenino e amável; vai a gente andando e pisando a caruma dos pinhais; em Tenões mete-se por debaixo de ramos de castanheiros. Passam-se casas achalezadas, jardins com repuxos, mas logo, Deus louvado!, se entra de novo em terra minhota, com hortas, ramadas, medas, caniços e os verdes beirais alpendrados de videiras, que são para as janelas o que as pestanas são para os olhos...

A estrada continua, subindo sem custo. De onde a onde, há bancos de pedras, que alma benfazeja mandou colocar à sombra de árvores, para descanso de quem sobe, sobretudo para romeiros que vêm de longe, carregados de promessas, mostrar ao Bom Jesus os seus mansos corações agradecidos. Em regueiro, entre ervas, corre a um lado a água seivada das poças, que vai regar lameiros e milheirais; de um quintal vem, misturado em cantigas, o raque-raque dos teares; e na torre do Bom Jesus do Monte, que se avista afitada pelo sol nascente, os quartos caem do relógio, num timbre de prata como de clarim».

Não critiquemos o barroquismo do estilo neste caso, pois o tema, afinal, é o Bom Jesus do Monte e este trecho de Antero de Figueiredo é introdução à subida do leitor, no Escadorio... E, de novo, o trecho agora lembrado serve também de documento histórico: essa estrada com bancos de pedras, assim mesmo descrita, já não existe — outra de traçado mais amplo, eliminando, curvas e contra-curvas no possível, substituíu-a há já muitos anos. Chega-se mais depressa ao Bom Jesus ao Sameiro, Falperra, claro, mas não haverá tanto tempo para «respirar» a paisagem tão bela: *«A estrada continua á direita, diz o escritor, subindo o monte ás voltas, debaixo de altas carvalheiras onde a luz e o silêncio são doces...»* Pintor ou homem de letras, novelista ou escritor que queira hoje enten-

der melhor o sentido, a intimidade, deste percurso, deve fazê-lo a pé. Aliás, não é assim tão difícil e vale a pena.

Outro não minhoto — e também beirão, de Cantanhede, foi o escritor Jaime Cortesão. Confesso que foi para mim uma verdadeira surpresa a leitura recente do seu livro *«Portugal, a terra e o homem»*, reunindo, segundo julgo, artigos publicados muitos anos atrás, depois do regresso do escritor, do Brasil, na imprensa de Lisboa. Lembro-me, pelo menos de um deles ter lido no «Diário de Lisboa» no final dos anos 50, salvo erro. Com muita razão diz Urbano Tavares Rodrigues na apresentação da obra que se *«o historiador, o poeta, o dramaturgo, são facetas de Jaime Cortesão a que a crítica tem rendido preito» (...)* o que nunca até hoje foi realçado, nem a ocasião para tanto se apresentara — é a sua qualidade excepcional de prosador, desenhista de paisagens e tipos humanos, sortido de cores e matizes como o mais subtil dos plásticos e com um dom de metáfora por vezes tão singular desentranhando-se em tão belas e inesperadas correspondências que sequer os seus versos mais consagrados deixam prever a poesia libérrima e intensa de certas páginas de descritivo em que a pena se lhe solta...». Estas palavras do ficcionista e professor, seriam talvez necessárias não apenas aqui mas também ou sobretudo no livro de Jaime Cortesão por isso mesmo que ele, tão lucidamente explica: a figura literária de Jaime Cortesão, a par, aliás, da sua estatura moral que até aos adversários políticos se impunha, sempre foi consistente e paradigmática no historiador e no poeta — agora ela nos surge como que completada e de que maneira: a paisagem portuguesa encontrou (e talvez nem muitos o soubéssemos e talvez muitos que o sabiam o tivessem esquecido) em páginas que fazem, como também lembra Urbano Tavares Rodrigues, a correlação profunda e total dos valores geográficos, sociais, históricos e estéticos. E com que naturalidade narrativa, sem nenhuma concessão aos riscos actuais, que são muitos e de que erudição autêntica não precisa, do pomposo falsamente científico que torna as mais das vezes insuportável a leitura, até de romances! Repare-se como este escritor não minhoto faz o que se pode chamar a radiografia do Minho, uma simbiose natural entre a História e a paisagem e daí chegando ao social. E tudo em termos, repito, de uma simplicidade que torna a leitura aliciante para o leitor de jornal a que se destinavam e instrutiva para o estudioso:

«No Arco-Íris das províncias portuguesas, o Minho, por mais densamente povoado e trabalhado desde as idades pré-históricas, é também a mais rica em testemunhos vivos e monumentos duma cultura recebida ou própria; e desde logo a mais arcaica e a mais florida, a mais católica e a mais pagã.

Combinaram-se o mar e as serras para alargar-lhe o anfiteatro atlântico. Copiosas, mais que em alhures, as chuvas descem-lhe pelos degraus numa cascata de fontes, córregos e rios. E, de bastos, os homens

repartiram-lhe a terra e cobriram-na com sua manta de retalhos verdes e jardins, para remendo e enfeite da pobreza.

Talvez em parte alguma de Portugal a terra moldasse o homem e o homem moldasse a terra tão mútua e intimamente como no Minho. O mar, a veiga e a serra multiplicaram e combinaram, fundindo-os, os géneros de vida. Se a multicultura, num solo pobre e faminto de adubos, marcada com predominância pelo milho e a vinha, ocupa de preferência, desde o nascer ao pôr do Sol, as fadigas do minhoto; os pescadores do rio e do alto atiram o lança das suas redes desde o litoral à Terra Nova; os sargaceiros arrancam ao mar os sargaços e a bodelha para nutrir as terras magras; a pastorícia alarga-se ainda, como outrora, pelas serras do Gerês, da Peneda, do Suajo ou da Cabreira; e um artesanato múltiplo funde muitas vezes o artífice com o artista nas obras-primas dos alvenéis, dos oleiros, das rendeiras, dos ourives e imaginários.

Nota mais típica da paisagem minhota, tão intensamente composta pelo homem, a vinha ora se alastra em latadas e se endireita nos bardos, ora e principalmente, a vinha de enforcado trepa se enrosca às árvores, enquadra os milheirais e ladeia com grandes tirsos as estradas, que transforma em alamedas de gala para cortejos triunfais. A completar a idílica paisagem, a dar carácter à estrutura social do Minho, na vida rural a mulher impera. Ela arroteia a terra, ela sacha, cava, rega, lavra e, de aguilhada em punho, guia os carros de bois com jugos altos e vistosos, como altares. Só por si a lavradeira (dir-se-ia que no Minho não há lavradores) dá sentido poético ao grande quadro verde duma écloga.»

E de novo este trecho, tão incisivo, de Jaime Cortesão, nos levaria à abordagem, de dois pontos que julgo de interesse e que rapidamente sugiro: 1) a identificação entre a terra e o homem, tão intimamente se moldando entre si; 2) a variedade das ocupações, a multicultura, recurso de um solo pobre e faminto de adubos — mas também a pastorícia, talvez a mais antiga actividade do português e a pesca que leva o minhoto, do litoral à Terra Nova — e aí, todos o sabemos, o bucolismo pastoril, tão cantados pelos escritores e poetas, produz afinal heróis e mártires. O que possa haver de convencional na metáfora do *arco-íris* no início do estudo de Jaime Cortesão, ele demonstra depois ajustar-se bem à complexidade e à riqueza psicológica do minhoto. Aliás, afigura-se-me justo salientar quanto a maioria dos escritores, minhotos ou não, que têm desenvolvido o tema da província, sua personalidade, costumes e tradições, que tem procedido, talvez por vezes sem se aperceber disso, à desmontagem do *perigo do convencional* que as belezas naturais do Minho e as tradições, históricas ou folclóricas e os seus monumentos, tantas vezes ao longo dos anos têm ameaçado, digamos assim, a naturalidade da região, a sua pureza intrínseca, sobrevivente, teimosamente sobrevivente, às

ameaças da propaganda, do *dépliant*, da chamada divulgação histórica, do bilhete postal-ilustrado e do documentário de cinema ou da televisão. É ainda neste livro de Jaime Cortesão que encontro passos muito objectivos e muito sérios aliás como seria natural, sobre, por exemplo, as festas da Senhora da Agonia, evidentemente cartaz turístico de chamariz e propaganda regional mas muito mais do que isso. — «*Tu, leitor, apela Jaime Cortesão, seja católico ou incrêu, se ainda não viste Viana ou se pretendes conhecê-la por dentro, isto é, no carácter próprio e no segredo da sua formação, visita-lhe as igrejas e vem depois vê-la por fora nas festas da Senhora da Agonia...*» No entanto, muito objectivamente aponta o que a seu ver é defeito na Procissão, que faz parte tradicionalmente dos festejos: «*Para quem de leitura, conhece, as espantosas procissões do Corpus Christi que durante os séculos XVII e XVIII se desenrolaram no Minho e em particular em Braga, misto de cortejo, de ópera, de ballet e drama em que se fundiam com pitoresco intenso, o sagrado e o profano, a procissão que vimos em Viana (...) afigurou-se-nos literária e de salão...*» Mas já dos Cortejos do Mar e do Trajo, escreve depois de enumerar quanto ao primeiro as zonas piscatórias representadas, que ele «*constitui um espectáculo único que permite ao forasteiro passar das visões superficiais de bilhete postal e cromo, para a écloga, a epopeia e o drama que traduzem com flagrante a vida do trabalhador do Minho...*» E também a Festa do Trajo que minuciosamente descreve, com suas sargaceiras, ceifeiras, roçadeiras de mato, de Afife; raparigas da erva, da Areosa; pescadores do candeio e do polvo, de Carreço, os pastores da serra d'Arga... E remata: «*espectáculo digno dos deuses, dir-se-ia que um demiurgo manuseando o arco-íris e seus matizes, talhou e coloriu aqueles trajos com dois finos propósitos: pôr vida e ardor no verde monótono da paisagem e dar cartaz, esplendor e pimenta à beleza da mulher.*

Eu não sei se Jaime Cortesão, se fosse vivo, gostaria que eu juntasse ao seu nome o do monárquico que toda a sua vida foi Ramalho Ortigão — em ambos, porém, o mesmo vivo sentimento da pátria palpitava e por ele e pelas respectivas ideias, tão diferentes, ambos se exilaram na terra irmã do Brasil, Cortesão, aliás, muito mais tempo. No entanto, foi lendo estas páginas do historiador eminente e depois ao longo de tantas outras, que irresistivelmente pensei no 1.º volume da edição integral de *As Farpas*, que a Clássica Editora «resuscitou», por assim dizer, em 1942. Aí, o cronista incomparável, o jornalista, nascido, como se sabe, no Porto e que morreu em 1915, faz um longo percurso minhoto que o leva das margens do Lima, a recônditas aldeias do interior da província; que o faz partilhar do Natal minhoto, tão peculiar, até para ele, Ramalho Ortigão, homem do Norte onde o Natal como se sabe é mais Natal do que no sul; vai em romagem à Senhora do Sameiro mas é

especialmente o Natal minhoto que o comove e que descreve com tintas impressivas e também muito à sua maneira de escritor gastrónomo — e a gastronomia, todos o sabemos, não é dispicienda no Minho...

É dia de Natal.

A cidade amanheceu alegre no céu fresco e azul. Os carrilhões das igrejas repicam festivamente. As salchicharias, os restaurantes, as pastelarias, ostentam em exposição os seus produtos mais apetitosos: os grandes porcos, de couro nitidamente barbeado, suspensos do tecto com a cabeça para baixo; as salchichas e os chouriços de sangue pendentes em bambolim; as cabeças de vitela, de uma palidez linfática, rodeadas de agriões; os perus gordos como ventres de cônegos, com o papo recheado pela respectiva cabidela; as galantines marmoreadas; as lours perdizes postas em pirâmide; as costeletas; as geleias de reflexos cor de topázio; as verduras de salsa picada; os grossos molhos opulentos dos espargos; os bolos do Natal: os fartes, os sonhos, os morgados, as filhós, as queijadas, os christmas-kacks, os puddings, os bombons glacés.

E a profusão destas exposições dá às ruas o aspecto culinário da abundância, da plenitude.

Depois, Ramalho fala do Natal em Lisboa, menos expressivo e sobretudo menos farto; mas quando volta à descrição da velha ceia familiar «o mais solene banquete da família minhota», como diz, «*acrescentava-se a mesa, punha-se a toalha grande, os talheres de cerimónia, os copos de pé, as velhas garrafas douradas*», quando, «*os que tinham chegado de longe nessa mesma noite davam abraços e recebiam beijos, pediam novidades, contavam histórias, acidentes de viagem... etc.* E entrando mais no assunto, Ramalho descrevia: «*O Nordeste assobiava pelas físgas das janelas; ouvia-se ao longe bramir o mato ou zoar a carvalheira, enquanto da cozinha onde ardia no lar a grande fogueira chegava num respiro tépido o aroma do vinho quente, fervido com mel, com passas de Alicante e com canela. Finalmente, o bacalhau guizado, como a brandada da Provença, dava a última fervura; as frituras de abóbora-menina, as rabanadas, as «orelhas de abáde» tinham saído da frigideira e acabavam de ser empilhadas em pirâmide nas travessas grandes...*»

Ramalho Ortigão era do Porto, vizinho, portanto, do litoral minhoto, dessa zona chamada hoje do Douro-Litoral mas que, em minha ignorante opinião, conserva (sobretudo de Vila do Conde e da Póvoa para cima) todas as características da província a que já esteve ligada... Mas as Beiras, sobretudo a Beira Alta dariam farta colheita de exemplos neste resumo de inventário. Impossível seria omitir talvez o mais importante escritor não minhoto depois de Camilo, que, soube fixar aspectos peculiares da província a que estava ligado pelo casamento mas que, suponho, só tardiamente

começou frequentando com mais assiduidade. Refiro-me a Aquilino Ribeiro. Ao lado do beirão O *Malhadinhas*, o seu romance «A Casa Grande de Romarigães» é muito justamente considerado talvez a sua melhor obra de ficção, a mais ampla na respiração psicológica das personagens e a mais rica no poder verbal do descritivo. Quem poderá esquecer aquele trecho do início do romance quando Aquilino imagina o nascer da floresta... *«Também ali perto, por uma tarde fosca de Outubro, chegou um gaio voejando de chaparro em chaparro, a grasnar mal-humorado como é próprio da raça. No saíote desbotado, as duas pinceladas de azul, azul retinto, fulguravam para que se soubesse que um gaio também é gente dos ares...»* E na «estória» propriamente dita, no enredo, a figura de Hilário Barreiras que *«depois de anos e anos de Paris, de correr à deriva, como barco num golfo, sem grandes embates nem quebrantos, deixando-se flutuar, veio surdir naquele rincão do Alto Minho...»* é pretexto para uma que das mais opulentas prosas da nossa literatura, beirão de raiz, de jeito e acção, nada minhoto, se deixe como a sua personagem, aprisionar pelo Minho e poder assim contá-lo e cantá-lo: — *«Uma bela manhã ia ele pela propriedade, à hora em que rompem a cantar todos os pássaros e o Sol entreabre nos céus seu bonito e brando malmequer. Era a estação das sementeiras. Divisavam-se pelas encostas as grandes lavradas, três e quatro juntas de vacas em cingel abrindo um interminável rego, e turmas de gente erguendo e baixando a compasso a sachola de larga pá a virar a terra. O milho é a segunda Divina Providência do minhoto. Se a caneira trepa, apendoa, amoja como deve, bem vai para o cultivador. Se a caneira sofre quebra por falta de sol ou de chuva — mais uma vez a virtude está no meio — o Alto Minho tem fome. Em anos de abundância, o Minho não sabe para onde há-de vazar os seus espigueiros. De Abril para Maio, o milho está seco e resseco. Pega-se de uma mancheia e tilinta como oiro. O velho Antas costumava dizer:*

— *Não me meçam as rendas antes de Maio. Até Maio, o milho está prenho. Deita leite. Para estar bom é preciso que absorva a humidade como o papel mata-borrão absorve a tinta. O abade de Padornelo é que sabia toda. Pegava dos bates molhados, metia-os entre as espigas. Se de manhã os encontrava enxutos, estava em condições de se malhar.»*

Não se deixou, apesar de tudo, Aquilino Ribeiro assimilar pelo Minho, seria impossível e basta ler a sua obra para entendê-lo; mas o coimbrão Sá de Miranda acabou assumindo o Minho, bem se sabe, rendeu-se a Amares pelo casamento e muito também pelo espírito; tal como séculos mais tarde, o beirão António Correia de Oliveira, nascido em S. Pedro do Sul: quem poderá dizer não ser de timbre minhoto o braço literário da sua poesia? Raul Brandão era da Foz do Douro, muita da sua prosa, até da menos marítima, parece cheirar a maresia, pela frescura e grandeza do rasgo — mas os seus

pescadores, os do seu percurso literário de Caminha à Póvoa, a sua discreta alusão a António Correia de Oliveira, (*«o grande poeta, diz, exilado em Belinho e bate as portas na cara do mar que detesta»*), tudo é Minho — *«tenho de um lado os montes escuros e do outro o mar verde com o resplendor do céu em cima...»*, Raul Brandão que sendo da Foz do Douro foi morrer ao Minho, a Nespereira, perto de Guimarães. Caso muito curioso foi o do nosso contemporâneo e tão lembrado de tantos, sobretudo pela sua acção de cultura e renovação dramática, o poeta António Pedro, que nasceu em Cabo Verde mas haveria de viver os últimos anos da sua vida em Moledo do Minho e cujo *Protopoema da Serra d'Arga* deveria ser mais recordado, até na área dum surrealismo muito pessoal, pelos nossos historiadores de literatura. E tão diferente dele mas grande poeta também e espírito generoso que a morte prematura não deixou realizar como merecia — Sebastião da Gama — nascido em Azeitão, arrabidense pelo sangue, pelo coração e pelo afeto e que nos deixou um poema muito sentido e até na toada e no jeito um tanto minhoto — sobre Santa Luzia e que começa assim: *«Vejo de Santa Luzia / quanto de lá posso ver / Vejo Ponte, vejo Braga / Só não vejo o meu amor... Tapem-me os olhos com terra / Não vejo Ponte nem Braga / nem o Lima / que é o gosto das minhas horas saudosas. / Mas que veja o meu amor.*

Vejo de Santa Luzia / quanto de lá posso ver / Pra ver de Santa Luzia / quanto de lá quero ver / até os olhos daria...

Não quiz, evidentemente, defender a tese de que escritores estranhos ao Minho o entenderam melhor do que os que ali nasceram, embora repita que, destes, poucos foram os prosadores mas foram mais os poetas. Citei dentre os primeiros Luís de Almeida Braga e Tomaz de Figueiredo, que era dos Arcos de Valdevez, como Amândio César também poeta e Carlos Cunha; e decerto que outros me terão faltado — nada mais falível do estes inventários. As *Lendas* do Conde de Bertiandos, por exemplo, e os estudos etnográficos e também os contos do Conde d'Aurora, limiano da melhor tradição literária da província. E os estudos e ensaios de Artur Anselmo. E também os contos de Manuel de Boaventura. No entanto, a maioria dos prosadores que cantaram o Minho veio de fora; a maioria dos poetas, essa, era genuinamente minhota... Claro, eu sei: este tipo de aproximações, esta superficial definição de genealogias literárias, levam sempre muito longe e podem ser uma espécie de *jogo*, no sentido francês de divertimento ou passatempo. Por isso, e para rematar, opto por uma observação que me parece demonstrar que o local de origem de um escritor em geral pouco tem a ver, além da curiosidade dos estudiosos, com a sua obra: o romancista que até hoje, com mais realismo, com mais crueza, com mais conhecimento, retratou e por isso criticou a sociedade de Lisboa — nasceu precisamente na Póvoa do Varzim e viveu a maior parte da sua vida adulta no estrangeiro, Eça de Queiroz. O romancista

que até hoje melhor falou do Norte, interpretou através do homem nortenho (o minhoto, o transmontano, o beirão) a psicologia e os costumes portugueses, nasceu em Lisboa, como lembrei, e chamava-se Camilo Castelo Branco. Afinal, o sentido de uma obra literária tem muito mais a ver com o génio ou o talento individual ou com uma vivência assimilada do que com o local do nascimento...

1986

RELER BRANQUINHO DA FONSECA

Sobre a importância do grupo da *Presença* na história da literatura portu-guesa, deste século ninguém hoje têm quaisquer dúvidas. Na charneira de uma época em evolução — a publicação da revista inicia-se nove anos depois de terminar a primeira guerra e doze anos antes de começar a segunda — o simples facto de os seus fundadores darem a primazia aos valores estéticos e por aí à «personalização» do artista, torna-o desengajado de quaisquer outros compromissos que não sejam os do escritor para com a arte em que se exprime e se figura. José Régio denunciava então que em Portugal *raro uma obra é um documento humano superiormente pessoal ao ponto de ser colectivo. O pedantismo de fazer literatura corrompe as nascentes. Substitui-se a personalidade pelo estilo.* E João Gaspar Simões, outro fundador da revista diria: *A arte e particularmente a literatura é já uma transposição da vida; dos sentimentos, das sensações, da inteligência que o homem tem dela quando é artista.*

Este grupo de universitários ou recém-saídos da Universidade, não iria revolucionar imediatamente a literatura portuguesa do tempo sendo todos eles, embora, verdadeiros «revolucionários» no sentido progressivo, transformador e inovador que em arte a palavra implica. A própria conjuntura epocal no país, sem conseguir retardar a sua influência, haveria de poucos anos decorridos impor novas formas de acção literária, ou, antes, de simples acção individual e colectiva, muito diferente daquela que propugnavam. Assim, este grupo de escritores, verdadeiramente avançados, foi ultrapassado em termos sócio-estéticos senão por uma outra geração propriamente dita mas pelo degrau seguinte na faixa etária ou cronológica. No entanto e como sempre acontece quando a semente é mais propícia a fecundar do que a terra

é lenta, a recebê-la, foi exactamente o decorrer do tempo que veio situar a *Presença* (quer colectivamente como ideário estético, quer individualmente na obra de cada um dos seus fundadores, por mais diferentes entre si) no plano, devido como oportuna, influente e significativa corrente literária. Ela trouxera a Europa para Portugal, via Coimbra. E sabe-se quanto esse percurso tem uma tradição renovadora, actualizante e modernizante. Será preciso lembrar entre tantos nomes, não falando já em Camões que por lá passou, os de Antero, Eça de Queiroz e também António Nobre ou Eugénio de Castro? O chamado «Segundo modernismo», a estética presencista, irradiará de Coimbra pelo país uma posição anti-rotina, anti-académica — no mau sentido desta palavra, aliás tantas vezes corrompida — num país que enquistara, ou parecia ter enquistado, em fórmulas gastas. Assim, na crítica ensaística mais do que na imediata, na poesia, na ficção, cada um dos responsáveis pelo movimento presencista, haveria de entrar na História da Literatura Portuguesa contemporânea e indelevelmente. Primeiro na equipa fundadora do grupo, depois nos caminhos pessoais que cada um (por isso mesmo que eram em primeiro lugar defensores de «um humano tornado colectivo mas com raiz no individual»), teriam forçosamente de seguir. O que aconteceu. Régio, Simões, Torga, Branquinho da Fonseca, Casais Monteiro, como os que simultaneamente ou depois ficaram ligados à «Presença» como lábaro inicial realizaram-se independentemente dela e no entanto, muitos deles marcados pela mesma atitude estética que inicialmente os unira. Grandes em tudo, cada um terá sido maior que os outros em diferentes géneros. Em Régio, inegavelmente prosador e ficcionista muito pessoal, é o extraordinário poeta da pessoa trágica que prevalece para sempre; Gaspar Simões, sem dúvida inovador romancista e um contista de altos méritos, (que ainda hoje só raramente são reconhecidos!) atingiu um verdadeiro pontificado crítico, até junto dos que mais tarde, viriam a discordar dele. Poeta e prosador entre os primeiros de Portugal em qualquer tempo, Miguel Torga dividido pela poesia ou pela ficção, a ambas reúne precisamente escrevendo do seu real quotidiano, nos volumes, únicos no seu género, do *Diário*. Casais Monteiro, na crítica literária rigorosa e vigiada a que só o afastamento de Portugal tirou as possibilidade de regular diuturnidade que sem dúvida noutras circunstâncias teria, por ela em geral nos faz esquecer o poeta que também era; finalmente, Branquinho da Fonseca, cuja obra invulgar de ficcionista e sobretudo de contista — arte difícil em que poucos conseguem como ele atingir os cumes da perfeição estilística, psicológica e narrativa — só por aí, se outros géneros ele não tivesse também trabalhado, na primeira fase a poesia e o teatro, na segunda também o romance, com *Porta de Minerva* ou esse também romance que é a novela *Mar Santo*. Viria por aí a obter, como raros senão nenhum, dos nossos escritores seus contemporâneos, a

unanimidade da crítica nessa qualidade. Uma atmosfera, digamos, de dissolução do real é no entanto de recriação subjectiva dentro dessa mesma dissolução, como já foi notado. Em Branquinho da Fonseca, ficcionista, talvez mais do que em qualquer dos seus companheiros de combate estético de geração e de grupo, a dialéctica da acção interior realiza-se na sobriedade de um *estilo* que corresponde perfeitamente ao desígnio presencista de não ser o «estilo» um substituto da personalidade. E da autenticidade da sua escrita, ele, Branquinho da Fonseca, nos falava quando escrevia esta confissão aparentemente tão simples, mas afinal caixa misteriosa do seu segredo:

«... quero dizer que vou escrever pela mesma razão que algumas pessoas choram e porque a dor, por vezes, parece que fica mais pequena depois de se contar. Quando se põe em palavras já fica mais definida e este vago que me toma todo é o que custa mais. Em certos casos basta falar, contar a outra pessoa, mas escrevendo as palavras é melhor: põe-se mais fora de nós. Toda a obra de ficção de Branquinho da Fonseca — Zonas, que é de 1931; Caminhos Magnéticos de 1938; Rio Turvo, de 1945; O Barão, 1942; Porta de Minerva, de 1947; Bandeira Preta, de 1956 — é a exemplificação desta espécie de harmonização, no estilo mais directo e mais simples, entre o fantástico e o real, de certo modo em alguma, senão na maioria da sua ficção, uma ponte estabelecida entre o tempo social e o tempo existencial, sem nenhuma voluntariedade ou premeditação que a faria correr o risco de desfigurar a sua outra característica, a de ser dono de uma arte de um grande rigor técnico que não afecta a sinceridade da observação humana. Destas muitas fusões é feita a obra de Branquinho da Fonseca e por isso a sua riqueza e originalidade. Notou-o José Régio: natural fusão de realismo e poesia, do senso das realidades e do senso do mistério, tão penetrantes um como outro; e David Mourão-Ferreira: (...) se mergulharem sempre numa luz de estranheza as suas personagens e os seus ambientes arrancados ao quotidiano, nunca por completo se evadem da realidade as suas surtidas no domínio do insólito: isto a propósito de um obra-prima que não é apenas a sua obra prima, a estranha narrativa O Barão mas uma obra-prima de toda a nossa literatura, um daqueles casos, diz o mesmo professor e crítico, bastantes, raros na história de qualquer literatura em que o protagonista, — criatura de ficção — devora praticamente os outros elementos criados à sua volta e quase devora o próprio criador. E sempre a mesma ambivalência entre a sobriedade formal, o irrealismo quase onírico e um realismo de funda penetração no concreto dos seres e dos seus comportamentos: A sua capacidade de prosador viril, nítido, sem o menor respeito pelo amaneirado nem veneração por qualquer moda, alia-se a uma fantasia serena e de penetrante adivinhação da vida, escreveu Álvaro Salema.

É preciso não apenas ler Branquinho da Fonseca, com a consciência de que, fazendo-o, penetramos um universo raro e multímido que pode ser o nosso, que pode ser o de todos — tão pessoalmente expresso, porém, que dele não se desliga o narrador. É também conveniente relê-lo, porque de cada vez se descobrirão, nessa releitura, misteriosas chaves: apesar da linearidade do seu estilo, neste palpite aflui uma imensa solidariedade humana. Daí, também, a sua intemporalidade. Demos ainda a palavra à crítica: o professor brasileiro Massaud Moisés, tão erudito historiador de literatura portuguesa, notou-o ao escrever que *a linguagem de Branquinho da Fonseca à custa de ir aos planos universais, eteriza-se, purifica-se, universaliza-se; um estilo original, vincado, «nervoso», nasce desse progresso no sentido de captar uma situação dramática portuguesa e eterna ao mesmo tempo*. E esta bifurcação está também entre os segredos da crescente importância da obra do ficcionista poderoso, original e claro, que foi Branquinho da Fonseca.

1986

PISTAS PARA UMA REDESCOBERTA DO HOMEM PORTUGUÊS

À concepção, corrente no outro *fin-de-siècle*, de um tipo convencional de português, afadistado, gingão, simultaneamente conflituoso e não-te-roles, suceder-se-ia, mais ou menos a partir das décadas de 30/40, o seu oposto, o português comedido no porte e satisfeito na vida: as suas glórias antigas enquadravam-lhe, estimulando-o, um presente tranquilo — e uma preparação mais teórica, embora, do que prática, para as mudanças que se podiam prever, abri-lhe-iam e aos mais novos, pensava-se, as portas do futuro. Este, já se começava a ver por esse tempo que seria a rebelião das massas anunciada por Ortega e, em consequência, as novas tecnologias, mesmo se então imprevisíveis ao leigo, da era nuclear despontando, ou do progresso electrónico. Entretanto, os antibióticos e a pilúla mudariam radicalmente não só a face do mundo, como se costuma dizer, mas as regras tradicionais do comportamento humano. Tudo isto decorre, afinal em pouco mais de meio século e exigindo aos que por ele foram transitando uma adaptação de espírito talvez sem paralelo na história do homem.

Ao português comum, da época, o «choque do futuro» anunciado por Toffler no final da década de 60 — e o futuro é hoje — como, aliás, tantas outras advertências ou previsões de estudiosos, pareciam, em geral, mera curiosidade para uso alheio. E á imagem antiga de um povo abandonado e exausto, e à imagem então recente, de uma nação que se reencontrara e lograra atravessar, intacta nas suas fronteiras políticas, homogénea e tranquila na sua vida interna normal, as tempestades limítrofes — e as próprias — haveriam de suceder-se primeiro o sismo, depois a ruptura. Evitou-se a tempo o caos mas (e ninguém duvida disto) estamos longe de prever a reconstituição.

Qual a imagem do homem português, hoje, após o sismo, a ruptura e todos os traumatismos consequentes não somente de ambas essas provas mas do quadro geral em que teve de suportá-las já na «terceira vaga»? Uma primeira aproximação dar-nos-á — e o mais grave, ainda, é que igualmente a dá aos outros, aos de fora — uma certa ideia de inconsequência, de interrogações disparadas ao acaso, uma espécie de desorientação de despertar amargo, de ressaca matutina, o que tudo pode significar juvenil falta de madurez, imprópria, afinal, de povo adulto e com tantas provas dadas.

Vendo melhor, porém, essa desorientação é mais perplexidade do que atordoamento ou confusão e como é nas interrogações de grupos díspares de intelectuais, e não como consciência ou preocupação colectiva, que ela sobretudo se manifesta (e não será por aí que se logrará corresponder, de facto, à exigência séria de autognose), prefiro crer que a imagem real do português, hoje, será coerente com a que encontro na *Introdução ao Portugal Arquétipo* do livro de António Quadros, muito sugestivamente intitulado *Portugal, Razão e Mistério*, embora «...na urgência de estarmos como estamos ou pelo contrário na pressa de agirmos para mudar o que está, temos medo de olharmos no espelho, como se temendo descobrir que somos outros do que nos desejaríamos ou como se receando não encontrar no espelho nenhuma imagem, apenas o vazio, o sinal da nossa insignificância ou mesmo inexistência». Poucos parágrafos atrás, António Quadros falando — e muito bem — da «*experiência agónica que todos vivemos hoje*» (...) «*impõe-se-nos (...) — diria — repensar o processo cultural e psicológico que nos conduziu à crise de identidade e de personalidade hoje evidentes*». O que mereceria algum comentário embora me falte autoridade para discutir teses que António Quadros, aliás, amplamente fundamenta e desenvolve, afigura-se-me que a crise do português, hoje, é muito mais de *personalidade do que de identidade*. Tenho não poucas vezes pensado que a denúncia dessa crise de identidade foi sucessivamente desenvolvida e portanto como que autoafirmando-se, nas especulações, decerto por vezes brilhantes, nos jogos de inteligência, de ensaístas, pensadores e críticos que parecem mesmo divertir-se desenrolando as meadas que eles próprios emaranharam, enquanto que, predominantemente, a nossa personalidade individual ou colectiva, sujeita a todas as influências, modas, manipulações e pressões que se sabe, encontrou em certa vocação irresistivelmente mimética do português, uma receptividade que o tumulto e a confusão do traumatismos ainda recentes tornaram mais propícia.

Lembrando José Marinho e a sua definição de «uma antropologia situada» António Quadros desenvolve a linhagem implícita mas bem referenciada dos intelectuais que estudaram o homem português muito antes deste actual rompante dubitativo, que pretende questiona-lo. Uma coisa será

a análise das características de uma certa identidade nacional, esteja ela ou não em crise, outra é isso a que vejo chamar num português mais que duvidoso, pô-la em questão. Não deixa, aliás, de ser significativo que tenha de recorrer-se a um galicismo ridiculamente pretensioso para definir uma atitude que talvez não o seja menos: a de pôr-se em causa (e não será disso que, afinal, se trata?) uma nação e um povo com mais de oito séculos.

Uma linha muito coerente e de certo modo contínua, de pensadores, por vezes mesmo antagónicos nessa coerência, a partir sobretudo do «Ultimatum», de 1890, segundo António Quadros, procurou «redescobrir» o homem português e enumerando-os, o escritor lembra-nos que por esse tempo Unamuno publicava o seu famoso livro *«Por Tierras de Portugal y España»*, onde nos chama *«povo de suicidas»*, — escreve Quadros — *«para quem a vida não tem um sentido transcendente»*, etc. — *«deixando subentender que Portugal é um fruto maduro prestes a cair por si próprio e a ser colhido pela Espanha em cujo seio seria, enfim, feliz, pois vive hoje no derrotismo e não encontra já sentido para uma vida independente»*. Unamuno escrevia: *«Dentro de uns dias celebrarão as festas da restauração da sua nacionalidade, por terem sacudido a soberania dos Filipes de Espanha. No dia seguinte voltarão a falar de bancarrota e de intervenção estrangeira. Pobre Portugal!»* Tirando o lamento final, bem dispensável, teremos de convir que esta espécie de ciclotimia oscilante entre o «élan» patriótico e a frustração resignada, continuam a ser, embora à medida das diferenças do tempo e dos costumes, característica nossa, a tantos anos de distância. Será uma das tais singularidades, essa sim, como outras, bem digna de ser estudada e perspectivada? Porque ele parte da «razão» para o «mistério», este livro é, essencialmente claro é tónico; é salutar percorrê-lo e proveitoso reflectir sobre ele. Do «Ultimatum» ao pensamento regeneracionista, da revista *Águia à Orfeu* — e Quadros escreve: *«Com o movimento da «Renascença Portuguesa» e da «Águia» efectivamente, a seguir à proclamação da República, logo surge uma imagem bem diferente do derrotismo assinalado por Unamuno.»* — (uma genealogia cultural e também literária que nos ajuda, hoje, a re-ensar Portugal e a entendermo-nos melhor na realidade do que somos. Vem desde António Nobre com *«o seu poema inconcluso «O Desejado»*, paradigma dos poemas sebastianistas que posteriormente seriam escritos por Afonso Lopes Vieira, Teixeira de Pascoais, Sardinha, Correia de Oliveira ou Fernando Pessoa». E Quadros lembra-nos que *«este viria a escrever significativamente que de António Nobre partem todas as palavras com sentido lusitano que de então para cá têm sido pronunciadas»*. Dos movimentos culturais posteriores às duas revistas, António Quadros destaca aqueles dos seus colaboradores que poderão ter contribuído para a fixação do nódulo essencial, antropológico, do homem português e eviden-

temente por diferentes vias: de Pascoais a Pessoa; da *Seara*, de Jaime Cortesão, Raul Brandão e Rodrigues Lapa, aos integralistas da *Nação Portuguesa*: Monsaraz, Hipólito Raposo, Almeida Braga — e o Sardinha de *Na Feira dos Mitos* ou *O Valor da Raça*. Passa o inventário de Quadros pelo grupo literário da *Presença*, alude muito justamente aos colaboradores de *História de Portugal*, de Barcelos (por vezes esquecida ou omitida) refere as «*contribuições provenientes de diversos quadrantes e em vários aspectos da História da Cultura Portuguesa*» de nomes eminentes da geração anterior à minha, e não deixa de dar aos tão maltratados anos 40 portugueses, o relevo que este período histórico merece na área das artes e da cultura em geral; os frescos de Almada, as revistas *Atlântico* e *Panorama* e tudo o mais — e foi tanto — que se fez em torno das comemorações do Duplo Centenário e da Exposição do Mundo Português, apoteose de despedida da paz e não podíamos suspeitar que o fosse.

É natural que nesta primeira parte do seu livro seja o item dedicado aos discípulos de Leonardo Coimbra e à escola que foi chamada — e ainda é — de «Filosofia Portuguesa» aquele em que o empenhamento especulativo de António Quadros é não só mais brilhante, mas talvez o mais convincente. Quando lembra Delfim Santos, por exemplo, ou o já citado José Marinho ou Álvaro Ribeiro, que tanto marcou o grupo de jovens pensadores de então e por eles e para além deles a cultura nacional. E Agostinho da Silva que «*vê o homem português como um apóstolo ou um missionário dessa civilização da fraternidade universal e do amor que depende da sua própria libertação psicológica, social e filosófica*» e que «*nos espaços ideais em que o mito do Quinto Império tomará um dia forma*» é o pensador, na minha opinião e na de muitos, que melhor significa aquilo a que Quadros chama, a propósito, «*uma pedagogia do mito e do sagrado abertos e de uma busca da liberdade e da justiça na fraternidade, para além das instituições religiosas organizadas, das ideologias coisificadas e das instituições políticas esclerosadas*». E na geração seguinte, entre muitos outros, um Afonso Botelho, um Gama Caeiro, um Orlando Vitorino, um Braz Teixeira ou esse ensaísta de minucioso e agudo aprofundamento dos temas nacionais que é Pinharanda Gomes, cujos trabalhos sobre as origens do pensamento português, sobre a independência pátria, sobre a língua portuguesa e de modo geral sobre tudo o que somos e *como somos* estão a meu ver, entre os mais importantes para a tal autognose, tão requerida. E nesta súpula de mestres que nos estudaram, a nós, portugueses e procuraram explicar-nos, António Quadros lembra o ensaísta discreto e rigoroso que foi Francisco da Cunha Leão em suas obras fundamentais *Ensaio de Psicologia Portuguesa* e *O Enigma Português: o homem português não é por ele visto em absolutidade isolada mas como o resultado de uma soma ou antes de uma multiplicação de factores dos quais*

alguns são diacrónica e sincronicamente familiares de contíguas unividades nacionais mas a que outros se acrescentam agora diversos e originais, o todo consubstanciando-se numa realidade antropológica cuja especificidade é a única justificação, legitimação e garantia da independência nacional...

Não se estranhará que tenha sido sobre estes pontos de uma obra assim tão rica de ideias, de sugestões e de corajosas conclusões (*concluir* é hoje, como se sabe, um acto de coragem invulgar) que mais me interessou, de momento, reunir algumas ideias — não que me seja indiferente o fascínio dos outros dois capítulos sobre a *Atlântida Desocultada* e o *O País Templário* mas se eles são, na maioria dos pontos, ilustração das teses expostas na *Introdução ao Portugal Arquétipo*. A carga cultural especializada que eles comportam é quase tanta como a que eles exigem... E não será esta, no entanto, uma das menores virtudes deste primeiro dos três volumes sobre *Portugal, Razão e Mistério*: desafiar o leitor, talvez não tanto a repensar Portugal, quanto simplesmente mas seriamente, a *pensá-lo*; a reflectir sobre aqueles que, muito antes o fizeram, oferecer-nos pistas esquecidas ou mesmo ignoradas. Isto é, desmonopolizar, se assim se pode dizer a análise da problemática nacional, ampliando perante o público interessado, sobretudo para as camadas escolares, um campo de especialistas bem mais vasto do que parece.

1986

LITERATURA COMO PROTAGONISTA

As palavras «ensaísmo» e «ensaísta» estarão, talvez, entre as raras que em Portugal não se deterioraram com as mutações históricas nem foram apagadas por elas: pelo contrário, longe de se corromperem pela banalização e pela usura, sem dúvida riscos assumidos, aproveitaram, depois da viragem, os novos espaços abertos, as novas margens de questionamento que lhe eram abundantemente oferecidas. Sabemos todos que, antes, o ensaísmo propriamente dito, como que se confinava aos estudos literários, ou melhor: que era nessa faixa, relativa ou apenas aparentemente inócua, que dadas as restrições conhecidas, se ocultavam muitas vezes doutrinas, ideologias e até libelos. Por isso e como se compreende, os nossos ensaístas mais activos durante esse longo período pertenciam (ou desejavam pertencer) à chamada «esquerda», reunindo esta designação, como depois se viu, varetas dum vasto leque inconciliáveis entre si. A rigidez da censura vigente obrigava a disfarçar com as tintas da especulação filosófica ou, posteriormente com a adiposidade dos estudos linguísticos, comentários a obras e autores que, na verdade, em muitos casos nem mereciam tão solenes roupagens. Assim se criou um tanto a ideia, aliás generalizada até há pouco noutros países e pelas mesmas ou por outras razões, de que a «*intelligentzia*» se situava apenas à esquerda. Diga-se em abono da verdade que a direita, pelo menos entre nós, parecia em muitos casos não se preocupar com isso e, alegremente, ia deixando seus créditos em mãos alheias... que, como é lógico, só desejavam apagá-los. E dentre os intelectuais da direita (ou do que então se chamava o centro e que não era o mesmo de hoje), aqueles que não andavam adormecidos, e procuravam honestamente dar o seu recado, não encontravam facilmente eco, sequer entre os próprios correligionários — relevem-se, claro, as excepções da praxe.

Nisto ia pensando ao terminar a leitura de um notabilíssimo livro de ensaios que, sendo «literários», não o são apenas, pois visam muito mais longe e mais fundo: é da própria condição humana em sociedade e do escritor como homem e perante a vida que tratam, directa ou indirectamente, todos os seus capítulos. Um tipo de ensaísmo que não poderia ser, senão por engano, apanágio de apenas um sector ideológico, como se entende. Mesmo aqueles dos temas abordados, e são a maioria, que versam especificamente *literatura* é à sua ressonância ou incorporação no social que respeitam. Que o autor-ensaísta seja um homem intelectualmente conotado com a chamada «direita», torna ainda mais relevante, a meu ver, este seu livro significativamente intitulado *O Escritor na Cidade*. O seu autor — João Bigotte Chorão — é bem conhecido dos de quantos vão estando familiarizados com os problemas intelectuais, pois o seu magistério, tão discreto quanto sério, não é de hoje nem de um ontem remoto. Este ensaísta, da melhor qualidade, não se confina, porém, a um estreito sistema de referências, como por vezes sucede no discurso crítico actual. Neste caso é, exactamente, da *situação* do escritor na cidade que se trata: a cidade é de todos, somos todos e adentro dela vivemos, discutimos, concordamos ou discordamos. É a autores ou temas estreitamente relacionados com o homem hoje que Bigotte Chorão aplica a sua visão da melhor raiz portuguesa: a que, sendo espiritual e provincial, é culturalmente civilizada, ética no conceito e clara na forma, europeia no puro sentido da palavra, europeia sem cifrões ou submissões. Examinando, escritores e obras, o ensaísta inclina-se na discussão das ideias, que os enformam, os temas mais candentes do nosso tempo português sempre, porém, a partir da literatura como tal. Não esqueçamos que na indigestão que por aí vai de cultura como vocábulo de cartaz, muitas vezes parece esquecer-se ou minimizar-se a literatura propriamente dita, considerando-a, afinal, arte menor, bizantinice gratuita ou coutada de correligionários.

Nada disto se encontra no livro de João Bigotte Chorão. São, exactamente, ensaios literários os seus, mas logo no início pergunta: *Sem estatuto social, que futuro é o do escritor e, portanto, de uma literatura verdadeiramente criativa e livre?* E adiante: *Só nessas expressões superiores em que a literatura é uma forma de conhecimento o homem se encontra consigo próprio e com o seu próprio destino.* E reconhece que *a literatura portuguesa é quase sempre uma literatura epigonal, uma literatura que, não assumindo a nossa identidade, copia figurinos estranhos ao nosso corpo. Não queremos ser o que somos, no complexo provinciano de parecermos europeus.*

Este primeiro capítulo — *Definição e Função da Literatura* — é, na verdade, como que a síntese antecipada de todos os outros, embora nesses, e por isso mesmo, seja a análise que leva o leitor a reflectir com o autor por

caminhos agudamente actuais e pertinentes. Por exemplo, o problema da língua portuguesa, hoje maltratada a toda a hora a despeito de, a toda a hora também, se falar dela como sendo o que nos resta no fundo da arca: *Esse idioma, tão vário e tão vasto, reduzido a um vocabulário que chamaríamos básico, vemo-lo todos os dias desfigurado, empobrecido, envilecido, com palavras e expressões alheias ao seu génio, num jargão em que o ridículo anda a par do pretensioso*». Por isso, aduz Bigotte Chorão, *a decadência da linguagem e a sua perversão anunciam, com o declínio do homem, o declínio de uma civilização*... E este é um dos avisos à navegação em que, expressa ou implicitamente, o livro abunda. Não creio, porém, que a navegação (neste caso leia-se em primeiro lugar: a televisão, que é hoje o mais eficiente, perigoso e recorrente instrumento de aviltamento da língua portuguesa), não creio, dizia, que ela o oiça. É um tom de linguagem, uma «altura» de espírito, uma limpidez de conceitos, inusitados em tempo assim de ideias feitas, meia-bola-e-força mental e fogo-de-vista de coisa nenhuma. Basta enumerar alguns dos temas, sem dúvida os principais, deste livro, para se ajuizar da altura intelectual em que o ensaísta se coloca, pois bem se sabe que há autores que nos exigem, quando escrevemos sobre eles, senão que os acompanhemos, pelo menos que façamos um esforço sério para aproximá-los no que foram e no que fizeram e como o fizeram.

Na sua obra, em volume ou dispersa, João Bigotte Chorão pratica uma forma, irresistível nele, de pedagogia cívica e literária. Escreve: *Se ao escritor assiste sempre o direito de sair do ghetto em que, não raro, querem confiná-lo as modernas sociedades tecnocráticas que em nome da eficácia privilegiavam as actividades produtivas (e daí que ele já não pertença ao escol ontem reservado aos humanistas, substituído hoje pela nova «aristocracia» (de engenheiros, economistas, gestores), se ao escritor assiste esse direito, não deve, por outro lado, ensimesmar-se em orgulhosa torre de marfim aonde não chega (ou só vagamente chega) o ruído do Mundo. O escritor não adquire por essa condição nenhum privilégio de casta — pelo contrário contrai obrigações morais perante a comunidade a que pertence. Ao escritor sem consciência social e sem consciência nacional, espreita-o, e não remoto, o perigo de cair no egotismo estéril e no mundialismo utópico*. Uma extrema coerência, virtude dos fortes, marca desde sempre o seu percurso literário. Releio agora um dos seus primeiros livros, *Aventura Interior*, um volume de *Diário* publicado em 1969, isto é em plena juventude, mas no qual se diagnostica desde as primeiras páginas o amigo e discípulo de Torga, dupla virtude. Aí, a frontalidade, a coerência e, já, um certo desencanto não escondem a veemência afirmativa: *Os neutros, os prudentes, os mornos, os acautelados com seguro de vida — tenho por eles um certo desprezo. O desprezo do trapezista que gosta de trabalhar sem rede*. A sua profunda

convicção católica como que tempera um tanto a composição literária do conceito — («não julgarás»...) mas não esconde uma das principais linhas da sua personalidade forte de beirão que pela vida fora a coerência, a experiência e a obra literária foram sedimentando.

Eis Camões — e a esse, Bigotte Chorão adverte o leitor, *é necessária uma elevada temperatura emocional que não provém decerto do calor animal dos grandes ajuntamentos ou rebanhos humanos, para nos aproximarmos de Camões. As almas feridas, e só elas, podem avaliar da dor sem remédio do poeta, nascida do sentimento do exílio, da consciência agónica da vida, do fascínio e repulsão da morte, da lucidez que vê em tudo o desconcerto do Mundo.* E as suas páginas sobre a tradição narrativa camiliana que leva de Aquilino a Agustina Bessa-Luís, passando por João de Araújo Correia e Tomaz de Figueiredo — e note-se que, suponho, é a primeira vez em que se enuncia a tese (a desenvolver, esperamos, pelo ensaísta) de que a obra de Agustina contraria a «visão idílica da província», «idealizada por outros escritores». Contraria? Eu acrescentaria que a «liquida», a essa visão idílica. E as páginas sobre Aquilino Ribeiro, tão profundas e ao mesmo tempo tão subtis? E Claudel? E Gustavo Corção e Tristão de Athayde, juntos através de acordos e desacordos num ensaio tão documentado como elucidativo para um público que mesmo se culto talvez conheça um e outro muito pior do que julga?

Reconheço agora que tentar descer ao pormenor em livro assim tão uno é esforço vão. Como não salientar, no entanto, os cuidados do autor com temas que são fulcrais pois que todos envolvem ou justificam as duras provações do escritor na cidade? A defesa da língua em sua pureza, vivaz no entanto, a língua que João Bigotte Chorão afeiçoa com rigor clássico (um dia ele disse, a propósito da linguagem camiliana, que não é antiga nem moderna mas sim clássica, «se entendermos o classicismo como uma tradição que se renova». E noutro recente volume sobre João de Araújo Correia, este/ publicado na colecção «Biblioteca Breve», do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, define o estilo desse ficcionista numa linha apenas: *uma prosa tão grácil e tão leve como se as palavras mal poisassem no papel.* São fortes os temas de Araújo Correia e é forte, no entanto, a sua essência. Porque — e bem o sabe o nosso ensaísta — a força de um estilo literário está na clareza e na vigilância do ímpeto.

Com a serenidade que dão as grandes certezas, assim tem vindo a erguer-se uma obra ensaística de invulgar acuidade analítica (devem-se a Bigotte Chorão, por exemplo, muitas das melhores páginas até hoje publicadas sobre Camilo), pois desde 1979, com o livro *Camilo, a Obra e o Homem* e posteriormente em várias intervenções públicas, na conferência, na lição, no colóquio, na imprensa diária ou especializada, Bigotte Chorão tornou-se

legitimamente numa referência obrigatória nos estudos sobre o escritor. Com razão o *Boletim da Casa de Camilo* o considera como «*uma espécie de código deontológico para os inúmeros camilianistas de todos os tempos*» Assim, este seu livro, situando o escritor na «cidade», tem, da primeira à última página, a literatura como protagonista.

1987

TRANSCENDÊNCIA E SOCIEDADE

1.1 O tema dado — «A dimensão transcendente na vida da sociedade portuguesa» é decerto mais denso ainda do que poderia parecer mesmo numa rápida reflexão. Por isso a palavra «denso» aparece muito justificadamente no antepenúltimo parágrafo da carta recebida com o convite para a participação neste Colóquio *. Uma breve reflexão sobre a designação proposta levantou-me, porém, de início, a dúvida se se tratava da sociedade portuguesa actual, século XX (e então melhor seria: a falta de uma dimensão transcendente, etc...) ou se, pelo contrário, dizia respeito, como entendi, não a uma conjuntura, a uma situação mas a uma constante, sujeita, no entanto, às contingências temporais inevitáveis. Em qualquer caso houve certa temeridade da minha parte em aceitar o tema que melhor caberia a um escritor de formação filosófica do que a um escritor muito mais vocacionado para as ideias gerais e um tanto, também, para a simples análise das perspectivas históricas e sociais do passado e do presente, decerto em função de valores éticos mas também estéticos e predominantemente literários. Acresce que entre os intervenientes neste Colóquio não faltam pensadores muito categorizados e estou certo, pelos títulos da maioria das suas comunicações, que os temas a abordar não podem deixar, pelo menos na generalidade de ser tangenciais a este.

Acontece, porém, que o tema geral do Colóquio é o de «Cumprir Portugal» e isto já no contexto do lançamento das comemorações do centenário dos Descobrimentos e que durarão desde agora até final do século. É um período que os mais velhos consideram relativamente curto pois não

* Instituto D. João de Castro, em Lisboa.

assistirão já ao seu termo; mas é, na realidade, um período relativamente longo e que permitirá um amplo confronto de teses, de sugestões, de premissas e de conclusões. Isto é: para os que por cá estiverem, então na plenitude da vida, na primeira década do século XXI, vai ser um trabalho especialmente difícil porque moroso, de altíssima responsabilidade, o de joeirar com isenção, na avalanche do produto destes 13 anos de produção que ainda faltam, o que valerá a pena, ou não, guardar para o futuro. A nós, os que com maior ou menor humildade e até nesta esfera de obscuro espectador as acompanharemos por agora, resta-nos a íntima noção de que deveremos contribuir para que as comemorações no seu indispensável significado nacional (e porque, sendo portuguesas esse significado tem de ser «universal») sejam efectivamente proveitosas como pretexto de investigação e de estudo. E assim já nos pesará, outra responsabilidade: a de que pensando nesse futuro, o dos outros, indirectamente contribuirem para preparar o menos próximo. Espero, diga-se entre parênteses, que as várias comissões já instituídas tenham isto na mente, esta ligação entre dois extremos numa ponte cronológica que tem a especialíssima característica de que, sabendo-se bem como começou e como é, ignora como terminará ou onde leva.¹ O trabalho de informação já em curso exigirá também condições de percepção e de assimilação para dois mundos em evolução: da palavra escrita à palavra transmitida passamos numa geração à civilização áudio-visual e à generalização e quase banalização da informática. Como, em que termos, quais talvez ainda insuspeitadas vias, poderá ser explicada a gesta dos Descobrimentos à geração jovem no princípio do Terceiro Milénio?

Este seria, talvez um projecto de trabalho interessante, que dada a aceleração da História e da Ciência, dispensaria o esforço dos futurólogos, agora muito na moda. Bastariam, talvez, alguns conhecimentos e meditação. E também antecipada resignação para as inevitáveis margens de erro...

Não é, porém, de nada disto que se trata mas antes, estou em crer, de relembrar quanto foi sempre uma ideia de transcendência, que, com maior ou menor permanência, acompanhou, individual ou colectivamente essa outra de «cumprimento» de Portugal. «Cumprir Portugal», tema geral do Colóquio. A criação, invocada no programa, de uma consciência nacional, a mesma que firmou a nossa identidade «enquanto comunidade diferenciada de outras comunidades europeias» — só terá sido possível e consolidada pela vocação do português para a assimilação natural de desígnios transcendentais.

¹ Dois anos mais tarde as transformações a Leste confirmava-o.

2.1 Terei de repetir-me e de citar-me mas de antigas páginas ignoradas de quase todos, e por mim próprio até há pouco esquecidas, quando, precisamente em circunstâncias nada semelhantes embora motivadas pelo mesmo desígnio (a que chamaria «transcendente» se não pudesse parecer estar a fazer trocadilhos despropositados) referi que as minhas preocupações como modesto homem de letras me levaram sempre «a procurar a definição do estamento cultural da literatura portuguesa em ordem ao seu dinamismo original, expressão de um pensamento e de uma experiência que não se recusa, pelo contrário, às imposições existenciais, pensamento cuja originalidade não exclui assimilação e inteligência, uma literatura *medianeira* que reflectindo as antinomias profundas do povo português se divide entre o transcendente e o concreto, entre o ecumenismo e o ensimesmamento.» Mais ou menos isto disse eu, em 1967, numa conferência na Faculdade de Filosofia de Braga. Ocorre perguntar agora se houve ruptura ou desvio na linha, digamos tradicional, no que pode considerar-se a matriz dessa literatura a que chamei «medianeira» — sei aliás, que este tema, o da criação literaria em Portugal (muito mais importante do que se pode pensar num tempo como este tão virado, para outros valores) será aqui tratado por quem tem a maior autoridade para aborda-lo. Em relação com o tema, porém há que lembrar: foi o ecumenismo do português que deu origem a uma literatura, veículo humanístico que já nos homens de Quinhentos, «homens de bom saber», era em primeiro lugar, obra não só convivencial mas, insisto, *medianeira*, entre o humano e o cultural, síntese que acompanhava a colonização. Ao lado da Igreja edificava-se a escola, ela própria a edificava e a revolução geográfica dos Descobrimentos foi também uma revolução científica e conómica, é certo, e de que maneira! Mas atenção: não sacrifiquemos a essa dupla qualidade por gosto, convicção ou moda, tudo quanto, na essência, no imponderável, no subconsciente do português e na sua consciência também, a possibilitou. Há exemplos recentes de sujeição da grandeza da História ao fetichismo do progresso tecnico ou científico. Na vida individual, obrigados á sujeição ao consumismo, na vida cultural manipulados há décadas pela análise estritamente sociológica, pela critica formal, pelo estruturalismo: no estudo de uma obra literária tem-se posto a tónica, até agora, em formas secas de análise que eliminam quaisquer elementos extrinsecos á obra. E extrapolando o tema para os nossos dias, poder-se-á inquirir se essa literatura dos Descobrimentos, *medianeira*, fruto de uma vocação missionária, também, teria sido possível sem idealismo; se uma concepção idealista da vida como sempre foi a nossa, a do português, com seu humanismo «aberto», visando uma ideia de infinito com vista ao bem comum, um humanismo unitário, será hoje imaginável: uma literatura que seja a expressão dessa

entidade metafísica que uma cultura nacional, cristalização do passado e previsão do futuro, não poderá deixar de ser.

2.2. O normal aproveitamento das novas margens de questionamento que as mutações políticas locais ofereceram desde há anos a muitos estudiosos portugueses que até aí silenciavam sobre temas que eram do seu agrado e também a outros, mais novos, que desde então se foram revelando, trouxe a público, entre outras, a voga de muitas e por vezes brilhantes explicações, diria mesmo: demasiado brilhantes, sobre a identidade portuguesa. A outros caberá também aqui abordar este ponto; ao homem de noções mais rudimentares e possivelmente com menor tendência especulativa, parecerá esta uma discussão, jamais inútil, claro, mas tardia pois se pode lembrar que dessa identidade há ao longo da História sobejas provas. Toda a literatura dos Descobrimentos, que certamente vai ser muito divulgada e comentada na devida oportunidade, dá testemunho da personalidade do português, das suas peculiaridades individuais e colectivas que, evoluídas embora, não cremos estejam anuladas. Melhor: sabemos todos que não estão. No *Esmeraldo de Situ Orbis* encontra-se a síntese de tudo quanto faz a marca específica do homem português da época, da transição da Idade Média para o Renascimento: ao lado do amor de Deus e da Pátria, da natureza e dos outros homens, a coragem nas armas é certo, mas também a perseverança no estudo; além dessas características que, felizmente, em muitos dos seus aspectos não terão desaparecido mas sofrem hoje das circunstâncias decorrentes da evolução dos tempos, aí temos essa outra filosofia do português, porventura filosofia pessoal e caseira e talvez, até, temperada de superficial cepticismo — note-se que na presente conjuntura nacional é muito mais de desencanto do que de descrença nas virtualidades colectivas enquanto, pelo contrário, o português como que se «agarra» a todas as tábuas de salvação da sua capacidade de ter esperança. Uma filosofia feita de intuição e de experiência, intuindo, mesmo quando não o aprendeu nos livros, que ela, a experiência, é a «madre das coisas» e servindo-se dela que «toda a dúvida nos tira» quando os homens e o seu comportamento o desenganam. E retomo o tema: nos *Itinerários*, como já anteriormente nos *Roteiros* de viagem que, não o esqueçamos, durante dois séculos são exclusivo dos portugueses, o espírito religioso nunca foi incompatível com o espírito científico. E não venham os críticos de uma literatura que classificam por vezes de «apologética», em tom depreciativo, ou de «cortesã», o que já de si é extremamente significativo, insistir nas suas teses. Está provado que elas não são procedentes. As *Relações da Etiópia Oriental*, de Frei João dos Santos, o *Tratado Breve dos Rios da Guiné e de Cabo Verde*, a *Verdadeira Informação das Terras do Prestes João*, não fazem apologética. Os seus autores, porque vivem a epopeia não a exaltam.

(Note-se como prova da sede de informação espiritualizada, chamemos-lhe assim, que todos tem hoje, a audiência dum excelente romance recente, *A Casa do Pó*, de um autor estreante nas letras, professor e estudioso, e que retoma quase passo a passo o *Itinerário* de Frei Pantaleão de Aveiro...) Será na *História Trágico-Marítima* que pode assinalar-se o primeiro sintoma do desalento, da fadiga, talvez mesmo do desespero. É que entre nós sempre um pendor lastimoso se seguiu ao entusiasmo das conquistas, das vitórias, do progresso. Faz parte da nossa personalidade colectiva essa ciclotímia alegria-desencanto, entusiasmo-desalento. Mas não foi assim que afinal atravessamos mais de oito séculos sempre com as mesmas fronteiras na Europa? E aqui chamo a atenção para o seguinte: dentro de dois anos serão já *oito séculos e meio*. Oitocentos e cinquenta anos sobre a Batalha de Ourique, sinal de transcendência como ficou na História. Estranhamente, no meio de tanta montagem comemorativa (tão necessária, é certo) estranhamente dizia eu, ainda não vi referida em parte alguma essa efeméride. Espero que os complexos que levam tantos, hoje, a minimizar sem razão nem sentido (e alguns nem eram nascidos ou não tinham idade para julgar!) as comemorações que em 1940 celebraram a Fundação e a Restauração da Independência, não façam esquecer ou ocultar, mesmo sabendo-se que qualquer acto comemorativo não poderá hoje, por várias razões, ter a pompa, a grandeza e, sobretudo, o espírito dessas celebrações irrepetíveis que foram, ao tempo, os nossos 800 anos de vida própria, independente e livre.

2.3 — Talvez esteja fora de indole deste Colóquio, e certamente do seu programa, uma breve sugestão pessoal sobre a matéria. Temos lido e ouvido nos últimos meses com grande frequência os primeiros frutos de uma lei recente a que se chamou de Mecenato Cultural. Noutras circunstâncias não resistiria a alongar-me (e espero ainda faze-lo logo tenha oportunidade) sobre o que considero mais discutível numa iniciativa que não poderia para ser válida, ser movida, digamos assim, de «prémio vil». Ela não, deveria ser nem moeda de troca, nem fomento de luxo á custa de reduções fiscais menos ainda instrumento promocional de politicos em trânsito. Seja como for, a Lei está aí e já teve quem correspondesse á sua intenção e esta é positiva. Simplesmente, se é importante por exemplo investir em grandes obras de artes gráficas, exigindo apuro extremo e cuidados de reprodução exaustivos, que obviamente as encarecem, cultura não é apenas isso, cultura não é para vista, nem para lombadas em decoração de largas estantes. Ora precisamente o que falta hoje em Portugal não são as reproduções, numeradas ou não, de edições raras; nem esmerados trabalhos gráficos mas sobretudo, obras fáceis e simples que possam contribuir para a criação de uma verdadeira mentalidade cultural a nível nacional. Em termos mais concretos: ensinar á juventude a

história de Portugal, tão desfigurada, ao que sei, pelas mal interpretadas metodologias actuais: tornar aliciante o seu estudo, conta-la como uma grande aventura que também foi — e continua a ser — mas uma grande aventura que implica intuição e reflexão, como disse atrás, sabedoria e experiência, uma aventura transcendente. Ora a coincidência dos oito séculos e meio da independência com uma fase, ainda inicial então, das comemorações dos Descobrimentos poderia ser pretexto para que, com alguma modéstia mas muito patriotismo, as empresas que já estão programando colaborar na Lei do Mecenato, promovessem a publicação de outro tipo de obras e de iniciativas. Este Instituto estaria mais que qualificado, dada a categoria e autoridade dos que o fundaram e dirigem, para que algumas dessas empresas lhe confiasse o encargo de orientar e executar um plano de publicações que fossem, em primeiro lugar, obras de divulgação, acessíveis a todos, quer sobre a efeméride próxima, os 850 anos da fundação de Portugal, quer sobre a vocação universal dos portugueses, sua capacidade descobridora, povoadora — e comunicante porque convivencial. Essas obras destinar--se-iam fundamentalmente (vem a propósito lembrá-lo aqui) à juventude escolar. Uma juventude ávida de saber *como fomos e porque somos* e que não encontra facilmente resposta acessível ao seu bolso e sobretudo á sua mentalidade. Esclareço que esta sugestão me ocorreu á medida que ia escrevendo estas palavras e que não consultei nenhum dirigente do Instituto sobre a sua viabilidade.

3.1 — Se o imediatismo materialista e economicista das exigências da vida actual parece afastar as sociedades em geral, e não apenas a sociedade portuguesa, duma ideia de transcendência; se um longo periodo, praticamente todo o século, pode ser considerado de *crise* — crise espiritual, crise social, crise económica; se o alvorecer duma civilização planetária, por assim dizer «gastou» o poder criador da civilização antiga sem que novas formulas estejam já definidas para substitui-lo; a natural preservação de um estilo de vida nacional, embora assumindo — a mudança sócio-cultural leva-nos a admitir sem optimismos exagerados, que talvez, do ponto de vista português, ainda vá sendo possível pensar que se salvará o essencial. Cabe, porém, aos filósofos, aos sociólogos, aos professores, aos políticos, procurar distinguir com os seus trabalhos, as suas observações, com o fruto da sua actividade de Estado face aos problemas da sociedade civil, com a possível exactidão e sempre com base num «saber de experiência feito», o que é o essencial e o que é acessório. Isto tem de ser levado a cabo com tanta prudência como teimosia. Quando filosofia e ideologia se confundem e a simples — ignorante ou errada — informação directa ao seu consumidor (que somos, afinal, todos nós) procura sistematicamente, destruir os princípios, os que não sabem nem

querem usar os mesmos métodos divisionistas ou redutores têm de dar combate mas com suas armas próprias, tão diferentes, e que são as da verdade frontalmente assumida e que não se serve da mentira, nem da intriga, nem da calúnia, nem recorre ao aliciamento fácil do escândalo. O que é preciso é que saibamos agir depressa, todos que temos algumas responsabilidades, de modo a não sermos ultrapassados como tantas vezes, tenhamos a coragem de reconhece-lo, tem sucedido.

É que felizmente, apesar de geograficamente diminuído, Portugal ainda é bastante rico espiritual e culturalmente para que haja muitas maneiras diferentes de cumpri-lo.

1987

FERNANDO NAMORA VOCAÇÃO E SACERDÓCIO

O primeiro livro de ficção de Fernando Namora intitula-se, como se sabe, *As Sete Partidas do Mundo*, foi publicado em 1938 e só não pode, rigorosamente, considerar-se a sua obra de estreia porque o antecederá, já nesse mesmo ano, aquela que foi, de facto, a sua primeira obra publicada, o livro de poemas *Relevo*.

Ambos os títulos, são, pois, de 1938, e sobre eles meio século passou, cinquenta anos de ininterrupta produção literária que o País está agora celebrando. A Academia das Ciências entendeu associar-se às manifestações que o nosso querido confrade tanto merece. Ele é já hoje um dos mais antigos membros, pois entrou para esta Casa como sócio correspondente em 1955, isto é, com 36 anos mas já então autor de uma obra que o impusera à admiração e ao respeito de confrades julgo que na sua maioria muito mais velhos e que não pertenciam decerto á sua «família» literária. A quando da posse de Namora em 1983 como efectivo, pois até 1975 ele não aceitou a efectividade, lembrei a proposta que lhe abria as portas da Academia tantos anos antes e refiro porque me parece o facto muito significativo, que essa proposta fora assinada, em primeiro lugar, por Júlio Dantas, o seu relator, e por D. Manuel Trindade Salgueiro, então Arcebispo de Évora. Ai já se proclamava Fernando Namora como *um mestre da prosa portuguesa*, numa extensa análise à sua obra, título por título, desde *As Sete Partidas do Mundo* até ao romance *O Trigo e o Joio*, então o mais recente publicado. Não vejo referenciado, nos numerosos trabalhos de história, ou de crítica que a obra de Fernando Namora tem merecido, ou pelo menos nos que conheço, qualquer trecho dessa notável peça de crítica literária, que em apenas duas páginas

dactilografadas e muito para lá do adjectivo laudatório, que por vezes se julga ser uma espécie de pecado académico (como se a admiração fosse pecado!) resume o sentido humano, estético e social da obra do escritor. Como também julgo que, infelizmente, ficou reduzido às prateleiras dos arquivos da Academia ou à forçosamente limitada expansão dos seus Anais, o outro parecer, aquele que em 1975 chamaria Fernando Namora à efectividade, parecer assinado por Vitorino Nemésio, Jacinto do Prado Coelho e David Mourão-Ferreira, e no qual se refere *a altura da sua obra de narrador e de ensaísta onde transparece uma atenção constante às metamorfoses do mundo contemporâneo*, e também, *a dignidade exemplar da sua presença de clerc na vida nacional e o prestígio internacional que o seu nome de escritor alcançou, pela vernaculidade e universalidade da matéria narrativa e dos problemas focados*. Se uma certa discricção faz parte do ritual académico e os documentos da índole destes não costumam ser tornados públicos, casos há como o desta cerimónia jubilar em que me parece legítimo lembrá-los.

No seu livro *Sentados na Relva*, publicado em 1986, título que pertence à linhagem do grande ensaísmo, que se inicia na obra de Namora com o primeiro volume dos *Cadernos de um Escritor* intitulado, *Um Sino na Montanha*, e no seu livro *Sentados na Relva*, o autor refere *«uma velha crença arménia segundo a qual os deuses quando nascemos nos marcam a fronte com uma dedada. Uma espécie de signo identificador. Uma espécie de «santo e senha» para que cada um de nós descubra a estrada do seu destino»*. Fernando Namora lembrou-o no Rio de Janeiro, no seu discurso de posse como sócio correspondente na Academia Brasileira de Letras, em 1981, e em páginas de grande importância confessional, precisamente a propósito da posição da juventude face ao chamado «espírito académico» e da permanência das Academias, através de todas as tempestades e mudanças. Palavras que ele talvez tenha dito, assim ou doutro modo, quando em 1955 veio pela primeira vez à Academia e agradeceu a sua eleição, pois lhe sobrava em intuição o que lhe faltaria em experiência. Mas em 1981 já podia enfrentar as velhas instituições com dupla autoridade da obra e da experiência. E aí explica: *«É da experiência de vários povos, sobretudo dos de raiz latina, que um dos alvos da impetuosa intransigência das juventudes que têm algo de novo a propor e a impor, são as instituições, símbolos do que parece acomodado, sédio e estéril. Símbolos do estatismo temeroso de todas as lufadas de ar remoçador. E entre essas instituições, as Academias são talvez das mais visadas e aparentemente das mais vulneráveis. Cada geração que desponha lhes atira pedras, usando amiúde de uma arma de particular eficácia: a ironia que não hesita em ir até ao desdém e à injúria. No entanto, logo se repara que, mesmo se abaladas, as Academias não só resistem, resistem bem, a essas fogosas e sucessivas hostilidades, por muito acirradas*

que sejam e talvez na razão directa da sua virulência. É que todo o acirramento quando se excede, vulgariza-se e desacredita-se. Mas as Academias não se bastam com resistir: há nelas uma força, talvez a força da serenidade e há nelas uma sabedoria aglutinadora, porventura atraente, que obtém com certa frequência o mais cobiçado dos troféus nesta guerra que nunca teve vencidos nem vencedores: o respeito daqueles que nunca fase irredutível eram os seus mais inflamados detractores. Isto é: o antiacadémico de ontem pode muito bem tornar-se o académico de amanhã». E depois de considerações sobre a obra de «domesticador» que o tempo exerce, limando arestas e amansando rebeldes, Namora tem estas palavras que perfeitamente se identificam com o sentido da sua vida e da sua obra: «que vê o homem maduro nas Academias? Não já os fortins do conservadorismo, renitentes a quaisquer mudanças e arejamentos; vê ou poderá ver nelas, acima de tudo, o clima da convivência de tolerância, de diálogo assente no respeito mútuo, que um pouco por todo o lado se foi sacrificando á voragem do monólogo agressivo».

E por essa altura, numa entrevista ao escritor e jornalista Mário Ventura, publicada no *Diário de Notícias*, salientaria também que por vezes se esquecem aspectos muito positivos das Academias:

«Enquanto a maioria das instituições sugere qualquer coisa de clubismo, de seita, onde as pessoas que aí se encontram têm todas a mesma maneira de pensar e as mesmas tendências, as academias vão preferindo a variedade. E por certo é que por tradição, por contágio, ou seja pelo que for, há uma tolerância mútua, um instinto de convivência, que dificilmente se encontra noutras agremiações. Tenho verificado isso, por exemplo, na nossa...» Recordo estas palavras de Namora quando celebramos os cinquenta anos de uma obra que pertence já ao melhor do património literário de Portugal contemporâneo porque elas me parece bem se coadunam com o perfil humano de um homem que sempre tem conciliado a independência, a combatividade e até o inconformismo, com a serenidade reflexiva e a tranquila isenção que do mesmo modo fazem parte da sua personalidade de escritor.

Cinquenta anos de vida literária e deles bem se poderia dizer, numa alusão talvez inevitável ao seu primeiro romance, que o escritor correu as *Sete partidas do mundo*, em todas elas, aliás, aclamado e festejado, mas sempre com os olhos bem abertos para os homens, para as paisagens, para as ideias — e que, entretanto, ele ia reflectindo nos seus livros, de certo modo, essas sete partidas e as outras, as sete partidas da vida, pois cada vida é um mundo múltiplo e inquietante. Dessa multiplicidade e dessa inquietação, nascem os seus romances pois quer os que decorrem em centários rurais quer os que têm como fundo as grandes — ou pequenas — cidades, todos eles, ricos de

diversificação tipológica, não o são menos de prescrutação dos mistérios individuais, sobretudo se inseridos no colectivo. Porém, nenhuma figura, na obra de Namora, sofre daquela insularidade psicológica que, ciclicamente, está ou não em voga na literatura de ficção e também por isso personagens tão portuguesas como as suas logram audiência universal.

Mas não falarei da obra de ficção de Namora, pois sei que o meu amigo Urbano Tavares Rodrigues se ocupará predominantemente dela, com a sua dupla autoridade de ficcionista e de cientista da literatura, no melhor sentido desta designação. Nem sei que mais admire em Fernando Namora, escritor polivalente, se o romancista que no final da década de 30 situou os problemas da sua geração universitária de Coimbra em páginas que já pertencem à história inicial do neo-realismo português, se o cronista-ensaísta, de certo modo inovador em sua técnica expositiva de impressões e ideias, se o poeta, um tanto poeta-bissexta, embora ela, a poesia, faça parte do seu cerne de homem: «*A minha poesia vagueia pelo mundo/por todos os caminhos do mundo/desnorteados como os ponteiros de um relógio velho...*», versos do livro *As Frias Madrugadas*, de 1959, ou a poesia do livro «*Marketing*»... de 1969 — «*Na varanda do vizinho, todas as manhãs cantava a rola da minha infância...*» «*Domíngolbocejo da semana/no canto da memória/Não é o tempo/não é a chuva/é o col da pedra transida/é o da guitarra quebrada...*». «*Visceral a vocação poética de Fernando Namora*» disse João Gaspar Simões a propósito deste livro. «*Sou um bom cidadão/Sou um bom cidadão/obedeço ao marketing, à General Motors e ao Pentágono...*». «O sarcasmo não é incompatível com o lirismo em Fernando Namora. E há o cronista, o descobridor de mundos, o detonador de imagens e de ideias. Em «*Cavalgada Cinzenta*» resume, logo de início, Nova Iorque, explicando a sua Mãe a quem escreve para a aldeia: «*Os ares de Nova Iorque, Mãe, são uma neblina de bafos. Poeiras dentro de poeiras, fumos a engrossarem outros fumos, um suor sulfuroso, digamos assim, que parece resultar da condensação do hálito das ruas, a escapar-se estranhamente de buracos que não se vêem...*» No entanto, não se recusa a admitir existirem nos Estados Unidos, por exemplo, na criação artística, formas criadoras de «exaltação vital» e entre personagens que conheceu e outras que inventou dá-nos um painel desse país, em 1972 e 1976, quando, segundo ele e as opiniões recolhidas, o «american way of life» parecia ter chegado ao ponto de esgotamento; lembra porém, que os futurólogos preconizavam que nos anos seguintes os Estados Unidos seriam mais do que nunca uma sociedade de consumo... E esta dicotomia realidade/imaginação, e essa outra, observação/informação, faz parte da arte de escritor em Fernando Namora, simultaneamente narrador e destinatário; a sua indagação dos tipos humanos e dos costumes vai longe e fundo mas deixa sempre em aberto uma ou muitas portas para outras possíveis conclusões: a mesma preocupação de

honestidade, naturalmente assumida, mas que é a marca de tudo quanto escreve. Seja a URSS, mal amada; seja a Escandinávia de 1971 com a objectividade dos seus comentários — escritor decerto mas que nunca esquece a sua condição de médico — comentando, por exemplo a permissividade sexual na Dinamarca, *«nada de agressivamente escandaloso»*, escreve. E acrescenta: *É antes o apostolado da inocência. Um regresso à fonte dos rios*. Logo porém, falando da Suécia e do mesmo tema, comenta: *«Mas nesta atmosfera desoprimida em que o amor devia ser como respirar, somos a todo o passo assaltados por artifícios que são a degenerescência do desejo. Amor fácil, amor que necessita de agulhões. Amor desmitificado que se despe sem medo da sua nudez e amor que se vê envolvido na pobre caricatura da lubricidade. Amor livre — e numa terra de miséria, amor à venda»*. Atrás falei de objectividade e também da formação — e da prática — clínica de Fernando Namora; o médico tem de ser frio e directo na formação do diagnóstico — e o escritor que por tendência natural, pode ser apaixonado na análise dos costumes e também, se for essa a sua tendência, vago na sua expressão formal, aprendeu com o médico a arte, bem mais difícil, da sobriedade expositiva, do rigor analítico, da justeza do diagnóstico. Daí que a sua crónica, muito especialmente a sua crónica de impressões de viagem e de povos, revele sempre essa preocupação primeira da isenção e da verdade. A verdade que vê — e quando não consegue ver imediatamente, procura. Da verdade da qual pode ou não gostar mas que sente o dever de expor, primeiro e, implícita ou expressamente, comentar. Releiam-se, por exemplo as páginas de *«Diálogo em Setembro»*, nas quais como que se esgota, em tom de *«Crónica romanceada»*, como o autor lhe chamou, o imenso tema dos Encontros de Genebra, em 1965, quando já se iam sentido na Europa, mas mal ainda haviam chegado a Portugal os desafios — e os efeitos... — da cibernética e dos novos padrões de comportamento que se iam desenhando. Releiam-se também as páginas sobre a juventude escandinava ou soviética, tão diferente da nossa, apesar da padronização crescente que nos vai, a todos, despersonalizando, no comportamento, nos gostos, no vestuário... Ah, mas as releituras têm o mérito, que todos mais ou menos conhecemos (todos: os que ainda lemos; todos os que ainda gostamos de reler), de nos abrirem portas nas quais não havíamos reparado ou não nos havíamos dado ao trabalho de abrir, aliciados na leitura imediata para cada ideia, cada parágrafo, cada período. E eis que reparo — e somente agora, e leio Namora desde o seu primeiro livro (e raro será algum título seu de que não me tenha ocupado ao correr das últimas décadas, quando dispunha de local certo para fazê-lo) e mais uma vez senão muitas, tenho relido obras suas. Somente agora, insisto, no que julgo ser mais saliente, como é natural, na série de *Cadernos de Um Escritor*. É que todos nós temos, ao lado da nossa pequena

pátria de origem, da terra onde nascemos e vivemos na infância, uma ou mais pátrias que não podendo ser as primeiras na hierrarquia do sentimento, também não são as segundas: digamos que são antes como que paralelas à primeira. Isto com o próprio país, por vezes; isto com a terra natal. Fernando Namora nasceu em Condeixa, mas muitos, senão todos os que não tiveram de estudar-lhe a biografia, supõem-no nascido em Monsanto, onde afinal, viveu — e exerceu a sua profissão de médico — apenas durante dois anos, como médico municipal, entre 1944 e 1946. De tal modo Monsanto o marcaria que tendo exercido antes, em Tinalhas, perto de Castelo Branco e posteriormente, antes de fixar-se em Lisboa, tendo vivido quatro anos em Póvoa, no Alentejo, creio não errar se disser que Monsanto não só «vincaria profundamente a sua obra» (como se lê no volume de homenagem que a Editora Bertrand lhe consagrou em 1978) mas também a sua vida, a sua visão do mundo e dos homens. Decerto em Tinalhas escreveria a novela *Casa da Malta* e em Pavia a primeira série dos seus *«Retalhos da vida de um médico»*; à estadia profissional em Monsanto ficou devendo outro título: o romance *«Minas de S. Francisco»* que viria, aliás, a merecer em 1952 o Prémio Ricardo Malheiros, da Academia, pouco antes de ter sido publicada em Espanha e prefaciada por Gregório Marañon a tradução castelhana, primeira tradução de uma obra sua para a língua estrangeira, início de uma lista, impossível, sequer de resumir aqui, pela sua extensão. A Monsanto regressará sempre, nas férias e na obra. E Monsanto tem-lhe dado pretexto e, portanto, tem-nos dado a todos, seus leitores para inesquecíveis momentos de leitura apaixonante. É em Monsanto que vai, um dia relembrar as suas viagens à Escandinávia. Escreverá: *«É aqui em Monsanto, a aldeia das aldeias, que estou a rememorar a Escandinávia»*. *«Os penhascos, dinossauros negros, que nem a Primavera veste, são os mesmos que vim encontrar há mais de duas décadas, mas o burgo murcha de ano para ano...»* E depois de explicar porquê esse emurchimento da velha aldeia, os novos, ausentes em França ou na guerra, este parágrafo que está muito para lá do puro impressionismo literário, condição a que Namora é imune: *«Dei agora mesmo uma volta pelo povoado antes de chegar a noite. Uma noite de odores, podem lá imaginar. Como só há no campo. Toda a paisagem é um imenso pulmão saturado de hálitos viscerais. Tanto cheiram as pedras como os eucaliptos e as uvas. E o halo do céu, que promete calores para amanhã, tem, cuido eu, a magia fragante de uma savana. Não tarda que a espuma do luar branqueie as moradas por ora tão confundidas na negrura do granito»* É de 1971, em *Os Adoradores do Sol*, este trecho que escolhi entre tantos que na releitura da obra me tocaram agora; um outro apenas destacarei, pertence ao livro intitulado *Estamos no Vento*, publicado em 1974, e que é, afinal, um vasto ensaio, em forma de crónica descontraída e simples, em muitas páginas uma

conversa de Avô com os netos, procurando explicar-lhes, a eles e com eles talvez a si próprio, o mundo em que vivem, e prepará-los para o mundo que os espera. E entre reflexões, algumas delas adequadas, no tom e na forma, às crianças que o escutam — e lhe fazem perguntas — o homem de pensamento que Namora também é, vai, afinal, inventariando a História dos nossos dias, este reino da técnica e já então! — dos tecnocratas — *«para alguns a ciência destrói a realidade, serve e serve-se da tecnocracia como monstro vago e totalitário, faz-se acompanhar de uma poluição psicológica mais nefasta que as poluições físico-químicas...»* Daí, as reacções da juventude, um pouco por toda a parte, embora reconheça que *«uns recusam aquilo a que outros ainda não ascenderam, contrapondo o enjoo do excesso e do êxito («já não sabemos que fazer das nossas vitórias», dizem alguns jovens, à insurreição do escasso). Uns têm como aspiração longínqua o que para outros é a realidade escandalosa. Uns são contra a gula do excendentário que a sociedade do desperdício encoraja, outros lutam por obter o indispensável a uma vida digna. Um contestário das vielas do Cairo não se confunde com um contestário de Picadilly...»*. Aos poucos, o ficcionista assume-se filósofo — ocorre perguntar se alguma vez o não foi, se mesmo na sua sua ficção inicial, não havia já na sua obra um filosofia, latente senão evidente. Mas o filósofo foi também e continua a ser, poeta, mesmo se em prosa, e aí, de novo, intervém Monsanto da Beira, num intervalo do mesmo livro de tanta e tão profunda reflexão: *«Andam calores nesta nossa terra. Assim me dizia um camponês mostrando-me as uvas ensoadas. Os dias na verdade, são um pasmo. A montanha em frente nem ofega. Quieta a mais não poder em êxtase, saboreando o afago, ou então lassa como as pessoas na modestia da sesta, embora decerto lhe estalem as entranhas afogueadas. À noite, o seu perfil é desenhado a lume, um clarão a toda a roda do morro, prometendo um dia seguinte ainda mais bravo. E fogo mesmo, numa correnteza de chamas alteando e mingando consoante a aragem, chegou a ver-se horas a fio na direcção de Val de Prazeres...»* (...) *Só em certas manhãs o céu acorda desinquieto. Nuvens despegam-se do castelo, partem de corrida rumo a Norte, a sua ondeada sombra em sobresalto galga as abas da montanha, em chegando ao pico o horizonte as funde numa sedição abortada. Isso e durante as tardes o rego de espuma, doirado de sol, que os aviões abrem no lago do céu. Deixa-lo ir... A terra é Monsanto. Para aqui vim, meu poiso de serenidade, adiantar estas páginas... «Meu poiso de serenidade», diz Fernando Namora. E é nestes passos que me encontro agora, só agora, a detectar a minha distracção: nunca ter notado, a ponto de referi-la, essa presença sútil mas constante, de Monsanto da Beira, na sua obra, mesmo na mais citadina, mesmo na mais cosmopolita. Poiso de serenidade, a adoçar horas amargas, a temperar inquietações senão revolta, tornando possível ao escritor transfor-*

mar essas horas amargas, essas inquietações, e essas revoltas em páginas de uma arte literária, cujo meio século de continuidade e de unidade, de sucessivas renovações e descobertas, estamos hoje celebrando. E é ainda Monsanto que lhe inspira no seu livro mais recente — *Jornal Sem Data*, um dos mais veementes e lúcidos libelos que tem merecido a gradual desfiguração da paisagem rural ou urbana (todos os dias assistimos, atónitos e indignados, ao que nesta matéria vai ocorrendo na nossa Lisboa agredida, velha capital desrespeitada) e é ainda a propósito de Monsanto, enumerando as «fúrias», como escreve, que tem destruído as nossas peculiaridades, e as agressões que a aldeia tem sofrido, que Fernando Namora escreve uma das suas páginas mais justas e mais fortes, ele que, afinal, concorde-se ou discorde-se ideologicamente, nunca tem feito outra coisa que pôr a sua força criadora ao serviço da sua concepção de justiça: *«Dos Minhos ao Algarve, mas sobretudo áquem Tejo, é uma peste de casario despersonalizado e desfeador, estilo casa de banho com sanita à janela — tumores incrustados numa paisagem que em vão os rejeita. Estar-se numa vila do Douro ou da Beira Baixa, acabou por dar no mesmo. O tempo e a ambiência deixaram de habitá-las. As pessoas deixaram de pôr nelas o que lhes vai por dentro. Dos Minhos aos Algarves um país dia a dia perde o seu rosto quer nas coisas naturais que o modelam — penhascos, bosques, praias, falésias — quer nas coisas que são do seu génio e igualmente modeladoras: a habitação, o urbanismo, os artefactos, os monumentos, os espécimes artísticos»*.

E depois de enumerar exemplos concretos, infelizmente tantos, pergunta e castiga: *Mas quem fala destas coisas? Quem disso se preocupa? Drogados da demagogia do imediato, exaltamo-nos com o efêmero e esquecemos aquilo que balizando a nossa personalidade é o alicerce do futuro*.

Jornal Sem Data não sendo obra de ficção, tem um protagonista, o próprio autor, que assim mais uma vez se desvenda e confessa, personagem de si mesmo, personagem real; pelos seus olhos vamos vendo o escritor melhor ainda, e com eles, o mundo em que nos movemos: num jardim público ele surpreende um dia o espectáculo da velhice, «essa cruel caricatura da dúvida», como diz, debruça-se sobre temas de literatura e denuncia a falta de «habitabilidade» de muita dela, no nosso tempo; mais uma vez se insurge — são palavras suas — contra a «deterioração da sociabilidade na colmeia portuguesa», (e esta é de há muito uma das grandes tónicas do seu apostolado de homem convincente) *uma sociedade que se septa em múltiplos compartimentos estanques* ou um meio literário no qual *«o que sobretudo conta são as relações tribais entre escritores»*; e abrangendo as mais diferentes áreas do pensamento e da vida colectiva, adverte: *«Na letargia das sociedades, porém, por muito que se defenda, corre-lhe sempre um rio subterrâneo de desassossegos»*; sobre gerações: *«A minha geração não se*

furtou a uma talvez frágil aura romântica de crença em certos princípios. As gerações mais recentes (e não me turba nenhum espécie de racismo etário) essas preferem não correr o risco de tal fragilidade e da consequente contestação. É mais cómodo e mais seguro descrer, também por princípio».

Como em tudo quanto escreve, sempre a coragem de reflectir e de afirmar, coisa rara em tempos assim, quando é mais cómodo ser dubitativo ou reticente! Este *Jornal Sem Data*, obriga-nos a pensar, puxa-nos para cima, entre as ambições, as urgências e a confusão da hora. Não há nele um pensamento um conceito, um simples comentário que possa deixar indiferente o leitor. Creio que não há melhor recompensa para um escritor de vocação e sacerdócio como é Fernando Namora. *

1988

* Intervenção na Academia das Ciências de Lisboa na sessão solene comemorando o cinquentenário da estreia literária de Fernando Namora.

SUMÁRIO

Fialho de Almeida, o Prêlio Solitário	11
Tomaz de Figueiredo, a Posse De Um Estilo	23
Carlos Malheiro Dias, Impressionista Social	27
Vitorino Nemésio, a Festa de Escrever	35
Afonso Lopes Vieira, aristocrata populista	43
Camões e o Brasil.....	57
Os Estudos Queirozianos de Guerra Da Cal	65
Tomaz Ribeiro e «A Mala da Europa»	71
Hipólito Raposo, Prosador	83
Fernão Lopes, Cronista da Luta pela Independência	97
O «Vencido da Vida» Conde de Sabugosa	115
Para Uma Geografia Literária do Minho	131
Reler Branquinho da Fonseca	145
Pistas Para Uma Redescoberta do Homem Português.....	149
Literatura Como Protagonista	155
Transcendência e Sociedade	161
Fernando Namora, Vocação e Sacerdócio	169

outro que com ele possa ombrear no manejo dum estilo onde perpassam num equilíbrio admirável as ideias e as imagens, o comentário intelectual e a sensação da realidade, a observação crítica e a palpação da vida, o frémito da inteligência e a vibração da sensibilidade...» *João Gaspar Simões* «A nós mesmo se põe a dúvida: por que motivo sendo um crítico de tese permanece Luís Forjaz Trigueiros na situação do tema? A resposta de que tal se poderia dever a um factor de humildade é aceitável. Humildade como estado espiritual, continuado em quem, como leitor-crítico, só em humildade o sabe ser...» *Pinharanda Gomes*; «A Literatura para ele não pode reduzir-se a um mero jogo intelectual. A crise espiritual do homem é que lhe interessa. Na literatura, entendida como forma de magistério, empenhou o ser todo. O respeito do homem está no centro da sua vida e da sua obra. Sempre se quis disponível para o diverso. Quis inserir a obra literária numa visão total do homem e considerou no homem o que transcende a literatura...» *António Carlos Villaça*.

Luís Forjaz Trigueiros é sócio efectivo da Academia das Ciências de Lisboa, sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras, Doutor «Honoris Causa» pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e sócio de número da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa. Tem feito muitas dezenas de conferências em Portugal e desde 1952 no Brasil (neste país nas Universidades de Brasília, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul e ainda nas Universidades de S. Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Niterói e pertence também à Academia Pernambucana de Letras). Desde 1985 a 1991 orientou, por convite, no Instituto de Ciências Sociais e Políticas, de Lisboa, um seminário sobre «Mudança Cultural no Brasil». É membro do Instituto de Coimbra, sócio da Associação Portuguesa de Escritores, da Associação Internacional de Críticos Literários, da Sociedade de Geografia de Lisboa, do Instituto *D. João de Castro* e de outras instituições culturais.

